



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)**
Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
(ILAESP)
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI)

GABRIELLA SOUZA DIAS

**A PRÁXIS INSURGENTE DE PORECATU (1940-1951): um estudo da
questão agrária na formação do Estado dependente brasileiro**

Foz do Iguaçu

2025

GABRIELLA SOUZA DIAS

**A PRÁXIS INSURGENTE DE PORECATU (1940-1951): um estudo da
questão agrária na formação do Estado dependente brasileiro**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais. Linha 2: Desenvolvimento e Capitais transnacionais.

Orientadora: Professora Doutora Roberta Sperandio Traspadini.

Foz do Iguaçu

2025

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA – CENTRAL

D541p

Dias, Gabriella Souza.

A práxis insurgente de Porecatu (1940-1951): um estudo da questão agrária na formação do Estado dependente brasileiro / Gabriella Souza Dias. - Foz do Iguaçu, 2025.

203 fls.: il.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Orientador: Roberta Sperandio Traspadini.

1. Guerrilhas - Paraná - 1940-1951. 2. Reforma agrária. 3. Movimentos sociais. 4. Filosofia marxista. 5. Práxis (Filosofia). I. Traspadini, Roberta Sperandio. II. Título.

CDU 332.021.8(816.2)

GABRIELLA SOUZA DIAS

**A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO DEPENDENTE NO
INTERIOR DO TERRITÓRIO BRASILEIRO:
A PRÁXIS INSURGENTE DE PORECATU (1940-1951)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Orientadora: Professora Doutora Roberta Sperandio Traspadini.

BANCA EXAMINADORA:

**Profa. Dra. Roberta Sperandio Traspadini - orientadora
PPGRI/UNILA
Presidente da banca examinadora**

**Profa. Dra. Juanita Cuéllar Benavides
PPGRI/UNILA
Membro interno**

**Prof. Dr. Ricardo Prestes Pazello
PPGD/UFPR
Membro externo**

*À brava luta dos povos da floresta, das águas
e das terras na América Latina.*

AGRADECIMENTOS

Estudar a questão agrária tem sido um esforço de retomada e de construção de pontes; pontes estas que pareciam impossíveis de serem construídas só com meu par de mãos. Ainda bem que no caminho encontrei lábios que contam histórias e outros que cantam; cabeças que pensam em mundos possíveis; mãos que fotografam, pintam, desenham, cozinham, gesticulam, ensinam, plantam e colhem; corpos que dançam; ouvidos que escutam atentos; e olhos que sabem o horário do dia pela direção do sol. Agora, não só a ponte é possível como é bem colorida, tem risadas, esforços coletivos, brincadeiras, músicas, danças e comidas.

Para estas mãos falta vocabulário para agradecer.

Por outro lado, também falta memória. Ao longo desses anos que vivi nos interiores do Paraná, muita coisa ficou e muita coisa se esvaiu.

Decantaram-se também muitas reflexões.

Contudo, no que ficou sobra amor e agradecimento. Dito isso, gostaria de agradecer, sobretudo: À Universidade Federal da Integração Latino-Americana, por se fundamentar em uma epistemologia latino-americana e caribenha, ousando construir uma forma-universidade engajada;

Aos trabalhadores e trabalhadoras da UNILA, presentes no cotidiano do campus pelas lamúrias, confabulações e partilhas;

Aos que sonharam meus sonhos comigo, minhas avós, a Darla, minha mãe e meu pai, que mesmo não entendendo muito bem o que faço, sempre deram um voto de confiança;

Em especial às minhas amadas irmãs Isabella e Rafaella que são meu suporte durante toda minha vida, minha absoluta admiração a vocês;

À Bia, ao Leo, à Sarah, à Livia, à Mari Falcão, ao Rodrigo Arduin e à Dani por serem força e apoio mútuo nestes anos de afeto e amizade. À Vitória cuja gestação de Dayo iluminou a maturação deste texto no decurso final da escrita;

Aos companheiros do mestrado, Sebastián, Maína, Lorena, Jéssica e Indira, pelo companheirismo nos percalços da vida *en la triple*;

À minha gatinha Consuelo que me fez companhia nesta jornada;

Agradeço fortemente à minha orientadora, Roberta Sperandio Traspadini, pelo exemplo de militância orgânica e docência comprometida com o popular;

Aos meus *compas* do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) que reúnem seus esforços para coletivizar a prática da pesquisa;

Aos laços de afeto, arte e orientação coletiva no estudo rigoroso estabelecido com as mulheres do Grupo de Pesquisa Saberes em movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina, essa dissertação só foi possível pelas trocas que tivemos ali;

Aos meus professores Pablo Friggeri, Karen dos Santos Honório, Paula Daniela Fernandez e Ana Carolina Teixeira Delgado, por se engajarem na prática da docência, refletindo também na preocupação com a saúde mental e física das/es/os discentes;

Aos professores Osvaldo Heller da Silva e Nelson Dacio Tomazi, ao Aluizio Ferreira Palmar e Adriano de Almeida Forigo, pela solidariedade do envio de materiais; pela turma constituída por Jaime Osorio, Cristóbal Reyes e Erika Martínez López, que sistematiza os arquivos de Ruy Mauro Marini na UNAM e os publiciza on-line, assim como o fazem os membros do Grupo de Trabalho sobre Teoria Marxista da Dependência (GT-TMD), do qual, com orgulho, componho; À viva arte latino-americana e caribenha, especialmente a literatura e a música que me mobilizam pelos sentidos, fazendo com que sinta em meu pulso *Nuestra América*. Com Lima Barreto, Gabô, Julio Cortázar, Gabriela Mistral, José María Arguedas, Isabel Allende, Roberto Bolaño, Pagu e Carolina Maria de Jesus, percorri horizontes conflituosos, mas que não deixam de ser estrondosamente belos. Com as reverberações dos timbres de Milton Nascimento, Bad Bunny, Leci Brandão, Los Jaivas, Bethânia, Residente, Mercedes Sosa, além dos ritmos do mambo, da rumba, do samba, da cumbia, reggaeton e tantos outros que me tocam e embelezam esta caminhada em suas diversas formas de gritar Abya Yala;

Aos meus camaradas do Movimento por uma Universidade Popular (MUP), que peitaram construir a chapa “Margarida Alves: Poder popular e integração desde *abajo*” para a nascente Associação de Pós-graduandos/as/es que se fundou na UNILA no ano de 2023 (APG – Arandu), mesmo diante de todas circunstâncias e urgências que os dois anos de mestrado impõem. A partir de um projeto de movimento estudantil na pós-graduação autônomo e combativo, nunca é demais lembrar: pesquisa é trabalho!

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que inspiraram a análise empreendida neste trabalho. Em especial ao assentamento Eli Vive, os acampamentos Fidel Castro e Herdeiros da luta, que cultivam e mantêm viva a memória da Guerrilha de Porecatu; À Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa durante os anos de 2023-2025, tornando possível minha dedicação exclusiva ao mestrado.

Fundamental viragem. Novos métodos de luta (...). A posição da classe operária. Dois campos: imperialista e antidemocrático e anti-imperialista democrático. (...) A luta contra a Força e Luz. A Constituição Estadual. Haverá uma terceira força? Levamos muito tempo para desmascarar Lupion. A perda de quadros (Nilo Burda). A composição política dos partidos no Paraná. A luta entre imperialismo inglês e ianque no Estado. (...)

Anotações da agenda do advogado Flávio Ribeiro que contribuiu na Guerrilha de Porecatu e foi achada pela polícia em Londrina.

RESUMO

A presente dissertação teve por objetivo estudar a Guerrilha de Porecatu (1940-1951) a partir da contradição gerada pela interiorização de formas capitalistas dependentes no campo. A análise foi desenvolvida com base na recuperação do aporte conceitual dos/as teóricos/as marxistas da dependência, que repensam a reprodução ampliada do capital a partir de sua expressão fenomênica na periferia global da Divisão Internacional do Trabalho. A hipótese trabalhada é a de que a práxis da Guerrilha de Porecatu, organização política de resistência no campo, se constituiu como um movimento popular emergente da dialética entre a expansão do capitalismo dependente, a estrutura fundiária desigual e as contradições de classe no norte do Paraná. Para isso, conjecturou-se a célula mínima do movimento dos posseiros como uma práxis insurgente, conduzindo a abstrações que situam o objeto como historicamente determinado: acumulação originária, valor, desenvolvimento desigual e combinado, renda da terra, dependência e questão agrária. Com esses condicionantes, resgatam-se elementos mais concretos relacionados ao objeto, analisando-se as contradições do campo paranaense na reprodução ampliada do capital, sua formação social, a forma como se configurou a (re)ocupação e as relações jurídicas dependentes que asseguraram a propriedade privada da terra. Em oposição a essas formas cerceadoras e impositivas do capital, a Guerrilha de Porecatu é apresentada como uma práxis insurgente, uma organização popular de revanche.

Palavras-chave: Guerrilha de Porecatu; Questão agrária, Práxis insurgente; Teoria Marxista da Dependência.

RESUMEN

La presente disertación tuvo como objetivo estudiar la Guerrilla de Porecatu (1940-1951) a partir de la contradicción generada por la interiorización de formas capitalistas dependientes en el campo. El análisis se desarrolló con base en la recuperación del aporte conceptual de los/as teóricos/as marxistas de la dependencia, quienes replantean la reproducción ampliada del capital a partir de su expresión fenoménica en la periferia global de la División Internacional del Trabajo. La hipótesis trabajada es que la praxis de la Guerrilla de Porecatu, organización política de resistencia en el campo, se constituyó como un movimiento popular emergente de la dialéctica entre la expansión del capitalismo dependiente, la estructura agraria desigual y las contradicciones de clase en el norte de Paraná. Para ello, se conjeturó la célula mínima del movimiento de los/as ocupantes de tierras como una praxis insurgente, conduciendo a abstracciones que sitúan el objeto como históricamente determinado: acumulación originaria, valor, desarrollo desigual y combinado, renta de la tierra, dependencia y cuestión agraria. Con estos condicionantes, se rescatan elementos más concretos relacionados con el objeto, analizando las contradicciones del campo paranaense en la reproducción ampliada del capital, su formación social, la manera en que se configuró la (re)ocupación y las relaciones jurídicas dependientes que aseguraron la propiedad privada de la tierra. En oposición a estas formas restrictivas e impositivas del capital, la Guerrilla de Porecatu se presenta como una praxis insurgente, una organización popular de revancha.

Palabras clave: Guerrilla de Porecatu; Cuestión agraria; Praxis insurgente; Teoría Marxista de la Dependencia.

ABSTRACT

This dissertation aims to examine the Porecatu Guerrilla (1940–1951) through the contradiction arising from the internalization of dependent capitalist forms in rural areas. The analysis is grounded in the conceptual framework of Marxist dependency theorists, who reconceptualize the expanded reproduction of capital based on its phenomenal expression in the global periphery of the International Division of Labor. The central hypothesis is that the praxis of the Porecatu Guerrilla — a political organization of rural resistance — emerged as a popular movement shaped by the dialectical interaction between the expansion of dependent capitalism, the unequal landholding structure, and class contradictions in northern Paraná. To explore this, the minimal unit of the peasants' movement is theorized as an insurgent praxis, leading to conceptual abstractions that frame the object as historically determined: primitive accumulation, value, uneven and combined development, land rent, dependency, and the agrarian question. Based on these determinants, the study retrieves more concrete elements connected to the object of analysis, examining the contradictions within the rural economy of Paraná in the expanded reproduction of capital, its social formation, the dynamics of land (re)occupation, and the dependent legal structures that secured private property rights over the land. Against these restrictive and coercive forms of capital, the Porecatu Guerrilla is presented as an expression of insurgent praxis and a popular organization of resistance and *revanche*.

Keywords: Porecatu Guerrilla; Agrarian Question; Insurgent Praxis; Marxist Dependency Theory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Colonos da região do conflito, 1951 - Revista O Cruzeiro, Max Ottoni	18
Figura 2. Exposición El Maíz -	25
Figura 3. Anúncio publicado em 1 de abril de 1934 no jornal "O Estado de São Paulo"	64
Figura 4. Túmulos de Porecatu, em 1953 mais da metade das covas dos cemitérios da região eram de pessoas assassinadas	136
Figura 5. Jornal Estado do Paraná, Reportagem Gazeta do Povo – 24.06.1951	150
Figura 6. Guimarães, um dos posseiros da Fazenda Tabapuã.	155
Figura 7. Impresso que ilustrava a “Lista de Contribuição às famílias camponesas assassinadas de Porecatu”	162
Figura 8. Volante de denúncia a Comissão Especial, assinado pelo posseiro Itagiba -Hilário Padilha Pinha	170

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização dos grupos armados: 1. Grupo liderado por Arildo Gajardoni; 2. Grupo liderado por Hilário Gonçalves Pinha; 3. Grupo liderado por André Rojo; 4. Quartel-General liderado por Celso Cabral de Mello.	31
Mapa 2. "Grilos" no paraná em 1930	125
Mapa 3. "Os três nortes" do Paraná	138

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Ondas longas do capitalismo internacional

66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. AS RAÍZES METABÓLICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO: PRÁXIS INSURGENTE, ESTADO NACIONAL, LATIFÚNDIO E LUTA DE CLASSES.....	26
1.1 A práxis insurgente de Porecatu	27
1.2 Acumulação Originária: Conceito e Interlúdio	39
1.2.1 A acumulação originária à brasileira: escravismo colonial e plantagem.....	44
1.3 Estado nação e inserção da América Latina no mercado mundial.....	53
1.3.1 Desenvolvimento desigual e combinado: A dialética da renda da terra e as especificidades da América Latina e o Caribe	60
1.3.2 Ondas longas e padrão de reprodução do capital	65
1.3.3 Divisão Internacional do Trabalho: dependência e questão agrária	93
CAPÍTULO 2. AS CONTRADIÇÕES DO CAMPO BRASILEIRO NA REPRODUÇÃO AMPLIADA DE CAPITAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: O CASO DO PARANÁ	105
2.1 Formação social do Paraná: história e integração nacional.....	115
2.2 Políticas agrárias do Estado do Paraná (1850-1952).....	137
CAPÍTULO 3. O CONFLITO DE PORECATU: REVANCHE E A HISTORICIDADE DO CONFLITO	155
3.1 A organização política dos posseiros.....	158
3.2 Relação dos posseiros e o Partido Comunista Brasileiro	173
1.3.4 3.2.1 Porecatu e o PCB: memória e interpretações	181
3.3 Legado de Porecatu e práxis nas relações internacionais: Porecatu e o sistema-mundo	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195

INTRODUÇÃO

*Esta terra é desmedida
e devia ser comum,
devia ser repartida um toco pra cada um,
mode morar sossegado.
Eu já tenho imaginado
Que a baixa, o sertão e a serra,
Devia sê coisa nossa;
Quem não trabalha na roça,
Que diabo é que quer com a terra?
A terra dos posseiros de deus – Patativa de Assaré*

Esta investigação tem como objeto o processo de interiorização do capitalismo dependente no campo brasileiro, analisado a partir da resistência ocorrida em Porecatu entre as décadas de 1940 e 1951. O estudo parte da recuperação da práxis insurgente desses posseiros na luta pela terra, examinando suas mediações com a questão agrária em meio à expansão do capitalismo dependente no período. O conflito que se desenvolveu entre posseiros, terratenentes e seus capatazes no interior do Paraná situa-se em um contexto de transformação do capitalismo mundial: a transição da terceira onda longa (em descenso) para a quarta onda (ascenso) – o capitalismo tardio.

Nessa quadratura histórica, as regiões onde a fronteira agrícola ainda estava aberta (isto é, não plenamente subsumida à lógica do valor de troca) foram submetidas a um processo de incorporação, com o objetivo de, por um lado, resguardar a organização social da produção no contexto do capitalismo periférico brasileiro, inserido na divisão internacional do trabalho e, por outro, expropriar os sujeitos de seu meio de subsistência — a terra —, de modo a transformá-los em trabalhadores cuja única propriedade é a de si mesmos, forçando-os, assim, à sujeição ao assalariamento, do qual decorre a subsunção real de seu trabalho ao mercado. Esse processo de avanço do capital no campo, em uma região do interior do Paraná, deu-se pelo latifúndio como forma hegemônica de propriedade privada da terra, tutelada pelo Estado dependente e pela burguesia nacional brasileira, que concentra a propriedade para aumentar a área de produção de valor ou para fins de especulação e obtenção de renda da terra.

A literatura acadêmica nos campos das Relações Internacionais (RIs) e do Direito - em sua grande maioria - negligencia os conflitos ocorridos no interior dos Estados Nacionais. Contudo, essa displicência não se repete quando os atores envolvidos são Estados-nações distintos; em regiões de fronteira entre países, por exemplo, essa demarcação torna-se particularmente evidente. Observa-se também um reiterado desinteresse ou desconhecimento, no âmbito epistemológico das RI's e do Direito hegemônico, em relação aos povos da floresta (quilombolas, ribeirinhos, camponeses, indígenas) e às ruralidades em geral. Isso se deve, em

grande medida, à geopolítica do conhecimento que opera nas universidades, evidenciado sobretudo em territórios marginalizados, distantes dos grandes centros urbanos, onde o imperativo do internacional se manifesta de forma mais sutil no cotidiano, embora não menos conflituosa.

Nesse sentido, o que ocorre dentro dos países, fora dos centros urbanos, em seu interior, no campo, estabelece intrínseca relação com o mundo e seu modo dominante de produzir a vida. Quando se trata do tempo histórico de ascensão do capitalismo globalizado e as novas demandas que a divisão internacional do trabalho subordinou o Brasil, o campo se torna um lugar de interesse da burguesia agrária nacional, afetada pela necessidade de produzir matérias-primas e dispor de uma quantidade maior de trabalhadores para produção de valor. A expansão desse domínio, que decorre da reconfiguração e acentuação da dependência, manifesta-se como a reordenação do latifúndio, enquanto forma de materialização da condição capitalista no campo dependente brasileiro. Trata-se de uma reordenação, pois, desde o período colonial, a plantagem escravista já se estruturava sob o modelo latifundista e monocultor e fora posteriormente reafirmado em 1850, com a promulgação da Lei de Terras, que restringiu a terra e o território à propriedade privada, instituindo a exclusividade do acesso por meio da compra e venda.

Nesse complexo de complexos¹, na dimensão dialética do conflito, da contradição e das historicidades, fazem-se as perguntas geradoras que norteiam este trabalho: como se desenvolveu o processo de interiorização capitalista em sua forma dependente no campo brasileiro e o que representou o conflito por terras da Guerrilha de Porecatu (1940-1951)? O que Porecatu nos revela sobre o violento processo de formação do Estado-nação?

A Guerrilha de Porecatu, Guerra do Quebra-Milho, Levante dos Posseiros ou a Coreinha Brasileira são algumas denominações sobre o conflito que ocorreu na região rural ao norte do estado do Paraná. O marco inicial do conflito armado em Porecatu remonta ao ano 1948, mas suas raízes encontram-se na organização coletiva que se estruturou desde 1944 ano em que iniciou a organização dos posseiros². Juntamente com o Partido Comunista Brasileiro (PCB),

¹ Parafraseando Lukács (2013) "(...) torna-se manifesto um dado ontológico fundamental do ser social: o homem como ser vivo não só biológico, mas, ao mesmo tempo como membro trabalhador de um grupo social, não se encontra mais numa relação imediata com a natureza orgânica e inorgânica que o circunda, nem mesmo consigo como ser vivo biológico, mas todas essas interações inevitáveis são mediadas pelo *medium* da sociedade; mais exatamente, como a sociabilidade do homem representa seu comportamento ativo e prático em relação a seu meio ambiente como um todo, essa mediação ocorre de modo tal que ele não aceita simplesmente o meio ambiente e suas transformações nem se adapta, mas reage ativamente a eles, contrapondo às mudanças do mundo exterior um mundo de sua própria práxis, no qual a adaptação à irrevogabilidade da realidade objetiva e seus novos pores do fim que lhe correspondem formam uma unidade indissociável." (p. 149)

² Posseiros é a terminologia adotada para referenciar a figura historicamente situada dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem no campo, ocupam uma pequena propriedade nas zonas rurais e não possuem o título de

os posseiros em 1948 reivindicam título de propriedade das posses e atuam contra a violência da polícia e dos jagunços a mando dos grileiros e fazendeiros da região porecatuense. O fim do conflito foi em 1951, resultado do avanço do exército, das tropas policiais do estado do Paraná e de São Paulo em Londrina, perseguição aos dirigentes do PCB, tanto em suas residências como na região de mata em que se organizava a guerrilha no município de Porecatu (**Figura 1**).

Figura 1. Colonos da região do conflito, 1951 - Revista O Cruzeiro, Max Ottoni



Fonte: Oikawa, 2011, p. 44

Entre o início e o fim do processo formal de resistência, foram três anos de muitas histórias individuais e coletivas. É pertinente dissecar essas histórias, tirá-las do ostracismo e reivindicar seu papel político e pedagógico na formação de novas gerações.

O processo de organização dos trabalhadores do campo foi anterior ao processo da guerrilha, bem como os motivos que ensejaram o conflito, advêm do processo histórico de ocupação da região e de expansão capitalista nacional. Além disso, interlocuções neste sentido já foram realizadas por muitos intelectuais. Exemplo, as pesquisas de Ângela Duarte Damasceno Ferreira (1984), Ângelo Priori (2000, 2016), Sônia Maria Sperandio Lopes Adum (2003) e Leandro César Leocádio (2015), localizadas no campo epistemológico da historiografia, enquanto Osvaldo Heller da Silva (2006) e Daniel Carvalho de Oliveira (2020) são reconhecidos por tecerem uma análise do conflito em sua dimensão sociológica do processo de resistência a partir das vozes dos próprios sujeitos do campo. Em “Terra Roxa de sangue: a guerra de Porecatu” de Da Silva (2013), há a narrativa das histórias dos posseiros; no bojo das

propriedade. No caso de Porecatu, detinham a posse pela ocupação, mas não o documento que os assegurasse o território em que nele trabalhavam e empreendiam sua vida nos moldes legais do direito burguês.

reflexões de Forigo (2017) pode ser encontrado a continuidade do estudo da questão agrária da região; outras obras escritas por jornalistas como Felismino (1985) interpelam as memórias dos combatentes e dos militantes do Partido Comunista Brasileiro de Londrina, ao passo que Oikawa (2011) descreveu e realizou um levantamento documental e iconográfico sobre o cotidiano e as nuances presentes no conflito.

Esta pesquisa pretende avançar com base nos referenciais teóricos do tema afirmados acima, à luz da crítica da economia política geral e latino-americana em particular e a parte da totalidade que compõe as histórias do conflito na formação social brasileira. Isto significa trazer à tona a concretude das resistências nos territórios, neste caso o Levante de Porecatu, entendendo-o dentro da relação indissociável entre a luta e a conformação de uma divisão internacional do trabalho (DIT) em vias de consolidação da hegemonia dos Estados Unidos e sua influência imperialista na dinâmica produtiva e política da América Latina e do Caribe. A partir disso, a hipótese a ser trabalhada é que a Guerrilha de Porecatu, ocorrida ao norte do Paraná entre 1948 e 1951, apresenta-se na formação social do Brasil como um movimento contrário ao processo de interiorização do capital financeiro monopolista no campo. Ou seja, ela é uma fonte de resistência, frente à consolidação do capitalismo dependente no campo brasileiro, de modo que se propugna a inseri-la nos marcos da questão agrária latino-americana e caribenha em sua relação com a valorização do valor em sua escala global.

A esse respeito é justo observar que a temporalidade escolhida neste trabalho (1940-1951) se deu em razão do movimento anterior de ocupação territorial que ensejou a organização da guerrilha propriamente dita que despontou efetivamente em 1948. O conflito emergiu entre os posseiros – aqueles sem-terra que haviam se deslocado sobretudo na década de 1930 para a região com a expectativa de adquirir a propriedade da terra e construir sua vida naquela região – e os latifundiários, que usavam da grilagem³ para aumentar suas propriedades e sustentar seu poderio, através da renda da terra. Inicialmente, a organização dos camponeses se deu por meio de Associações de Trabalhadores Rurais que se tornaram Ligas Camponesas⁴, sendo estas manifestações e tentativas de negociação com o Estado. Em 1948, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), através do comitê de Londrina, uniu-se ao conflito, posicionando-se na luta contra o latifúndio, com a organização armada dos posseiros durando até 1951.

³ Grilagem se refere à prática da falsificação de documentos para título de propriedade. Usavam de uma caixa ou gaveta com grilos para que a oxidação do papel proporcionasse uma aparência envelhecida do título de propriedade. Esta foi uma atividade executada por latifundistas para a apropriação ilegal de terras públicas e de terras ocupadas por posseiros para aumentar suas propriedades.

⁴ É preciso pontuar que existe uma discussão acerca da nomenclatura de Liga Camponesa e o reconhecimento de Porecatu como a primeira Liga do Brasil. Entretanto, para os fins que se dedica esta dissertação, tomarei que a Guerrilha foi um embrião do que mais tarde se tornaria uma Liga Camponesa.

Posto isso, o ponto de partida da investigação [*Forschungsmethode*] ocorreu em uma visita ao assentamento do Movimento Sem Terra (MST) Eli Vive, sucedida por uma estadia no acampamento Fidel Castro ainda em 2019 – espaços estes localizados nas proximidades do conflito aqui estudado. Neste período cultivou-se a memória dos posseiros e combatentes através das místicas e das histórias passadas de geração a geração sobre a Guerrilha. Através deste concreto vivido, dedicou-se a se apropriar previamente deste objeto⁵, compreendendo seu desenvolvimento e seus nexos internos. Esta ilação é importante pois, como aponta Kosik (1969), o todo não é imediatamente cognoscível, embora seja possibilitado de forma sensível na opinião e na experiência⁶.

Encaminha-se, então, para a exposição [*Darstellungsmethode*] crítica-científica da estrutura da Guerrilha, não cabendo circunscrevê-la ao fenômeno dos três anos de conflito direto. Para apreendê-la em sua essência, apresentamos sua práxis insurgente como célula mínima para compreensão das abstrações decorrentes da inserção do valor de troca no território – situamos este mais alto nível de abstração no primeiro capítulo desta pesquisa. O segundo momento apresenta as determinações específicas do Estado do Paraná a partir da dialética totalidade-especificidade conduzida no segundo capítulo. Por último, no terceiro capítulo, já imbuído das abstrações e mediações que correspondem a essência do conflito, expomos o Levante de Porecatu em sua dimensão histórica, como processo histórico real e não apenas como a sobreposição de fatos históricos⁷ que fogem do acontecimento em sua imanência.

Para conseguir se apropriar teoricamente da essência deste objeto são necessárias a crítica, a interpretação e a avaliação para com isso conseguir partir “da caótica representação do todo” e chegar em uma “rica totalidade da multiplicidade das determinações e relações” (Kosik, 1969, p. 30). Este processo compreende o método de exposição, posterior ao método de apropriação crítica de investigação e apropriação dos nexos internos do objeto, a partir da leitura imanente e da filosofia da práxis, com a intencionalidade de realização de uma síntese que substancia memória à história. E é aqui que se justifica a exposição da Guerrilha em si apenas no capítulo terceiro desta pesquisa, porque “embora seja o verdadeiro ponto de partida”

⁵ Kosik (1969) nos apresenta três degraus do método de investigação: 1) Apropriação minuciosa da matéria a partir de detalhes históricos aplicáveis e disponíveis; 2) Análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material; 3) Investigação da coerência interna e determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento (como apresentado por Marx no posfácio à 2ª ed. De O Capital).

⁶ Este tópico se relaciona com a tensão dos pares dialéticos entre essência e aparência. “(...) toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 2017, p. 768)

⁷ Processo este criticado por Gorender (2016) como historicismo que recai em uma especulação destituída de envergadura científica.

é necessário o percurso de elevação do abstrato ao concreto para “reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta” (Marx, 2018, p. 259).

São muitas as dimensões que envolvem o conflito e para dar conta desta análise estrutural, utiliza-se o referencial teórico e filosófico marxiano e marxista sobre o tema, em especial os escritos de Marx e dos teóricos clássicos da Teoria Marxista da Dependência (TMD) como Vânia Bambirra (2019), Ruy Mauro Marini (1992, 2022), Theotonio dos Santos (2020), André Gunder Frank (1966) e Orlando Caputo & Roberto Pizarro (2022) – a chamada primeira geração dos teóricos da TMD; a segunda geração com Nilson Araújo de Souza (2013), Jaime Osório (2017, 2019) e Reinaldo Carcanholo (1984, 2011); e os debates contemporâneos de Roberta Traspadini (2016, 2018a), Leonardo Leite (2017), Carlos Eduardo Martins (2013) e Ricardo Prestes Pazello (2014, 2016b).

Somando a estas análises, o percurso da pesquisa deste trabalho também refletiu acerca das especificidades latino-americanas e caribenhas e seu contexto global tanto na conformação do imperialismo como da dependência deste. Para este estudo específico, além dos/das teóricos/as da TMD, os e as autoras referências serão: István Mészáros (2015), Virgínia Fontes (2010), Eric Hobsbawn em Nações e Nacionalismo (1990), História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista de György Lukács (2003), Agustín Cueva (1983), Armando Bartra (2006), Marcos Kaplan (1983) e Edelberto Torres- Rivas (2008).

Sobre a qualidade determinante no capital internacional e o papel nas economias agrário-exportadoras na divisão internacional do trabalho, utilizamos para as análises sobre a formação social brasileira em que se assentou historicamente o latifúndio e o trabalho escravizado, Jacob Gorender (2013b, 2016), Clóvis Moura (1987), a questão agrária propriamente dita na contemporaneidade em Traspadini (2018b) e do vasto material teórico acerca das ruralidades produzido por José de Souza Martins (1981, 1989, 2010). A respeito da dimensão específica da formação social paranaense dispõe os estudos da obra “Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná” de Pedro Calil Padis (1981) e a questão agrária no norte do Paraná das pesquisas de Nelson Dácio Tomazi (1989; 1997), Ana Yara Lopes (1982) e Angelo Priori (2000).

De todo modo, para falar de terra no Brasil é necessário fazer uma crítica à relação jurídica que se estabelece para o acesso à terra. Entre a posse e a propriedade existe um espaço em que alguns são sujeitos e outros que não o são, alguns conseguem o título de propriedade, enquanto outros são expulsos dos seus lares e têm seus cultivos espoliados. Os meios facilitadores destas distinções entre sujeitos se repousam na economia, assim como na forma jurídica em que essa se materializa. Neste segmento utilizamos das críticas à juridicidade

burguesa de Evgeni Pachukanis (2017), Naiara Andreoli Bittencourt (2023) e Ricardo Prestes Pazello (2014, 2016b). Este último também convoca a práxis da insurgência como categoria concatenadora entre a crítica e a experiência de movimentos populares contrários à lógica mercadológica.

Vale destacar, que estas divisões das referências servem como uma condução didática da organização desta dissertação, não tendo como intuito contingenciar a realidade em uma compartimentação estéril do conhecimento. Por se apoiar na dialética, uma de suas premissas é a universalidade, logo, a particularidade está abrigada na totalidade do movimento estudado. Os pontos e autores estudados refletem processos complexos e multidimensionais que não se restringem a uma só questão ou dimensão da prática-militante dos posseiros junto ao PCB para ter suas terras reconhecidas, à contramão dos latifundiários e seus jagunços, bem como do aparelho estatal que atuou em favor destes. Este trabalho buscou articular estes autores e autoras neste sentido.

Em conformidade a metodologia e o marco teórico adotado aqui, a categoria de práxis adquire centralidade e é tratada a partir dos escritos de Karl Marx (2013, 2017) e Friedrich Engels em *Ideologia Alemã* (2007). Também utilizamos das obras *Filosofia da práxis* de Adolfo Sanchez Vásquez (2007) e *Dialética do concreto* (Kosik, 1969). Incorporamos ainda, a este núcleo, a compreensão da práxis emancipatória e insurgente de Traspadini (2016) e Pazello (2014), respectivamente. Este transcurso inicial se faz para reconstituir o real a partir do mais abstrato e caminhar para o mais concreto (descrição), em um espiral que retorne ao abstrato, agora com elementos que deem conta de compreender a Guerrilha de Porecatu como uma atividade humanizante e humanizadora na complexa realidade social.

Sob a primazia da práxis também se justifica o uso das imagens selecionadas nesta dissertação. Em *Sociologia da fotografia e da imagem*, José de Souza Martins (2008) advoga pelo uso das imagens como expressão visual da realidade social. O uso das fotografias, como ilustração, pode fornecer um elo com a cotidianidade, a partir da elaboração da “memória do fragmentário”. O uso destes recursos (fotografias e imagens), embora difuso e possível de tergiversações, atua no sentido das indagações sociológicas e não observações sociológicas em si. Isso significa que as expressões estéticas imagéticas selecionadas neste trabalho não são um “congelamento” do processo social ou um retrato “do que está lá”, mas sim partem de um processo interativo entre os envolvidos na fotografia (fotógrafo/a e fotografados/as) e os espectadores (nós) da imagem. Um recurso para enriquecer a realidade social estudada a partir das provocações que pulsam dos retratos.

O elemento da fotografia e das imagens, assim como as notas de rodapé, são elementos importantes dessa dissertação. São como fios que localizam as discussões no quadro geral de debate. As notas de rodapé são informações metodológicas importantes que enriquecem e dialogam com o texto corrido. Atribuo este cuidado analítico à minha orientadora, Roberta Traspadini⁸, que como coordenadora do Grupo de Pesquisa Saberes em movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina (CNPq/UNILA) faz um destaque as notas de rodapé como possibilidade da (o) leitora (o) conhecer as referências diretas e os diálogos que o sujeito que tece a exposição estabelece.

Ainda sobre a práxis insurgente, também justifica do porquê pesquisar a Guerrilha de Porecatu que ocorreu na década de 1940 em um Programa de Relações Internacionais. Pois bem, é preciso um distanciamento histórico⁹ que permite a objetividade e a historicidade necessária para analisar um evento em sua profundidade. Tratar da práxis insurgente dos posseiros e posseiras de Porecatu é um exercício de retomada das histórias suprimidas das bibliografias acadêmicas, do apagamento histórico, do memoricídio¹⁰ das resistências. Nota-se que a questão agrária, os conflitos por terras advindos do latifúndio como modo hegemônico de organização da produção no campo são – ainda – feridas abertas que perfazem o constructo da nação brasileira. Entendê-las em sua formação, através da dialética das práticas insurgentes, é também compreender sua dinâmica na atualidade, um esforço de preservação da memória que se faz por uma escolha e pertinência que este tema dispõe no presente.

No que diz respeito ao método desta pesquisa, como trata Adrian Scribano (2007), a técnica de pesquisa se relaciona estritamente com o marco teórico utilizado na investigação. Dessa forma, alinhado a literatura selecionada acima, “um dos aspectos mais importantes na

⁸ Um registro da memória e que consolidou minha práxis como pesquisadora foi ao final da leitura de O Capital, volume I (edição da Boitempo de 2017), primeiro livro que estudei como participante do Grupo, no início de 2023, quando contamos com 25 capítulos, 894 páginas, 275 notas de rodapé, 394 obras e artigos referenciados, 75 periódicos, 98 relatórios parlamentares e outras publicações oficiais.

⁹ Marx (2018) expõe a factibilidade da consciência como posterior ao conflito em Contribuição à crítica da economia política “Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, **tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. E preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção**” (grifo nosso, p. 47-48).

¹⁰ Memoricídio é um conceito-chave construído em resistência ao longo do processo de apagamento da história Outra, da identidade que não comporta a narrativa colonial e depois capitalista, a história daqueles e daquelas que se contraporam à espoliação. Fernando Báez (2010) em sua magistral obra A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização atrela este recurso dilacerador das classes dominantes ao etnocídio e ao genocídio perpetradas durante a acumulação primitiva (colonização) e continuada pelo *modus operandi* da mercadoria. Nas palavras do autor, “além do roubo de matérias-primas, descobri que mais enfurecida e descarada foi a destruição cultural (...)”. Descreve o memoricídio, ou transculturação, como “1) estilhaçamento da memória subjugada, evidente nas perdas e nostalgias; 2) incorporação forçada da cultura dominante; 3) elaboração, por parte da sobrevivência, de estratégias de resistência e integração assinaladas pelo grau de contato” (p. 37).

interpretação das histórias de vida é encontrar as mediações que permitem engendrar o singular concreto, a vida, a luta real e datada das contradições gerais das forças produtivas e das relações de produção" (Scribano, 2007, p. 109, tradução nossa). Para tanto, esta pesquisa se insere no marco da tradição iniciada por Karl Marx, por meio do que comumente é denominado método de análise histórico-dialético. Buscamos um procedimento de práxis aproximativa com o objeto, adotando a terminologia de práxis como “atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano” (Vásquez, 2007, p. 13), além de compreender o objeto, a guerrilha, como uma síntese de múltiplas determinações¹¹.

Isso implica considerar a pertinência deste ponto em compreender o método, partindo do alerta que o revolucionário alemão tece no prefácio à primeira edição de O Capital “Porque é mais fácil estudar o corpo desenvolvido do que a célula que o compõe. Além disso, na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [*Abstraktionskraft*] deve substituir-se a ambos (Marx, 2013, p. 113). Desse modo, apresentamos inicialmente a práxis insurgente como categoria mais simples, uma determinação geral abstrata, uma parcela do todo e, depois, categorias que constituem a organização social que se repousa o objeto estudado em si, a saber, a Guerrilha de Porecatu, no capitalismo dependente brasileiro na década de 1940 e início da década de 1950 – assim como Marx sugeriu em Contribuição à crítica da economia política, Método da Economia Política¹².

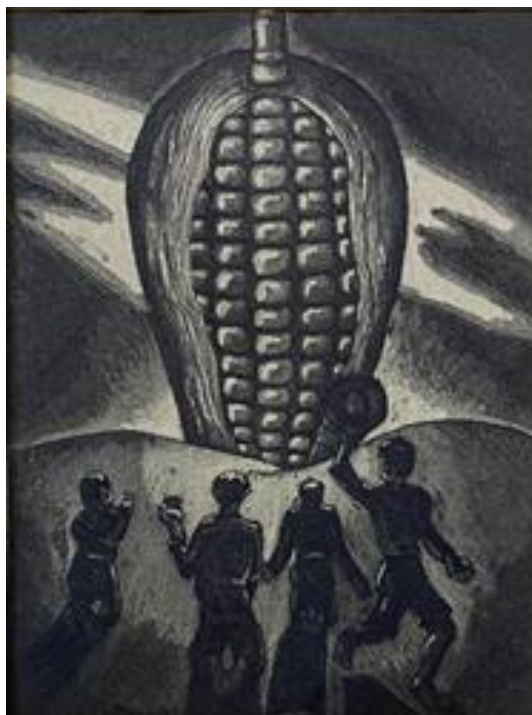
Por fim, essa exposição para além da aprendizagem individual e coletiva que a dá substância, é um convite à reflexão acerca do pensamento crítico no campo das Relações Internacionais e do Direito Insurgente. Em especial, sobre a centralidade da questão agrária na América Latina e o Caribe, fundada na história passada e presente das resistências. Dado o tempo limitado do mestrado (dois anos), essa pesquisa pretende ser o início de uma investigação e abrir um horizonte possível para novas pesquisas com as questões que foram surgindo neste internacional subsumido à troca de valor desigual entre os estados-nações que se engendrava na época a partir da compreensão histórica dos movimentos que se opuseram ao processo de expansão capitalista e que trazem à tona sua dimensão política, espacial e econômica.

¹¹ Como Marx (2018) trata em Contribuição à crítica da economia política no item sobre o método “(...) concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (p. 258-259).

¹² “A divisão deve, do começo, ser feita de maneira que [se desenvolvam]: 1° - as determinações gerais abstratas, que pertencem mais ou menos a todas as formas de sociedade (...) 2° - as categorias que constituem a organização interior da sociedade burguesa, sobre as quais repousam as classes fundamentais. Capital. Trabalho assalariado, propriedade rural. Suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas, circulação.” (Marx, 2018, p. 268).

CAPÍTULO 1. AS RAÍZES METABÓLICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO: PRÁXIS INSURGENTE, ESTADO NACIONAL, LATIFÚNDIO E LUTA DE CLASSES

Figura 2. Exposición El Maíz -



Fonte: Autor Reynaldo Olivares - Taller de Grafica Popular
(Museo CJV- Guadalajara MX, s.d.)

Neste capítulo da dissertação, iniciamos com o elemento mais elementar do movimento de Porecatu: sua práxis insurgente. Com isso, conseguimos trabalhar as dimensões abstratas que perfazem os objetivos do trabalho sem perder de vista o objeto desta pesquisa. Objetiva-se abordar nos tópicos seguintes a gênese fundante que alicerça o modo de produção capitalista: a acumulação primitiva. Logo após, tratamos das mediações que a agricultura adquire no capitalismo, a racionalidade da sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso, a centralidade da terra na organização social capitalista, da formação do Estado nação brasileiro e da forma-latifúndio como conformação do capital no campo inserido no sociometabolismo capitalista de produção global, sobretudo as implicações desses processos nas economias dependentes.

Neste quadro inicial, faz-se necessário definir sociometabolismo capitalista a partir dos marcos teóricos aqui apreendidos. Em Mészáros (2015) esta terminologia é bastante usada para definir o tripé que sustenta o sistema capitalista como uma das formas de realização do capital: capital, trabalho (em sua divisão social hierárquica) e Estado. Nos países dependentes da

América Latina e o Caribe, por sua vez, as relações sociometabólicas se desenvolvem na reprodução ampliada do capital¹³, com a economia voltada para a exportação, em geral de matérias-primas e alimentos aos países de centro – os que apropriam valor.

Isto posto, na América Latina e o Caribe o tripé sociometabólico do capitalismo é acrescentado pela questão agrária. Nestas economias dependentes fundadas nas demandas das indústrias e do consumo que se realiza externamente, o campo, assim como as cidades, se torna um lugar de contradições. No Brasil, isso implicou a concentração fundiária, a propriedade de vastas extensões de terra pela elite agrária, que se realiza no interior dos países com a negação da terra ao camponês, ao indígena e ao quilombola já que se estabelece a propriedade privada da terra e do território na forma-latifúndio de uso destrutivo da terra, ao passo que na seara internacional se cumpre pela exportação de bens primários aos países de centro. Como ressalta Traspadini, "nas economias dependentes, a questão agrária demarca o processo particular relativo à forma-conteúdo da violência do sobretrabalho, a superexploração da força de trabalho, como fundamento do desenvolvimento do subdesenvolvimento" (Traspadini, 2016, p. 134).

Feita esta breve incursão do uso terminológico do sociometabolismo capitalista a que nos referimos neste trabalho, farar-se-á a retomada histórica das raízes que engendram este processo. Seguimos as pistas metodológicas de Armando Bartra (2006) quando este reforça que se deve desenvolver um instrumental teórico adequado para tratar do estudo concreto. Caminhemos.

1.1 A práxis insurgente de Porecatu

“É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento” (Tese 2)¹⁴. É fundada neste aforismo de Karl Marx que se firma a práxis insurgente como átomo mínimo da pesquisa em torno do conflito de terras em Porecatu. Entre a manifestação da Guerrilha e o seu conteúdo-no-mundo, faz-se necessário as mediações para captar a totalidade concreta que constituía o modo de produção capitalista dependente e a questão agrária adjacente ao período a que se propõe de 1940 a 1951.

¹³ Aqui se utiliza a definição de reprodução ampliada de capital empregada por Rosa Luxemburgo (2021) baseada no crescimento de capital pela acumulação de mais-valia/mais-valor. A fórmula geral abstrata é $C+V+MX+M'$, sendo $C+V$ o capital constante e variável, o MX a parte capitalizada de mais-valia do período anterior e M' a mais-valia extraída do capital acrescido no novo ciclo. As condições do ciclo de reprodução e de acumulação parte da indústria ao mercado.

¹⁴ Tese n. 2 sobre Feuerbach, Disponível em: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 533.

Átomo mínimo sim, pois, como inicia o capítulo I de O Capital, Marx trata da mercadoria como forma elementar da riqueza na sociedade capitalista; de modo que as práxis insurgentes nos é a forma elementar das práticas em oposição às práxis fetichizadas que dominam a aparência e constituem a pseudoconcreticidade¹⁵ da forma alienada que o ser social assume no capitalismo. No caso, busca captar da forma mais simples da Guerrilha (a práxis humanizante) à forma mais complexa da concretude do fenômeno como construção histórica, social e cultural que se insurge à lógica do valor de troca que se expande pelo avanço do capitalismo dependente em suas diferentes fases que imperavam no período, localizado no interior do Brasil e situado no norte do Estado do Paraná.

O Levante de Porecatu pode ser considerado em dois pontos de vista: a mera busca pelo título da propriedade pelos posseiros, localizada em uma região de interior recentemente povoada, ou uma prática insurgente organizada, intencionada e direcionada às formas de interiorização do capitalismo dependente, como o latifúndio especulativo em desfavor da ocupação para subsistência, o estabelecimento de elites agrárias e o Estado como operador do sistema de integração da expansão capitalista. É evidente que optamos pela segunda linha. As aproximações sucessivas com os nexos causais da práxis empreendida na guerrilha relacionam sua forma histórica com a interiorização das formas de capitalismo dependente que despontaram no período.

Em atenção ao método, do mais simples ao mais complexo, do abstrato ao concreto, a práxis aparece como abstração mais simples neste processo ao qual caminha para a concretude propriamente de Porecatu como “universo concreto das contradições objetivas-subjetivas inerentes à disputa entre polos diretamente antagônicos (proprietários privados dos meios de produção e proprietários da força de trabalho)” (Traspadini, 2016, p. 28). Iniciamos essa exposição com o horizonte que subsiste a organização da guerrilha, a práxis insurgente.

Não há de se conceber a questão da práxis sem perder de vista que se trata de um conceito em disputa dado os sentidos adquiridos ao longo dos séculos. Para os gregos antigos, o vocábulo práxis se referia ao ato de realizar uma ação em si mesma – uma atividade teórica, já quando uma ação cria um objeto exterior – como o caso do artesão que denomina *πρᾶξις*

¹⁵ Termo utilizado por Kosik, em Dialética da totalidade concreta (1969), para descrever a práxis unilateral, fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, da divisão da sociedade em classes e hierarquia de posições. Pertencem a esta atmosfera: “O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; - O mundo do tráfico e da manipulação (...) práxis fetichizada dos homens - O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento - O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens” (Kosik, 1969, p. 11).

poiésis (práxis poética). No Renascimento, práxis seria o homem dotado de razão direcionado a modificar a natureza a partir dos interesses da burguesia em ascensão. Já no uso corrente como expressão idiomática “prático”, adquiriu um sentido utilitário atribuído a simplificação e eficiência de determinado sujeito ou atividade cotidiana (Vázquez, 2007).

A concepção marxista¹⁶ de práxis, por sua vez, implica uma superação dialética¹⁷ como atividade adequada a objetivos (prefiguração) do ser social que marca as condições da passagem da consciência intencionada à prática – portanto, real – e se eleva a um nível criador e transformador (ontocriativo) que elabora a realidade humano-social; é produzida historicamente, pois somente na história o sujeito existe como uma possibilidade no tempo e espaço (Kosik, 1969). Para compreender melhor esta afirmação, façamos um retorno aos escritos de Marx que constroem elementos para compreender esta afirmação como práxis.

Ao longo de sua trajetória, Marx desenvolveu sua análise em torno da práxis. Vasquéz (2007), em sua magistral obra *Filosofia da Práxis*, traça este percurso, destacando três trabalhos que representam um processo contínuo e descontínuo no esclarecimento da categoria: *Crítica à filosofia do direito de Hegel*; *Manuscritos econômico-filosóficos*; e *O Manifesto Comunista*. Um apontamento importante, observado pelo estudioso, é que a práxis não se trata de um conceito fechado, pois, por essência, ela é “infinita e incessante” (Vasquéz, 2007, p. 125). Este trabalho fará apenas uma baliza teórica sobre o tema.

Como o filósofo examina, em *Crítica à filosofia do direito de Hegel* [1843], Marx (2010) começa a delinear o conceito de práxis revolucionária – isto é, a atividade que objetiva a emancipação humana universal –, tem como sujeito o proletariado¹⁸; entretanto, como aponta Vasquéz (2007) o conceito científico de proletariado neste período ainda não estava plenamente desenvolvido, assim como faltavam elementos da organização produtiva-histórica da produção material que engendra a relação.

Este salto analítico foi dado em *Manuscritos econômico-filosóficos* [1844] (Marx, 2008) em que a práxis material produtiva – a produção – foi captada como a circunstância em

¹⁶ Como aponta o filósofo espanhol exilado no México ainda no marxismo em seu sentido amplo, principalmente o afetado pela II Internacional, práxis caiu no esquecimento; de outra senda práxis foi tratada apenas em seu sentido gnosiológico como teoria do conhecimento (Vázquez, 2007). Também não iremos abordar este tema nos escritos de Marx, por dispensar do tema específico a que se debruça esta pesquisa.

¹⁷ Dialética: negar e absorver, crítica e assimilação dos conceitos e concepções outrora sublevados à práxis.

¹⁸ Em "Introdução" escrita no final de 1843, Marx proclama que na situação concreta da Alemanha o sujeito da revolução radical é o proletariado: “Para que um estamento seja *par excellence* o estamento da libertação é necessário, inversamente, que outro estamento seja o estamento inequívoco da opressão. (...) A possibilidade positiva da emancipação alemã, continua Marx " que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o proletariado” (Marx, 2010, p. 154; 156).

que se contrai relações com outros seres humanos e se forja como indivíduo. A necessidade de esclarecer e fundamentar a práxis revolucionária levou Marx a examinar a atividade humana, como aquela que seus agentes conscientemente visam uma finalidade que, no processo de produção capitalista, estão revestidas como trabalho alienado. Alienado, pois, na objetivação produtiva na sociedade capitalista o operário não se reconhece nos produtos do seu trabalho (alienação da atividade) e nas peculiares relações que contrai com outros seres humanos neste processo. Isso representa a dialética do trabalho como afirmação e negação do homem (Vasquéz, 2007).

No seio destas considerações marxianas, Traspadini (2016) coloca que a práxis como categoria analítica e como princípio de ação carrega em si este duplo movimento: aprisionamento (trabalho e terra alienados) – práxis do capital – e emancipação (contestação ao sentido alienado, à lógica dominante, libertação), empreendida pelos lutadores sociais populares. Estas duas práxis se relacionam na práxis cotidiana e neste movimento criam sentido ao vivido, possíveis de serem alienado ou emancipatório ao se ligarem ao conteúdo da luta de classes do contexto em que se desenvolve a práxis.

A práxis de aprisionamento, também entendida por práxis de dominação, a qual se baseia na alienação da terra e do trabalho não reconhece a alteridade, isto é, nega modos aos seres sociais que não estejam submetidos à racionalidade instrumental do capital. E, por força como classe dominante, através da moralidade que institui ou pela violência, reifica o Outro. Nesse processo, o Outro - aquele que habita a exterioridade constitutiva do sistema-mundo moderno - é intencionado em um duplo gesto de espoliação: sua relação vital com a terra é convertida em mercadoria, e seu modo de vida subsumido ao trabalho alienado (Dussel, 1977).

Nas Teses sobre Feuerbach ([1845] 2007), Marx avança na compreensão sobre a práxis ao interpelá-la como categoria fundante para o conhecimento. Ao formular que o sujeito só conhece o mundo pela sua atividade direcionada supera não só o antagonismo vigente sobre as análises do fenômeno em sua época: entre contemplação (idealismo) e crítica teórica (materialismo feuerbachiano) e se articula com os significantes que a práxis adquire em cada contexto – seja de dominação ou emancipação. A Tese VIII destaca “A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis”, de modo que, ao tentar tornar a prática cognoscível e compreendê-la em sua totalidade, isso evidencia que:

a prática não fala por si mesma, e os fatos práticos - como todo fato - têm que ser analisados, interpretados, já que não revelam seu sentido a uma observação direta e imediata, ou a uma apreensão intuitiva. O critério de

verdade está na prática, mas só se o descobre numa relação propriamente teórica com a prática mesma (Vasquéz, 2007, p. 157).

Isso reafirma a direção da empreitada que se realiza nesta pesquisa, já que executa a análise da Guerrilha posteriormente ao seu acontecimento no mundo. “Os homens agem dentro da situação dada e na ação prática conferem um significado à situação” (Kosik, 1969, p. 220). Dotando-a com a interpretação, avaliação e análise diante dos objetivos traçados, sua concretude é criada com a superação da coisa em si para tornar coisa para si, relacionando-a como parte de um momento de um todo¹⁹ nesta interação dinâmica entre especificidade da práxis da Guerrilha e a totalidade interativa com o meio em que se desdobra por meio da atividade aqui proposta.

Continuando com o conceito de práxis em Marx, em *Ideologia Alemã* [1845-1846] escrito em colaboração com Engels (2007), estes procuram alicerçar nas condições objetivas, históricas, econômicas e sociais as condições da práxis revolucionária. Essas condições são determinadas pelas circunstâncias “essa soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio²⁰, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado (...)” (Marx; Engels, 2007, p. 43), assim como o ser humano-histórico também cria outras circunstâncias, a partir destas dadas. Outro importante elemento tratado em *Ideologia*, seria a capacidade produtiva do homem de transformar a natureza a partir das suas necessidades, ao contrário dos animais que apenas recolhem sua produção imediata. Este ponto é a chave da reflexão, a capacidade do sujeito humano de transformar a natureza direcionada as suas necessidades o torna histórico (Sader, 2007). Em síntese, a práxis primária e fundamental é a práxis produtiva²¹.

Nesta toada, Paulo Freire (2013) também tece diferenciações entre a produção do ser humano e dos animais. Ao passo que os seres humanos se relacionam por relações reflexivas e consequentes, os animais são marcados pelo contato imersos em sua imanência imediata. Isso implica dizer que no intuito do transformar, de não se resignar, mais o ser humano se afirmar como tal, mais se humaniza. “Quanto mais o homem é rebelde e indócil, tanto mais é criador” (Freire, 2013, p. 27).

¹⁹ “(...) porque o real é um todo estruturado que se desenvolve e se cria, o conhecimento de fatos ou conjuntos de fatos da realidade vem a ser conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real” (Kosik, 1969, p. 41)

²⁰ “Formas de intercâmbio” mais tarde adquiririam a terminologia relações sociais em Marx.

²¹ “(...) o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (Marx, 2013, p. 167)

Outro ponto elementar tratado em Ideologia Alemã é o descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção [formas de intercâmbio]. O efeito é que quem detém as forças de produção possuem o poder de dominação, derivado de sua riqueza, das relações e formas ideológicas – inclusive o Estado – em detrimento da maioria constituída pela classe que não possui a riqueza material daquela sociedade. No caso de Porecatu, é visível esta situação; a riqueza manifestada na propriedade dos senhores de terra causa o domínio das relações sociais no em torno; desejar a propriedade de sua posse é um antagonismo de interesse dos posseiros diante dos latifundiários. A insurgência realizada pelos posseiros, portanto, foi determinada pelas condições objetivas de disputa de interesses entre as duas classes.

O Manifesto Comunista [1847-1848] também possui excepcional relevância ao pensarmos a práxis como esta atividade de sujeitos históricos arrebatados pela guisa de ação revolucionária. A participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) vislumbrou a possibilidade concreta de destacar o antagonismo entre as classes dos posseiros de Porecatu por meio da guerrilha²². A célula do Partido que se situava no município de Londrina vislumbrou a possibilidade do conflito de terras em Porecatu de “organizar e dirigir essa luta, como mediador entre a teoria e a práxis”, operando a tentativa de constituir uma unidade entre a atividade consciente e a ação direcionada para obter um resultado²³ (Vásquez, 2007, p. 175). No mapa abaixo, vê-se que o conhecimento do território pelos posseiros foi instrumentalizado para organização do Levante:

²² Neste momento não discorreremos sobre o mérito da guerrilha, apenas subsumi-la à práxis revolucionária. Trataremos este tema com mais profundidade no terceiro capítulo

²³ A inadequação entre intenção e resultado não significa que não foi uma atividade intencionada, objetivada por ações.

dos sujeitos concretos que a engendraram com sua atividade subjetiva, mas que, sem dúvida, só existe pelo homem e para o homem, como ser social (Vasquéz, 2007, p. 194)

A práxis primária e fundamental realizada na transformação da natureza – trabalho – se dá socialmente pelos sujeitos, isso significa que a humanização²⁴ da natureza pela atividade do homem é condicionada pelas relações sociais vigentes naquele tempo e espaço. De modo que como ser social, o homem não cria apenas o objeto, como também forja a si mesmo nesta práxis primária.

E é na práxis primária que se desdobram os elementos que fundamentam as outras práxis sociais. Não há como existir uma práxis artística apartada da história em que se desenvolve a manifestação da arte²⁵ – pois esta não é uma mimética²⁶; não há como pensar em uma práxis política institucionalizada destoadada das instituições a que se deseja galgar o poder; a práxis política revolucionária, sobretudo aquela direcionada a transformar as formas mistificadas da sociedade, realiza-se somente à medida que se reflete e cria instrumentos e atividades objetivando o fim específico traçado pelos sujeitos sociais como classe prejudicada na base real em que se opera (Vasquéz, 2007).

Entretanto, a práxis primária dominante na sociedade de classes se encontra estranhada. A maior parte da sociedade – os que não tem detém dos meios de produção – não se reconhece no objeto produzido, na forma de organização da sociedade, na propriedade privada da terra, na totalidade das relações estabelecidas a partir do modo de produção das mercadorias²⁷. Ainda que tal processo de alheamento também implique sua negação, a práxis do capital se manifesta também no domínio das ideias:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias

²⁴ “(...) relação do homem com a natureza por meio do trabalho [é] a humanização sob o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho (Gorender, 2013a, p. 48)

²⁵ Como diria o poeta venezuelano Vicente Jerbasi “También la poesia hace revoluciones”.

²⁶ Sobre este tema, uma importante ressalva feita por Ludovico Silva (2013) “a arte não é simples “reflexo” fotográfico da realidade histórica (...) é, pois, determinada pelas estruturas sociais, mas dialeticamente, não de maneira linear, mecânica (p. 41-43).

²⁷ “No processo de metamorfose da Mercadoria em Valor, do Valor em Capital e do Capital em Dinheiro, ocultam-se as substâncias objetivas e subjetivas da materialização da violência do capital sobre o trabalho. A violência estrutural, quando relatada pelo movimento de captação da totalidade, deve ser entendida como expressão inerente às leis gerais do desenvolvimento do capital sobre e contra o trabalho e a terra” (Traspadini, 2016, p. 35).

de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (Marx; Engels, 2007, p. 47)

Encontra-se também estranhada a terra, já que a propriedade privada da natureza impõe aos camponeses, quilombolas e indígenas a expulsão e/ou a submissão ao trabalho assalariado na propriedade de outrem, destituindo a terra e o território de seu sentido amplo de vida, seu uso comum, elemento insigne na dinâmica e na cosmovisão dos diferentes modos de vida; a terra acaba-se por se tornar apenas um fator de produção. Assim sendo, os dois pontos a que se debruça o trabalho ontologicamente, os sujeitos e a natureza, encontram-se estranhados sob a égide do capital. “(...) O mundo ao seu redor, o meio social (a natureza, enquanto seu reflexo e projeção teórica) devem aparecer como submetidos a um destino brutal e absurdo, como sendo para ele eternamente estranhos” (Lukács, 2003, p. 124)

O resultado, como ponto culminante do domínio das ideias da práxis aprisionadora do capital é o não reconhecimento de si mesmo como sujeito da história cuja única potencialidade é limitada a garantir sua existência individual (Ranieri, 2001). Este processo de aprisionamento do trabalho, da terra/território e das ideias não ocorre sem disputa. A práxis de resistência, de rebelião, de revolução-insurgência, propõe a escancarar e intentar modificar o modo que como classe são sujeitadas no processo violento de exploração do capital; esta práxis é empreendida por lutadores sociais que diante das condições subjetivas-objetivas em que são explorados buscam sua humanização como classe.

Se o estranhamento advindo da práxis do capital que apropria a produção e seus produtos por um grupo social distinto daquele que criou impede que o trabalho se realize em sua potencialidade humana, essa significa uma objeção social à realização do ser humano. O domínio da terra em sua forma de propriedade privada impedindo a concretização dos meios de vida dos posseiros – no caso de Porecatu – acompanha esta máxima. Ao insurgir contra a práxis do aprisionamento da terra, os posseiros organizados realizam o exercício da práxis emancipadora e se humanizam à medida que se assumem como sujeitos históricos ao reivindicarem a terra para aqueles que trabalham nela:

(...) Compromisso com o mundo, que deve ser humanizado para a humanização dos homens, responsabilidade com estes, com a história. Este compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica (...) [deve ser realizada através] da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos (Freire, 2013, p. 14)

Este exercício da prática da revanche à práxis dominante do capital é constituído por dois polos: o da denúncia (negativa, crítica) e do anúncio (positivo, propositivo-emancipado). A mediação de um polo a outro, centrada na práxis, desvela a mediação insurgente; afigura-se

que a humanização como atividade coletiva orientada politicamente para modificar sua realidade concreta permeada pelas injustiças do capital constitui, pois, a práxis insurgente (Pazello, 2014).

A práxis insurgente é uma expressão mais ampla da práxis revolucionária. Compreendendo-a dentro do contexto das “revoluções inacabadas”²⁸ próprias da historicidade latino-americana e caribenha em que a ideação-denúncia, mediação-insurgência e anúncio de uma nova ordem nova pode ocorrer, ou não, dentro da ordem hegemônica (tradicional) e que o movimento de subversão (insurgência) frequentemente não chega a se consagrar como revolução – aqui entendida como o momento apoteótico em que a organização popular toma o poder. Assenta a terminologia insurgência com o crivo histórico-cultural da especificidade latino-americana em sua conjuntura periférica no sistema-mundo do capital (Pazello, 2014).

Este crivo se faz necessário ao tratar da situação singular que se vive na América Latina e Caribe, diante do parasitismo europeu e da simbiose entre nações que se vivencia aqui, para erigir um constructo teórico e conseqüentemente político que não recaia em “universalismo desencarnado” tampouco em um “provincialismo amuralhado” fechado em si mesmo, como nos alerta Aimé Césaire (2006) em seu Discurso sobre o colonialismo.

E é no bojo desta compreensão que a práxis insurgente se constrói. Podendo se manifestar como resistência, revolta ou revolução, a depender de diversos fatores conjunturais e de organização política (Pazello, 2014). Constituem, em todos os níveis e gradações²⁹, uma humanização pela tomada de consciência coletiva como sujeitos sociais na história e uma contestação à opressão da práxis aprisionadora do capital de modo ontocriativo que intervêm naquele todo estruturado.

Todo estruturado, pois, a totalidade implica em essência a práxis como penetração e transformação da realidade. Segundo Lukács somente se descobre a “verdade enquanto sujeito [classe]” ao “centrar a realidade do processo histórico e limitar a ela a realização da totalidade cognoscível e aquela a ser conhecida”. Isso significa que a totalidade só se realiza com o

²⁸ Termo alcunhado pelo pesquisador colombiano Orlando Fals Borda (1979) em sua obra, *Las revoluciones inconclusas en América Latina: 1809-1968*, para descrever os esforços subversivos dos sujeitos populares que são reajustados para ficarem circunscritos nos limites da ordem social.

²⁹ Ou, nos termos leninianos: tática e estratégia. Embora essa distinção se torne menos estanque nas tarefas práticas, a tática aparece como a ênfase nas demandas imediatas, que, no caso da crítica ao direito, se refere ao uso conjuntural e direcionado do direito em favor das classes oprimidas. Já a estratégia representa um projeto de luta de médio e longo prazo, orientado para o definhamento da forma legal. Para uma análise mais aprofundada do tema, recomenda-se o artigo: "Tática e estratégia na teoria política de Lênin: aportes para uma teoria marxista do direito" de Ricardo Prestes Pazello e Pedro Pompeo Pistelli Ferreira (2017).

juízo feito pelos oprimidos deste sistema que “ao reconhecer sua situação, ele age. Ao combater o capitalismo, reconhece sua situação na sociedade” (Lukács, 2003, p. 125-127).

Essa consciência de classe está longe de ser mecânica e linear, segundo Rosa Luxemburgo permanece “teórica e latente” até ser confrontada pela crise aguda que leva à ação “a exigência também tem sua realidade”; pois, como reconhece Rosa, com o partido, este processo se eleva ao “penetrar no movimento de massa espontâneo a verdade que lhe é imanente, elevar-se-á da necessidade econômica de sua origem à liberdade da ação consciente” (Lukács, 2003, p. 129). A função do PCB em Porecatu, para além das contradições que trataremos com mais afinco no capítulo terceiro, foi responsável por organizar e direcionar o movimento a partir de 1948 – ainda os posseiros tenham iniciado suas mobilizações anos antes. Além da constituição de bandos armados, houve uma composição formada para a pressão política a nível estadual, no Paraná, e à nível nacional.

A práxis insurgente como fundamentação processual abrangente que compõe as diferentes práxis revolucionárias apresenta quatro aspectos centrais: a) trabalho-fonte; b) luta; c) organização e d) conscientização (Pazello, 2014). Tratemos de cada qualidade à luz da práxis de Porecatu.

O aspecto de trabalho-fonte é a forma de produção da vida (acima nos referimos como práxis primária). A produção da vida sob o domínio do capital se encontra estranhada, em que há a relação alienada entre sujeitos, o mais-valor, a propriedade privada da terra, a produção direcionada às demandas de lucro e não de suprir as necessidades daqueles sujeitos do território. O trabalho vivo seria seu antagonismo, a criação (não mais produção somente) do trabalho desalienado (Pazello, 2014). Em Porecatu o conflito primal que se estabelece foi com a concentração da propriedade de terras – o que decorre as negativas de propriedade pelos posseiros; tal controle implicava, ainda, o estabelecimento de relações de servidão entre os camponeses e os grandes proprietários (o que consistia no pensamento agrário do PCB à época de relações semifeudais) os quais exploravam os camponeses por diferentes formas de pagamento³⁰.

Enquanto a luta, a organização e a conscientização são processos fundamentados neste revés primeiro das condições de trabalho e propriedade, os limites e formas de contestação são “O aspecto da luta, em uma conjuntura histórica que não dá margens a movimentos populares revolucionários (ao menos, não fenomenicamente revolucionários), conecta-se com resistências

³⁰ Como pagamento da “terça” do que plantavam, ou uma parcela do produto, colonato, trabalhos compulsórios para ter direito à utilização da terra (cambão) (Priori, 2000).

e rebeldias.” (Pazello, 2014, p. 350). Posto assim, embora não conduza a uma revolução total, o movimento de Porecatu consistiu em uma práxis insurgente pela organização coletiva do ponto de vista da classe dos camponeses e posseiros em torno da sua posse, no ínterim por uma conscientização de suas condições materiais de vida e seus antagonistas de classe, posteriormente pela nova forma de organização em Guerrilhas³¹ estimulada pelo Partido Comunista Brasileiro. Eis que reflete uma atividade criadora viva:

O trabalho assalariado livre, alienado, materializa nos corpos e mentes da classe trabalhadora a práxis da dominação do capital, assim como a luta pela sua superação encarna a práxis da resistência, da revolução, uma vez que as condições materiais objetivas da classe trabalhadora expõem por si mesmas a dura e perversa situação da violenta exploração à qual é sujeitada. Ambas (práxis da reprodução e práxis da contestação transformadora) estão mediadas pelo mundo (Traspadini, 2016, p. 36).

Acerca da relação que se estabelece com o mundo, a luta de classes, a práxis insurgente se configura pela tomada de consciência e direcionamento da ação para mudar aquela situação de aprisionamento/negação. A mobilização emergida em Porecatu subjaz este critério; o processo de organização política, conscientização das condições de exclusão do pacto da propriedade da terra, a organização guerrilheira e o contato com o PCB escapam do plano apenas espontaneísta e desenvolve uma incorporação da práxis emancipadora à situação concreta que aqueles posseiros vivenciavam. Sobre essa concretude, a tentativa de modificar o posto pelas demandas do capital latifundista à época também incorporam o entendimento que se tratou de uma práxis insurgente desde o início de suas organizações.

Como se vê ao longo deste tópico, a práxis insurgente em que os sujeitos são humanizados pela tomada de consciência e sua ação é direcionada a mudar aquela situação de aprisionamento/negação. A mobilização emergida em Porecatu subjaz este critério; o processo de organização política, conscientização das condições de exclusão do pacto da propriedade da terra, a organização guerrilheira e o contato com o PCB escapam do plano apenas espontaneísta e desenvolve uma incorporação da práxis emancipadora à situação concreta que aqueles posseiros vivenciavam. Sobre essa concretude, a tentativa de modificar o posto pelas demandas latifundistas à época também incorporou o entendimento que se tratou de uma práxis insurgente desde o início de suas organizações.

³¹ Usará o termo conglobante “guerrilha” no sentido hispânico de guerrilla [guerra de pequeno porte]. Conforme explicitado por Oikawa (2011) e endossado por autores como Clodomir dos Santos Moraes, José de Souza Martins e Osvaldo Heller da Silva, assim como os autores da obra Memórias do Sindicalista José Rodrigues dos Santos – As lutas dos trabalhadores rurais no Paraná que marcou a literatura sobre o tema.

Para compreender a práxis de Porecatu em sua essência é preciso não isolá-la em sua manifestação, mas desenvolver uma análise que conjecture a Guerrilha como uma unidade do real, como um momento do todo que se processava:

O isolamento – por abstração – dos elementos, tanto de um domínio de investigação quanto de conjuntos específicos de problemas ou de conceitos no interior de uma área de pesquisa, é certamente inevitável. O que permanece decisivo, no entanto, é saber se isolamento é somente um meio para conhecer o todo, isto é, se ele se integra sempre no contexto correto de conjunto que ele pressupõe e ao qual apela, ou ainda se o conhecimento abstrato do domínio parcial isolado conserva sua “autonomia”, e permanece um fim “em si”. (Lukács, 2003, p. 107).

A abstração é, pois, um meio para se conhecer o que se processava no ambiente em que se desdobra o Levante de Porecatu. Neste ponto, para operar a análise da práxis insurgente da guerrilha de Porecatu em seu contexto de mudanças do capitalismo internacional e da política nacional-brasileira é preciso situá-la na totalidade em que se assenta. Se é “o mundo” que media o sentido da práxis, depois de explicitar a Guerrilha de Porecatu em sua célula elementar como práxis insurgente, apresenta-se, a seguir, com efeito, a crítica às formas históricas que constituem seu sentido como antagônico à questão agrária posta na periferia capitalista - uma abstração necessária para entender como se engendra o sociometabolismo que assujeita os camponeses a um incessante processo de negação. Englobam-se, na materialização dessas formas que constituem a forma imperante do capital no campo brasileiro, pela inserção e expansão do valor de troca, a acumulação primitiva, a denúncia da Divisão Internacional do Trabalho e da Dependência, o Estado Nacional, a luta de classes e a formação social brasileira.

Diante disso, trazemos concretude a práxis insurgente do movimento emergido em Porecatu em suas nuances, sua mediação transformadora na representação do combate às formas de interiorização do capitalismo dependente. Buscamos, por meio da práxis insurgente, aproximar a determinação mais simples da abstração, apresentando a seguir categorias que a elevam a níveis mais complexos, a fim de caminhar rumo à concretude da práxis insurgente de Porecatu em sua essência, sob a mirada da teoria marxista da dependência.

1.2 Acumulação Originária: Conceito e Interlúdio

Ao tratar da pré-história do capital, que antecedeu a realização do capitalismo como modo de produção dominante, Marx dedica em *O Capital*, vol. I, capítulo XXIV, o tema da “A

assim chamada acumulação primitiva”³²; o solo histórico que se fundamenta a produção da mercadoria, o qual separa os meios de produção dos produtores. Isso significou a instalação da propriedade privada dos meios de produção e da transformação do trabalhador em assalariado (não mais escravizado ou servo, na dimensão hegemônica de funcionamento do particular modo de produção capitalista).

As vias que ocorreram esse processo são denominadas pela literatura marxiana como processos de espoliação. Como o próprio Marx apregoa, “[a] história [da acumulação originária] assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (Marx, 2013, p. 516). Neste sentido, o autor dimensiona que os modos que se desenvolvem a acumulação originária não estão restritos ao período anterior às revoluções burguesas europeias; atenta-se, entretanto, em descrever as vias clássicas do capitalismo inglês que se deu essa separação do meio de produção e os trabalhadores.

Ao longo desta descrição da expropriação do trabalhador inglês, Marx menciona vários momentos da história inglesa, tais como a expropriação da terra dos camponeses livres da Inglaterra, a criação das cidades, a Reforma Protestante no século XVI - que suprimiu terras eclesiásticas da Igreja Católica-, os cercamentos de terras e as legislações sanguinárias. Essas leis puniam, de um lado, o uso da pequena propriedade da terra e o trabalhador livre que permanecesse nela por meio de altos impostos e, por outro lado, o camponês repellido a viver na cidade que não aderira ao modo de trabalho assalariado-fábrica. Esses momentos, como continua o alemão, culminaram no sistema colonial que consumou essa acumulação primitiva dos países colonizadores:

Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista (...) (Marx, 2013, p. 533).

³² Evidência que alguns autores como Pazello (2016a) e Gorender (2016) argumentam pela substituição do vocábulo primitivo por originário, ficando “acumulação originária” em razão do peso histórico etnocêntrico que o termo primitivo carrega. Outros autores como Harvey em *New Imperialism [Novo imperialismo]* (2003) advogam pela terminologia “acumulação por desapossamento” [*accumulation by dispossession*] para sinalizar o caráter contínuo da acumulação primitiva e combater interpretações que entendem ser uma dimensão já superada – limitada à pré-história do capital. Entretanto, feita esta breve interjeição, é preciso pontuar que as acepções de primitivo usadas aqui e por Marx vem do latim *primitivus* que vem de primeiro, entretanto reconhece que este vocábulo tenha adquirido uma conotação que pressupõe uma unidade linear entre culturas sendo o auge evolutivo o estágio europeu; evidente, portanto, a conotação eurocêntrica.

É possível aferir que a acumulação primitiva estabelece estreita relação com a terra: "(...) a expropriação da massa do povo, que é despojada de sua terra, constitui a base do modo de produção capitalista" (Marx, 2013, p. 544). Com o xeque-mate da colonização, a transferência de bens da colônia para a metrópole enriqueceu os países pelo desapossamento da terra-trabalho de pessoas escravizadas³³ dos países colonizados para tornar riqueza capitalista. O signo da terra como meio de espoliação por excelência continua mesmo com a independência formal das colônias no século XIX.

A eminente pensadora revolucionária Rosa Luxemburgo (2021) exsurge pela postulação da violência constitutiva da acumulação primitiva deve ser apreendida não apenas em sua dimensão genealógica em relação à formação do capital, somente as “dores do parto” (p. 372), mas também enquanto processo contínuo, intrínseco a reprodução ampliada de capital na continuidade de práticas espoliatórias dos países periféricos para a acumulação dos países de capitalismo central.

Ademais, Rosa Luxemburgo – notável revolucionária e economista marxista – encarna um salto dialético-analítico na crítica à acumulação capitalista, sendo amplamente recuperada por autores centrais nesta dissertação, tais como José de Souza Martins, Ernest Mandel e György Lukács³⁴. Sua obra não apenas desvela as contradições materiais do capital, mas também articula uma abordagem histórico-literária na qual, nas palavras de Lukács (2003, p. 118), “desenvolve-se uma história das lutas em torno da possibilidade e da expansão do sistema capitalista”. Essa perspectiva converge de maneira substantiva com a exposição interpretativa que esta pesquisa elabora, na medida em que revela a dinâmica conflituosa e expansiva inerente à reprodução do capital.

A autora recebeu o título de teórica da “tradição dos oprimidos”, certo que este título faz jus ao compromisso epistemológico e político de Rosa Luxemburgo em sua curta vida. Esta se preocupou em inserir em sua análise da reprodução ampliada do capitalismo aqueles negligenciados pelas análises generalistas, como camponeses e indígenas, os condenados da terra em geral, nos termos de Fanon (2022). A força analítica da revolucionária está em

³³ “Como Marx observou, o excedente econômico produzido nessas áreas não chegava a transformar-se realmente em capital no interior delas, onde era extorquido ao produtor direto por vias escravistas e servis, mas fluía ao exterior para converter-se, ali sim, em capital” (Cueva, 1983, p. 24). Essa interpretação também é compartilhada por José de Souza Martins (2010) ao tratar do sistema escravocrata que vigorou no território brasileiro como determinado pelo comércio mercantil, sendo a pessoa escravizada renda capitalizada pois se convertia em valor no comércio internacional do tráfico negreiro.

³⁴ Cf. a exposição de José de Souza Martins na apresentação de *O cativo da terra* (2010); Ernest Mandel, em *O capitalismo tardio* (1985), especialmente na seção *As leis de movimento e a história do capital* – ainda que com ressalvas quanto ao tema da concorrência; e Georg Lukács, em *História e consciência de classe* (2003), no ensaio *Rosa Luxemburgo como marxista*.

evidenciar de forma articulada as determinações sócio-históricas que moldam a constituição política, econômica e social das classes e povos subalternizados a partir das suas lutas e resistências contra a expansão capitalista.

Em face destas importantes contribuições de Rosa, ao longo da historicidade da literatura marxista, os termos espoliação e exploração adquiriram sentidos categoriais diferentes. Uma vez que com a revolucionária polonesa “acumulação se livra da sua forma absolutista. Ela se transforma na questão histórica das condições da acumulação (...)” (Lukács, 2003, p. 120).

A espoliação e a exploração representam o mesmo processo de subordinação do trabalho ao capital, embora assumam diferentes acepções. A espoliação é entendida como o processo que inicia o capital novo, estando ligada às violências da acumulação primitiva advindas da negação do acesso aos meios de produção da vida, enquanto a exploração é ligada à reprodução do capital já constituído (Lencioni, 2012). Entretanto, as modalidades de espoliação da acumulação primitiva continuam a se produzir, não se reduzindo ao período anterior à hegemonia do modo de produção capitalista. Isso gera expropriações que promovem a expansão dessa base social do capital, nutrida por estes dois movimentos contraditórios e complementares, como demonstra Virgínia Fontes (2010):

(...) a condição social para a extração do mais-valor não pode se limitar a um momento prévio ou anterior ao pleno domínio do capital, embora seja correto dizer que a plena expansão do mercado pressuponha populações extensamente expropriadas. As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista (p. 45)

Clareia a explicação, enquanto espoliação se relaciona com o uso violento sobre a terra como mercadoria, exploração confere o uso violento sobre o ser humano e sua condição ontológica, o trabalho. Fontes (2010) ainda expõe que uma das primeiras e contínuas expropriações são as de negação de massas camponesas do acesso à terra, denominando-a expropriação primária. Deste modo, espoliação e exploração são elementos fundantes da lógica da acumulação primitiva e da lógica de reprodução da base social do capital que possuem como ponto imanente a terra, das origens agrárias do capitalismo³⁵. Sobre este caráter de continuidade e de ruptura da acumulação do período colonial para acumulação após a independência formal dos países através da terra, dialeticamente Armando Bartra (2006) chama de premissa histórica do nascimento do capitalismo e premissa estrutural de reprodução do sistema.

³⁵ Como destaca Ellen Wood em “As origens agrárias do capitalismo”. Em: Revista Crítica Marxista, Nº 10. São Paulo: Boitempo, 2000.

Mandel (1985) converge o processo de acumulação primitiva de gênese do capital e o de seu autodesenvolvimento, posicionando que este processo tem mais latência nos países subdesenvolvidos. A unidade deste processo se encontra em três momentos:

a) acumulação de capital em andamento, no âmbito de processos de produção já capitalistas; b) acumulação primitiva de capital em andamento, fora do âmbito de processos de produção já capitalistas; c) determinação e limitação do segundo momento pelo primeiro, isto é, luta e competição entre o segundo momento e o primeiro (Mandel, 1985, p. 31).

Neste terceiro momento descrito por Mandel (1985) – de disputa entre as duas formas de acumulação – fica evidente a pressão de expansão do capital do centro para a periferia, em direção a novos domínios e esferas de produção que se convertem em setores que até então só produziam valor de uso³⁶ ou, quando este domínio do capital não é feito diretamente, liga-se a esses valores de uso a trocas baseadas em relações capitalistas. O que gera – em última instância – sua ligação com o mercado mundial.

Como exemplo para a plena explicitação, podemos citar as relações de colonato do norte do Paraná³⁷ no fim de 1930 e início de 1940, em que o cultivo de pés de café pelo colono sem-terra devia ser entregue ao fazendeiro-proprietário para sua comercialização, podendo usufruir de uma colheita para subsistência entre os vãos de cada fileira de café. Tratava-se, pois, de uma relação não capitalista. Entretanto, essa relação dos colonos com o comércio (internacional ou nacional – a depender do proprietário) ficavam indiretamente à mercê das oscilações do café no cenário do mercado internacional. Com efeito, quando o café declinou no cenário mundial fez com que os colonos da região sofressem as consequências desta articulação.

Ao fim e ao cabo, o que se conclui é que a tendência histórica da acumulação no capitalismo aparece como “lei geral absoluta”:

(...) forma especificamente capitalista do processo de produção social – e, sobre as bases preexistentes, ela não podia se desenvolver de outra forma que não a capitalista –, tal divisão é apenas um método particular de produzir mais-valor relativo ou aumentar a autovalorização do capital – que também pode ser chamada de riqueza social (...). Ela produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho (...) (Marx, 2013, p. 301).

³⁶ Trataremos com mais profundidade o tema do valor, central na nossa análise, mais a frente. Apenas observa para a plena compreensão que valor de uso constitui a criação de bens, sua utilidade, a satisfação de uma necessidade com o produto do seu trabalho (Rosdolsky, 2001)

³⁷ Na região de Porecatu havia vários tipos de colonatos que trataremos com mais profundidade no capítulo dedicado à concretude das relações posseantes (Capítulo terceiro)

Da lógica originária da acumulação do período colonial com a terra e o trabalho escravizado, houve exponencial aumento da composição orgânica³⁸ de capital dos países-metrópoles e seus parceiros comerciais com as matérias-primas das colônias. Aos condenados da terra restou a “desarticulação primitiva” como denomina Cueva (1983) para referir ao processo de espoliativo do período colonial na América Latina:

Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (Marx, 2013 p. 877).

1.2.1 A acumulação originária à brasileira: escravismo colonial e plantagem

De forma semelhante, voltado às questões econômicas, Gorender (2016) aborda que o sequestro de pessoas escravizadas para a América do Sul constituía uma “desacumulação, um corte nas possibilidades de acumulação de fundos produtivos, uma redução sempre substancial dos recursos poupados para investimento” (p. 244). O autor utiliza esse argumento para contrapor aqueles que defendiam o caráter capitalista do regime colonial escravista, visto pela perspectiva do mercado mundial, situando este modo de produção como pré-capitalista.

Entretanto, para além das acepções teleológicas da transferência de renda das colônias para a metrópole, muito se processava por aqui. Seguem a tradição de Marx sobre as formas antediluvianas do capital como afirmam Gorender (2013a, 2013b) e Martins (2010). Para os autores, o capital precede o capitalismo³⁹, sendo a renda da terra de origem pré-capitalista uma das formas de acumulação primitiva. Certo que não é excessivo concluir que a formação social capitalista no Brasil adveio da acumulação originária empreendida pelo escravismo colonial - por mais de 300 anos-, ainda presente no modelo de desenvolvimento capitalista dependente executado no país.

Gorender (2016) defende que o escravismo colonial foi um modo de produção particular

³⁸ Na teoria marxista composição orgânica de capital é usada para se referir à relação entre capital constante (instrumentos de trabalho e matérias-primas) e capital variável (valor da força de trabalho) no processo produtivo.

³⁹ Em Gorender (2013, p. 22) “(...) vê-se que não se pode deixar de distinguir o modo de produção capitalista das formas pré-capitalistas de capital, isso porque o capital precede o capitalismo”; e em Martins (2010) "Sendo a renda da terra de origem pré-capitalista, contradição e obstáculo à expansão e ao desenvolvimento do capital, perde, no entanto, esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada. (...)A determinação histórica do capital não destrói a renda da terra nem preserva o seu caráter pré-capitalista - transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada" (p. 24)

e historicamente novo das Américas. Fazendo um trabalho de “desobstrução metodológica” sobre o período, o autor criticou os argumentos que despontavam na época – e até hoje subsistem – de que se trata de um modo de produção feudal⁴⁰, a disputa entre o arcaico/moderno e economia de subsistência/mercado⁴¹, um mero ciclo econômico – a teoria dos ciclos⁴² ou a ênfase categorial no latifúndio⁴³ ou da classe senhorial⁴⁴.

Não se preocupará em contradizer as linhas interpretativas acima, apenas em expô-las como caminhos analíticos unilaterais que foram executados para compreender a história do período colonial brasileiro. Sobressai, entretanto, a visão metodológica de analisar de dentro para fora e de fora para dentro, na dialética que culminou no modo de produção escravista colonial engendrado aqui:

Não é minha ideia que a visão metodológica de fora para dentro seja inútil e, por si mesma, distorcida. Com ela foi possível estudar a colonização como ato de colonizar e tudo o que seu processo implicou para a economia europeia [...] Mas, se rejeitarmos os integracionismos simplificadores e considerarmos que o ato de colonizar originou, nas Américas, modos de produção que precisam ser estudados em sua estrutura e dinâmica próprias, então, a visão metodológica carecerá de uma volta de 180 graus para focalizar seu objeto de dentro para fora (Gorender, 2016, p. 59)

Logo, é fato que a acumulação originária da colonização implicou um acúmulo de recursos aos países que empreendiam este percurso colonizador o qual se situa o Brasil em sua posição de colonizado. Porém, sem embargo para a compreensão analítica proposta por Gorender, além do ato de colonizar, o autor também chama a atenção para a dinâmica que se desenvolvia aqui, a do colonizado e, mais especificamente, da pessoa escravizada. Este a que se reputa ser o centro, fator primário, antes das relações de propriedade ou da estrutura exportadora para compreensão da formação social colonial brasileira.

⁴⁰ Aponta a interpretação de Nelson Werneck Sodré (Gorender, 2016).

⁴¹ Denominada por Gorender (2016) de interpretação histórica dualista, foi amparada por Ignácio Rangel e Jacques Lambert. Quanto à dualidade historiográfica entre economia interna e externa, aponta para Celso Furtado como figura de maior destaque.

⁴² Gorender (2016) critica a historiografia econômica que teve como centro a análise da história econômica do Brasil império a partir do produto de exportação dominante a cada época. Em seu auge, a teoria dos ciclos teve como maior exegeta Roberto Simonsen.

⁴³ Sobre a ênfase do latifúndio na análise do período colonial, Gorender (2016) critica a interpretação de Alberto Passos Guimarães, autor da obra “Quatro Séculos de Latifúndio” [1963], por ter como categoria central o latifúndio e as relações escravistas aparecerem apenas como secundárias diante da propriedade.

⁴⁴ Gorender (2016) chama de interpretação sociológica empreendida por Oliveira Vianna e Gilberto Freyre.

Inspirado no texto de preparação de O Capital “Formações Econômicas Pré-Capitalistas” também conhecido como *Formen*⁴⁵, Gorender (2016) defende que a produção escravista colonial se convencionou em um modo de produção historicamente novo e não um capitalismo anômalo. Com isso, diversos modos de vida indígenas foram subjugados ao modo de produção escravista colonial, caracterizado por sua articulação com o mercado internacional, sustentado pelo uso da mão de obra de pessoas escravizadas, sequestradas do continente africano. Esse modelo produtivo, centrado no trabalho escravizado e no domínio político português-colonial, não foi residual ou acessório - como ocorreu em outras economias -, mas sim predominante. Por mais de três séculos, instaurou-se a força de trabalho da pessoa escravizada como “propriedade viva”, já que sua condição fundamental era definida pela pertença a outrem. Essa sujeição pessoal era marcada pela perpetuidade e pela hereditariedade da condição.

Desta base que se edificou o capitalismo – o escravismo colonial –, a plantagem⁴⁶ foi a forma-propriedade adotada. Tratou-se de uma monocultura de uso destrutivo da terra realizada em vastas explorações concedidas pela coroa portuguesa voltada ao mercado externo, a produção era estabelecida a partir da circulação comercial. Isto é, durante o período escravista havia a transferência compulsória do trabalho forçado excedente que se concretizava na forma de capital comercial. Dois pontos importantes a se destacar: havia financiamento antecipado que orientava a produção e a hipoteca de contrapartida eram as pessoas escravizadas (Martins, 2010; Gorender, 2016).

A plantagem escravista colonial possuía traços característicos predominantes: especialização na produção de gêneros voltados ao abastecimento do mercado mundial; escala superior à unidade agrícola familiar⁴⁷ que se organizava pela direção integrada que gerenciava toda a cadeia produtiva, inclusive a etapa de beneficiamento dos produtos que ocorria no mesmo complexo produtivo; a divisão do trabalho se estabelecia verticalmente dentro da grande

⁴⁵ Acerca da inspiração do texto, Gorender enfatiza dois pontos: a multilinearidade do desenvolvimento histórico e o segmento da obra que aborda que os donos das plantagens na América são uma anomalia no mercado mundial baseado no trabalho livre.

⁴⁶ Aqui adota a terminologia adotada por Gorender para tratar das grandes explorações agrícolas durante o período mercantilista, pois como o autor trata no capítulo II da obra O Escravismo Colonial (2016) o anglicismo *plantation* para se referir às grandes propriedades do período colonial que usavam do trabalho escravizado é polissêmico, sendo utilizado em diferentes tipos de explorações coloniais e neocoloniais como as empreendidas posteriormente pela França e Inglaterra. Plantagem seria o termo próprio para se referir ao modo particular que se engendrou no Brasil.

⁴⁷ Como não se tratava de subsistência, três características da plantagem diferenciam da produção camponesa: tamanho da propriedade, sendo a plantagem notadamente maior e produzindo bens em uma escala correspondentemente superior, além de que o cultivo e o beneficiamento do produto ocorriam no mesmo complexo produtivo.

propriedade e em regra a maioria das pessoas escravizadas exercia funções de acordo com as demandas momentâneas do estabelecimento [intercambialidade de funções] (Gorender, 2016).

Graças às suas características de direção unificada, de disciplina rigorosa e de integração de todas as tarefas, a plantagem foi uma forma de organização econômica adequada ao emprego do trabalho escravo, em que a iniciativa autônoma do agente direto do trabalho era nula. Plantagem e trabalho escravo podiam combinar-se e alastrar-se como uma só coisa na América colonial (Gorender, 2016, p. 126).

Sobre a propriedade destas vastas áreas, havia uma exclusividade da Coroa Portuguesa que fazia uma “concessão de uso” aos fazendeiros; essa prática era amparada pelo direito hereditário como forma de continuar a atividade agrícola e conservar as exportações. Todavia, em razão da restrição à compra e à venda dessas propriedades, não se caracterizavam como propriedade privada da terra (Stedile, 2012a). As características desta produção de 1550 até 1850 podem ser sintetizadas por seis pontos:

- 1 - Produção exclusiva para exportação no mercado colonial, salvo produção de subsistência pouco relevante.
- 2 - Tráfico de escravos de cateter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador.
- 3 - Subordinação total da economia colonial a Metrópole e impossibilidade de uma acumulação primitiva do capital interna em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo ao capitalismo não dependente.
- 4 - Latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade.
- 5 - Legislação repressora contra os escravos violenta e sem apelação.
- 6 - Os escravos lutam sozinhos de forma ativa e radical contra o instituo da escravidão (Moura, 1987, p. 39)

Por isso, José de Souza Martins em *O Cativo da Terra* (2010) afirma que as pessoas escravizadas não geravam renda pré-capitalista e sim renda capitalizada⁴⁸ – que se capitalizava no comércio com o traficante de pessoas negras sequestradas de África. A relação de trabalho coercitiva direta do escravismo era determinada pelo rentismo do trabalho e não da propriedade de terras, sendo estas até 1850 concedidas pela coroa portuguesa, o que acompanha o pensamento de Gorender (2013b) que a propriedade privada da terra no período colonial era juridicamente alodial e alienável.

Não à toa, a Lei de Terras de 1850 é tida como o marco normativo inaugural da propriedade privada fundiária do Brasil. A partir dela, torna-se possível adquirir terra mediante compra, tornando-se equivalente de capital, passando da propriedade do trabalho para a

⁴⁸ Gorender (2013) não adere a essa análise, chamando a renda produzida pelos escravistas e fazendeiros de renda-trabalho e renda-produto. José de Souza Martins utiliza a terminologia renda capitalizada porque no mercado externo ela se tornava capital.

propriedade da terra, eis que o trabalho cativo para o cativo da terra “fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava” (Martins, 2010, p. 7). Em suma, a transição do modo de produção da plantagem escravista colonial para o capitalismo dependente é distinguida pela inversão em que o trabalho se torna livre e a terra, cativa.

Marco normativo, ressalta, pois em atenção ao próprio método empreendido nesta pesquisa, estas constituem a aparência de um processo que em essência nos revela elementos em seus antecedentes históricos e em seus efeitos sociais muito mais complexos do que a própria letra da lei. Embora esta constitua uma força bastante impositiva na juridicidade normativa necessária para a subsunção real do trabalho ao capital e seu pleno funcionamento.

De modo que não há como fazer uma interpretação autônoma das legislações, uma vez que se trata de uma ordem particular e organizada que assegura e garante determinadas relações sociais. A marca principal que se alicerça a superestrutura jurídica capitalista são as relações de propriedade, isto engloba a de sujeito de direito⁴⁹ que possibilita a venda da força de trabalho e a exclusão da propriedade dos meios de produção (aqui inclui a terra) a que se viabiliza o primeiro (Pachukanis, 2017).

Desta especificidade fundante, é possível analisar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da propriedade do trabalho para a propriedade da terra. Destacam-se, nesse contexto, as duas legislações de 1850 que marcaram o início desse processo: a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico negreiro, promulgada em 4 de setembro daquele ano, e a Lei de Terras (Lei nº 601), promulgada duas semanas depois, em 18 de setembro de 1850, que determinava a aquisição e regulamentação da propriedade de terras apenas mediante compra. Enquanto a primeira restringia o modo de organização escravista, a segunda mercantilizava a terra, restringindo seu acesso unicamente por meio da transação comercial.

Fruto deste processo que se instaurava, o artigo 18 da Lei de Terras enuncia sobre o incentivo à imigração, promovendo a colonização estrangeira como aponta:

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem (Brasil, 1850, mantida a grafia original)

⁴⁹ “Homem em geral”, em que a economia sobrepõe o sujeito, passando a se constituir como uma generalidade, uma abstração impessoal – produto das relações sociais (Pachukanis, 2017).

Essas medidas estavam associadas à pressão exercida pela Inglaterra, país que, à época, constituía o epicentro dos ditames capitalistas e, portanto, detinha posição hegemônica na divisão internacional do trabalho; posição esta legatária em grande medida do fluxo de metais preciosos e produtos exóticos advindo das colônias. A fim de prosseguir e expandir seu processo de industrialização, a Inglaterra necessitava, simultaneamente, da importação de matérias-primas para a etapa de produção, e da ampliação de mercados consumidores externos que possibilitassem o escoamento de seus produtos manufaturados.

Inclusive, Parron (2015) desmistifica a ideia de um abolicionismo escravista moral por parte dos ingleses, trazendo à luz documentos que ressaltam os interesses mercadológicos de expansão do modo de produção capitalista como tendência econômica; isto é, mecanismos coercitivos voltados à criação de um mercado consumidor, o que, no Brasil, impunha a necessidade do remate do trabalho escravizado para que os sujeitos se configurassem como trabalhadores livres e para que as matérias-primas brasileiras deixassem de permanecer circunscritas ao controle comercial de Portugal. Em suma, foi no contexto expansionista baseado no interesse econômico do capital inglês que a Divisão Internacional do Trabalho foi introduzida, tendo a Inglaterra como centro.

Com isso, a equivalência da terra ao capital, sob a forma de propriedade privada, está diretamente relacionada à instauração do trabalho livre no Brasil e à diversificação das matérias-primas, aumentou-se a produção de café e algodão para atender às demandas da industrialização em curso. No entanto, essa necessidade imanente à configuração histórica de produção dessas *commodities*, cuja valorização se realizava por meio da exportação para os centros hegemônicos, demandava a propriedade privada da terra no Brasil; a possibilidade dessa realização do valor não existia se a terra fosse livre. De modo que no movimento de abstração, propriedade privada da terra e valor podem ser entendidas como instituições articuladas para atender ao desenvolvimento desigual e combinado que compõe o capitalismo em escala mundial (Martins, 1973).

Das legislações importantes neste período, destacam a independência formal do Brasil (1822), a Lei de Terras (1850), a abolição do tráfico negreiro com a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Lei Áurea (1888) - todos esses processos que antecederam a constituição da República em 1889, somados à naturalização dos imigrantes (1891) - foram marcos importantes, mas não determinantes da instauração do trabalho assalariado no Brasil. A transição da economia escravista-colonial para a capitalista no Brasil foi muito mais heterogênea do que a simplificação presente no debate de transição feudalismo-capitalismo, ou a da economia dual (moderna/tradicional).

A passagem do escravismo pleno ao escravismo tardio segundo Clóvis Moura endossa este entendimento. O escravismo pleno que ocorreu até 1850/1851 é transmutado com a Lei de Terras e a proibição do tráfico negreiro que inicia a fase do escravismo tardio. Diante das mudanças mundiais e das insurgências dos escravizados, legislações tentam “amenizar” essa contradição social, o autor destaca a Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários, lei que extingue a pena do açoite, a proibição de venda separada de escravos casados. As características que sobressaem deste período são diversificação de relações de produção regionalmente, parcela de trabalhadores livres e permanência de relações escravistas; empresas que empregavam trabalho livre e escravo; influência progressiva do capital monopolista, principalmente inglês; e subordinação das relações econômicas ao mercado mundial. Assim, na era de exportações de capitais, substituindo a exportação de mercadorias, há um aumento de fluxos de capitais investidos no Brasil que ensejaram sua modernização com a abertura de estradas de ferro, gás de iluminação e bondes de tração animal (Moura, 1987).

Em decorrência destas transmutações em curso, instauraram-se diversas formas e tipos de trabalhos livres. Alguns exemplos dessa diversidade são o colonato nas plantações de café e cultura da cana-de-açúcar do oeste paulista e no norte do Paraná com os posseiros, o cambão na região nordeste e o sistema de parceria⁵⁰. No campo, portanto, complexificou-se a instauração do trabalho assalariado com relações de trabalho livres e diversas, o que representou a instauração da produção capitalista de relações não-capitalistas neste momento inicial⁵¹. Em outros termos, a transição do escravismo colonial para as relações de trabalho assalariado não foi a clássica da literatura sociológica, pois não era integralmente mediada pelo salário em dinheiro (Martins, 2010).

Gorender (2013b) elucida a impraticabilidade da monetarização completa pelo assalariamento do trabalho no campo pós-abolição, atribuindo-a a três fatores inter-relacionados: (1) a ausência de um exército rural de reserva, cuja escassez de desempregados flutuantes no campo e o aumento da demanda por esses trabalhadores elevariam os salários e freariam a viabilidade da plantagem nas novas condições do latifúndio; (2) constatava-se pouco capital acumulado entre esses fazendeiros, mas a terra era abundante - o que também se

⁵⁰ Embora os registros do modo de trabalho livre rural organizado em parcerias remonte seu início no século XIX, o sistema de parceria perdura até os dias atuais e foi descrito minuciosamente pelo ensaísta, antropólogo e crítico literário Antônio Candido em sua tese de doutoramento mais tarde virando o livro *Os parceiros do Rio Bonito* publicado pela primeira vez em 1964, sobre sua experiência de trabalho de campo com o modo de vida caipira nos municípios de centro-sul do Estado de São Paulo entre 1947 a 1954.

⁵¹ Martins (2010) atribui a figura do empresário e cafeeiro Antônio da Silva Prado [Barão de Iguape] a transição para o trabalho livre e não assalariado no campo, que pouco depois da abolição em 1888 propôs ao parlamento a subvenção da imigração para a fazenda de café.

relaciona com o imperativo da propriedade privada da terra; (3) Havia a necessidade de fixar o trabalhador no espaço de produção do campo para o ciclo anual da agricultura. Por esses motivos também, várias formas de trabalho livre, como o cambão e o colonato, autorizavam o direito ao cultivo na terra por parte dos lavradores, o que Gorender denomina de formas camponesas dependentes.

Para compreender melhor esta conjectura, Martins (1973) explana que esse devir-capital brasileiro só foi possível porque a figura do camponês ocupa um lugar contraditório no capitalismo dependente. Sobretudo com o incentivo a imigração – subvencionada pelo governo – que ao aumentar quantitativamente a camada de trabalhadores da lavoura incorporado na sociedade brasileira em um momento de crise, este camponês é reequacionado historicamente através da mediação da propriedade capitalista da terra.

(...) o capitalismo se estende ao campo quando se institui a propriedade capitalista da terra, através da classificação desta como equivalente de capital, isto é, renda territorial capitalizada. Esta última vincula imediatamente a atividade produtiva camponesa aos requisitos de reprodução ampliada do capital e às leis do mercado. Entretanto, essa passagem não é visível para o camponês, mas apenas aspectos dela (...) (Martins, 1973, p. 25).

Outra razão para isso é a disputa parlamentar entre fazendeiros-empresários-latifundistas da época pelo fim da escravidão. Os fazendeiros de cana do Nordeste tinham interesse na manutenção da mão de obra escravizada e, caso contrário, em uma indenização do Estado pelo fim dos lucros cessantes da escravidão, enquanto os fazendeiros de café do Sudeste vivenciavam a crise de mão de obra e desejavam a imigração para o trabalho na lavoura. Os dois saíram ganhando, pois a extinção da escravidão, seguida da subvenção do Estado para a imigração, subsidiou a reposição do suprimento de trabalhadores sem qualquer dispêndio dos fazendeiros (Martins, 2010).

Neste sentido, o Estado em sua qualidade de dependente adquire umas de suas características mais proeminentes no ciclo da reprodução⁵² da economia brasileira-dependente: sua subvenção direta para alimentar a valorização do capital privado. Com o custeio do traslado de imigrantes para mão-de-obra nas lavouras, cria-se condições para o aumento do acúmulo de valor por meio da mais-valia apropriada do capital privado destes fazendeiros-empresários-latifundistas. O efeito indireto, ainda, foi a expansão das fazendas de café neste período; entendida como consequência deste “incentivo econômico”, a rápida ocupação de

⁵² Acerca do ciclo do capital na economia dependente, trataremos com minúcias adiante no tópico sobre desenvolvimento desigual e combinado na América Latina.

regiões de interiores que ainda não haviam sido absorvidas pelo capital sucedeu em um aumento do preço da terra.

Neste período há o reforço de certas tendências como domínio as oligarquias rurais⁵³ e agudização os processos de transferência de bens primários para os países industrializados, de modo a conformar a posição subordinada e dependente do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho. Arruda (2007) evidencia que, em uma sociedade agrária no capitalismo, o acesso à propriedade da terra é dificultado porque a terra consiste no meio de produção mais importante e paradigmático no processo de apropriação do mais-valor advindo do sobretrabalho. Este sobretrabalho pode ser compreendido como superexploração na Teoria Marxista da Dependência, caracterizado pelas condições laborais dos países dependentes em que a queda dos preços da força de trabalho, a quantia monetária dos salários, não permitem a plena reprodução da classe trabalhadora.

A superexploração da força de trabalho na agricultura configura-se como um efeito direto da lei do valor. O espaço rural, enquanto lócus da produção primária (de baixo valor agregado), e a dinâmica de escoamento de valor para a esfera urbana (característica da cooperação antagônica entre campo e cidade), impõem a compensação da sua baixa composição orgânica do capital mediante a intensificação da exploração.

(...) mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro (Marini, 2022, p. 181).

Também por isso, Traspadini (2016) aponta que o sentido da terra e do trabalho é redefinido a partir da produção mercantil baseada na reprodução ampliada de valor, assentada na América Latina por meio da superexploração. No período colonial, a relação colônia-metrópole marca a entrada do agente externo colonizador nas Américas, estabelecendo uma cooperação antagônica voltada ao acúmulo de bens nos países europeus através da espoliação colonial. Esse quadro histórico é transformado a partir do século XIX, com o giro da Europa para o capital industrial e a integração da América Latina ao mercado internacional como

⁵³ Oligarquia rural no sentido de monopólio da terra pelo latifúndio e controle do voto.

economia exportadora de produtos agrícolas, configurando a subsunção real do trabalho e da terra às exigências do capital industrial.

Destas mudanças do trabalho e da propriedade de terras com a implementação do modo de produção capitalista, Kautsky (1968) destaca as mudanças de formas pré-capitalistas de exploração para a mudança de natureza capitalista da exploração. O autor demonstra que, com o advento do capitalismo, o endividamento passa por uma ressignificação: deixa de ser um instrumento pontual de expropriação do camponês para se tornar uma força propulsora sistêmica, cuja ação se expande e se generaliza. O resultado é a expropriação camponesa como regra; as motivações variam com o período histórico e as emergências do capital industrial como interesses militares, renda da terra, necessidade de mão-de-obra da indústria urbana, fatores que transformam a vida no campo e o trabalho rural oneroso à família camponesa.

Nesta nova quadratura histórica, com a transformação ocasionada pelo gradual avanço do capitalismo no campo, formas de relação com a terra ainda autônomas como as dos antigos sitiantes, homens e mulheres recém-alforriados e posseiros caipiras passaram a ter como mediação a propriedade capitalista da terra. Esse processo longo e descontínuo articulou-se, por sua vez, com os estímulos promovidos pelo Estado brasileiro, que subvencionou a imigração de trabalhadores livres e pobres provenientes da Europa para a atividade agrícola. Assim, infere-se que, na transição do cativo do sujeito escravizado para o cativo da terra, o Estado brasileiro desempenhou um papel ativo na reorganização das relações de trabalho e de propriedade (Martins, 1973).

Sobre esse processo de imigração analisado, destinado ao trabalho na lavoura, Martins (1973) aponta que o migrante é definido como portador de força de trabalho, e que sua migração para o Brasil constitui resultado do comércio internacional da mercadoria específica que é a mão de obra. O sociólogo ressalta ainda que esse processo, além de historicamente determinado pela expansão do modo de produção capitalista, cumpre um papel social ao assimilar essa mão de obra-mercadoria na sociedade brasileira, subordinando-se à nova ordem internacional.

1.3 Estado nação e inserção da América Latina no mercado mundial

A mobilização de recursos do emergente Estado nacional brasileiro para a passagem do trabalho escravizado para o trabalho livre resultou, concomitantemente, em sua própria estruturação. A formação do Estado-nação aparece como uma etapa fundamental para desenvolver o modo de produção capitalista que só se realiza no espaço-fronteira territorializado pelo estado nacional. Essa centralização política, no interior do território organizado em Estados-nações, é necessária tanto para o disciplinamento de classes e etnias

quanto para o estabelecimento de condutas econômicas favoráveis às trocas mercadológicas, como a adoção de uma moeda única (Osório, 2019).

Essas condutas favoráveis à lógica mercantil, também incidem sobre a cultura, uma vez que necessitam do aceite tácito e institucional para serem efetivadas. Hobsbawn e Ranger (2008) denominam este substrato cultural de "tradição inventada" definidas como "práticas (...) de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado [apropriado]" (p. 9). Por "apropriado" entende-se aquilo que incorpora e omite elementos úteis às diferentes fases do capital. Duas manifestações proeminentes desse fenômeno na história do Paraná são: o paranismo (entre as décadas de 1920 e 1930), concebido como um constructo discursivo que forjou uma identidade regional homogênea por meio da articulação de narrativas históricas mitificadas e da criação artificial de um passado comum para os paranaenses; e os discursos das empresas colonizadoras, como o da Companhia de Terras Norte do Paraná (mais atuante entre o fim da década de 1930 e a década de 1940), que promovia um aparato discursivo destinado a legitimar seus empreendimentos de colonização como um avanço rumo à modernização da região norte-central paranaense.

A definição de Jaime Osório (2017, 2019) sobre Estado-nação permite avançarmos na apreensão do seu papel instrumental na reprodução ampliada do capital; o autor define o Estado-nação como a expressão da necessidade de base territorial tecno-organizativa do capital para se ordenar. Esta desenvolvida em uma dialética de intervenção direta na reprodução do capital como em investimentos diretos em infraestrutura produtiva, na definição de salários mínimos e na valorização de determinados produtos internos mediante incentivos fiscais; opera, ainda, ao regular aquilo que é legal e aquilo que é ilegal, de modo a exercer coerção e penalidade sobre as lutas sociais, mediando-as dentro do padrão legal e punindo as ilegais:

O papel do Estado-nação é fundamental na luta de classes, já que também estabelece a fronteira entre o legal e o ilegal, o permitido e o inadmissível, as lutas sociais que são reconhecidas porque operam dentro da lei e aquelas que não são reconhecidas porque se desviam da lei (Osório, 2017, p. 13, tradução nossa).

Há, portanto, estes componentes elementares que organizam os Estados-nações em geral e há os elementos próprios da dinâmica marginalizada que se assenta os estados capitalistas periféricos. Alude estes às formações sociais que não estiveram presentes na gênese do desenvolvimento capitalista o qual ocorreu na Europa ocidental e as que não foram alçadas

como potências mundiais já no período posterior com concentração de unidades produtivas e de desenvolvimento industrial, como os Estados Unidos (Marini, 2022).

Em *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, Lenin (2012) aborda essa hierarquia entre países como Estados devedores e Estados usurários no contexto internacional. A obra, escrita durante a Primeira Guerra Mundial, enfatizou o papel do Estado na construção de monopólios e na ofensiva imperialista:

O desenvolvimento da troca – tanto no interior do país como, em especial, no campo internacional – é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o sistema capitalista (p. 93).

Essa subordinação como Estados devedores, Estados dependentes ou Estados periféricos se torna uma qualidade comum do capitalismo latino-americano, estruturado no contexto da expansão do capitalismo mundial e da dominação exercida pela ofensiva imperialista. Como resultado, o capitalismo no subcontinente assumiu características próprias dentro das leis gerais ligadas à dinâmica capitalista dos países centrais e condiciona algumas estruturas internas em função das possibilidades da economia dos países de centro (Bambirra, 2019). Isto é, a dependência é uma situação condicionante comum, mas há diferenças substanciais que só são desnudadas pela caracterização dos processos que configuram a dependência no interior dos territórios.

Ainda, segundo Dussel (2013), a formação dos Estados nacionais na América Latina, embora marcada pela luta de independência contra uma metrópole externa, foi, internamente, um projeto das oligarquias terratenentes e das minorias liberais ligadas ao mercado externo. Unidas pelo interesse comum de preservar seus privilégios de classe, fundamentados na propriedade privada, essas elites fundaram Estados baseados em um regime fundiário excludente: o latifúndio.

Siendo la oligarquía terrateniente (federales políticamente, articulada al mercado interno económicamente) o las minorías liberales (unitarias, vinculadas al mercado externo) las que fundan el Estado, más se ocuparán de conservar privilegios (derechos subjetivos como la propiedad en manos de la oligarquía) ante el pueblo de indígenas, afro-latinoamericanos, campesinos empobrecidos o marginales post-coloniales (...) para reducirlos a la miseria en un régimen de propiedad excluyente (sólo ejercida por terratenientes de las regiones interiores con pretensión de autonomía (...)). (Dussel, 2013, p. 310-311)

A problemática desta independência formal é tratada por Traspadini e Da Silva (2021) que apontam para a balcanização da região como reflexo disto. Na América Hispânica, as

colônias não eram vinculadas entre si, proibidas de fazer comércio direto, apenas possuindo como centro aglutinador o colonizador espanhol; no Brasil, colônia portuguesa, embora tendo mantido a unidade territorial foi palco de inúmeras tensões regionais entre grupos de camadas médias na primeira metade do século XIX como Alagoas e Pernambuco (1832), Cabanada Amazônica (1833-1837), São Paulo e Minas Gerais (1840), entre outras.

As cidades portuárias que faziam as trocas com a metrópole sedimentaram "tanto [do] poder político, como [do] domínio do capital comercial, essas cidades se relacionavam prioritariamente com o mercado externo, precarizando a própria constituição de um potente mercado interno" (Da Silva; Traspadini, 2021, p. 392) Além do fortalecimento da relação metrópole-colônia, estas cidades também foram edificadoras da ocupação sócio-territorial brasileira. A exemplo do caso concreto, o povoamento do Paraná, já sob a égide do mercado de capitais, desenvolveu-se pelo litoral em Paranaguá, que a partir de 1872 recebeu as primeiras estruturas portuárias do Estado e mais tarde se consolidou como porto marítimo predominante no escoamento de grãos, enquanto a construção da primeira ferrovia do estado, a Paranaguá-Curitiba, teve início nesse mesmo local em 1885.

A herança colonial não se reduz à balcanização e os problemas de centralização territorial das recém-independentes nações latinas e caribenhas. Houve uma continuidade do subdesenvolvimento, agora modificado. Não por acaso, com a segunda Revolução Industrial, iniciada em 1870, expandiu-se a demanda por matérias-primas, buscadas nos países formalmente independentes, que participavam do comércio nos moldes internacionais. A cultura cafeeira do Estado de São Paulo, na segunda metade do século XIX, foi um desses itens forjados por tais relações. A incorporação do Brasil ao mercado mundial revela-se, portanto, como uma das consequências do avanço da Europa Ocidental e da América do Norte, que necessitavam expandir-se, constituindo e dirigindo um sistema econômico internacional ao qual incorporavam os países periféricos, atrasados e subordinados (Kaplan, 1983).

A partir do século XX, com a consolidação Estado-nação, este adquire quatro características mais proeminentes que convergem com os interesses de dominação de classe: 1. Interesses sociais particulares aparecem como de toda sociedade [fetichização, coisificação das relações sociais]; 2. Aparece como uma comunidade que sintetiza costumes e valores morais; 3. O Estado se torna o *locus* principal do exercício do poder político, atesta isso o monopólio da força "legítima" podendo ser usado para erradicar poderes autônomos no território; 4. A reprodução societária é atravessada pelas funções estatais, como as funções burocráticas de registro de propriedade de grandes explorações de terra (Osório, 2019, p. 18-19, 30).

O modelo de ocupação territorial brasileiro segue essas demandas de classe. Com a normatização da Lei de Terras em 1850 ficou claro que estava baseado no modelo de exportação de bens ancorada no latifúndio. Houve, portanto, a instauração do modelo de propriedade capitalista da terra anterior à difusão do próprio capitalismo “a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital” (Martins, 2010, p. 8).

O latifúndio como tendência em oposição à pequena propriedade aparece neste íterim, como “suprassunção do monopólio é sempre sua universalização, o alargamento de sua existência (...)” fato este vislumbrado no período, incentivos fiscais e a propriedade mediante compra e titulação – da transição da economia moral à economia cartorial⁵⁴. Ainda, Marx descreve o processo na Inglaterra “sob o domínio da indústria a propriedade fundiária só podia assegurar a sua grandeza (...) mediante monopólios em face do estrangeiro” (Marx, 2008, p. 76-77).

Essa entrada subordinada às demandas econômicas do mercado de países que já haviam acumulado capital suficiente em razão do processo de expropriação originária foi responsável pelas delimitações do estado-nação latino-americano. Torres-Rivas (2008) expõe que a grande novidade da nação no capitalismo está em concatenar um território através da economia – não mais um rei ou modo de vida –, a consequência é a destruição do que o autor chama de particularismos e generalizações de relações de classe.

Além dessa homogeneização das relações à nível doméstico nos territórios que se ligam pela economia, o capitalismo carrega consigo sua necessidade de expansão que se dá pela universalização de formas produtivas e formas políticas. Este caráter expansivo se revela, em última instância, no mercado mundial (Torres-Rivas, 2008).

A constituição do sentido objetivo de classe também se manifesta nesse panorama, vinculada à economia e definida pela relação que os sujeitos estabelecem com o modo de produção vigente. Feita essa ponderação analítica, é possível avançar com a leitura proposta por Jaime Osório (2019), que, a partir das obras de Marx, sintetiza as diferentes frações constitutivas da luta de classes. Em *O Capital* (1867), Marx apresenta três classes fundamentais — proprietários de terras, burgueses e proletários —, enquanto em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1851) acrescenta o campesinato e a pequena burguesia. Como observa Osório

⁵⁴ Em debate realizado no grupo Saberes em Movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina (UNILA) em 2024, Roberta Traspadini aborda a transição da economia moral à economia cartorial. A legitimidade da propriedade advém do registro público do título da terra (posse) em cartório.

(2019), não se trata de um Marx “equivocado”, “novo” ou “velho”, mas do reconhecimento da complexificação que a luta de classes assume quando reconstruída a partir da análise dialética dos interesses próprios ao tempo histórico, das classes envolvidas e dos diferentes níveis de enfrentamento que caracterizavam o período.

Bambirra (1973) também elucida que as classes responsáveis pelas revoluções em determinado país precisam ser explicadas pelas condições particulares que se desenvolve a luta de classes naquele território. Exemplifica a autora que no caso da Revolução Russa os proletários foram a classe hegemônica, de vanguarda, na conjuntura política revolucionária, embora os camponeses constituíssem maioria no país. Ao passo que na Revolução Cubana, tratou-se de uma revolução popular que a aliança do campesinato, classe obreira, pequena burguesia urbana e camadas pobres da cidade impulsionou a etapa democrática da revolução.

Para identificar as classes envolvidas no processo em análise, é necessário realizar uma reconstrução à luz das condições históricas do estágio de desenvolvimento da produção e do papel ocupado por cada classe na organização social do trabalho. Nesse sentido, traz a clássica definição de Lenin sobre classe:

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao facto de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social (Lenin, 1979, p. 11).

A partir da definição proposta pelo revolucionário russo, enfatiza-se o esforço analítico de reconstruir a luta de classes no tempo histórico em questão. Tal empreendimento parte da identificação das classes antagônicas envolvidas na questão agrária da região de Porecatu no período que antecedeu o Levante propriamente, em sua articulação com os meios de produção nacionais e com a estrutura estatal paranaense. Consideram-se, ainda, as mediações sócio-territoriais e ideológicas então existentes, bem como o contexto de mundialização do capital, no qual terra e trabalho na América Latina eram progressivamente confinados à lógica de produção e reprodução do valor. Trata-se, desse modo, do capital como um processo relacional, contraditório e conflitivo a partir da dimensão da história local (Traspadini, 2016; Bartra, 2006).

A nosso ver, Theotonio dos Santos (1982) buscou compreender o conceito de classes sociais nessa perspectiva. Sobre o conceito nos escritos marxianos, o teórico da Teoria Marxista da Dependência chama a atenção para os níveis de abstração empreendida por Marx, em que destaca quatro:

1. Modo de produção - análise das forças produtivas, relações de produção e modos que interagem no conceito-chave da luta de classes;
2. Estrutura social – concretude histórica, identificação das formas específicas que se relacionam e geram novos componentes, relações e dinâmicas determinadas na sociedade e no tempo histórico estudado;
3. Situação social – análise descritiva da estratificação interna da sociedade, interesses imediatos, valores, formas de pensar e sentir de uma classe;
4. A conjuntura – Análise da conjuntura que desenvolve as contradições estudadas (Ex. período de ascensão ou declínio do ciclo do capitalismo).

Com estes quatro elementos dos níveis de abstração metodológicos em Marx para tornar cognoscível as classes sociais no tempo histórico identificados por Theotonio, o autor procede sua análise na tentativa de conceituar classes sociais. Para isso decompõe os agrupamentos na oposição que firmam entre si no processo produtivo. Quanto à função no processo produtivo, diferencia entre relações de trabalho e de propriedade que podem ter as contradições acentuadas em conjunturas específicas (Dos Santos, 1982). Nesse cenário, observa-se que o conflito de Porecatu como uma conjuntura histórica específica que tornou manifesto o conflito de classes entre o pequeno proprietário juntamente com os posseiros em oposição de interesses aos grandes proprietários de terra em acordo com o Estado.

As classes sociais no campo, por seu turno, podem ser configuradas - e também configuram, na medida em que se tornam agentes -pelo grau e pelo ritmo determinados pelas relações de produção, que resultam no processo histórico responsável por constituir a via de desenvolvimento do capitalismo no meio rural. Chama a atenção, nesse encadeamento relacional orgânico, o elemento que lhe confere unidade: a luta de classes “Así, si el problema de las clases rurales es el problema de la lucha de clases, su piedra de toque radica en la coyuntura. Sobre la base de aproximaciones derivadas de una apreciación sobre el grado, ritmo y vía de desarrollo del capitalismo en el campo (...)” (Bartra, 2006, p. 48).

De modo que para refletir sobre o encadeamento orgânico nos estados-nações é preciso também analisar suas mediações externas, como fenômeno dual (nacional-internacional) de modo a compreender o sentido objetivo no subjetivo (ou subjetivo no objetivo) de classe que as condições postas se relacionam. Como ressalta Hobsbawm “construídos essencialmente pelo alto [as nações], mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses de pessoas comuns (...)” (1990, p. 19-20).

Na conjuntura brasileira de interiorização das formas de reprodução de capital paralelamente à industrialização ocorrida na década de 1930, efetivou-se o processo de formação de classe no campo no cruzamento da determinação das relações produtivas e da atividade provocada pela organização política pelos interesses dos camponeses. Desse modo, para analisar o processo de formação de classe é necessário se debruçar sobre as mediações presentes no cotidiano do trabalho e as práticas de organização que se expressam (Medeiros, 1995).

Com estes elementos, pode-se entender que o objeto a que se debruça este trabalho, a prática insurgente dos posseiros da Guerrilha de Porecatu, tratou-se de contradições no movimento do capital naquele momento – década de 1940 início da década de 1950. Estabelecendo estreita relação com a interiorização do modo de produção capitalista no campo e, conjuntamente, com a acentuação da contradição da forma-nação dependente brasileira que se estabelecia. A formação dos camponeses-posseiros de Porecatu por sua vez, refletem as condições de existência e luta de classes daquele período:

O campesinato, diz [Bartra], deve ser concebido como a síntese de suas condições de existência, a maneira pela qual o sistema o inclui e o exclui, precisa dele e o explora, o reproduz e o expolia e, acima de tudo, como o força a reagir (a se organizar, se reconstituir, se mobilizar...) (Bartra, 2006, p. 18, tradução nova)⁵⁵

Não há, portanto, como falar que a prática empreendida pelos sujeitos da Guerrilha de Porecatu se tratava apenas de uma luta direta pela propriedade da terra. A conjuntura brasileira, a forma de ocupação do campo em Porecatu, os interesses dos posseiros, as mediações criadas e executadas, o cotidiano do trabalho e da produção do conflito refletem uma ação de classe. Reitera-se que se tratou de uma práxis insurgente.

Com estas pistas trazidas neste primeiro momento – luta de classe, latifúndio e Estado-nação – em relevância para analisar o contexto da Guerrilha de Porecatu, a máxima de Marx ainda se faz atual: "Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador" (Marx, 2013, p. 703). Seguindo ao trabalho, avancemos agora aos elementos de inserção subordinada da América Latina e o Caribe no desenvolvimento da produção social capitalista.

⁵⁵ No original: "El campesinado, dice, debe ser concebido como la síntesis de sus condiciones de existencia, el modo en que el sistema lo incluye y lo excluye, lo necesita y lo explota, lo reproduce y lo expolia, y sobre todo en que le obliga a contestar (organizarse, reconstituirse, movilizarse...)" (Bartra, 2006, p. 18)

1.3.1 Desenvolvimento desigual e combinado: A dialética da renda da terra e as especificidades da América Latina e o Caribe

Para o estudo desta seção e para fundamentar teoricamente este capítulo, iniciemos pela conceituação de categoria, começando pelas bases do precursor da tradição materialista dialética. Em seguida, serão apresentados apontamentos de militantes orgânicos que contribuem para o nível de abstração subsequente. Com essa compreensão, podemos avançar para as categorias propriamente explicitadas nesta seção, que contribuirão para o entendimento das determinações mais abstratas relacionadas à questão agrária da Guerrilha de Porecatu.

No método de análise marxista categorias representam um salto rumo ao concreto⁵⁶, uma elaboração, resultado da observação, portanto, “impulso do exterior” que aparece como síntese no processo de reprodução mental dos sujeitos que buscam apreender o vivido. Portanto, há de levar em conta dois elementos destacados por Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política (2018), o sujeito histórico e as determinações da existência histórica assentada na produção da sociedade determinada:

(...) para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção - que apenas recebe um impulso do exterior - cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque (aqui temos de novo uma tautologia) a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos (Marx, 2018, p. 259),

Categorias na perspectiva marxiana não são meras abstrações eternas, mas mediações históricas para a apreensão das relações sociais, são produtos históricos e transitórios e nos servem como uma forma de compreensão da totalidade constitutiva de cada forma. Assim se faz a análise marxista que se debruça pela constituição do desenvolvimento da história do capitalismo que constitui uma história universal, o primeiro modo de produção que integra e subordina os diversos rincões do planeta em um sistema mundial (Osório, 2012). Neste nível de análise se situam os temas aqui tratados: desenvolvimento desigual e combinado, ondas largas do capital – ascenso e descenso, ciclo da economia dependente, padrões de reprodução e seus respectivos desdobramentos quanto à categoria renda da terra.

⁵⁶ Ressalta que concreto e abstração não são graus de uma realidade empírico-sensível e sim níveis de análise da realidade social dialeticamente relacionados pela totalidade.

De modo que a construção de uma categoria aparece então como uma síntese da reflexão dialética, baseada na concepção de que a forma em que o fenômeno⁵⁷ se expressa imediatamente e primeiro é de sua aparência. A estrutura do fenômeno, a essência, por sua vez, embora em movimento no processo de apreensão se realiza na decomposição realizada pela atividade humana “para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si” (Kosik, 1969, p. 22). Isto exprime o procedimento próprio da dialética marxista apreendido pelo par dialético essência/aparência.

Articulada com o real que passa pelo presente e o passado do fenômeno, não cronologicamente construído, mas com a análise crítica de elementos que o constituíram no passado e o instituíram no presente (Ianni, 2011; Gorender, 2016). Categorias então são utilizadas para elaborar, tornar cognoscível, um processo e/ou objeto da sociedade que se reitera, são "objetivas reais" elaboradas pela captação do movimento real da realidade como síntese de múltiplas determinações. Contudo, categorias não estão estanques no todo social e para compreendê-las em sua dimensão dialética são necessários dois movimentos: o de entender sua gênese, o processo a qual ela se referia em sua origem, denominada análise diacrônica; e a estrutura e função no entendimento da realidade e como se organiza atualmente, chamada de análise sincrônica (Netto, 2011, p. 46).

Este apontamento é necessário nesta sessão, pois tanto a categoria de desenvolvimento desigual e combinado como de renda da terra são complexificadas com o incremento das forças produtivas capitalistas, bem como sua ampliação e reprodução nos territórios latino-americanos. Trata-se também de uma ressalva de cunho metodológico, próprio do método dialético marxiano, necessário para evitar acepções acríticas e estanques do movimento da realidade social e compreendê-las no todo e evitar confusões entre essência e aparência do fenômeno. Nesse sentido, para se apropriar do fenômeno na dialética da atividade depreende o fato que o conhecimento:

(...) não deixa intactos os conceitos no ulterior caminho do conhecer; não é uma sistematização dos conceitos que procede por soma, sistematização essa fundada sobre uma base imutável e encontrada uma vez por todas: é um processo em espiral de mútua compenetração e elucidação dos conceitos, no qual a abstratividade (unilateralidade e isolamento) dos aspectos é superada em uma correlação dialética, quantitativo-qualitativa, regressivo-progressiva (Kosik, 1969, p. 42)

⁵⁷ Kosik (1969, p. 12) define fenômeno como “(...) aquilo que se manifesta imediatamente, primeiro e com maior frequência. Neste contato primário e acessível o todo é caótico e para compreendê-lo faz necessário transformá-lo em concreto, unidade do real, especificando o campo que faz o complexo daquele fenômeno.

Desse modo, tratemos de desenvolvimento desigual e renda da terra, categorias abstraídas para a compreensão da práxis empreendida pela Guerrilha de Porecatu como unidade do real que se parte esta análise.

Inicialmente o termo desenvolvimento desigual e combinado foi desenvolvido por Trotsky para combater a concepção etapista da história que vigorava na Segunda Internacional (1879-1940). O Ex-comissário do Povo para Assuntos Militares da Rússia Soviética compreendia esta análise como lacunosa, uma vez que negligenciava o caráter interrelacional do capitalismo a nível global. Na obra *1905* Trotsky contra-argumenta que a Rússia se tratava de um exemplo dos países em que era preciso analisar as condições internas dos diferentes desenvolvimentos em relação, combinadas com o processo do capitalismo internacional. Como observa Lowy (1998) em diálogo com a obra *1905*:

Estes diferentes estágios não estão simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, “se amalgamam”: o processo do desenvolvimento capitalista, criado pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas) “um amálgama social cuja natureza não pode ser definida pela busca de lugares comuns históricos, mas somente por meio de uma análise com base materialista” (p. 75).

Rosa Luxemburgo (2021) também convoca a necessidade da análise ampliada do capitalismo e seus esquemas de reprodução e transferência de valor para compreender as dinâmicas internas em que ele se desdobra. Para a revolucionária polonesa, o mercado mundial no movimento de expansão do capitalismo reclama a inserção de países de forma não autônoma no mercado mundial para atender os fins últimos da reprodução ampliada de capital: a crescente mais-valia. Consequentemente este desenvolvimento acompanha a ampliação das mediações necessárias para alcançar tal fim.

A inserção do mercado mundial como subordinada aos interesses de países capitalistas, inicialmente foi definido pela Inglaterra⁵⁸. Esta transferência de mais-valia de um país a outro se deu de formas diferentes. No nível produtivo, à América Latina coube a produção de alimentos e matérias-primas à revelia da ascensão das indústrias dos países de centro⁵⁹, nesta circulação os termos de troca foram depreciados em favor dos bens manufaturados; no nível de circulação, a superexploração do trabalhador de países dependentes se tornou a regra, uma vez

⁵⁸ O item Divisão Internacional do Trabalho: dependência e questão agrária tratará deste tópico com mais profundidade.

⁵⁹ Seja pela exportação de alimentos destinados a repor a mão-de-obra, seja para matéria-prima industrial.

que a mais-valia absoluta e relativa deve dar conta do lucro da burguesia nacional dado a perda de valor que decorre nas trocas internacionais (Marini, 2022).

Se na origem do termo desenvolvimento desigual e combinado há esta contraposição da análise de “nações atrasadas” atrelando este sentido ao desenvolvimento dos países de capitalismo clássico, na Teoria Marxista da Dependência a análise desenvolvimento desigual e combinado se torna uma categoria de análise fundamental para entender a sustentação dos processos relacionais entre países dependentes e de centro, também do escoamento produtivo e de valor do campo à cidade na integração da cadeia produtiva.

Ao estabelecer a dependência como forma categorial de descrição do processo estrutural de desenvolvimento desigual e combinado, coloca Traspadini (2016)

(...) dependência foi a categoria analítica desenvolvida pelos teóricos marxistas da dependência para expressar a substância do desenvolvimento desigual e combinado na periferia. A substância do capitalismo dependente em sua relação para fora na divisão internacional do trabalho como condição periférica e na produção para dentro como produtora de mecanismos particulares que contrarrestam esta condição pelo capital da periferia (p. 76).

De outro modo, o funcionamento da lei do valor na periferia capitalista - que engendra a relação de dependência e organiza o desenvolvimento desigual e combinado, dialeticamente vinculado às configurações históricas das formações sociais e da territorialidade sobre as quais atua a lei do mercado - não constitui uma simples dualidade entre centro e periferia, mas sim um *complexo de complexos* que integra a totalidade social capitalista.

É nesse sentido que Gunder Frank (1966) conduz sua análise sobre o “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”⁶⁰ em que o autor expõe a carência das análises interpretativas advindas das experiências de países de capitalismo clássico para explicar os processos latino-americanos, isto é, aqueles que empreenderam a colonização presentes na Europa ocidental; ou aqueles que conseguiram atingir um capitalismo avançado, desenvolvido, como o caso dos Estados Unidos para explicar o subdesenvolvimento dos países periféricos. Inclusive, essa reflexão surge ápice do debate sobre a condição feudal ou semifeudal para tratar os problemas agrários latino-americanos.

Por sua vez, Gunder Frank se posiciona crítico a esta linha interpretativa por compreender que o resultado da inserção das análises do capitalismo clássico aplicadas acriticamente aos países periféricos implica uma desconsideração pela totalidade que compõe

⁶⁰ Este artigo publicado originalmente por Gunder Frank na *Monthly Review*, vol. 18, nº 4, é tido como um prenúncio da consolidação da Teoria Marxista Dependência como corrente teórica. Esta revista estadunidense foi dirigida por Paul Sweezy, Paul Baran e Leo Huberman. Esta obra foi estudada no grupo de estudos Saberes em Movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina (CNPq/UNILA) no início de 2025.

o fenômeno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, isto é, dos problemas históricos dos países dependentes e da ascensão dos países centrais “nem dá conta da geração simultânea do subdesenvolvimento em algumas partes e do desenvolvimento econômico em outras” (Frank, 1966, p. 1).

Desta simultaneidade que gera o desenvolvimento dos países industrializados ditos modernos e o subdesenvolvimento dos países majoritariamente agrários não há que se falar de países menos capitalistas e por isso menos desenvolvidos. A espoliação colonial dos países colonizados em função da acumulação que culminou capitalista dos países desenvolvidos partem do mesmo sentido de desenvolvimento desigual e combinado “o subdesenvolvimento foi e é gerado pelo processo histórico mesmo que gera o desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo” (Frank, 1966, p. 5). Se partem do mesmo movimento, se pertencem a mesma totalidade, culminam por articular relações que dão coerência a este sentido do modo de produção capitalista: a reprodução de desigualdades.

Portanto, como sistema mundial o capitalismo se estrutura entre economias de centro-imperialistas e periferias-dependentes⁶¹. Esses agrupamentos são realizados em unidades produtivas organizadas em Estados nacionais, que associados conduzem um desenvolvimento produtivo que prevalece à fração industrial dos países centrais sobre a estrutura agrária dos países dependentes:

O setor monopólico da burguesia dependente, representado pelo grande capital internacional e nacional, tem a base de sua mais-valia extraordinária no monopólio setorial que exerce na economia dependente e transfere para os capitais de composição social média ou inferior as perdas que sofre por sua inserção mundial dependente. Estas se manifestam na deterioração dos termos da troca, nas remessas de lucros e nos pagamentos de juros/amortização de dívidas ou de serviços tecnológicos, comerciais e financeiros internacionais (Martins, 2013, p. 20).

1.3.2 Ondas longas e padrão de reprodução do capital

Mandel (1985) aprofunda essa análise ao referir-se ao movimento metabólico de interação comercial pautado na troca desigual, iniciado com o desenvolvimento da grande

⁶¹ Em que pese a análise acerca do subimperialismo realizada por Marini em *A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo* e a complexificação desta divisão no atual estágio do capitalismo entre países economias imperialistas, semiperiferias imperialistas, subimperialismos dependentes, economias dependentes e periferias por Jaime Osório (2012) entende-se que para os fins a que se propõe esta dissertação e do tempo histórico trabalhado aqui não iremos abordar com profundidade este tema.

indústria inglesa. O aumento da composição orgânica do capital, que elevava a produtividade, gerava uma “artilharia de preços baixos”, ampliando o escoamento de mercadorias industriais para territórios de produção não capitalista. Neste período, a existência de maior disponibilidade de terras e de trabalho barato nos países que a economia ainda não se configurava em sua totalidade como capitalista resultou em uma acumulação nacional com baixa composição orgânica de capital. De todo modo, isso não prejudicou que algumas nações conseguissem se industrializar⁶² – ainda que debilmente.

Este período de livre concorrência mudou com o imperialismo, à medida que os países de centro absorveram os recursos locais e passaram a controlar o excedente social dos países dependentes, impedindo a acumulação nacional. Isso implicou em um estímulo aos recursos remanescentes que fossem interessantes a esses países como “comércio exterior, serviço de influência para as firmas imperialistas, especulação com a terra e a construção imobiliária, usura, empresas de ‘serviços’ da lumpen-burguesia e pequena burguesia (loterias, corrupção, gangsterismo, jogo, até certo ponto o turismo”, seguida por uma consolidação das velhas classes dominantes rurais (Mandel, 1985, p. 36).

Embora as ondas largas sejam mais evidentes empiricamente nos países de capitalismo avançado e na produção mundial em seu conjunto, no Brasil podemos vislumbrar os efeitos dessa política externa imperialista. A exemplo do norte do Paraná houve a compra de terras pelo capital britânico *Parana Plantations* entre os anos de 1925 e 1927 de 515.017 alqueires ao todo⁶³, que formou a Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTP) e que mais tarde se tornou a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Dedicada a constituir um projeto imobiliário-colonizador, também comprou a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (CFSP/PR) que fora projetada no século anterior, além de ter cedido um empréstimo ao governo do Estado para a construção do Porto de Paranaguá (Tomazi, 1997). Embora não verse sobre a região de Porecatu⁶⁴ especificamente, trata-se de um elemento importante e elucidativo sobre

⁶² Embora Mandel (1985) descreva sobre um período anterior a fase imperialista, o autor aponta para a industrialização que fora realizada pela burguesia nativa destes países; entende-se que esta análise pode ser expandida para os países que perfazem a análise tipológica da Vânia Bambirra (2019) que foram alvo de transformações modernizadoras como Brasil, Argentina, México, Uruguai e Chile – países do tipo A descrito pela autora, ainda que temporalmente manifestem diferenças, o trânsito da industrialização e da burguesia nacional integra este entendimento.

⁶³ As compras destas glebas constituíram um imbróglcio mais tarde, pois as transações ocorreram não só do governo do Estado, mas de concessionários e proprietários privados.

⁶⁴ Para conferir o mapa completo da extensão e área das terras adquiridas pelo capital inglês na ação da CNTP/CMNP ver Mapa nº 2, p. 33 da pesquisa “Certeza de lucro e direito de propriedade: O Mito da Companhia de Terras Norte do Paraná” de Tomazi (1989).

esta mudança do capital que envolveu a região norte do Paraná, como se depreende da **Figura 3** sobre como se anunciava a venda da terra pela CTNP:

Figura 3. Anúncio publicado em 1 de abril de 1934 no jornal "O Estado de São Paulo"⁶⁵

PADRAO DE TERRA BOA



OLHE para a photographia acima. É uma pequena amostra da fertilidade das terras do norte do Paraná. A gigantesca figueira que jaz por terra, ao lado de cujo tronco os homens tornam-se pigmeus, é padrão de terra boa, de terra virgem, que dá em troca de quem a cultiva prosperidade e riqueza. Lá tudo é grandioso, o trabalho remunerador, o clima saluberrimo. É a região do proximo futuro, a região de quem ambiciona tirar do solo o que de melhor elle pode dar.

Solicite informações detalhadas á Rua 3 de Dezembro, 48, Antigo 12 - Caixa Postal, 2771 - São Paulo

CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Fonte: Reclames do Estadão: CTNP (1934)

Essa imagem ajuda-nos a compreender a história de qual forma foi conduzido este processo - em ambas interferências de inserção do valor de troca no território – no que concerne às terras, notadamente, Tomazi (1997) faz a distinção entre ocupação e (re)ocupação. O primeiro, ocupação, versa sobre o longo caminho dos povos indígenas há centenas de anos que usufruíram do território na região cartográfica situada ao norte do estado do Paraná; enquanto o segundo, (re)ocupação, diz respeito ao processo desenvolvido a partir de 1920 de integrar estas terras ao processo de valorização do capital brasileiro e que edificou o discurso ideológico *fantasmagórico* de “Norte do Paraná”⁶⁶.

⁶⁵ Descrição da parte escrita da imagem: “*Olhe para a photographia acima. É uma pequena amostra da fertilidade das terras do norte do Paraná. A gigantesca figueira que jaz por terra, ao lado de cujo tronco os homens tornam-se pigmeus, é padrão de terra boa, de terra virgem, que dá em troca de quem a cultiva prosperidade e riqueza. Lá tudo é grandioso, o trabalho remunerador, o clima saluberrimo. É a região do próximo futuro, a região de quem ambiciona tirar do solo o que de melhor elle pode dar.*”

⁶⁶ Fantasmagórico é o termo utilizado por Tomazi (1997) para descrever a visão triunfalista e imaginária de que existia uma comunidade com interesses econômicos e políticos comuns na região.

Retornando as diferenças de períodos do capital, estas são nominadas por Mandel (1985) como “ondas largas” que as considera com os indicadores-chave ascendentes e descendentes da acumulação e da produção de mais-valor a partir das revoluções nas tecnologias produtivas presentes sobretudo nas máquinas motrizes e de fontes de energia⁶⁷ a cada período. O autor nomeia “ondas” e não “ciclos” para distinguir a irregularidade das flutuações de temporalidade entre um período e outro. A cada aproximadamente 50 anos, na história do capitalismo, há uma revolução nestes meios; a primeira fase de cada onda longa constitui um período ascendente de acumulação e de aumento da taxa média de lucro, renovação e expansão do capital fixo⁶⁸; seguido pela segunda fase que com a generalização destas novas máquinas e fontes de energia isso acarreta uma queda na taxa média de lucro e o aparecimento de capital ocioso.

Portanto, a cada onda longa de aproximadamente meio século há períodos intermitentes, o primeiro estágio de ascensão da valorização do capital sucedido pelo período de declínio marcado pelo enfraquecimento/queda da taxa de lucros e o aumento do capital ocioso, no período seguinte de ascensão este capital reaparece como investimento⁶⁹. Neste movimento ao longo da historicidade do modo hegemônico de produção capitalista, Mandel (1985) computa quatro ondas longas (**Tabela 1**) iniciadas pela revolução tecnológica que alteraram a produtividade:

Tabela 1. Ondas longas do capitalismo internacional

Ondas longas	Origem	Ciclos
1ª Onda longa - De 1793 a 1847	Introdução da máquina a vapor produzida artesanalmente e sua gradativa difusão [Revolução industrial]	Ascenso: 1793 a 1825
		Descenso: 1826 a 1847

⁶⁷ Para caracterizar esta revolução da produtividade média, Mandel (1985) utiliza dos escritos do capítulo XXII do volume 1 de O Capital em que tece a análise das diferenças na produtividade média do trabalho entre nações e as disparidades nas taxas de mais-valia. Nos países imperialistas, a dificuldade em aumentar a mais-valia absoluta surge devido à redução do exército industrial de reserva. Já nos países subdesenvolvidos, o início da industrialização eleva a produtividade social do trabalho, reduzindo o valor da reprodução da força de trabalho — embora os salários e as condições para reprodução do trabalho não refletem isso na vida dos explorados dos países subdesenvolvidos.

⁶⁸ “(...) as máquinas só serão compradas se não apenas pouparem trabalho, mas também pressionarem os custos totais de produção para um nível inferior à média social, isto é, somente se elas representarem uma fonte de **superlucros** ao longo de todo o período de transição” (Mandel, 1985, p. 77, grifo nosso)

⁶⁹ Tentamos simplificar o entendimento aqui, entretanto, esse mesmo mecanismo apresenta obstáculos no movimento de reinserção como capital produtivo.

2ª Onda longa – De 1848 a 1893	Generalização da máquina a vapor com fabricação mecânica	Ascenso: 1848 a 1873
	[Primeira revolução tecnológica]	Descenso: 18774 a 1893
3ª Onda longa – De 1894 a 1939	Generalização do uso de motores elétricos e de combustão nos ramos da indústria	Ascenso: 1894 a 1913
	[Segunda revolução tecnológica]	Descenso: 1914 a 1939
4ª onda longa – De 1940/1945 a	Generalização do controle de máquinas eletrônicas e introdução da energia nuclear	Ascenso: 1940 (EUA)/1945 (outras potências imperialistas) a 1966
	Denomina capitalismo tardio [Terceira revolução tecnológica]	Descenso ⁷⁰ : 1967 -

Fonte: adaptada de Mandel (1985, p. 83-84; 92-93)

Nesta adaptação da tabela nos concentramos em expor a revolução tecnológica imediatamente lançada nos períodos referidos nos países de capitalismo avançado que de forma disruptiva aumentou a produtividade e modificou a atividade produtiva. Neste sentido, o desenvolvimento dessa produtividade e assim como o aumento de lucros conduzido por ela é desigual, “esse sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de valores diversificados de mercadorias é explicado por um sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de níveis variáveis de produtividade do trabalho” (Mandel, 1985, p. 57).

As revoluções tecnológicas se correlacionam com períodos de grandes acontecimentos político-sociais, por isso a interpretação de Mandel é endógena-exógena. Alguns acontecimentos ativos na constituição de fases de expansão de lucros e mais valor de cada período, investimento de capital nas colônias recém-independentes da América Latina e sua inserção na divisão internacional do trabalho, o *boom* industrial que necessita de determinada matéria-prima, a guerra que conduz um estreitamento do mercado mundial depois sua abertura e expansão, a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), são alguns exemplos de fatores históricos que dialogam diretamente com o funcionamento do capital em cada fase.

Assim como a dinâmica de expansão e política/domínio externo, estas ondas largas constituídas por ciclos possuem especificidades conforme o funcionamento do capital a cada

⁷⁰ Mandel escreveu esta obra, fruto de sua tese de doutoramento, O Capitalismo Tardio entre 1970 a 1972. Na época, passava uma fase recessiva 4ª onda iniciado no ano de 1967.

período. A troca desigual, imperialismo clássico, imperialismo contemporâneo (mundialização ou capitalismo tardio) são processos inerentes à lógica de conformação desigual e combinada que estrutura a economia capitalista do globo terrestre e adquire certas tendências quanto à ofensiva externa a cada onda.

Na primeira onda, com o desenvolvimento da grande indústria e o aumento da composição orgânica da Inglaterra há uma importação de seus produtos em países como Japão, Rússia, Estados Unidos, Alemanha produzindo uma “artilharia de preços baixos” que destruiu as relações não-capitalistas em razão da troca desigual entre essas regiões de diferentes composições orgânicas (Mandel, 1985). Também no que tange esta troca desigual, há uma pressão para que as relações de trabalho no interior dos territórios que realizam esta troca com a Inglaterra se uniformizem através do assalariamento.

Desta transição da livre concorrência para o imperialismo clássico – iniciado na segunda onda – este constitui-se com alianças sociais e políticas do capital com a burguesia local, assim como a concorrência interimperialista entre as potências Estados Unidos, Inglaterra e Japão. No que tange à diferença mais essencial, é destacado por Lenin “O que caracterizava o velho capitalismo, onde reinava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital” (Lenin, 2012, p. 48).

Embora a mercadoria dê o caráter mundial ao capitalismo neste primeiro momento, ela não induz, necessariamente, a conformação de relações de produção capitalistas, isto é, o trabalho assalariado. Em vista disso, a disseminação do trabalho assalariado acompanha o ritmo das transformações capitalistas, sendo essa lentidão e desagregação nos trabalhos agrícolas particularmente notórias. No caso brasileiro, como sublinha Martins (2010, p. 34-35) em seu estudo sobre o ciclo do café, “A contradição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação”.

A exportação de capital – fase imperialista –, por sua vez, é marcada pela centralização e concentração de capitais. Lenin (2012) examina essa concentração e centralização do imperialismo clássico como fase superior do capitalismo a partir de grandes manifestações, destacamos:

- 1) Concentração da produção que desencadeia monopólios;
- 2) A fusão do capital bancário com o industrial origina o capital financeiro, dando origem, por sua vez, a uma oligarquia financeira controlada pelos grandes bancos;

3) Partilha do mundo entre monopolistas e grandes potências.

Nas economias dependentes latino-americanas e caribenhas, este movimento do imperialismo clássico é responsável em grande parte pelo início do movimento de industrialização destes países, sobretudo os países de tipo A na tipologia bambirriana que subjaz a economia brasileira.

O período seguinte, que subsome à quarta onda longa é marcada pela ascensão dos Estados Unidos em 1940, seguido pelas outras potências com o fim da segunda guerra mundial (Mandel, 1985). Há a consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica do mundo capitalista, de modo que reorganizou o modo de produção após a segunda guerra a partir dos seus interesses de acumulação, os organismos criados na Conferência de Bretton Woods em 1944 confirmam esta afirmação. Eis que a criação do “Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), bem como o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), firmado em 1947” (Marini, 2012a, p. 33), conduziu a nova política econômica global pós-guerra.

. Sem a pretensão de analisar pormenorizadamente os efeitos desses organismos, cabe pontuar que a reorganização do eixo hegemônico-imperialista, ao reestruturar a acumulação e o mercado, influenciou diretamente os conflitos de propriedade de terras em Porecatu. As mediações do desenvolvimento desigual e combinado se reestruturam a partir de 1945, quando mudanças econômico-políticas globais - marcadas pelo aumento do consumo internacional de café - resultaram em uma maior procura por terras para cultivo e exportação. Nesse novo contexto, entra em choque uma complexa dinâmica de ocupação territorial: de um lado, o movimento dos posseiros, respaldado pelas políticas nacionalistas da era Vargas; de outro, a (re)ocupação por latifundistas e empresas colonizadoras, processo que se acelera na transição regressiva da terceira onda longa para o ascenso da quarta.

O diferencial e ao mesmo tempo o destaque da teoria de Mandel é vincular a teoria do valor-trabalho às ondas largas da historicidade capitalista. Ao apresentar uma explicação de como se opera as leis tendenciais do capital em um período longo em sua totalidade constitutiva a partir do estágio do desenvolvimento da técnica, não negligencia as variáveis parcialmente autônomas engendradas (Katz, 2000). Isso significa que sua elaboração da periodicidade acerca da economia capitalista internacional é capaz de possibilitar – ainda que abstratamente, em virtude do desenvolvimento desigual e combinado – uma análise da posição da América Latina e como seus mecanismos de espoliação e transferência de valor se relacionam em termos de desigualdade com o movimento do capital internacional.

Todo o sistema capitalista aparece, assim, como uma estrutura hierárquica, de diferentes níveis de produtividade e como a conseqüência do desenvolvimento desigual e combinado de países, regiões, ramos industriais e empresas, desencadeado pela busca de superlucros. O sistema forma uma unidade integrada, mas é uma unidade integrada de partes não homogêneas; e é precisamente a unidade que determina, nesse caso, a falta de homogeneidade. Por todo esse sistema o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se determinam reciprocamente, pois enquanto a procura de superlucros constitui a força motriz fundamental por detrás dos mecanismos de crescimento, o superlucro só pode ser obtido às expensas dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos. Por isso o desenvolvimento tem lugar apenas em justaposição ao subdesenvolvimento, perpetua este último e desenvolve a si mesmo graças a essa perpetuação (Mandel, 1985, p. 69-70).

A origem de cada onda larga relacionada à introdução de tecnologias que aumentam a produtividade foi inaugurada e difundida por países de capitalismo desenvolvidos. Apenas posteriormente foi introduzida no contexto da economia latino-americana, que sequer foi inserida em sua integralidade (como tecnologia industrial) ou organicamente (pelas demandas locais), apenas servindo de base para matérias-primas e, a partir da terceira onda, timidamente com a industrialização empregada a partir de capital estrangeiro direto (investimento direto) ou investimento indireto (empréstimos e financiamentos) para a burguesia nacional; em ambos os casos, há a apropriação da mais-valia que se transforma em lucro pela saída do capital transferido aos capitalistas dos países responsáveis por esta ação.

Da universalidade da desigualdade combinada capitalista mundial, à singularidade que decorre da posição subalterna na composição capitalista dependente da América Latina sobrevém sua repercussão em sua forma política e econômica. Não como mero reflexo, mas matizada nas diversas formações sociais que compõem o subcontinente Américo-caribenho. Para dar a ênfase necessária na América Latina nesta justaposição ocupada a cada onda longa da historicidade do capital assentada na unidade da desigualdade, Jaime Osório (2012) e Nilson Araújo de Souza (2013) avançam na concepção de Ruy Mauro Marini (2012b)⁷¹ sobre o ciclo do capital na economia dependente com os padrões de reprodução da dependência que firmam mediações entre níveis mais gerais da reprodução de capital e histórico-concretos com centralidade na luta de classe.

⁷¹ Nilson Araújo de Souza, Nildo Ouriques, Reinaldo Carcanholo, Ana Esther Ceceña, Mária Millán e Jaime Osório compõem a segunda geração de formuladores da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Entre esses autores, destacam-se Nilson Araújo de Souza e Jaime Osório por seus trabalhos sobre o ciclo do capital. Ambos mantiveram relação intelectual direta com Ruy Mauro Marini: Nilson Araújo de Souza foi orientado por Marini na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) entre 1977 e 1980, enquanto Jaime Osório iniciou seu contato com o teórico ainda durante a graduação, quando Marini se encontrava exilado no Chile e integrava o Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) da Universidad de Chile.

A partir dos estudos sobre ciclos de capital e esquemas de reprodução (vol. II de O Capital) e do concreto vivido e refletido da história dos povos latino-americanos subalternizados no sistema mundial de produção de valor, Marini em *O ciclo do capital na economia dependente* nos apresenta as particularidades que conformam o movimento do capital nas economias dependentes e dialeticamente criam e reproduzem condições que confirmam sua posição submissa na dinâmica do mercado mundial. Iniciamos pela generalidade do ciclo do capital nos países dependentes para avançarmos na identificação das especificidades da economia latino-americana, e com isso, prosseguir com o estudo dos padrões que estes estabelecem a cada onda larga.

O ciclo de reprodução e circulação do capital é conformado por três fases: 1ª Circulação (C1) em que o capital sob a forma de dinheiro⁷² adquire pela compra meios de produção e contratação da força de trabalho; 2ª Acumulação e produção, etapa em que o capital, ao se apropriar dos meios de produção e da força de trabalho, promove sua própria valorização por meio da exploração desta última, criando mais-valia.; 3ª Circulação (C2) em que o capital acrescido pela mais valia gerada na fase anterior, agora sob a forma da mercadoria, adentra o mercado pela busca de sua transformação em dinheiro através do intercâmbio; de modo que em condições normais o ciclo se realiza com um capital na forma de dinheiro superior a magnitude que iniciou o ciclo (Marini, 2012b).

Na economia dependente estas três fases possuem particularidades. Na primeira fase (C1), a origem do capital que inicia o processo – compra de meios de produção e contratação de mão-de-obra – pode ter três fontes: capital privado interno (burguesia local); investimento público do Estado, que pode ser originado da apropriação da mais-valia pela transferência através de impostos sobre capitais e rendimentos, empresas estatais que no sistema capitalista funcionam como capitais privados e diretamente apropriam mais-valia, ou na criação de condições⁷³ de valorização para o investimento privado como subvenções diretas como incentivos fiscais, isenções de impostos e manipulação de preços ou indireta como produção de matéria-prima fundamental na indústria que venda aos capitais privados por preços baixos⁷⁴; e

⁷² “A origem [do capital] implica dinheiro como ponto de partida e, portanto, implica a existência de riqueza em forma de dinheiro. Está igualmente implícita sua procedência da circulação; o capital surge como o produto da circulação. A formação do capital, portanto, não se origina da propriedade da terra (embora possa derivar dos arrendatários agrícolas na medida em que sejam, também, comerciantes de produtos agropecuários), nem das corporações (embora estas constituam, também, uma possibilidade) mas da riqueza mercantil e usurária” (Marx, 1986, p. 101)

⁷³ Como destacamos na página sobre a subvenção da imigração para mão-de-obra na lavoura após o fim do trabalho escravizado.

⁷⁴ Marini sobre esta subvenção indireta dá o exemplo do petróleo, “Estado produz petróleo, matéria-prima fundamental na indústria, e o vende para os capitalistas privados a preços baixos, de fato está transferindo a estes

por último, o investimento do capital estrangeiro seja direto pela propriedade total do capital produtivo (que retorna ao capital estrangeiro pela transferência de lucros) ou indireto através de empréstimos e financiamentos para o Estado e/ou burguesia nacional. A grande presença do Estado e do capital estrangeiro nesta fase são típicos da economia dependente (Marini, 2012b).

Típicos da economia dependente, pois diferentemente do processo de acumulação dos países de capitalismo avançado – sobretudo a Inglaterra – que possuem industrialização orgânica em que seu processo histórico foi impulsionado pela tecnologia primeiramente direcionada para produzir bens de consumo e depois bens de capital; o desenvolvimento histórico da industrialização tardia dos territórios de economia dependente no século XX é caracterizada pela inserção de tecnologias advindas destes territórios em um contexto que aquelas se expandiam, além do estágio do desenvolvimento da técnica inserido nos trópicos ser sucursal aos de centro, portanto, a dependência se manifesta em três dimensões: tecnológica (importação de máquinas e do conhecimento operacional⁷⁵); comercial (produção direcionada aos mercados centrais); e produtiva (desacumulação interna via superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais), conformando o padrão de industrialização dependente (Marini, 2012b).

Quanto à 2ª etapa do ciclo de reprodução e circulação da economia dependente, denominada por Marini (2012b) como ciclo de acumulação e produção, relaciona-se com a inserção de tecnologia estrangeira descrita acima. Quando estas tecnologias dos meios de produção são incorporadas no território dependente, geralmente por empresas estrangeiras que se associam com o capital interno, a maquinaria reduz o custo de produção e aumenta a produção, operando o valor em um cenário que as condições normais de produção permitem auferir lucros extraordinários. A burguesia local com menor poder de competição para tentar recompor a taxa de lucro utiliza da superexploração do trabalho para extrair mais mais-valia, isto é, aumenta a intensidade laboral, prolonga a jornada de trabalho ou rebaixa salários. Com efeito, as empresas dotadas de maior tecnologia, oriundas do capital externo e que, em geral, aderem ao nível de exploração do trabalho conforme as condições médias vigentes são favorecidas e acabam por formar monopólios.

(...) concentração de capitais que opera mediante o mecanismo do lucro extraordinário, o que teríamos seria uma centralização brutal do capital mediante a absorção dos capitais menores pelos maiores, devido à

parte da mais-valia que continha” (2012, p. 26). Mais próximo do nosso tema, podemos pensar no café que através de políticas de imigração de mão-de-obra o Estado no início do século XX possibilitou o beneficiamento e a valorização do capital privado da elite cafeeira paulista.

⁷⁵ Como pagamento de *royalties* ou assistência técnica (Marini, 2012)

incapacidade dos primeiros para fazer frente à concorrência. Seja como for, o que temos são processos que conduzem à monopolização precoce que se observa nas economias dependentes (Marini, 2012b, p. 33).

Ao passo dada a baixa remuneração decorrente da superexploração nas economias dependentes, os trabalhadores pauperizados não conseguem acessar os bens de consumo necessários para recompor sua força de trabalho. Esta transformação do fundo de consumo dos trabalhadores dos territórios subordinados na divisão internacional do trabalho em favor do fundo de acumulação consiste em uma lei tendencial do capitalismo dependente; esse processo amplia gradualmente o abismo entre a capacidade produtiva real e as necessidades de consumo das massas trabalhadoras locais.

Na abstração da 3ª fase do ciclo (C2) da economia dependente, que consiste em sua realização, Marini (2012) preocupa-se em tratar da fluência das mercadorias e sua reconversão em dinheiro acrescido através da venda. Esta etapa também é marcada pela repercussão da superexploração que influencia a orientação produtiva dos países dependentes, que torna o mercado consumidor interno limitado, ocasionando o direcionamento da produção para a circulação que se realiza externamente. Assim, a circularidade da dependência se manifesta

“(…) tanto pela transferência de mais-valia ao exterior como pela deformação da estrutura da renda interna, [de modo que] empurram-na em direção ao exterior, levando-a a buscar a realização de partes das mercadorias no mercado mundial, com o que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior” (Marini, 2012b, p. 40).

Nesta esteira, diante das especificidades destas três etapas do ciclo do capital na economia dependente que se forma e ecoa a relação jurídica dependente, configurada a partir da racionalidade das relações materiais de produção as quais são fixadas na dependência em que dá o conteúdo a sua forma, portanto essencialmente especificado no desenvolvimento desigual e combinado entre nações formalmente independentes. De sorte que viabiliza a relação entre a transferência de mais-valia acumulada, assimila as relações internacionais assentadas na divisão internacional do trabalho e reflete um sistema correspondente; regulariza as subvenções que geram a valorização do capital privado que tratamos acima; operacionaliza as relações de propriedade pactuadas na economia cartorial; garante a livre circulação de mercadorias; condena ou não – a depender da conjuntura- usos políticos insurgentes do direito, absorvendo-os à legalidade vigente; apropria contingências sociais ao imperativo legal; e, por fim, iguala formalmente sujeitos *hiperdesiguais* por conta da superexploração que incorre aos trabalhadores das nações dependentes (Pazello, 2014, 2016b).

Estas são as três fases gerais descritas por Marini do ciclo do capital na economia dependente. Elas são importantes para compreender o funcionamento do desenvolvimento desigual e combinado na economia latino-americana e seu arranjo na dinâmica interna em sua generalidade. De modo que, para analisar o Levante de Porecatu e suas determinações, faz-se necessário o exercício da abstração da economia dependente que o constitui em essência. Avancemos as teorizações acerca do padrão de reprodução para aproximar os níveis de análise no tempo-espaço e conjuntura em que se desenvolve a práxis de Porecatu.

Estimulado pelas formulações de Marx sobre esquemas de reprodução e crises, das elaborações de Marini⁷⁶ e das ondas de Mandel, o teórico da segunda geração da teoria Marxista da dependência, Jaime Osório (2012) tece uma proposta teórica de padrões de reprodução do capital abordando a lei do valor nas configurações históricas das formações sociais que se encarnam. Esta proposta surge para cumprir uma exigência própria da dialética marxista em espaços territoriais não-centrais de capitalismo não-clássico, isto é, trazer mediações em um nível mais concreto de análise das “formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados (...)” com aportes mais abstratos como o sistema mundial e com isso historicizar a reprodução do capital em cada território e tempo (Osório, 2012, p. 44). Em linhas gerais, propõe expressar as modificações deste campo do real que cada onda larga implica nas economias dependentes.

Borges (2018) sintetiza que o nexos diferencial entre ciclo do capital na economia dependente e padrão de reprodução estão na temporalidade e especificidade territorial. Enquanto o primeiro diz respeito a ciclos menores e localizados, dependência se refere a um processo de longo prazo e contínuo que abarca todas economias latino-americanas. A possibilidade da análise do padrão de reprodução está, continua o autor, em conectar tendências globais de acumulação com o estudo da conjuntura, das dinâmicas das formações nacionais e dissecar as diferenças de padrões de reprodução da dependência. A que nos interessa, notadamente, as diferenças do padrão de reprodução do desenvolvimento desigual e combinado que conforma a dependência nas diferentes ondas longas e sua transição de 1940 a 1951 no interior do território brasileiro.

Após o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) houve uma reorganização produtiva a nível global, a reprodução ampliada do capital-internacional necessitava da aceleração da produção de matérias-primas, a concentração e a centralização de capitais

⁷⁶ Destaque para *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* publicado por Marini em 1979 e do ciclo do Capital na economia dependente o qual tratamos acima.

financeiros nos Estados Unidos da América (EUA) se intensificavam. Com o novo estágio do capitalismo que se avizinhava, fortalecia a prática imperialista dos EUA na política produtiva na América Latina e o Caribe que se dava de duas formas: verticalizada em que os países complementariam o país industrializado com os produtos agrícolas e horizontalizada em que o país absorve a estrutura econômica similar, mas de maneira subordinada (Caputo; Pizarro, 2022).

Isso impactou a nascente política nacional brasileira do Estado Novo. A integração territorial e a centralização do poder se tornaram demandas urgentes, uma vez que a formação socioespacial brasileira até então tinha se dado pela ocupação do litoral, havendo extensas áreas sem ocupação humana⁷⁷ no vasto território brasileiro, alcunhadas comumente de “mata fechada”⁷⁸.

As áreas povoadas a oeste tampouco seguiam a centralização de poder, havendo conflitos por terras e práticas que se assemelhavam ao coronelismo da antiga república. Essas mediações se alinham às mudanças causadas pelo capital industrial, na forma em que o Brasil se adaptou em sua posição subserviente às mudanças produtivas ocorridas nos países centrais do capitalismo. Esse novo redimensionamento voltado à industrialização aqui denominada dependência difere do modo de espoliação colonial “ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas” (Marini, 2022, p. 172)⁷⁹. Com o desenvolvimento das forças produtivas e a independência formal dos países, a dependência real se torna a forma de objetivação do capitalismo tardio nos países periféricos.

Com efeito, chama atenção para a potencialidade do conceito de padrão de reprodução em captar o ambiente social, econômico, político e cultural em que se desenvolve o capital em determinado período e localidade. Como o capital é compreendido como relação social e se desdobra em um sistema mundial, as condições sociopolíticas de cada territorialidade nesta reprodução interferem na forma de apropriação.

⁷⁷ Vale abordar neste ponto que havia uma desconsideração pelas formas de vidas indígenas e quilombolas. Enquanto se deu a ocupação pelo litoral e metrópoles já no Brasil-República, os modos de vida indígena e de afrolatinos eram tratados como objetos para assimilação e/ou aniquilamento. Logo, para resistir rumavam aos territórios não habitados à oeste do território.

⁷⁸ Termo bastante utilizado pelos posseiros de Porecatu que chegaram na região na década de 1930 para referir ao trabalho desprendido para ocupar a região.

⁷⁹ Dentro dos/as teóricos/as da TMD existe um debate sobre a gênese da dependência, para Gunder Frunk (1980) a dependência se originou em 1770 com o período mercantilista, enquanto para Theotônios dos Santos (2011) o período colonial já consistia em uma forma de dependência. Para os fins desta dissertação, toma a interpretação de Marini (2022) em que a dependência pressupõe a independência formal dos países o que ocorreu somente no séc. XIX. Sobre estes pontos ver o capítulo 2 de Traspadini (2016).

Souza (2013) distingue para a avaliação do padrão de reprodução cinco elementos: a forma fundamental de extração de mais-valia; relações entre setores produtivos; processo de circulação e distribuição de renda e consumo; a forma que está inserido no sistema imperialista mundial e; forma de dominação imposta pela burguesia nacional. Ao analisar cada um destes itens à luz da reconfiguração da dependência após 1945 e sua repercussão na vida dos posseiros de Porecatu: a) A intensificação da necessidade de extração de mais-valia sentenciou aos posseiros duas alternativas: submeter-se à condição de trabalhadores assalariados superexplorados nas fazendas ou abandonar suas terras, que então passariam ao controle dos latifundiários. Estes, por sua vez, interessavam em utilizar essas terras à geração de renda fundiária ou ao cultivo de café voltado à exportação. Em ambos os casos, a incorporação dessas áreas ao mercado exigia sua valorização como mercadoria, isto é, por meio do aumento de seu valor de troca; b) As relações com o setor produtivo se transformaram, pois o eixo de acumulação no Brasil passou a ser o urbano-industrial. Isso resultou em um escoamento de valor do campo para a cidade, consolidando uma troca intersetorial desigual sob a hegemonia da indústria; c) No que se refere à circulação, à distribuição de renda e ao consumo, a ausência predominante de relações plenamente assalariadas em Porecatu gerava uma pressão para a instituição do trabalho assalariado nessas áreas – isso porque essas relações impulsionam o consumo, intensificam a circulação de dinheiro e expandem as áreas de incidência do capital pela capilaridade que adquire nos rincões que penetra –, em oposição as relações de subsistência que vigorava entre os posseiros que os deixavam pouco submissos ao mercado; d) A dependência econômica em relação aos centros capitalistas se intensificou, agora sob a hegemonia dos Estados Unidos; e) Quanto à forma de dominação exercida pela burguesia nacional, esta se manifestava principalmente por meio da indústria. No entanto, devido ao caráter periférico do Paraná em relação ao Estado de São Paulo, a dominação latifundiária ainda predominava na região.

A tônica geral do padrão de reprodução em voga no período aqui estudado de 1945⁸⁰ com a 1951 difere em razão das mudanças de ondas longas. Conforme citado acima, até 1939 a terceira onda estava em sua fase de descenso – baixa acumulação e crise nas economias

⁸⁰ Na análise de Mandel (1985), a onda longa expansiva do capitalismo tardio teve início nos anos 1940 com os Estados Unidos já como hegemonia econômica e produtiva, concentrados, todavia, no esforço de guerra. A supremacia norte-americana na América Latina acelerou-se com o fim da Segunda Guerra, em 1945 em que decorre o novo arranjo institucional: sistema de Bretton Woods, Plano Marshall, OTAN. Assim, a expressão política e geoeconômica se fortaleceu apenas no pós-guerra.

centrais; a economia nacional brasileira⁸¹, por sua vez, passava por uma reorganização industrializante, denominada como padrão industrial em sua fase interna e autônoma⁸². Suas repercussões na dinâmica territorial ocorriam em um incentivo político a ocupação por meio de colônias habitacionais com a marcha para o Oeste e promessas de titulação de terras no início do Estado Novo, o salário mínimo aos trabalhadores urbanos havia sido criado em 1936 – portanto, aumento do consumo nacional. Assim como a ideologia nacionalista estava em alta e o imperialismo como política de Estado⁸³ dos EUA, ainda não havia se consolidado depois da crise de 1929, a forma de dominação das oligarquias agrárias seguia o aspecto regional.

O período seguinte, a que inicia a temporalidade específica desta pesquisa (1940) é um período de transição entre a morte do velho padrão de reprodução e o surgimento de condições de incremento da fase de ascensão da quarta onda. Também por isso a expectativa da titulação de terras por parte dos posseiros era condizente com esta fase transicional em que a crise no interior das nações do eixo central – ou das metrópoles nos termos de Gunder Frank – constituem o ápice da possibilidade dos países satélites.

Quando um novo padrão prevalece, é porque o capital encontrou novas condições para se reproduzir, provocando mudanças nos setores ou ramos que desempenharão o papel de eixos da acumulação, na organização do trabalho, nas condições técnicas, nas mercadorias produzidas, nos mercados aos quais dirigirá sua produção, nos agentes que farão investimentos, no tipo de associação com o capital estrangeiro (...) (Osório, 2012, p. 74).

Com o prevaletimento da quarta onda, em seu período de ascenso consolidado nos trópicos pós-segunda guerra mundial – acumulação dos países centrais e com a mudança do eixo hegemônico estadunidense o padrão de reprodução de capital mudou consideravelmente. A industrialização foi integrada ao capital estrangeiro – também não se expandia como anteriormente –, a disputa entre oligarquias nacionais em expansão em razão do capital acumulado anteriormente chocava-se com os interesses dos populares, como no nosso caso dos latifundiários e posseiros. A urbanização acelerada aumentou a discrepância entre os setores

⁸¹ A burguesia nativa cafeeira que liderava a produção do país no final do século XIX encarregou-se de implantar várias linhas ferroviárias como na defesa das fronteiras e ligações entre as regiões Sudeste, Nordeste e Sul, além da expansão das linhas telegráficas no início do século XX

⁸² Não iremos transcrever o quadro de padrão de reprodução de Osório (2012, p. 83) para evitar mecanicismos que o próprio autor intervém para evitar. Pietro Aruto (2019) faz uma tentativa em sua tese de transpor estes padrões generalistas da economia latino-americana para a realidade nacional brasileira, há uma comparação entre estes dois padrões históricos de reprodução na recente defendida tese de Rafael Teixeira de Lima (2024, p. 68) “El nuevo anillo de la espiral Latinoamericana: dependencia e integración en los patrones de reproducción del capital en Brasil y México”.

⁸³ Ressaltamos que como política de Estado. A presença de capitais autônomos sobretudo britânicos assinalava sua presença como no caso tratado acima da Cia de Terras Norte do Paraná.

industrial e agrícola, bem como surgiu rugas entre a burguesia latifundiária e a industrial. Além de ser um período de instabilidade política na conjuntura brasileira; com o fim da segunda-guerra mundial a ofensiva imperialista seguida da dolarização e os organismos correspondentes a nova organização também condicionavam as mudanças socioeconômicas, sobretudo nas mudanças do padrão de reprodução da dependência.

Há, neste período após a segunda guerra mundial, uma modificação significativa na relação de forças entre os agrupamentos humanos, “tanto no seio de formações econômico-sociais como no do capitalismo como sistema mundial” (Osório, 2012, p. 44). Isso conduziu mudanças na práxis política institucional tanto a nível federal como estatal, podemos salientar apenas para fins didáticos – pois discutiremos com mais profundidade no nível de abstração condizente à concretude da organização popular dos posseiros – o fim do estado novo getulista e o fim dos governos paranaenses com os interventores federais para assumir o governador Moysés Lupion. Ambos com diferentes políticas econômicas dos antecessores do que diz respeito aos trabalhadores do campo e a valorização da terra, o que influenciou nas disputas em torno da titulação de terras que são decididos pelo Estado.

Para que a reprodução do capital gere um padrão é necessário que a passagem pelas esferas de produção e circulação sejam repetidas, para isso um dos mecanismos fundamentais de controle é a política econômica. O predomínio de diferentes frações do capital como capital financeiro e/ou bancário, o capital industrial, o agrícola e o capital comercial e de diferentes setores como grande, médio e pequeno capital exigem políticas econômicas específicas para que a reprodução do capital logre em desenvolver uma política econômica adequada às necessidades de reprodução do eixo predominante de cada padrão (Osório, 2012). Por exemplo, a política econômica de um padrão com ênfase na ação estatal e industrializante, não será a mesma dos instrumentos suscitados por um padrão com ênfase no mercado inglês de produção têxtil.

Assim como a ênfase da especialização produtiva regional de determinado valor de uso perante sua centralidade no padrão de reprodução vigente, o itinerário do café paulista arquitetado pelo Convênio de Taubaté em 1906 seguiu sua valorização como status de bem de maior exportação, correspondendo na década de 1920 a metade da oferta mundial do grão; as políticas econômicas de valorização que suscitaram sua expansão foram as mesmas que incorporaram o solo da roxa no norte do Paraná como um território possível de exploração para produção do café, a (re)ocupação foi seguida de direcionamentos que viabilizassem o escoamento produtivo aos portos, linhas férreas e rodovias (Tomazi, 1989).

Isso implica não apenas um giro econômico, mas de mudanças de forças que conjecturam enfrentamentos sociais entre classes, frações e setores de capital, da regulação da propriedade da terra, no exercício de hegemonia estatal que, como tratamos acima, possui especial relevância no âmbito da reprodução do capital no ciclo da economia dependente (Osório, 2012). Neste ínterim se faz necessário uma digressão sobre a formação social brasileira.

Avancemos, portanto, para além da dialética relacional entre o nacional e o internacional. De antemão, expande-se a análise do desenvolvimento desigual para o processo de formação social e econômica que se apresenta no interior dos territórios – um nível mais concreto de análise⁸⁴. Este resgate criativo e conexo que se desenvolve nos solos não hegemônicos compõe a totalidade em movimento e não se circunscreve a pressupostos estaticamente adequados às diversas realidades "O núcleo da formação [analítico] não é o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual (...) o desenvolvimento desigual das diferentes expressões sociais e dos diferentes momentos sociais das contradições fundamentais da sociedade" (Martins, 2010, p. 23). Neste ponto, nos detemos mais sobre a terra e a questão camponesa.

Mais à frente na obra *O Cativo da Terra* (2010), Martins aborda a discussão acerca de temporalidades distintas entre a produção de países de capitalismo *sui generis* em que há o predomínio das atividades agrícolas paralelamente à produção majoritariamente industrial dos países de centro em que discorda se tratar de uma anomalia histórica ou um período de desenvolvimento produtivo anterior que viria a se tornar desenvolvimento com a industrialização:

A existência de formas sociais, de produção ou não, que não aquelas formas caracteristicamente capitalistas de expressão e mediação do movimento do capital, o desenvolvimento desigual do processo do capital [...]. Na verdade, Marx o demonstrou com clareza, o tempo do capital não é um tempo linear. É o tempo da contradição: é o tempo das temporalidades não resolvidas - a produção social e a apropriação privada dos resultados da produção. Não há aí a anterioridade de um momento em relação a outro, mas atrasos e adiantos do mesmo e simultâneo (Martins, 2010, p. 186).

Desta análise da desigualdade simultânea, o tempo das contradições em que se realiza o capital, e da totalidade da formação social e econômica brasileira em movimento com o capital

⁸⁴ Jaime Osório (2012) enfatiza que o desenvolvimento teórico é ainda incipiente quanto às análises do intercâmbio desigual entre nações no nível mais concreto de análise das formações econômico-sociais e da conjuntura que se disseminam no interior das unidades político-territoriais dos Estados Nacionais. Em sentido semelhante, Pazello (2016) chama atenção para a necessidade do estudo específico dos institutos das relações jurídicas dependentes que asseguram a reprodução dos vínculos desiguais na reprodução ampliada do capital.

internacional que Martins (1981) define o camponês como uma classe social. Definido assim não como uma transposição nominativa que remonta o reconhecimento mecânico do camponês como "resto" da sociedade feudal europeia – como é entendido nas análises dogmáticas, mas sim de unificação da luta das várias denominações que tomou as margens da formação socioeconômica do Brasil: caipira, caçara, colono, posseiro, tabaréu, caboclo, que possui relações e contradições diferentes do operário, por exemplo, e que vem, sobretudo, sendo sistematicamente excluído no processo que José de Souza Martins (1981) denomina de a exclusão do camponês do pacto político brasileiro.

Para compreender não só o processo de exclusão do camponês como também da formação social do campesinato como classe social no Brasil, Soto (2003) caracteriza a centralidade da análise da renda da terra para caracterizar o campesinato no sentido posto por José de Souza Martins:

(...) A reprodução das relações sociais implica também a reprodução das contradições. Algumas relações sociais se dissolvem, outras (novas) são produzidas ou modificadas, no seio do processo de reprodução das relações sociais. Sob essa perspectiva, Martins discute o problema camponês. Na sua visão, o camponês é recriado através das mediações próprias da sociedade capitalista, especificamente da “renda territorial capitalizada”, da “propriedade privada da terra”, da distinção entre “terra de trabalho e terra de negócio”. A renda da terra constitui-se em mediação entre as atividades produtivas do camponês e as necessidades da reprodução ampliada do capital. Portanto, como indica Martins, o que define as relações sociais como capitalistas é a mediação da renda capitalizada como forma de expressão da propriedade privada da terra e não a compra e venda da força de trabalho (Soto, 2003, *on-line*).

Em Marx, no livro III de O Capital, já aparece esta produção e reprodução das relações sociais de maneira lenta e desigual no capitalismo no campo em contraposição ao desenvolvimento industrial crescente. Levanta também as diferenciações quanto às mediações internas que assume a produção agrícola que culmina em uma maior exploração em relação aos outros ramos da produção. Nas palavras de Marx:

Uma vez que a invasão da agricultura pelo modo de produção capitalista – a transformação dos camponeses autônomos em assalariados – é, de fato, a última conquista desse modo de produção em geral, essas desigualdades são aqui maiores do que em qualquer outro ramo da produção (Marx, 2017, p. 612).

Marx atribui isto na obra de maturidade à limitação do uso de solo, certo que terra não é um bem passível de reprodução, seu uso é circunscrito pela disponibilidade espacial e, portanto, finito, paralelamente a essa barreira da natureza, no capitalismo o solo se torna objeto

de trabalho e fator de produção (Porto, 1988). A respeito deste caráter complexo, explica Martins (1981) que o trabalho na terra não é empreendido para gerar mais terra e sim para produzir o fruto, esse sim produto do trabalho.

Para Bartra (2006) é justamente no ponto em que o capital não consegue produzir e apenas apropria-se do que se produzem as rendas, tanto sobre os recursos naturais como sobre a força de trabalho. Dada essa limitação intransponível, a subordinação do ramo da produção agrícola ao capital ocorre pela instauração da propriedade privada que quantifica a terra em preço. Neste processo de pagamento do capitalista para a utilização da terra ocorre a conversão de uma parte do seu capital em renda, “está imobilizando improdutivamente⁸⁵ essa parte do capital, unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura” (Martins, 1981, p. 161)⁸⁶.

Neste momento, para prosseguir na investigação, faz-se necessário apresentar a categoria da renda fundiária para compreender esta contradição estabelecida no capitalismo e suas mediações com o campesinato brasileiro, de modo que procurou realizar a análise diacrônica marxiana sobre a renda da terra e após trazer estudo sincrônico da categoria.

Voltemos então a origem nos escritos de Marx sobre o tema. Nos escritos de Marx renda da terra⁸⁷ aparece inicialmente em *Manuscritos econômico-filosóficos* (2008). No esboço preparatório publicado no Brasil com o título *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (vol. III)* (1985)⁸⁸ traz vários elementos ainda incipientes que seriam reformulados e melhor tratados sobre renda da terra no livro terceiro de *O Capital* (2017)⁸⁹.

Entretanto, é importante apontar que o tema das rendas em Marx está longe de ser unânime entre os intelectuais os quais se propõem a enfrentar o tópico. Dussel (1990) ao analisar a produção teórica de Marx defende que existem 6 etapas da construção do conceito de renda em Marx, presentes em 6 obras⁹⁰ do revolucionário alemão iniciadas em Os Manuscritos

⁸⁵ Trata-se de uma imobilização improdutiva porque sozinha não provoca fruto. Para produzir riqueza é necessário força de trabalho e instrumentos.

⁸⁶ Bartra (2006) descreve este processo como desvio da mais-valia social para a valorização da propriedade.

⁸⁷ Em traduções mais antigas nota-se a predominância da terminologia sinônima renda fundiária.

⁸⁸ Os três volumes de *Teorias da mais-valia* os quais concatenam os 23 cadernos dos escritos de Marx foram parcialmente traduzidos e publicados por Kautsky na primeira década do século XX como livro quarto de *O Capital*. Rosdolsky (2001) atribui a demora na tradução e publicação destes manuscritos o desconhecimento e a pouca difusão destes escritos. Na íntegra, entretanto, do Manuscrito de 1861-1863, só foi realizado entre 1976-1982 pela *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA) em que tratam do escrito como “segundo esboço de *O Capital*”.

⁸⁹ Os livros II e III de *O Capital* foram publicados por Engels após o falecimento de Marx. A escrita do manuscrito, entretanto, deu-se entre os anos de 1863 e 1867 como revela Engels no prefácio à edição.

⁹⁰ Para o argentino radicado no México o tema da renda da terra em Marx é tratado inicialmente em “1] Os Manuscritos de 44 (onde se relaciona a renda da terra com a propriedade do solo); 2] Em *A Miséria da Filosofia* (Marx, 2009); 3] Nos Cadernos de Londres (1851-1856) (onde começa a crítica sistemática a Ricardo), 4] Nos *Grundrisse*; 5] Nos Manuscritos de 61-63 (onde descobre o conceito científico de renda) e 6] O Manuscrito

de 1844 e com seu ápice no O Capital livro III. Para seguir o objetivo desta dissertação, iremos nos concentrar nas obras que melhor analisam a renda da terra.

No estudo inicial sobre renda da terra empreendido por Marx nos Manuscritos econômico-filosóficos, o autor apresenta elementos iniciais⁹¹. Define-a como “o poder da natureza cujo proprietário empresta ao arrendatário” e que, ao se tornar preço pago pelo uso do solo, torna-se preço de monopólio (Marx, 2008, p. 62-63). Dois processos são destacados: a fertilidade do solo (natural ou artificial) e a configuração da renda da terra no processo de intercâmbio (*Verkehr*) entre o proprietário fundiário e o arrendatário.

A exploração do proprietário fundiário aumenta com o incremento das forças produtivas do trabalho. Como a construção de estradas, a expansão e inovação dos meios de comunicação, a melhoria nos terrenos. Logo, o proprietário fundiário se apossa de todas as vantagens produzidas da forma mercantil na sociedade. Marx neste ponto traça sua discordância com Smith ao refutar que os interesses do proprietário sejam idênticos ao da sociedade; aponta os momentos em que os interesses do proprietário são antagônicos ao da sociedade: juros, renda da terra, aumento do aluguel que gera miséria; oposição entre arrendatário e proprietário; exigência de menor salário pago pelo arrendatário para gerar mais renda (rebaixamento de salários); diminuição do preço dos produtos manufaturados que conseqüentemente rebaixa os salários da indústria manufatureira (Marx, 2008). Além do empobrecimento do pequeno produtor e expulsão do campo com a expansão da fronteira agrícola dos monopólios.

Além destes antagonismos, em Manuscritos Marx aborda a relação conflituosa entre pequena propriedade fundiária e a grande no que concerne à renda da terra, Marx (2008) elucida:

De maneira geral, grande propriedade fundiária e pequena se relaciona da mesma forma que grande e pequeno capital. Mas surgem ainda circunstâncias especiais que trazem incondicionalmente a acumulação da grande propriedade fundiária e a engolição da pequena por parte daquela.

[...]

O pequeno proprietário fundiário que trabalha para si próprio encontra-se, dessa maneira, diante do grande proprietário fundiário na mesma relação de um artesão (*handwerker*) que possui um instrumento próprio, para o dono da fábrica. (...) A renda da terra desaparece totalmente para o pequeno possuidor fundiário; permanece-lhe, no máximo, o juro do seu capital e seu salário; pois a renda da terra pode ser impulsionada pela concorrência a se tornar apenas e

principal do livro III (...)” (Dussel, 1990, p. 118, tradução nossa). Os Manuscritos de 61-63 é a denominação optada por Dussel para a obra conhecida como *Teorias da Mais valia*, pois utiliza da edição da MEGA 11, 3, 1 conforme apresenta em *Hacia un Marx desconocido* (1988).

⁹¹ A partir do estudo que o revolucionário alemão faz das obras de Adam Smith (1723-1790) e Jean-Baptiste Say (1767-1832) sobre renda da terra.

tão-somente o juro do capital não aplicado pelo mesmo [especulação] (Marx, 2008, p. 71-72)

Desse modo, Marx procura em *Manuscritos econômico-filosóficos* (2008) no capítulo destinado à renda da terra denunciar as contradições que o capitalismo implica à produção campesina familiar. A propriedade privada do solo em decorrência do monopólio e concorrência monopolista geram o usufruto da terra apenas pela compra e venda. No capítulo seguinte desta obra, “Trabalho estranhado e propriedade privada”, preocupa-se em conectar a propriedade privada com o estranhamento (*entfremdung*), a apropriação da natureza de forma alienada pela configuração que o trabalho adquire sob os desígnios do capital. Com efeito, o ser humano na posição de trabalhador se torna mercadoria⁹² e a terra como meio de produção de vida se converte em capital e juros.

Acerca da forma em que se desenvolve a propriedade privada a partir da relação jurídica do contrato, Marx apresenta no Livro I de *O capital* (2013), capítulo 2 “O processo de Troca”:

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias (...) para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria (...) (Marx, 2013, p. 219).

Pazello (2014) ao explicitar esta máxima acima, da “relação jurídica essencial” com a aparência do contrato, ao buscar a essência do fenômeno aponta para as noções de posse e propriedade sobrelevadas aos sujeitos possuidores de mercadoria que se tornam – por fim – reflexos da relação econômica do mercado. Isso fica bem claro nas análises sobre os conflitos agrários em que o sentido de posse e propriedade são disputados, enquanto posse (uso) é diminuído em favor da relação contratual de compra e venda da terra ainda que isso implique uma propriedade meramente especulativa.

⁹² Sobre o percurso teórico diacrônico das categorias de Marx, Dussel (2011) se debruçou a entender a partir dos da matriz crítica latino-americana. Na análise dusseliana houve um “Marx definitivo” a partir dos escritos de 1857 com a criação da categoria mais-valia e houve, também neste período, a escrita das quatro redações de *O Capital*. A quarta e última redação sinalizada por Dussel ocorreu entre os anos de 1866-1880 fase esta em que as descrições como trabalho vivo e mercadoria são sobrelevadas às categorias.

Em *Teorias*⁹³, por sua vez, Marx trabalha renda fundiária a partir da crítica do pensamento dos autores que despontaram na época. Reconhece o progresso de Ricardo em relação à Adam Smith sobre renda da terra, mas aponta a limitação de Ricardo ao apontar apenas a fertilidade (renda diferencial I) como fator de valor da apropriação da terra. Dos teóricos mais proeminentes que Marx assimila e progride sobre as concepções de renda da terra é o economista inglês Richard Jones (1790-1855), principalmente suas análises sobre as condições históricas e econômicas do capitalismo que culminam na equivalência de renda da terra e lucro suplementar⁹⁴ que expressam a “moderna propriedade da terra”:

Para a renda fundiária ser igual a lucro suplementar, isto é, ao excedente acima do lucro médio, supomos que a agricultura está, quanto à forma, submetida à produção capitalista, e que se dá nivelamento das taxas de lucro nos diferentes ramos de produção e em especial entre a agricultura e a indústria [renda da terra absoluta]. Aliás, a renda fundiária pode ser igual a excedente acima do salário (o que também é lucro). Pode representar mesmo parte do lucro. Pode até ser dedução do salário (Marx, 1985, p. 399).

Sobre a propriedade privada da terra em *Teorias Marx* demonstra a intrínseca relação social no capitalismo entre renda da terra e a propriedade privada que se finda em uma relação distorcida do valor:

(...) No "preço da terra" reside por certo irracionalidade maior que no preço do capital, mas não na própria forma, porque aí a terra aparece como valor de uso de uma mercadoria, e a renda da terra como seu preço. (A irracionalidade está em que a terra, que não é produto do trabalho, tenha preço, isto é, valor expresso em dinheiro, valor portanto, e por isso deve ser considerada trabalho social materializado.) Pela forma em que se exterioriza, a terra, como toda mercadoria, tem dois aspectos, o valor de uso e o valor de troca, e o valor de troca é expresso idealmente. como preço, como algo que a mercadoria como valor de uso absolutamente não é. Ao revés, na expressão 1000 libras = 1 050 libras, ou 50 libras é o preço anual de 1000 libras, relaciona-se uma coisa com ela mesma, valor de troca. com valor de troca, e o valor de troca deve ser seu próprio preço como algo diferente de si mesmo, isto é, o próprio valor de troca se expressa em dinheiro (Marx, 1985, p. 1519).

Não é possível avançar na reflexão sem antes caracterizar a acepção de valor na teoria marxista dada sua premência para o entendimento da sociedade assentada na mercadoria. Tampouco pretende esgotar o tema, considerando sua impossibilidade de fazê-lo como

⁹³ Como citado na N.R. 47 *Teorias da Mais-Valia* são textos pouco conhecidos e que geram bastante discordância no meio acadêmico marxista. Para os fins que se objetiva este trabalho não se almeja tratar com afincos deste tópico.

⁹⁴ Lucro suplementar como valor acima da taxa média de lucro. Pode ser auferida pela fertilidade ou localização privilegiada daquele espaço.

categoria em movimento⁹⁵. Ostenta apenas aspectos que viabilizem o entendimento desta pesquisa.

Valor ou dialética do valor-trabalho – como comumente é alcunhada pelos intelectuais filiados à TMD – trata-se de uma teoria da riqueza capitalista; sua célula primeva é a mercadoria de modo que o conjunto de mercadorias compõe a riqueza nesta sociedade. A riqueza – assim como a mercadoria – no modo de produção capitalista constitui a unidade contraditória de valor, constituído por valor de uso e valor de troca “A mercadoria é um valor de uso pela sua capacidade de satisfazer necessidades, e é um valor de troca (ou tem valor de troca) devido a sua capacidade de comprar outras mercadorias” (Carcanholo, 2011, p. 30).

A força de trabalho comprada, neste ínterim, aparece não para a satisfação das necessidades do comprador, mas para valorização de seu capital. O objetivo último perseguido pelo capitalista é a produção de mais-valor, excedente, “A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago” (Marx, 2013, p. 841). Demonstra com isso que o fim último para a reprodução ampliada de capital é sua valorização que se dá pela quota de trabalho não pago ao trabalhador, ao passo que sua realização é ponto central para a acumulação.

Quanto ao valor este expressa nas mercadorias as relações sociais existentes, o conteúdo da sua manifestação no modo de produção capitalista tem como polo dominante e aparential [*Erscheinungsform*] desta dupla determinação o valor de troca. A magnitude do valor, por sua vez, refere-se à medida quantitativa de tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução⁹⁶ da mercadoria em condições normais de produção e intensidade média de trabalho. Inicialmente, valor é uma propriedade inerente à mercadoria e expressa nela as relações sociais necessárias da sociedade capitalista, entretanto com desenvolvimento da reprodução do valor, agora como valor-capital, há uma inversão do sujeito histórico que passa a ser as necessidades do capital, não mais as necessidades humanas, a “utilidade” de um bem passa a ser determinado pela sua satisfação do mercado e não humana (Carcanholo, 2011).

A práxis emancipatória, como tratada no item um desta pesquisa, intervém como uma atividade de revanche que antagoniza este processo do mercado se tornar o sujeito histórico. Através da humanização, isto é, do reconhecimento como sujeitos ativos da história, da organização e conscientização que pode ocorrer em forma de resistência, revolta ou revolução,

⁹⁵ "(...) valor não se define (...) valor está em permanente processo de desenvolvimento (Carcanholo, 2011, p. 18).

⁹⁶ Carcanholo (2011) afirma isto a partir dos escritos de Marx sobre esquemas de reprodução.

as práxis que insurgem aos ditames do mercado se propõem a inverter este caudaloso processo de inversão do protagonista da história.

Pois bem, feita esta breve incursão, voltemos a discussão acerca da renda da terra e a propriedade privada que consoma uma relação distorcida do valor. Kautsky (2002) explica esta distorção a partir da anterioridade da propriedade privada da terra em relação aos outros meios de produção. Portanto, para entender renda da terra é necessária a compreensão da condição da propriedade privada da terra, uma vez que o solo enquanto produto natural também atua no capitalismo como um meio de produção. Em vista da relação social terra-renda e capital-lucro (juro) esta distorção do valor de uso e do valor de troca se aprofunda com o desenvolvimento das forças e da especialização produtiva assumida na América Latina, enquanto território dependente e subordinado aos países de capitalismo central.

De Paula (2020) aponta diferenças da formulação de Marx em Teorias e O Capital III. No esboço Marx ainda não tinha elaborado discriminadamente sobre as categorias de preço de produção e valor de mercado o que ao analisar a determinação do valor das mercadorias agrárias a média das condições de produção que determinavam o preço; ao passo que n'O Capital a determinação do preço médio destas mercadorias são atribuídas as produzidas em capitais que operam em piores condições e podem inclusive ser modificadas com a atuação da propriedade de terra.

Deste modo, renda da terra aparece como um componente essencial na teoria de valor em Marx. Parte-se que o mais-valor excedente incessante presente na agricultura⁹⁷ capitalista – renda absoluta de monopólio – possui sua especificidade centrada na propriedade privada da terra.

Realizada na lógica da forma trinitária do valor – capital- lucro, terra-renda fundiária, trabalho-salário⁹⁸, na conformação historicamente determinada da produção capitalista. Este reforço é preliminar a apresentação dos elementos mais gerais e necessários à reflexão proposta sobre renda da terra empreendida por Marx de forma mais aprimorada em O Capital – Crítica da economia política, livro III – O processo global de produção capitalista, Seção VI titulada de “Transformação do lucro extra em renda fundiária”.

Em primeiro lugar, Marx (2017) expõe os sujeitos que constituem a relação do capital no campo e que economicamente se realiza a propriedade fundiária. Os que cultivam são os assalariados, empregados por um capitalista-arrendatário que por um período estabelecido

⁹⁷ Ao contrário da indústria que a ocorrência de sobrelucros são sazonais.

⁹⁸ Para Marx "Capital-lucro (lucro empresarial mais juros), terra-renda fundiária, trabalho-salário: eis a fórmula trinitária na qual estão contidos todos os segredos do processo de produção social" (2017, p. 765).

pagam uma soma de dinheiro ao proprietário para o uso do solo. Esse montante monetário pago ao dono da propriedade é denominado renda fundiária.

Para evitar equívocos quanto à natureza da renda fundiária, o revolucionário alemão esclarece “Toda renda fundiária é mais-valor, produto de mais-trabalho. É ainda diretamente mais-produto em sua forma não desenvolvida, a renda *in natura*” (Marx, 2017, p. 596) e também sobrelucro permanente – lucro extraordinário – extraído pelo arrendatário.

Diante dos escritos de Marx sobre “A indústria e Agricultura em Larga Escala” no volume 1 de *O Capital* e a conclusão do trecho da “Gênese da Renda Fundiária Capitalista” no volume 3, autores como John Foster (2005) analisam e sustentam que sob a égide do capitalismo há uma falha na interação metabólica entre o homem e a terra que se aprofunda com o desenvolvimento da agricultura e na interação desta com a indústria. Em face disso, a mediação do trabalho – ação entre o homem e a natureza – a terra com a propriedade privada e o trabalho apropriado para mais-valor gesta um encadeamento de falhas metabólicas na relação entre o ser humano e a natureza, coroado com a troca material entre campo e cidade.

Ainda, Marx (2017) trata de renda da terra diferenciando-a em três tipos: a diferencial, a absoluta e a de monopólio. A renda diferencial se deslinda em tipo I e tipo II; enquanto a de tipo I diz respeito a localização e a fertilidade da terra, a de tipo II é obtida por meio do incremento tecnológico possibilitado pelo uso da ciência como para melhorias do solo, aumento da produtividade, vias de acesso, etc.; quanto à renda absoluta se desenvolve somente no modo de produção capitalista⁹⁹ e se refere à propriedade daquela superfície terrestre, nos casos de arrendamento se torna claro com o valor auferido apenas pelo título de propriedade; a terceira, trata-se do tipo especial de renda, a de monopólio, envolve características exclusivas que determinado espaço dispõe e que gera mais renda aos proprietários¹⁰⁰.

Embora a renda diferencial de tipo II – renda de monopólio – implique a racionalização da agricultura, modernizando-a, esta se cumpre às custas do empobrecimento dos produtores diretos como os camponeses (Marx, 2017). Como aponta Martins (1981):

[a renda da terra] não é paga por ninguém em particular porque ela é paga pelo conjunto da sociedade. Ela aparece primeiramente nas mãos do capitalista como se fosse um lucro extraordinário (...) [possuindo] **caráter de tributo social: o conjunto da**

⁹⁹ “Um dos grandes resultados do modo de produção capitalista é que, por um lado, ele transforma a agricultura, de mero procedimento tradicional, de natureza empírica e mecânica, praticado pela parte menos desenvolvida da sociedade, numa aplicação científica consciente da agronomia, na medida em que isso é possível, em geral, dentro das condições dadas com a propriedade privada” (Marx, 2017, p. 582)

¹⁰⁰ Sobre a renda de monopólio, Marx usa de exemplo a qualidade da terra específica que produz vinhos raros na França e que o proprietário cobra um valor mais alto porque essas condições não são replicáveis. Outro exemplo que clareia a explicação da renda de monopólio seria uma fonte d’água em uma região árida. Em síntese, condições raras que são instrumentalizadas pelo capitalista-latifundiário para auferir mais lucro.

sociedade paga pelo fato de que uma classe, a dos proprietários, tem o monopólio da terra (...) sobre a riqueza socialmente produzida, ainda que sujeita à apropriação privada do capitalista (p. 164-165, grifo nosso)

Em outra parte, isso conduz à tendência de amplificação das rendas fundiárias por área e terreno, isto é, o aumento da riqueza privada dos grandes proprietários já que neste tipo a elevação do desenvolvimento tecnológico aumentam as rendas totais do país “e maior se torna o tributo que a sociedade paga aos latifundiários na forma de lucros extras – isso enquanto todos os tipos de solo que alguma vez foram incorporados ao cultivo continuarem em condições de competir” (Marx, 2017, p. 685). Essa disposição é descrita por Marx com a lei da vitalidade da classe dos latifundiários¹⁰¹.

Uma caracterização importante se dá sobre a decomposição das classes sociais em sua função constituída no processo produtivo historicamente determinado, uma vez que estabelecem uma diferenciação quanto às relações de trabalho e à propriedade (Dos Santos, 1982). Dessa forma, os camponeses enquanto classe possuem interesses antagônicos de classe que se revelam nestes dois eixos: relações de trabalho e propriedade.

A racionalidade desta relação antagônica é assentada na expropriação daqueles que não possuem capital acumulado, trata-se de um processo ininterrupto de violência que se reorganiza pelo capital para a continuidade da produção de riqueza criando novas configurações para se conservar (Pazello, 2014). Essas novas configurações que adquirem relações de trabalho e propriedade são relacionais à renda da terra, estes três constructos (relações de trabalho, propriedade e renda da fundiária) da forma capitalista de trabalho na terra apresentam novos aspectos.

Os elementos que compõem a forma trinitária do valor são subsumidos à lógica da autovalorização do capital que se desenvolve transformando a essência¹⁰² dos fenômenos comuns à todas formas sociais e históricas em expressões que ensejam sua valorização, valor em valor de troca, terra à renda da terra, trabalho concreto em trabalho abstrato. No caso

¹⁰¹ Por estar se referindo ao capitalismo europeu no século XIX, Marx expõe que essa “vitalidade”, isto é, a perpetuação como classe dos latifundiários europeus foi refreada com a incorporação da concorrência produtiva de localidades mais propícias ao cultivo. “Graças aos navios transoceânicos e às ferrovias norte e sul-americanas e indianas, regiões de características muito peculiares passaram a concorrer nos mercados cerealistas da Europa (...) Contra essa concorrência – tanto a do solo virgem das estepes quanto a do camponês russo ou indiano garroteado pelos impostos –, o arrendatário e o camponês europeus já não podiam prosperar e, ao mesmo tempo, pagar as antigas rendas” (p. 686). Como o próprio revolucionário alemão ressalta, trata-se de uma determinação da Europa, fato este ressaltado na discussão sincrônica que se segue.

¹⁰² Frequentemente confundido na dialética marxista essência diz respeito a instância do fenômeno tergiversada em sua aparência, ao passo que conteúdo do fenômeno versa sobre a dimensão comum entre diferentes formas históricas. Por exemplo, o trabalho concreto (ação do homem sobre a natureza para gerar bens, trabalho útil) é comum a todas as formas sociais, entretanto trabalho abstrato (indistinto pelo salário) é forma predominante que o trabalho se manifesta na época capitalista (Carcanholo, 2011).

estudado da renda da terra, a internacionalização de capital a cada nova circulação se metamorfoseia com aspectos que acumulados e dada a conjuntura mercadológica se autonomizam:

O valor converte-se, no capital, em **realidade social substantiva, em coisa social com vida e movimento próprios**. De mera característica social das mercadorias, aspecto delas, transforma-se em realidade independente. (...) o valor converte-se em agente social autônomo e com vida própria.

[...]

o valor converte-se em substantivo no ciclo do capital. **Quando o valor não é mais simples valor, mas valor-capital, enfrentamo-nos com a substantivação do valor** (Carcanholo; Nakatani, 1999, p. 288-289, grifo nosso).

Esses novos aspectos que sucedem a substantivação do valor – e portanto, englobam a renda da terra – na reprodução ampliada de capital engendram processos que ora se estabelecem como forma daquele capital ora são conjunturais. A questão agrária nos países de capitalismo dependentes segue a primeira regra: se autonomizou e se estabeleceu como determinação inicialmente da inserção dos países dependentes no mercado mundial e depois se perpetuou como movimento próprio que o capitalismo se reproduz nos trópicos, tornando-se um agente social – uma abstração (renda da terra) como realidade operante na concretude da questão agrária nos países dependentes.

Caminheemos à um nível mais concreto da reflexão. Alguns teóricos proeminentes como Milton Santos, Henri Lefebvre e David Harvey também se preocuparam em repensar as categorias de Marx sobre a renda da terra com as particularidades do tempo histórico que se situam; produção do espaço geográfico, relação campo-cidade e as transformações urbanas, respectivamente, aparecem como desdobramentos da imanente questão do acesso a bens mediante venda da força de trabalho e as repercussões disso na ocupação do território.

Todavia, a articulação de renda da terra como um fundamento da questão agrária na América Latina exige outras reflexões. Como elabora Traspadini (2016) "Nas economias dependentes, a questão agrária demarca o processo particular relativo à forma-conteúdo da violência do sobretrabalho, a superexploração da força de trabalho, como fundamento do desenvolvimento do subdesenvolvimento" (p. 134). Isso significa que na generalidade da produção capitalista o campo na América Latina se encontra permeado pelas contradições que envolvem a especificidade produtiva da América Latina em sua posição dependente na Divisão Internacional do Trabalho e que engendra novas dinâmicas e constitui novas *questões*.

Esse movimento pode ser considerado um dos desdobramentos da substantivação do valor¹⁰³, uma vez que a forma assumida da propriedade fundiária e a objetivação do trabalho com a terra acompanham uma orientação produtiva que sobreleva a questão agrária ao estatuto de perene na América Latina. Por se tratar de um fundamento do desenvolvimento desigual e combinado, e, portanto, da própria forma do capitalismo operar na periferia do capitalismo no processo de circulação global condiciona à miséria a multiplicidade dos sujeitos¹⁰⁴ destituídos de capital do campo, quer seja pela expropriação direta, quer seja pela indireta¹⁰⁵. Este processo violento de apropriação origina novas problemáticas (questões) a depender das demandas impostas pelo desenvolvimento do capital¹⁰⁶ à nível conjuntural e nível espacial do território em que recai.

“Os desvios do preço de mercado com relação à magnitude de valor não alteram em nada a verdadeira produção de riqueza (valor). O que fazem é modificar sua apropriação, sua distribuição” (Carcanholo, 1984, p. 110). Isso indica, portanto, o caráter de continuidade ininterrupto da *geração* dos problemas agrários para produção de riqueza mercantil, modificando as violentas formas que ela é apropriada e distribuída.

Essa forma de ser da renda da terra como questão agrária substantivada no Brasil tem suas raízes históricas assentadas no processo de transição do modo predominantemente escravocrata da plantagem colonial para o trabalho livre em que a renda da propriedade da pessoa escravizada o qual passou para a terra nos moldes institucionalizados pela Lei de Terras de 1850. Nas palavras de José de Souza Martins (2010):

O rentismo estava na propriedade do escravo, carecendo o fazendeiro de capital adicional para fazê-lo produzir. Tenha-se em conta que na maior parte do período de vigência da escravidão o uso da terra não dependia de compra, e sim de cessão de uso do domínio do que de fato pertencia à Coroa. Não existia, propriamente, a não ser como exceção, a propriedade fundiária, que só se formalizará com a Lei de Terras de 1850. Durante a crise do trabalho servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, do

¹⁰³ Marx dedica a falar da substantivação do valor no capítulo VI do Livro I de O Capital. Entendemos que o valor é realizado em sua forma trinitária (capital- lucro, renda fundiária, trabalho-salário) como já tratado acima. Assim, renda da terra como um dos fundamentos da questão agrária se dispõe como uma concreção dos níveis de abstração da teoria do valor-trabalho.

¹⁰⁴ Na multiplicidade de sujeitos excluídos da cadeia produtiva capitalista no campo como os povos indígenas, quilombolas e camponeses pobres.

¹⁰⁵ Um exemplo concreto desta situação indireta tratada no Grupo de Estudos Saberes em Movimento na data de 06/05/2024 foi a retração da produção de subsistência para expandir o excedente. Por exemplo, a vaca da família camponesa que antes fornecia leite se tornar meio de tração do solo para o plantio e posterior venda dos alimentos. Movimentos migratórios no interior do território nacional também podem ser compreendidos nesta seara das novas questões da questão agrária.

¹⁰⁶ Outro exemplo concreto e elucidativo desta dialética seria a conjuntura de aumento do capital fixo das máquinas industriais na cidade. Este aumento da composição técnica conduz a tendência a um aumento da exploração no campo pela necessidade de mais matérias-primas

predomínio num para a outra, da atividade produtiva do trabalhador para o objeto do trabalho, a terra (p. 45).

Não à toa, o período que decorreu da transição do rentismo do sujeito-escravizado para a terra no Brasil foi marcado também pela inserção do Estado-nação ao mercado mundial como país formalmente independente. Desde então, as manifestações da questão agrária obtiveram diferentes características, mas nunca mudaram a essência centrada no deslinde do movimento desigual e combinado do valor do capital em seu conjunto que condiciona os países dependentes a apropriação de mais-valor possui como uma de suas leis internas os problemas ligados à propriedade fundiária e relações de trabalho na terra para a plena apropriação superexplorada de mais-valor decorrente da transferência às economias centrais. Carcanholo (1984)¹⁰⁷ sistematiza esta análise denominando-a de renda absoluta nacional de monopólio¹⁰⁸.

Sobre estes tipos de apropriações que seguem o movimento do capital em determinado tempo histórico e em espaços determinados, Marini a partir dos escritos de Marx sobre esquemas de reprodução e dos ciclos do capital ao refletir sobre estes esquemas nas economias dependentes publica em 1979 o texto Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência e depois, seguido pelo caminho analítico de Jaime Osório. Define como padrão de reprodução do capital:

(...) como a condensação de um conjunto de regularidades do movimento do capital no tempo histórico e em espaços geoterritoriais definidos, no contexto da economia e do sistema político mundiais e como nível de abstração intermediário entre as formações sociais e o sistema mundial (Ferreira; Osório; Luce, 2012, p. 18).

Ao atrelar o debate da questão agrária com as nações de desenvolvimento desigual e combinado com o sentido construído por Marx sobre renda da terra é possível construir uma base teórica que desenvolva a complexa relação entre transferência de valor (no interior do estado nação) e no mercado internacional, a propriedade privada que assume a terra como mercadoria e que desta relação emergida pela troca – compra e venda – possibilite técnicas de apropriação como o rentismo que assujeita o trabalho à valorização do capital. Desta determinação do capital, é construída dispositivos de acesso a posse – forma propriedade,

¹⁰⁷ Este artigo de Reinaldo Carcanholo é mais conhecido pela sua publicação posterior como capítulo 8 do livro *Capital: essência e aparência*, volume II.

¹⁰⁸ Não irá se aprofundar a discussão deste item por entender que para os objetivos da nossa proposta é suficiente este apontamento. De todo modo, registra nos termos sintetizadores de Reinaldo Carcanholo (1984) “A capacidade do país de gerar renda diferencial geral, em razão das particulares condições da estrutura produtiva mundial (...) não significa, necessariamente, capacidade de apropriação nacional de parte considerável dessa renda e, menos ainda, do seu total. É assim, pois os preços de mercado, num mundo monopolista (...) (p. 120).

compra e venda – que à correspondem. Precisamente a demanda imediata dos posseiros de Porecatu.

1.3.3 Divisão Internacional do Trabalho: dependência e questão agrária

Quando nos referimos às terminologias “países dependentes”, “países de centro”, ou até o conceito de especialização e espacialização produtiva, nos inserimos na crítica tecida pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD) que se debruçam em compreender as raízes do modo hegemônico e global de produzir bens no capitalismo. A consideração primal passa pelo entendimento que a produção e a reprodução ampliada de capital são dispostas globalmente e são organizadas hierarquicamente pela Divisão Internacional do Trabalho a qual impõe trocas desiguais entre os países.

A configuração destas trocas desiguais se dá em transações em condição de divergência entre preço e valor entre países formalmente independentes no sistema mundial capitalista. Estas unidades heterogêneas formalmente independentes organizadas em estados nacionais possuem como núcleo econômico-espacial os chamados países de centro que possuem a capacidade de apropriar valor das economias que dependem deste núcleo que acumula e se desenvolve em detrimento da subtração de valor das economias dependentes (Carleial, 2012; Osório, 2012).

Não se trata da deturpação da lei do valor e sim o funcionamento da lei do valor na periferia capitalista, uma vez que é a ação do valor em geral a responsável por converter distintos trabalhos privados em trabalho social (abstrato) e que nele contém os diversos tipos de valores de uso; de modo que a ação da lei do valor distribui o trabalho em diferentes sociedades em esferas produtivas segundo as necessidades mercadológicas (Souza, 2013).

Somado à análise das unidades das esferas produtivas, é importante ressaltar que a atuação da lei do valor incorre em uma sociedade marcada pela divisão social do trabalho, da propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho. Com isso, a América Latina apresenta uma tendência a descapitalizar no processo de circulação da reprodução ampliada de capital, uma vez que a burguesia dependente e associada precisa proporcionar uma taxa de lucro positiva nesse cenário desigual marcado pela divisão social, acumulação primitiva e, no mais tardar, dos monopólios (Martins, 2013).

Em termos práticos, ao estabelecer as trocas entre países dependentes pela via da matérias-primas com destino à indústria dos países de centro (seja para consumo doméstico ou produtivo) há uma deterioração dos termos de troca o que representa para os países

periferizados uma depreciação dos bens primários. Sobre este processo, Ruy Mauro Marini (2022) destaca a seção o Segredo da troca desigual em sua obra *Dialética da Dependência*.

Todavia, esta transferência de valor é um reflexo da Divisão Internacional do Trabalho que a cada ciclo se aprofunda dialeticamente. Embora esta divisão tenha se movimentado ao longo dos séculos desde sua instauração, a essência permanece: organização produtiva do mundo de forma hierárquica em que alguns (poucos) países concentram riquezas denominados de centro, enquanto outras nações – denominadas dependentes – possuem sua estrutura produtiva voltada aos interesses da acumulação dos países de centro. A propriedade privada da terra em sua forma latifundista, o trabalho superexplorado e a baixa composição orgânica de capital¹⁰⁹ no contexto latino-americano e caribenho despontam nesta determinação.

Esta relação “se apresenta como o palco da permanência-mudança na lógica da exploração, opressão, guardadas as particularidades dos territórios em que elas se materializam” (Traspadini, 2016, p. 56). Feita esta breve definição, infere-se pela possibilidade que a compreensão da divisão internacional do trabalho tomada no sentido marxiano seja oriunda das análises de Marx sobre o funcionamento do mercado mundial e a divisão internacional do trabalho. Faremos então neste item uma breve interlocução com os escritos de Marx e depois avançamos com os elementos trabalhados pelos teóricos da TMD sobre o tema.

Sobre o mercado mundial, ainda em janeiro de 1848, Marx pronuncia o discurso “Sobre a Questão do livre comércio”¹¹⁰ na Associação Democrática de Bruxelas em que o revolucionário alemão argumenta que as decisões de livre-câmbio das leis sobre cereais na Inglaterra podem ser onerosas à classe trabalhadora.

Não devemos nos admirar de que os livre-cambistas não consigam compreender como um país pode se enriquecer à custa de outros, pois estes mesmos senhores também não querem compreender como, no interior de um país, uma classe pode se enriquecer à custa de outra classe (Marx (s.d), [1848], *on-line*)¹¹¹.

Embora o mercado mundial pertença à esfera da circulação em aparência, apresentada como compradores e vendedores livres de mercadoria e nas mesmas condições, encobre que as

¹⁰⁹ Relação entre capital constante (máquinas, instrumentos e matérias-primas) e o capital variável (força de trabalho humana).

¹¹⁰ Nas traduções para a língua portuguesa mais antigas aparece como “Discurso sobre a questão do Livre-Câmbio”.

¹¹¹ Pontua-se, entretanto, que em que pese à crítica ao livre-cambismo ao fim do encontro Marx profere um voto a favor à prática. Avalia Franklin (2017) sobre o tema ““Esse posicionamento controverso evidencia que, por mais que Marx não tenha desenvolvido de forma sistemática uma interpretação sobre o funcionamento e o papel do mercado mundial, ele possuía uma ideia precisa dos impactos causados pela integração econômica internacional tanto para a qualidade de vida imediata dos trabalhadores no interior de uma nação quanto para o desenvolvimento histórico da humanidade como um todo” (p. 132).

relações de troca de mercadorias são intercâmbios de produtos resultantes de trabalho humano que se originam a partir de relações sociais de produção e divisão social do trabalho empreendida pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do bem – forma específica do modo de produção capitalista (Franklin, 2017)

Sobre a divisão internacional do trabalho, Marx a sinaliza nos rascunhos de *O Capital*, publicado como os *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858* o plano original de *O Capital* que a riqueza dos Estados nacionais deve ser tratada da seguinte forma:

1) as determinações universais abstratas, que, por essa razão, correspondem mais ou menos a todas as formas de sociedade (...) 2) As categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais se baseiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre elas. Circulação. Sistema de crédito (privado). 3) Síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerada em relação a si mesma. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida pública. Crédito público. A população. As colônias. Emigração. 4) Relação internacional da produção. Divisão internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e importação. Curso do câmbio. 5) O mercado mundial e as crises (Marx, 2011, p. 53).

Rosdolsky (2001) e Franklin (2017) apontam que esta parte das relações internacionais de produção que ensejam a divisão internacional do trabalho planejada por Marx no plano inicial nunca chegou a ser executada. Alguns momentos durante *O Capital* essa desigualdade entre nações do mercado mundial chegou a ser tratada, não de maneira extensa como em sua pretensão preambular, mas sem dúvida um elemento constituinte de sua análise em *O Capital*. Contrariando essa análise, Lucia Pradella (2015) defende que o esboço inicial de Marx sobre o mercado mundial não foi concretizado pois foi incorporado como nível de abstração em sua totalidade em *O Capital*. A autora contraria o “nacionalismo metodológico” que incorreu na subestimação do desenvolvimento do capitalismo internacional como uma etapa a parte ou posterior dos escritos de Marx que acaba por “minimizar ou negar a importância do colonialismo e do imperialismo” no desenvolvimento do mercado internacional (tradução nossa, p. 23). Ou, em outra parte, naturaliza as economias da Europa Ocidental como modelo que outros países deveriam seguir para alcançar o progresso capitalista. Essa aceção foi recepcionada no Brasil por pesquisadores como Leonardo Leite (2017) que defende o mercado

mundial como decorrente da lei do valor em escala mundial¹¹² e a internacionalização das trocas ser um atributo imanente.

Marx (2013) analisa o período entre 1848 a 1860 na Inglaterra em que há uma expansão industrial pela entrada maciça de máquinas no processo produtivo. A consequência para a indústria mecanizada inglesa é o aumento de importação de matérias-primas, essa apropriação impõe uma divisão de uma parte de globo responsável pela produção agrícola de matérias-primas com destino a produção de manufaturas realizadas na produção industrial.

A referência que Marx (2013) faz a chamada divisão internacional do trabalho¹¹³ aparece após tratar da divisão social do trabalho e da maquinaria da grande indústria¹¹⁴, oportunidade que o revolucionário alemão trata do barateamento de produtos da indústria mecanizada inglesa que arruína a produção artesanal dos demais países que não haviam se industrializado, cita o exemplo desta relação entre Grã-Bretanha e as Índias orientais:

(...) o barateamento dos produtos feito à máquina e os sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros. Ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção de sua matéria-prima.

A constante “transformação em supranumerários” dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole (...).

Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial (Marx, 2013, p. 638, grifo nosso).

Marx (2013) estabelece, portanto, uma diferenciação entre países industrializados e agrários – que servem aos primeiros a matéria-prima. O resultado é a ruína do produto artesanal cumprido por esta divisão internacional a qual também atua diretamente na destruição de formas de vida comunitárias que procediam o uso comum da terra. A propriedade privada, posterior a entrada do comércio de excedente (mais-valor, valor de troca) foi a continuação espoliativa evidente observada na continuidade da instauração da reprodução ampliada de

¹¹² “[...] considerando a identidade entre totalidade e mercado mundial como apontada nos Grundrisse, podemos defender a tese de Pradella (2015a) para a qual a crítica da economia política de Marx, materializada em O Capital, toma o mercado mundial como locus geral onde a exposição se desenvolve” (Leite, 2017, p. 40)

¹¹³ Seção IV, Capítulo 13, item 7 "Repulsão e atração de trabalhadores com o desenvolvimento da indústria mecanizada. Crises da indústria algodoeira".

¹¹⁴ O que aponta para uma relação entre tecnologia apropriada pela classe burguesa de países centrais, fato este vastamente vislumbrado com a baixa composição orgânica de capital constante nos países dependentes.

capital. O revolucionário alemão continua este item explicitando a necessidade de expansão do sistema fabril que estabelece uma dependência com o mercado mundial.

O debate acerca da projeção do mercado mundial na deterioração de comunidades comunitárias volta a transpassar a obra de Marx no Livro III de O Capital. Para o autor, o comércio presente nos momentos iniciais do estágio capitalista adentra as comunidades através da submissão da produção ao valor de troca "(...) fazendo com que os desfrutes e a subsistência dependam mais da venda que do uso direto do produto. Desse modo, ele dissolve as antigas relações e incrementa a circulação monetária" (Marx, 2017, p. 2017).

Ainda como tendência nos escritos de Marx (livro III, 2017) o comércio internacional desenvolve a orientação produtiva para a produção centrada no valor de troca e que, para tanto, possui como característica a disponibilização crescente de mais-valia. Com isso, dissolve ou assimila modos de produzir à vida que não tenham como fim essa racionalidade:

A evolução do comércio e do capital comercial desenvolve por toda parte a orientação da produção para o valor de troca, aumenta seu volume, multiplica-a e cosmopolitiza-a, desenvolvendo o dinheiro em dinheiro mundial. Por isso, o comércio tem, em toda parte, uma ação mais ou menos dissolvente sobre as organizações preexistentes da produção, as quais, em todas as formas distintas, estão orientadas principalmente para o valor de uso (Marx, 2017, p. 325).

Essa tendência trazida por Marx foi – com pesar – concretizada como se demonstra com a desestruturação de comunidades ditas tradicionais acompanharem a entrada dos territórios no mercado mundial no início do século XX. A reprodução ampliada de capital nas periferias capitalistas no século XX são o predomínio de mais-valor exportável frente aos valores de uso para consumo interno. A frequência e a ampliação das trocas internacionais fazem com que as sociedades passem a orientar sua produção não mais para a geração de valores de uso voltados ao consumo próprio, mas para a obtenção de valor de troca, produzindo excedentes exportáveis que permitem a aquisição de mercadorias provenientes da indústria mecanizada. Essa intensificação das trocas internacionais que modificam os modos de vida nos interiores dos territórios geram a necessidade que mais áreas sejam incorporadas ao mercado, Porecatu como fronteira ainda aberta foi uma das áreas que antes era auto gestada pelos posseiros e foi desestruturada para que a propriedade da terra seguisse estes ditames.

Sobre este tema, Marini (2022) contribui e avança “Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala” (p. 150). Decorre das trocas entre bens distintos, países dependentes fornecendo matérias-primas e países de centro fornecendo manufaturas e

impossibilitando a mecanização dos primeiros, a ilusão [aparência] da lei do valor. Ou, retomando a análise dos teóricos mais recentes da TMD trata-se da essência da lei do valor, sua realização em escala mundial (Leite, 2017). De modo que as mudanças que ocorreram em Porecatu após 1945, pode ser interpretado como a interiorização da dependência brasileira, em particular, e a força demandada pela divisão internacional do trabalho, no geral.

Esta era, portanto, a condição de integração dos países dependentes ao mercado mundial: o aniquilamento de formas outras de produzir a vida e a subordinação às demandas da indústria inicialmente inglesa e após países centrais, até chegar na troca hegemônica após segunda-guerra mundial em que os Estados Unidos se estabelecem como principal país-imperialista dos países da América Latina e Caribe. Este processo, entretanto, deu-se de forma heterogênea em cada país, como destacado anteriormente. De modo que há um esforço dos teóricos da TMD elaborar esta estrutura definida e condicionante da Divisão Internacional do Trabalho para a América Latina.

Em Marini¹¹⁵ (2022) a América Latina é inserida no mercado mundial pela divisão internacional do trabalho a partir da criação da grande indústria inglesa no século XIX, mais especificamente a partir de 1840. Dois pontos são relevantes para esta compreensão: a independência formal de países e a elevada produtividade atingida com a maquinaria dos países europeus. Acerca da independência política, fez-necessária para que o Estado e as classes dominantes das ex-colônias custeassem ao menos uma parte da produção de mais-valia¹¹⁶, enquanto a maior produtividade das máquinas impôs mais necessidade de produtos primários tanto para a indústria como para a alimentação da classe trabalhadora dos países centrais que se avolumava em quantidade (aumento populacional) e em concentração nas cidades.

Neste momento de incorporação da América latina e Caribe no mercado mundial com sua base de economia primário-exportadora, ocorre a cisão entre produção e circulação de mercadorias, como salienta Carleial (2012). Isto representa que a produção de valor não está condicionada as necessidades da população local.

Não seria possível a realização da grande indústria apenas em uma base nacional, uma vez que ela se opera na expansão do mercado mundial seja em busca de matéria-prima ou com o escoamento produtivo para o mercado consumidor. Eis que o incremento produtivo do capital

¹¹⁵ Diferentemente de Gunder Frank que a Divisão Internacional do Trabalho adveio do processo de colonização. Marini não discorda que a colonização foi um fator importante para caracterizar a debilidade econômica dos países que mais tarde se tornariam dependentes, entretanto considera que há diferenças qualitativas entre a relação colônia-metrópole (subordinação direta) e países dependentes-centro (autonomia condicionada). Filia-se neste sentido ao nexu mariniiano da independência formal como impulsionador da dependência estrutural.

¹¹⁶ Discussão elaborada por Mandel (1985).

constante pressupõe uma especialização “o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial” (Marini, 2022, p. 173).

Não obstante, como salienta Marini (2022) desta especialização agrícola das nações desfavorecidas condicionadas aos países industrializados decorre uma deterioração dos termos de troca entre os bens produzidos; como mecanismo de compensação desta perda de mais-valor no interior dos territórios o capitalista latino superexplora os trabalhadores sejam pela intensidade, prolongação da jornada de trabalho ou diminuição dos salários que restringe o mercado interno.

Sobre estes três marcos comuns dos países subdesenvolvidos latino-americanos que se assenta a superexploração, Vania Bambirra (2019) diferencia o padrão de reprodução e acumulação da dependência em cada um, culminando em uma análise tipológica em dois grandes grupos: países com início antigo de industrialização (tipo A) e países cuja industrialização foi produto da integração monopólica após a Segunda Guerra em 1945 (tipo B). Os países de tipo A são caracterizados pelo predomínio do setor primário-exportador, mas com uma estrutura diversificada marcada pela industrialização em expansão anteriores as condicionantes estruturais que decorreram da Segunda Guerra Mundial e são compreendidos por: Argentina, Chile México, Uruguai, Colômbia e Brasil; enquanto os países cuja industrialização iniciou após a reorganização monopólica dos Estados Unidos e sob controle do capital estrangeiro, são estes: Peru, Venezuela, países da América Central, Haiti e Paraguai¹¹⁷.

A industrialização dos países de tipo A se desenvolveu majoritariamente¹¹⁸ no fim do século XIX e início do século XX; este movimento foi impulsionado pela Segunda Revolução Industrial a qual esteve associada à produção de máquinas em que os centros produtivos sobretudo a Inglaterra a qual instigou uma nova fase de expansão capitalista caracterizada nestes países pela busca de matérias-primas e o escoamento dos produtos manufaturados aos mercados internos dos países dependentes de tipo A (Bambirra, 2019).

(...) Nesses países o mesmo processo que gera a divisão internacional do trabalho é aquele que, por sua vez, cria as condições para a expansão dos

¹¹⁷ Dentro dos países dependentes de tipologia B há três subtipos com distinções quanto ao período que iniciou a industrialização. Segundo Vania Bambirra (2019): 1. Países que iniciam a industrialização imediatamente após a segunda-guerra como o Peru e a Venezuela; 2. Países que a industrialização se desenvolveu no fim da década de 1950 e início da década de 1960 como os da América Central; e, por fim, 3. Países que até a época da escrita da obra (1970-1974) não haviam se industrializado, tampouco possuíam dados a respeito como Haiti e Paraguai. Sobre estes últimos, Bambirra discute se não caracterizam o tipo “C”. Todavia, não trataremos com profundidade este tópico porque caminharia para uma outra discussão.

¹¹⁸ Bambirra (2019) destaca o caso da Colômbia como exceção, pois o início de sua industrialização se deu somente em 1920.

mercados nacionais e engendra, portanto, os elementos de superação das economias fundamentalmente exportadoras. Qual é o caráter das transformações modernizadoras que ocorrem nos setores primário-exportadores dos países dependentes na busca por adaptá-los às necessidades da nova expansão do capitalismo mundial? (Bambirra, 2019, p. 67)

Esta passagem enfatiza a unidade histórica da economia global capitalista entre países de centro e países dependentes. Para Bambirra (2019), assim como para Marini (2022), a Divisão Internacional do Trabalho procede da necessidade expansionista do capitalismo-sobretudo o inglês na América Latina neste primeiro momento¹¹⁹. A premência da expansão capitalista mundial se dá pela situação condicionante imposta aos países de tipo A os quais os de centro dedicam em buscar matérias-primas nesta fase da industrialização e para o consumo das manufaturas dos países centrais que impunham a formação de um mercado consumidor no interior das nações dependentes.

Bambirra (2019) também nos apresenta as consequências para os países dependentes de tipo A; alvo de transformações modernizadoras que ocorrem, primeiramente, nas relações que organizam socialmente a produção. Isso implicou a interiorização territorial de formas de relações capitalistas de produção (assalariamento), coexistindo, até certo período, com relações não-capitalistas de produção como no caso de Porecatu com o posseamento e outras configurações de relação com a terra e o trabalho. Entretanto, com a reorganização geopolítica pós-1945¹²⁰ e o aumento da demanda para o setor exportador a área de economia de subsistência é substituída pelo imperativo da proletarização¹²¹, ao passo que expande e reorganiza o domínio da burguesia agrária.

A distinção produtiva que se deu com a industrialização brasileira na década de 1930 e a troca hegemônica da potência em ascenso para os Estados Unidos, entretanto, não modificou as bases que estruturam a dependência que possuem como eixo de acumulação os países de centro:

¹¹⁹ “No que se refere às relações internacionais da América Latina (...) esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos 16 e 17, mas sobretudo no 18, graças à coincidência entre o descobrimento de ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos que é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho.” (Marini, 2022, p. 172 e 173).

¹²⁰ “No curso da segunda guerra mundial, a geopolítica converteu-se num dos princípios reitores da política exterior norte-americana. Içado à posição de potência capitalista hegemônica e disfrutando [sic] no plano internacional de uma posição só comparável à da Inglaterra entre 1860 e 1880” (Marini, 1985, p. 1).

¹²¹ “A proletarização expressa o processo de penetração do capitalismo no campo (...). essa proletarização também se torna possível e necessária porque corresponde à melhor forma de entrelaçamento entre países dependentes e os países capitalistas avançados” (Bambirra, 2019, p. 68).

(...) a economia mundial já tinha conseguido ampliar o seu padrão de concentração de capitais e necessitava mesmo escoar capital, e assim, o fluxo de capital para a periferia orienta-se para a indústria, associada ainda ao crescimento da produção de bens de capital no mundo desenvolvido.

[...]

há uma espécie de reaproximação do modelo industrial ao da economia exportadora uma vez que, a incorporação de progresso técnico em condições de superexploração do trabalho acarreta inevitável restrição ao mercado interno, contando assim com significativo exército de reserva e ainda com a permanente necessidade de voltar-se ao exterior (Carleial, 2012, p. 9-10).

Embora este paradigma tipológico seja um norteador da situação condicionante elementar dependente que caracteriza a formação e o desenvolvimento de todas as sociedades latino-americanas e caribenhas, a própria Vania Bambirra (2019) aponta para a necessidade do estudo das manifestações históricas específicas que configura cada nação “empreendendo o trajeto desde um nível mais alto de abstração para níveis mais concretos –, realizar o estudo das manifestações históricas específicas e do processo de transformação das estruturas dependentes que se formam no continente” (p. 35). Assim como Ruy Mauro Marini em *Dialética da dependência*:

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe (...) situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis se vão especificando (Marini, 2022a, p. 191).

Na apresentação da edição brasileira da *Dialética da Dependência* de Marini, Trapaschini e Stedile (2012b) definem dependência como o

mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional. O subdesenvolvimento e o desenvolvimento são entendidos como processos indissociáveis e necessários para a evolução internacional do modo de produção capitalista. Uma dependência que evidencia a integração de um processo que não está posto para ser resolvido em termos de igualdade, exatamente porque se nutre das relações desiguais (p. 49)

Isso significa dizer que embora a dependência tenha formas condicionantes dentro das leis gerais do sistema capitalista, manifestam-se de forma específica no interior dos territórios, estas manifestações, por sua vez, dão concretude ao estudo da estrutura dependente. Havendo a necessidade de estudar estas materializações históricas compreendendo-as neste panorama de expansão e evolução do capitalismo mundial. Por isso, a dependência retroalimentada pela questão agrária como a essência que assenta o conflito de Porecatu é uma das determinantes a ser mediadas com a totalidade.

Define-se questão agrária para progredir com a análise, certo que apesar do confronto e disputas em torno de sua definição, neste ponto da análise, faz necessário explicitá-la. A conceituação contida em João Pedro Stedile nos oferece um bom ponto de partida:

“questão agrária” é uma área do conhecimento científico que procura estudar, de forma genérica ou em casos específicos, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra. Essas três condições possuem características diferentes, ainda que complementares (Stedile, 2012, p. 642-343)

Em outro sentido e dado o tempo histórico que é feito este trabalho, é necessário postular o sentido de acúmulo de lutas emancipatórias que a terminologia “questão agrária” possui. Com o tardar do materialismo histórico a questão campesina foi alvo de elaborações e análises no seio da luta de classes. Com notoriedade do debate partir das publicações O desenvolvimento do capitalismo na Rússia [1896] de Lenin, e em 1898 da obra *La Cuestión Agraria* de Karl Kautsky; seguido pelos debates do Programa Agrário Russo com A. V. Chayanov. Desde então se produzem trabalhos sobre agricultura e relações sociais no campo, além de se tratar de uma terminologia popular histórica dos movimentos sociais camponeses ligados à luta pela terra no Brasil.

De modo que a questão agrária constitui um dos conteúdos sobre o qual se funda a dependência, um mecanismo de subtração de valores produzidos nas periferias pelas economias de centro. Modifica-se conforme o padrão de reprodução, mas é caracterizada por ser uma das essências sob o qual o modo de produção capitalista universal em sua particularidade dependente opera:

A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readaptar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso. Isso permite historicizar a reprodução do capital e diferenciar os padrões que se estabelecem (Osório, 2012, p. 82).

Kautsky (2002) dá pistas que permanecem atuais de como investigar o lugar que ocupa a terra nas economias “Deve-se pesquisar se é como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas” (p. 12).

Por fim, procuramos destrinchar como a Divisão Internacional do Trabalho delimitou a sua atuação nos países dependentes, sob o signo da questão agrária. Ela opera em dois momentos essenciais: o inicial dado pela introdução do valor de troca sobre o valor de uso na imposição modo de produção da mercadoria em sociedades comunitárias e, portanto, a

destruição da forma de ser e viver destas; e, o segundo momento, dado pela estruturação da distinção entre países agrários fornecedores de matérias-primas complementárias aos industrializados a que orienta a produção. Mantém este movimento último por pautar as relações econômicas internacionais no valor de troca.

Este é um tema que perpassa toda a estrutura deste trabalho, uma vez que a sustentação das relações entre nações que se unem no modo de produção dominante não é meramente relacional, é também inserida em uma lógica sustentada por desigualdades ao nível internacional que possuem como essência a apropriação do valor. A Guerrilha de Porecatu como tantos outros processos insurgentes no campo se situa neste lugar. E é neste contexto que reivindica a análise da Guerrilha de Porecatu em um Programa de Relações Internacionais.

Ainda resta, até a presente análise, a tarefa de pensar o conflito de Porecatu a partir da perspectiva que discuta sua inserção no todo social. Os camponeses que chegaram à região norte do Paraná na década de 1930 foram atraídos pela possibilidade de adquirir a propriedade de terras e a condição que se impunha para adquirir o título da propriedade era a ocupação, plantação de café e colonização daquele espaço. Com as mudanças no padrão de reprodução da dependência e as reorganizações da divisão internacional do trabalho, há uma ofensiva por parte da burguesia latifundista que intentava interiorizar as formas de dependência no campo. A práxis dos lutadores de Porecatu se insurge contra esse movimento, pois *“Es precisamente en el interior de las economías donde encontramos claramente manifestadas las relaciones de dependência”* (Caputo; Pizarro, 2022, p. 110).

Por fim, e em síntese, procurou-se, no transcorrer deste capítulo, articular em um nível de abstração mais elevado argumentos que evidenciam a centralidade ontológica da terra na dinâmica produtiva latino-americana, desde o período colonial, adquirindo novas configurações com a expansão do capitalismo. Primeiramente, em sua função na plantagem escravista e na acumulação originária; posteriormente no cativo da terra. A partir disso, concentraram-se os esforços analíticos na problematização da questão agrária enquanto um dos eixos estruturantes do sociometabolismo do capitalismo dependente assentado no desenvolvimento desigual e combinado em escala global pela Divisão Internacional do Trabalho. Tais elementos constituem-se como categorias essenciais para desvelar as contradições inerentes ao conflito de Porecatu, situando-o na trama histórica internacional, na luta de classes e na reprodução social.

Ao retornar à imagem que abre este capítulo, “El Maíz” de Reynaldo Olivares nos dá pistas da sobreposição do valor de troca em relação ao valor de uso no capitalismo, em que a terra e seus frutos são conformados. Os sentidos atribuídos ao trabalho e a terra na produção da vida se modificam com a entrada da América Latina no modo de produção capitalista. Muito

se perdeu e se perde¹²² neste processo, muitas histórias se apagam no tempo histórico hegemônico e muitas emergem em oposição. Nesta dialética, é preciso, deste modo, um movimento consciente de recuperação dessas práxis que sacudiram a “a certeza do mundo comum e da realidade fetichizada de todos os dias ao indagar sobre a sua legitimidade e “racionalidade”” como assevera Kosik (1969, p. 197).

CAPÍTULO 2. AS CONTRADIÇÕES DO CAMPO BRASILEIRO NA REPRODUÇÃO AMPLIADA DE CAPITAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: O CASO DO PARANÁ

*una mirada desde la alcantarilla puede ser una visión del mundo
la rebelión consiste en mirar una rosa
hasta pulverizarse los ojos
(Poema 23 - Árbol de Diana - Alejandra Pizarnik, 1962)*

Este capítulo da investigação busca integrar o desenvolvimento histórico-espacial do campo brasileiro, com ênfase no contexto paranaense e, mais especificamente, na região norte do Estado do Paraná, onde se desenrolou a práxis insurgente de Porecatu. A articulação desses três níveis de mediação – nacional, regional e local – revela-se fundamental para situar a concretude do conflito em sua totalidade histórica e estrutural. À medida que avançamos no estudo da reprodução ampliada de capital no campo, categorias analíticas como formação socioespacial, (re)ocupação, o estudo das grilagens que incorreram no Estado e as relações jurídicas dependentes que legitimam a propriedade privada convergem, de forma articulada, como elementos mediadores para a compreensão do conflito de Porecatu enquanto unidade concreta do real e expressão singular das contradições do capitalismo agrário dependente.

Segundo Foster (2005) a natureza em Marx aparece na medida que se incorpora à história humana, isto é, a partir da interação entre humanidade e natureza em uma interação metabólica realizada pela produção. O materialismo prático de Marx se dá neste ponto, de forma mais anunciativa em Teses sobre Feuerbach [1845] e de forma mais sistemática em Ideologia Alemã [1846]:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade (Marx; Engels, 2007, p. 34).

¹²² Referências aos genocídios indígenas e aos epistemicídios da história que forjaram os territórios dos Estados-nações latino-americanos.

Como relação social histórica, Robert Moraes (1982) segue e estende o entendimento de Marx e Engels para a produção do espaço como forma de ocupação da superfície terrestre. Compreendendo-a a partir das relações sociais que a originam – os estímulos que engendram a forma – e, subordinada a esta primeira compreensão, ao momento conjuntural no campo da política e da economia que defronta os usos internos daquele território a cada momento histórico. Neste intercâmbio contínuo em movimento a constituição do território aparece como um processo cumulativo em que seus usos se relacionam com a formação social espacializada.

Estes “estímulos sociais” sob a égide do capitalismo são suas condições históricas de valorização que se assentam pelo trabalho assalariado e a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação. Em *Formações Econômicas Pré-capitalistas (Formen)*, trata Marx:

(...) a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro — não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação (...) dos meios e do material do trabalho. Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural (Marx, 1986, p. 65).

Dois procedimentos que culminam pelo produto do trabalho estar relacionado através da propriedade: propriedade de si do trabalhador como vendedor da força de trabalho que se estende para sua relação com os outros e da negação da propriedade dos meios de objetivação do seu próprio trabalho. O contrário ocorre quando “esse pressuposto deriva da comunidade, os outros são, para ele [trabalhador], seus co-proprietários, encarnações da propriedade comum”. A dissolução destas relações comunais para a subsunção a fórmula do capital em que o valor adquira condições de trocar trabalho vivo pelo seu equivalente em dinheiro¹²³ é a forma em que se estrutura o domínio do capital (Marx, 1986, p. 65).

Esta processualidade da inserção do valor de troca pela apropriação do trabalho alheio em detrimento dos diversos modos de produzir a vida constitui as vias de desenvolvimento do capitalismo. Na acepção leniana¹²⁴ aparecem duas vias, a prussiana – também conhecida como via *junker* – em que usa do exemplo da Alemanha para tratar a forma que o capitalismo penetrou o campo sem romper com o latifúndio feudal¹²⁵, baseado na aliança conservadora sem ruptura

¹²³ Supremacia do valor de troca que abordamos no capítulo anterior.

¹²⁴ Análise de Lenin no texto O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905/1907, publicado pela primeira vez em 1908, dedicado a debater o desenvolvimento no capitalismo na Rússia para resolver o problema agrário e construir as condições históricas que tornam possíveis a alternativa socialista.

¹²⁵ A respeito das diferenças do Estado prussiano com “fortes inclinações bonapartistas” em relação aos países de capitalismo clássico, Marx aborda em Crítica ao Programa de Gotha [1875].

com as classes feudais; e a via *farmer* – intitulada de via americana em razão do padrão seguido pelos Estados Unidos – que destruiu o velho regime de posses de terras com a derrota dos fazendeiros do Sul durante a Guerra de Secessão e com as terras livres estabeleceu a pequena propriedade como forma dominante de propriedade da terra (Moraes, 1982; Lukács, 2020).

As duas vias de desenvolvimento agrícola também foram responsáveis pela edificação das histórias nacionais e também das elaborações acerca de seus sentidos no desenvolvimento do estado-nação. A via *junker* com grandes propriedades e aliada a manutenção de castas prussianas feudais ensejou um desenvolvimento político arcaico, enquanto a via *farmer* nos Estados Unidos que seguiu a “Premissa de Turner”¹²⁶ em que a existência de terras abundantes e “apropriáveis” somadas a uma legislação que permitia a apropriação por imigrantes edificou a “democracia social” estadunidense como fator que possibilitou seu desenvolvimento. Este mito edificante, além de desconsiderar a exterminação de povos originários que sucedeu este movimento da via *farmer*, foi bastante responsável pela negligência epistêmica quanto as elaborações de vias que fugiam destes ideários e do maniqueísmo reducionista que localizam uma via como ruim e a outra boa (Lukács, 2020).

Além dessas duas, em outros autores apoiados no *Manifesto Comunista* de 1848 aparece a via clássica de desenvolvimento do capitalismo como em países em que ocorreram revoluções burguesas tradicionais como a França e a Inglaterra. Aproxima-se dessas análises a objetivação do capitalismo hipertardio brasileiro em que a via Colonial utiliza de *plantations*¹²⁷ para exploração do território, tema bastante trabalhado pelo filósofo brasileiro de inspiração lukacsiana J. Chasin (1937-1998). Chasin (1978) busca encontrar elementos que conferem um caráter hipertardio a objetivação do capitalismo em terras brasileiras¹²⁸. Acerca das questões como o autoritarismo, baixa participação popular e latifúndio o autor procura individualizar o processo brasileiro, em que pese os elementos comuns ao da via prussiana¹²⁹. Ainda que parta de um diferente substrato da TMD¹³⁰.

¹²⁶ Assim ficou conhecida a teorização de F.J. Turner na obra “*The Significance of the Frontier in American History*” acerca da pujança de terras apropriáveis consagrada na Marcha para o Oeste depois do fim da ocupação colonial inglesa nas treze colônias.

¹²⁷ Termo utilizado por Chasin. Como nos referimos no capítulo um, a opção coerente com a proposta desta dissertação é plantagem.

¹²⁸ A partir das manifestações fascistas do integralismo de 1930.

¹²⁹ Chasin faz referência à Marx neste ponto: “Assim, pois, eventos notavelmente análogos que, porém, ocorrem em meios históricos diferentes conduzem a resultados totalmente distintos” (1978, p. 29). A via prussiana e a via colonial formam um universal de formas não-clássicas de objetivação do capitalismo que ao tentar conciliar as velhas formas com as novas capitalistas encontram diferenças, a primeira, feudal; a segunda, colonial.

¹³⁰ Alguns pesquisadores como Henrique Almeida de Queiroz em sua tese “A Via Colonial e a Teoria Marxista da Dependência: a razoabilidade histórica da categoria superexploração do trabalho” defendida em 2015 tenta tensionar os escritos de Chasin com os de Ruy Mauro Marini. Não tratará nesta pesquisa de forma pomenorizada

Esses “caminhos de objetivação do capitalismo” não são manifestações espaciais circunscritas ao período de transição, certo que este decurso não se faz de forma linear e contínua como o clássico – como destacado por Bambirra (2019). Bartra (2006) aponta que ao estudar um país e/ou uma localidade concreta, o caminho para pensar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura segue caminhos sinuosos, com mudanças mais ou menos abruptas, uma operação que deve considerar o grau e o ritmo de cada processo histórico, assentados na luta de classes que dá substância não apenas como resultado, mas também como ponto de partida.

Certo também que não são limitadas à uma esfera da vida – como espacial dentro da estrutura agrária –, sendo uma composição unânime em todas as exteriorizações do sociometalismo do capital. Entretanto, a estrutura agrária, isto é, a forma como a terra é distribuída ganha centralidade nas economias dependentes à medida que conforma parte da produção do valor na reprodução ampliada de capital em âmbito internacional. Adquire, por óbvio, um elemento constitutivo da expropriação onde se produz o mais-valor através do trabalho que será transferido às economias dominantes através da troca desigual.

Em linhas gerais, a forma de ocupação territorial e a estrutura agrária brasileira são dialeticamente correspondentes à produção global, determinado historicamente como valorização do valor. Este processo longe de ser linear – ou clássico, nos termos marxistas – acarretou gradativamente a partir da inserção da propriedade privada da terra a subordinação de diversos modos de produção e relações de trabalho à trama produtiva da valorização do valor.

Neste sentido, filia-se à concepção de José Graziano da Silva (1981), segundo a qual a agricultura como tendência acompanha o processo de industrialização na ordem do modo de produção capitalista. Essa dinâmica decorre de dois fatores fundamentais: com a industrialização a agricultura se torna uma parte integrante do conjunto de atividades inter-relacionadas; o fato que gradativamente a agricultura eleva sua composição técnica nos latifúndios e se alinha aos interesses do capital industrial.

No caso brasileiro, para melhor visualizar a processualidade da subsunção da terra à reprodução ampliada do capital, Da Silva (1981) periodiza este processo: primeiro período histórico (1850-1888) aparece diversos tipos de relações de trabalho livres, mas mantém-se a hegemonia do modo de produção escravista colonial como predomínio do valor produzido na reprodução ampliada de capital global; segundo período (1888-1933) as relações de trabalhos

deste tema para evitar dispensar do objeto, apenas aborda-a no sentido de contextualizar a batalha das ideias a partir “das vias” na intelectualidade brasileira.

livres se tornam sinuosamente dependentes da economia de mercado, paralelamente a uma agricultura mercantil voltada para o nascente capital industrial brasileiro e o mercado externo, passa-se neste período a crise do *commodity* de maior importância na economia externa, o café; terceiro período (1933-1955) a agricultura começa a se mover conforme a industrialização restringida¹³¹ e progressivamente se liberta da dependência com o setor cafeeiro exportador¹³².

A partir desta periodização, tratemos de cada um destes três períodos no que concerne à estrutura agrária e a (re)ocupação territorial para compreender os pilares da reprodução ampliada de capital no campo brasileiro, a contradição da fronteira agrícola como possibilidade para os camponeses pobres adquirirem um lote e sua instrumentalidade como expansão do valor. Com isso, nos aproximamos da condição paranaense e da região de Porecatu neste quadro.

Iniciemos pela estruturação territorial histórica brasileira advinda da “herança colonial” lusitana. No período da independência, apenas a fachada litorânea foi ocupada efetivamente¹³³ o que conjectura que foi uma diretriz espacial portuguesa “Isso transparece, nas cartas de doação das capitâneas, na proibição explícita de se fundar núcleos distantes da costa. As entradas para o interior deveriam ser especificamente exploratórias e, mesmo assim, dependentes de autorização real” (Moraes, 1991, p. 302). Embora essa interdição não fosse completamente respeitada, os esforços para (re)ocupação¹³⁴ do interior ainda foram bastante incipientes.

Ainda, esse apossamento que se sucedeu no período colonial escravista era estruturado pela forma plantagem – grande propriedade unidade produtora. Estas possuíam comando unificado, disciplina rigorosa e todas as atividades eram integradas verticalmente, organizadas na monocultura extensiva para a metrópole, de modo a ser a organização espacial adequada para o emprego do trabalho escravizado em que precisava consumir no local o estritamente necessário para a reprodução interna (economia natural) e era marcada pela intercambialidade de funções entre os escravizados. O uso destrutivo da terra acompanhava a rejeição aos avanços

¹³¹ Graziano (1981) chama de industrialização restringida porque o movimento endógeno de acumulação do capital se concentrava na expansão industrial, todavia caracterizava por ser restringida em razão das bases técnicas e financeiras se mostrarem insuficientes para se autodeterminar, sendo, essencialmente, ligada à conjuntura do capital dos países centrais na fase de descenso.

¹³² O autor ainda descreve uma quarta fase de 1956 a 1967 a qual não abordaremos aqui.

¹³³ Nas capitâneas localizadas mais próximas ao meridiano e que existia uma ocupação maior entre a zona litorânea e do interior houve uma apropriação dos colonizadores dos caminhos feitos por indígenas, como no caso de Peabiru, Guairá e Guaianá (Moraes, 1991).

¹³⁴ Usaremos o vocábulo *(re)ocupação* estendendo o entendimento de Tomazi (1989) já disposto no capítulo anterior desta dissertação para diferenciar a ocupação dos povos tradicionais e a (re)ocupação estabelecida pela interferência territorial para espoliação privada em sentido amplo.

da tecnificação, pois dada a enorme disponibilidade de terras era “preferível desbravar terras virgens e férteis, valendo-se do processo brutal das queimadas, a recuperar terras cansadas” (Gorender, 2016, p. 134).

Estes espaços dos sertões, fronteiras, lugares sob domínio da natureza ou dos nativos, enfim, territórios não desbravados no período colonial consistiam em “fundos territoriais” à mercê do uso destrutivo da terra, mas também com a função de atuarem como reservas para apropriação futura da metrópole. Com as independências formais e as Lei de Terras¹³⁵ que marcaram a historicidade das formações nacionais latino-americanas, a propriedade privada da terra na forma das grandes propriedades – latifúndio – foi reabsorvida tanto pelas transferências de grandes propriedades aos membros das oligarquias, ou pela compra – o que supunha um capital acumulado anterior como afirma Ligia Osório Silva (2016). A tendência com o estabelecimento da troca mercantil para adquirir terras foi a exclusão da possibilidade de pessoas ex-escravizadas e recém libertas de adquirirem um lote, uma vez que elas não possuíam moeda para tal.

Diferentemente das “velhas nações europeias”, existia no Brasil muita terra livre, “sem dono”, a fronteira agrícola¹³⁶ ainda estava em movimento. A expansão da agricultura pelo latifúndio seguia essas terras, não era preciso tecnificar, aumentar a produtividade de áreas agora já possuídas pelo capital e sim incorporar novas áreas “Apenas quando essa possibilidade de expandir a fronteira vai-se esgotando, ou se tornando, relativamente, cada vez mais difícil, é que o desenvolvimento capitalista no campo começa a se fazer de modo a intensificar a produção nas áreas já ocupadas” (Da Silva, 1981, p. 338).

As consequências podem ser evidenciadas com a possibilidade das pequenas propriedades se multiplicarem enquanto as fronteiras não haviam sido fechadas, sendo engolidas quando consolida a estrutura fundiária nestas regiões (Da Silva, 1981). Isto é visível na ocasião da ocupação de terras de Porecatu; os posseiros a ocuparem a região eram formados por diversos povos agricultores que vinham de várias regiões do Brasil, sertanejos do próprio Estado, imigrantes ou seus descendentes que ocupavam terras em seu sentido de subsistência e não mercadológico. Enquanto estava em expansão as pequenas propriedades dos posseiros não

¹³⁵ Ligia Osório Silva (2016) traça um paralelo entre *encomiendas* realizadas nas colônias da América espanhola e a escravização dos negros africanos no Brasil como colônia portuguesa, depois realiza um estudo do caso brasileiro com a Lei de Terras (601/1850) e argentino com a lei de Avellaneda de 1876 como conformação do latifúndio.

¹³⁶ Fronteira agrícola é um termo genérico que guarda significações diversas em cada área do conhecimento. Para os fins que nos propomos aqui, fronteira agrícola será utilizada para descrever a incorporação de áreas de vegetação nativa que ainda não haviam sido exploradas pela economia nacional; primeiramente o modo de produção escravista colonial e depois com a reprodução ampliada de capital.

incomodavam, eram “sertões a serem desbravados”, a política de ocupação pelo Estado ainda se mostrava útil para integrar este espaço a economia nacional; com o fim da fronteira agrícola há o esforço de tomada deste espaço pelos latifundiários. Esse ciclo pode ser sintetizado da seguinte forma:

A dinâmica da recriação/destruição da pequena propriedade, portanto, é mais ou menos a seguinte: na fase de subida do ciclo econômico, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Na fase de descenso do ciclo, as pequenas propriedades expandem-se (...)

[Já os latifúndios o movimento de expansão e retração é diverso] nas épocas favoráveis de expansão da atividade econômica, o grande estabelecimento prospera e engole os pequenos à sua volta. Isso dá-se, basicamente, através do aumento da área de exploração própria das grandes propriedades. Na "crise", ao contrário, o grande estabelecimento retrai-se, deixando uma fração da área que antes explorava por conta de terceiros. Ou seja, nas épocas desfavoráveis, a grande propriedade procura reduzir os seus "custos variáveis" e os seus "riscos", repassando a responsabilidade pela exploração de parte de suas terras para pequenos parceiros e arrendatários (Da Silva, 1981, p. 344)

Portanto, o movimento de expansão e retração da pequena propriedade e do latifúndio é antagônico. Um ponto importante a ser destacado para a plena compreensão da situação porecatuense neste ponto e que esmiuçaremos com mais afinco a seguir, é que a Região de Porecatu se tratava de uma área de enclave entre os loteamentos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) e das fazendas de café do norte pioneiro. Diante dessas duas capitalizações de terras, no fim da década de 1930, Porecatu se tornou uma área possível para instalação de povos agricultores pobres que não conseguiam pagar um lote e que não queriam se submeter ao trabalho exaustivo e mal remunerado das plantações de café da região pioneira já que não havia expectativa de adquirirem uma propriedade própria.

A questão da fronteira então se faz iminente neste processo de interiorização das formas capitalistas na agricultura na região de Porecatu. De um lado há as formas capitalistas que coordenavam a ocupação das fazendas de café do norte pioneiro que voltava sua produção para o mercado externo¹³⁷ e a contratação dos trabalhadores das fazendas já se dava por meio do assalariamento e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), *holding* do capital inglês *Paraná Plantation Limited*, começou a atuar nos negócios de terras do norte novo através da venda em lotes. Os povos agricultores pobres eram empurrados para a fronteira que ainda estava aberta na região de Porecatu.

¹³⁷ Como postula Pedro Calil Padis (1981) o café é uma cultura econômica voltada ao mercado externo.

A região então se caracterizou na década de 1920 e 1930 como uma área adjacente às terras da CTNP e de das fazendas de café de propriedade paulista no norte pioneiro. No que diz respeito ao território controlado pelo capital inglês, a CTNP de fato dominava o em torno da região: Panacity, localizada a 50 km a oeste de Jaguapitã, e Londrina (pequena Londres), a 50 km a leste, eram propriedades da Companhia. Além disso, a extensa área sob controle do capital inglês era demarcada, formando uma espécie de ilha que empurrava os posseiros e as disputas fundiárias para fora dos seus limites em que só cabia a exploração por meio da propriedade privada da terra:

A nítida definição da área de sua propriedade era para a Companhia de Terras imprescindível. Sabendo da existência de vários conflitos na região adquirida entre posseiros e concessionários, propôs-se a pagar quantas vezes fosse preciso os títulos discutíveis, assentados na superposição real ou forjada da propriedade. A Companhia, com estes propósitos, iria se constituir numa grande ilha, rodeada de questões de terra por todos os lados, entre os colonos das concessões dos anos 20 e os posseiros, novos e antigos, que ali estavam estabelecidos. Entrevistas com funcionários do Departamento de Terras indicam que a Companhia também possuía uma força policial particular, que frustrava qualquer tentativa de permanência de posseiros em suas terras (Lopes, 1982, p. 110).

Posseiros na citação acima são diferentes tipos de agentes como sertanejos, caboclos, mestiços, escravizados libertos, enfim, populações rurais culturalmente diversas que embora de alguma forma atrelados à lógica da economia nacional são impelidos a região de fronteira – onde ainda não se dominou totalmente pelas formas capitalistas –, pois não são absorvidos em sua integralidade pela economia capitalista, ou até mesmo buscavam um modo de vida mais autônomo com a possibilidade de possuir um pedaço de terra. Neste sentido, a fronteira agrícola se situa na coabitação entre grupos situados no limite da história (indígenas) e grupos inscritos diversamente na história (povos agricultores) (Forigo, 2017; Martins, 2012).

Estes povos foram compelidos as fronteiras: “fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.” (Martins, 2012, p. 11) A este tipo de fronteira radicada no confronto, José de Souza Martins denomina de fronteira em expansão, onde o Outro, isto é, o não-sujeito das formas capitalistas de lidar com a terra, de contrato de trabalho e de disputa não institucional, é degradado para ser subjugado e explorado. Inclusive, os movimentos de resistência no campo paranaense mais conhecidos do período se encontram em áreas de expansão da fronteira agrícola. Em Contestado (1912-1916) ao sul do Estado no então limite com Santa Catarina, no Norte novo com a organização posseira de Porecatu que estudamos aqui

(1944-1951), a Revolta dos Colonos em 1957 no sudoeste do Estado e a pouco conhecida Revolta dos Colonos de Areia Branca do Tucum (1964) no extremo noroeste do Estado.

Porecatu não foi, inicialmente, uma área de interesse imediato para os concessionários e latifundiários. Por tratar-se de uma região de mata fechada, sem acesso a áreas urbanas e ainda à margem da lógica plena do valor de troca, a presença de posseiros não causava incômodo. De certo modo, os rentistas-especuladores proprietários até se beneficiavam com a derrubada da mata, as benfeitorias realizadas e as plantações desenvolvidas por esses trabalhadores. No entanto, com o avanço da fronteira agrícola e o crescente interesse da burguesia agrária em expandir seus domínios, as terras de Porecatu passaram a despertar atenção. A partir da segunda metade da década de 1940, esse interesse deixou de ser meramente especulativo, e a violência passou a ser utilizada como instrumento para expulsar e constranger os posseiros da região.

Além das perspectivas do em torno que trouxemos acima (CTNP e fazendas de café do norte pioneiro) e dos grilos que afetaram o território, antigos concessionários também reivindicavam a propriedade da região. E é nesta situação de títulos sobrepostos e conflitiva que se forma a classe dos posseiros. Parte deles eram famílias *descaboclizadas*¹³⁸ do próprio Estado e das regiões nordeste e sudeste do Brasil; outros camponeses atraídos pela divulgação da CTPN¹³⁹, mas que não conseguiam pagar o lote à empresa; outros colonos atraídos com a promessa que mediante o “desbravar do sertão norte paranaense” esperavam adquirir a titulação do lote; outros que conseguiriam mediante ao pagamento integral de sua terra à concessionária-proprietária (Lopes, 1982; Priori, 2000).

Assim, em síntese, (re) ocupação de Porecatu constituiu-se como um processo dialético, no qual confluíram vários movimentos complementares: de um lado, a expansão da fronteira agrícola, que representou a continuidade da territorialização dos cafeicultores paulistas no Norte Pioneiro paranaense e a colonização sistemática promovida pela CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná), que atraía fluxos migratórios, mas que a camada mais pobre era deslocada para as às margens da *holding* inglesa, somados à propaganda getulista da política

¹³⁸ Assim denomina Ana Yara Lopes (1982) o processo em que famílias caboclas – compostas por ex-escravizados, afro-diaspóricos, agricultores pobres, caipiras, pessoas miscigenadas entre europeus e indígenas – que viviam nos interiores de forma nômade em busca de trabalhos itinerantes nas lavouras, fixam-se na região em busca de propriedade.

¹³⁹ A Companhia de Terras Norte do Paraná fez uma maciça divulgação em todo o território nacional para atrair compradores para seus lotes. O slogan “Certeza de lucro e garantia de direito de propriedade” incentivava diferentes povos agricultores a virem para a região, buscando um pedaço de terra para chamar de seu; o problema é que, ao chegar, as condições de pagamento dos lotes da CTNP não eram favoráveis aos que chegavam sem dinheiro, de modo que as famílias despossuídas acabavam se direcionando para as margens do empreendimento, onde se localizava a região de Porecatu.

de Marcha para Oeste que estimulava a vinda de posseiros nacionais sob a expectativa que conseguissem uma pequena propriedade de terra.

Esses vetores, articulados, empurravam povos agricultores pobres para a região de Porecatu que ainda não se encontrava plenamente inserida na lógica mercadológica da terra. Com o tempo e a demanda pela inserção ao mercado da fronteira que estava aberta, concessionários e empresas interessadas, grileiros latifundistas, buscaram na região uma forma de expandir seus lucros. A conjugação destas classes em um cenário de fronteira em expansão sujeitou a complexa relação que ensejou o conflito de Porecatu.

Tratou-se, neste período, de um movimento de frente de expansão da fronteira agrícola em que as terras foram incorporadas a reprodução ampliada do capital através de decreto. Este movimento surgido da lógica da economia nacional de concentração fundiária empurrava excedentes populacionais camponeses, no caso de Porecatu na figura de posseiros, para regiões de fronteira que ainda não haviam sido incorporadas a reprodução ampliada. Todavia, os anos que sucederam este “desbravar” a terra passou a ser uma mercadoria a ser incorporada à propriedade dos latifundiários e companhias de terras de capital estrangeiro (Martins, 2012 Lopes, 1982; Forigo, 2017).

Esse movimento pendular de retração do latifúndio e de possibilidade de recriação da pequena propriedade camponesa no capitalismo dependente ocorre durante o período de descenso da onda longa do capital — ordenado pelo centro em crise. Enquanto, nos períodos de ascenso das ondas, o capital tende a expandir o latifúndio e subordinar a pequena propriedade, esse movimento inverso torna-se visível na transição da terceira onda para o capitalismo tardio. O primeiro movimento representa as possibilidades estruturais do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, enquanto o segundo expressa o avanço das formas de dependência por meio da incorporação de áreas que, até então, estavam fora da lógica plena da economia de mercado. Esse pêndulo, estruturado pelo capitalismo globalizado, conforma a situação do campo em Porecatu entre 1930 — momento em que ainda havia a possibilidade de um outro modo de vida — e o ascenso da quarta onda (após 1945), quando a dependência é reforçada pelos imperativos hegemônicos dos Estados Unidos.

Essa implicação da dependência no território, entretanto, não se estabelece de forma imediata e direta. O Estado nacional, enquanto expressão do desenvolvimento desigual e combinado no âmbito interno da nação, opera por meio de mediações constitutivas que articulam o todo. No caso do Paraná — caracterizado como um estado pouco povoado e de débil acumulação capitalista no fim do século XIX e na primeira metade do século XX —, a propriedade privada da terra é um reflexo de sua práxis capitalista dependente e periférica (em

escala nacional). Como o fundamento material da propriedade privada da terra só existe mediante a universalização da troca e a transformação do indivíduo em sujeito de direito, isto é, sujeito proprietário de si¹⁴⁰.

Trouxemos, no capítulo anterior, a centralidade do valor de troca para compreendermos a mitigação de modos de vida outros na totalidade capitalista. Agora, a formação social paranaense se faz necessária como mediação para compreendermos como se desenvolveu a instauração da propriedade privada da terra e como ela se articulou com a construção do Estado em si.

2.1 Formação social do Paraná: história e integração nacional

Cessada a escravidão o domínio econômico passou a ser o domínio da terra. Essa reabsorção do latifúndio na reprodução ampliada de capital agora apoiada em formas camponesas dependentes foi uma das vias que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, juntamente com a pequena exploração camponesa-familiar independente que fora subordinada à economia de mercado. Nos dois casos, há fatores elementares que possibilitam essa mudança no modo e nas relações de produção: a força centrípeta da acumulação de capital necessita da formação de mão de obra disponível; levada a cabo, o domínio da propriedade da terra amparada pelas condições institucionais que o capitalismo já mais amadurecido enseja, elimina formas camponesas independentes tornando-se estes trabalhadores disponíveis para o assalariamento (Gorender, 2013). Ou seja:

A gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalista) em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário (em vez de desviá-la para aplicações comerciais e/ou industriais). O outro lado deste processo de gênese é o de adensamento do mercado de mão de obra livre, inteiramente despossuída, completamente desenraizada de qualquer economia autônoma (...) (Gorender, 2013b, p. 43).

Este processo lento e gradativo da gênese do capitalismo no campo foi heterogêneo em cada região do Brasil. Regiões de fraca acumulação, como se qualificava o Paraná, as formas pré-capitalistas persistiam e aumentavam, combinando-se com graus variáveis de trabalho livre como se verifica na ocupação da região de Porecatu no fim dos anos 1930 e início de 1940 com o café e as relações de colonato estabelecidas. Uma questão pulsa desta afirmação, por que o

¹⁴⁰ “A universalização da troca é a universalização do sujeito de direito, ou seja, o capitalismo, é precisamente o momento em que o sujeito de direito, e consequentemente o direito em geral, atingem seu desenvolvimento pleno”. (Pachukanis, 2017, p. 106)

Paraná já neste período se mostrava periférico? Para responder esta questão, é necessário trazer alguns elementos da formação socioespacial paranaense.

Padis (1982) defende em seu livro fruto de sua tese que o Paraná possui uma economia periférica nacionalmente. Embora seja difícil reconstruir todos os fatores condicionantes, o autor busca na história e na economia elementos que fundamentam sua hipótese. Em *Formação de uma Economia Periférica: o Caso do Paraná* tece um estudo do Estado como subordinado duplamente: das demandas internacionais e das necessidades do capital paulista. Em razão disto, desde o desmembramento do Estado de São Paulo (SP), integrou-se ao território nacional em torno do polo de crescimento paulista. Dois acontecimentos históricos que se relacionam com isto e estampam esta subordinação dupla: do capital inglês que estimulou o povoamento de parte da região norte do Estado (*Parana Plantations*) e o ascenso da economia cafeeira paranaense se situar em um período que o centro dinâmico da economia nacional já não era mais o café, e sim a indústria que se formava em SP.

Essa condição periférica paranaense converge com seu processo de integração nacional e de (re)ocupação territorial. As diferenças regionais dentro do próprio Estado revelam que a incorporação ao nacional longe de ser pacífica representam uma estrutura agrária desigual em que o antagonismo “índio/branco; trabalhador braçal/explorador agrícola; os sem autoridade/as autoridades” são sobrelevados no cotidiano da (re)ocupação advinda da expansão. Em síntese, como salienta Cecília Helm (1974, p. 143) em sua pesquisa *A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingáng* a integração dessa população se deu com sua transformação para exploração de sua mão-de-obra, ou seja, uma integração ao nacional implantada pela desintegração da diversidade dos modos de produzir a vida.

Os povos agricultores¹⁴¹ foram recriados conforme se expandia as fronteiras, contraditoriamente. Essas frentes de expansão na fronteira agrícola introduziram o germe da propriedade privada da terra, consolidando práticas como os cercamentos e a divisão do trabalho baseada na exploração da mão de obra alheia. Elas estabeleceram uma relação intrínseca entre o mercado de terras e o mercado de trabalho, criando um sistema em que o Estado, por meio de políticas de terras e colonização, orientava os povos agricultores a aderir o

¹⁴¹ A partir deste ponto da análise utilizamos a terminologia povos agricultores para abranger a diversidade dos modos de vida no campo que se situam na exterioridade do capital dependente. Este termo foi alcunhado por Naiara Andreoli Bittencourt (2023) para descrever a pluralidade de modos de vidas ligados à terra como povos indígenas e suas diversas etnias, comunidades tradicionais, comunidades quilombolas, caboclos, sertanejos, agricultores familiares, camponeses. Sobre estes últimos, inclusive, é conflituosa a literatura do período aqui tratado sobre a nomenclatura correta para descrever os posseiros de Porecatu, vide a crítica tecida por Osvaldo Heller da Silva (2006) ao termo camponês para nomear a situação posseante do conflito de Porecatu e a terminologia “quase-camponês” utilizado por Ana Yara Lopes que sinaliza uma conflitividade para nomear os modos de vida que existiam e coexistiam nos territórios de avanço da fronteira agrícola na região de Porecatu.

valor de troca, a organização dos lotes de forma ordenada (em oposição ao nomadismo tradicional dos caboclos), o imperativo dos títulos de propriedade e a produção voltada para o mercado. Moldava, assim, não apenas a (re)ocupação do território, mas a estrutura agrária desigual e as relações sociais correspondentes à esta lógica (Lopes, 1982).

A unidade nacional e estatal surge como uma necessidade histórica frente ao projeto de subsunção total ao capital pela classe burguesa. No caso do Paraná, essa dinâmica se materializa na simbiose entre a burguesia local e o latifúndio, cuja existência e reprodução se atrela a defesa intransigente da propriedade privada da terra. No período colonial com a legitimidade outorgada pela Coroa ao instituto das sesmarias e no período seguinte, com a transformação burguesa desta elite com a erva-mate seja pela produção ou a comercialização¹⁴².

Este projeto de poder que se repercute na cultura levou descendentes de tupi-guaranis, bororós, iorubás, caboclos, ovimbundos, kaingang, galegos, camponeses, xetás, silesianos, faxinalenses, vênetos, asquenazis, drusos, armênios e japoneses a terem sua cidadania brasileira e paranaense condicionadas a sua integração como mão-de-obra no nascente Estado burguês (Oliveira, 2000). Não só a população, como também o ecossistema foi alterado; no contexto da região de Porecatu com o avanço da frente cafeeira da burguesia paulista na região, há uma

supressão do ecossistema (predominava a floresta estacional semidecidual, uma variação pertencente ao bioma Mata Atlântica) predecessor em toda a região norte do Estado do Paraná, e a substituição deste pelos agroecossistemas com predominância de monoculturas de produtos comerciais, voltados para a exportação (Forigo, 2017, p. 79).

Em sua generalidade, o capitalismo dependente demandou para sua expansão, a homogeneização da agrobiodiversidade, transformando a multiplicidade e a diversidade em uma métrica padronizada, orientada pela lógica da mercadoria (Bittencourt, 2023). Ainda, nesta lógica unitária e impositiva do mercado que hierarquiza países entre industrializados e agrários, centrais e dependentes, no interior dos territórios no interior dos territórios essa manifestação que se fundamenta na igualdade formal e na desigualdade real também encontra terreno, dentre os quais exemplificamos o Paraná – objeto do nosso estudo – periférico em relação à acumulação capitalista do Estado de São Paulo. Sintetiza Frank (2015):

Así pues, la metrópoli expropia el excedente económico de sus satélites y se lo apropia para su propio desarrollo económico. Los satélites se mantienen como subdesarrollados por falta de acceso a su propio excedente y como

¹⁴² Sobre as raízes inoculantes da classe dominante paranaense, ver Ricardo Costa de Oliveira (2000) *O silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930)*. O autor, embora discorde de algumas posições de Pedro Calil Padis (1981) importante referência na pesquisa aqui empreendida, ao que nos interessa neste ponto sobre a formação da elite paranaense Oliveira tece necessárias reflexões sobre o tema.

consecuencia de la polarización y de las contradicciones explotadoras que la metrópoli introduce y mantiene en la estructura económica interior del satélite (p. 24)

Dussel (1977) denomina de exterioridade social nacional em que parte de uma espacialidade periférica nacional é negada pela centralidade do capital em regiões privilegiadas dentro do próprio país dependente. Aquelas classes oprimidas e populares que em sua cultura própria manifestam uma exterioridade do sistema mundial capitalista, como é o caso dos camponeses e indígenas.

Essa exterioridade não permanece intacta, todavia. Modifica-se conforme a relação entre os padrões de reprodução do capital e a produção do espaço geográfico, mediada por dinâmicas históricas específicas. No caso do Paraná, essa articulação assume contornos particulares, uma vez que cada fase de acumulação redefine não apenas as formas de intervenção no território, mas também a própria lógica periférica que o caracteriza. A orientação espacial em cada ciclo do capital, o meio técnico mobilizado para produção e circulação, os sistemas de transporte, a infraestrutura e os meios de comunicação reorganizam continuamente esse território. Tais elementos aprofundam e difundem processos de racionalização que remodelam o espaço geográfico de acordo com as demandas de cada padrão de reprodução, e que, em conjunto, reorganizam o espaço segundo as exigências do capital em cada contexto (Santos, 2000; Osório, 2012).

O Estado Nacional, como discutido no capítulo anterior, demanda a incorporação do valor de troca nos diferentes territórios exige um processo de territorialização, o que ocorre por meio da criação de unidades políticas territoriais. Nesse contexto, o Brasil se constitui como uma unidade política territorial estruturada em subunidades, os Estados da Federação, cuja formação e organização refletem as dinâmicas econômicas e sociais que organizam a subsunção real à lógica do valor.

As determinações que “legitimam” esse processo econômico da forma estatal não emergem de forma abrupta. Pelo contrário, são processos complexos construídos por narrativas ideológicas sistematicamente difundidas, aparatos burocráticos como cartórios, polícia e o sistema judiciário que balizam e estruturam relações sociais na sociabilidade mediada pela mercadoria e que possuem como reforço do seu imperativo do valor o acionamento da violência contra sujeitos que destoam dessa forma social. Em síntese, são mecanismos que atuam como neutralizantes e da luta de classes posta.

Outro ponto é que a forma que essas subunidades estatais se relacionam com o nacional-soberano não é homogênea, alguns Estados de maior acumulação se tornam centrais na

economia nacional capitalista e outros estados se qualificam como periféricos. Uma expressão mediatizada e singularizada do capital social total, global, contraditória e antagonica, que se reproduz e se cinde no território nacional, formando desigualdades entre as partes necessárias para valorização do capital como um todo (Bartra, 2006).

A racionalidade do desenvolvimento desigual e combinado é a regra geral do capital e também se aplicam no interior dos territórios nacionais; assim como há países “de centro” que ordenam o capitalismo mundial, há Estados que o ordenam dentro da unidade política nacional e, no caso dos países dependentes, são os Estados que possuem mais escoamento de bens com maior valor agregado como industrializados ou matérias-primas de primeira ordem no mercado internacional. São Paulo no Brasil, Bogotá e Medellín na Colômbia, Cidade do México no México são alguns exemplos demonstrativos.

A reprodução ampliada do capital que, nas áreas metropolitanas, aprofundou o processo da convergente acumulação primitiva de capital, simultaneamente impediu esse processo nas áreas não industrializadas. Justamente onde “era mais abundante”, o capital foi acumulado com maior rapidez; onde era “mais escasso”, a mobilização e acumulação do capital foi muito mais lenta e contraditória. (Mandel, 1985 p. 32)

Não nos interessa aqui tratar dos dispositivos de subtração do valor no território nacional e sim de tratar da lógica que estrutura essas relações conformadas pela desigualdade, no caso brasileiro materializada na relação Paraná com São Paulo. Esse ponto é fundamental para nossa análise, pois permite que compreendamos a origem do processo de (re)ocupação do norte do Paraná, sua integração à economia e a política estatal e nacional.

As formações sociais, o funcionamento do modo de produção capitalista como sistema mundial articulado e as disparidades inter-regionais na apropriação da riqueza são questões que incidem territorialmente. As dinâmicas que se formam se inscrevem no espaço, estímulos que podem assumir diferentes formas como atividades de subsistência, interesses externos como de Estados mais ricos e de países importadores de produtos brasileiros, setores acessórios como transporte e armazenamento que na territorialização do território não são colaterais, são a formação daquele espaço (Padis, 1982)

Iniciemos pela historicidade do Estado como um todo articulado, como Província foi emancipada de São Paulo em 1853 e perdurou até 1889, ano que com a Proclamação da República se tornou um estado da federação brasileira. A emancipação da Quinta Comarca de São Paulo se constituiu como a última do Império¹⁴³. Alguns autores como Pereira (1996)

¹⁴³ Priori *et al.* (2012) descrevem três movimentos anteriores a 1853 para emancipação do Paraná. O primeiro em 1811 com a apresentação de Pedro Joaquim de Sá, representante da Câmara de Paranaguá, a D. João VI das

atribuem este movimento como um esforço para deter o ímpeto separatista gaúcho que se avizinhava após a Revolta Farroupilha¹⁴⁴, que demonstrava ser um risco de ruptura política na região, uma vez que estes Estados (RS e PR) eram aproximados pela semelhança no nível econômico. Enquanto outros autores como Priori *et al.* (2012) examinam que durante a Revolta o Governo Central buscou apoio em Curitiba condicionando este esteio à emancipação.

No período provincial (1853-1889), o governo do estado é controlado por políticos aproximados do Imperador para evitar a autonomia total da região e a aproximação com os gaúchos separatistas; dos 41 presidentes que governaram neste período apenas três eram paranaenses. Os esforços para a “colonização” e preenchimentos de “espaços vazios demográficos”¹⁴⁵ foi o discurso utilizado como preocupação constante neste período para a proteção das fronteiras em decorrência da Guerra do Paraguai e a inserção à economia nacional. Com a Lei de Terras (1850) e da Proibição do Tráfico Negreiro (1850) a estratégia adotada foi a colonização pela imigração de sujeitos brancos e europeus. Lopes (1982) analisa que essa conduta do governo do Estado partia da ideia da diferença dos imigrantes quanto à força de trabalho e a propriedade privada da terra, uma vez que possuíam experiências como empregados e com cercamentos, assim como dispunham de interesse na propriedade privada da terra o que poderia ser utilizado como agente disciplinador do acesso a ela¹⁴⁶.

Os esforços não se mostraram exitosos, todavia, como destaca De Oliveira (2007); o autor cita o exemplo que repercutiu negativamente à nível nacional e na Europa sobre o planejamento e execução de um plano para o recebimento de 20 mil imigrantes poloneses e russos (“Alemães do Volga”) em 1877 na região dos campos gerais (onde atualmente se localiza o município Ponta Grossa), mas que desembarcaram cerca de 3.809 imigrantes apenas, ficando apenas 50% deste total no Estado. Falta de estradas, a limitação econômica que não permitia a venda de mercadorias de forma regular e, no caso dos que conseguiram a terra, era pequena e

vantagens do desmembramento do Paraná da Província de São Paulo, mas que fora negada por acreditarem que aquele não possuía condições financeiras para a autonomia; contudo este movimento não restou sem efeitos, em 1812 o Príncipe Regente transferiu a sede da 5ª Comarca de Paranaguá para Curitiba. A Segunda tentativa de desmembramento ocorreu em 1821 com a organização da ‘Conjura Separatista’ em que os personagens foram intimados. O terceiro momento em 1842/1843, já no contexto da Revolta Farroupilha, foi adiado pelas discussões dos deputados paulistas que procuraram atrasar as discussões por razões econômicas.

¹⁴⁴ A Revolução Farroupilha (1835- 1845) foi desencadeada pela negligência das autoridades imperiais com a economia do Rio Grande do Sul.

¹⁴⁵ Usará os parênteses nestes casos para ressaltar que se trata de um discurso político que excluía as populações tradicionais que ocupavam todas as regiões do Estado.

¹⁴⁶ Nas palavras da autora: “(...) os imigrantes se diferenciavam dos nacionais pela experiência anterior como empregados, representando, então, força de trabalho mais “educada” para esse modo de produção”. O interesse do imigrante na propriedade da terra, por sua vez, tornava possível sua utilização como agente disciplinador do acesso à terra” (Lopes, 1982, p. 18-19)”

não comportava as gerações seguintes¹⁴⁷, enquanto os que foram trabalhar nas fazendas eram mal remunerados e frequentemente acabavam endividados. Seguida por esta repercussão negativa, De Oliveira (2007) mostra que na década seguinte só houve a imigração de 2.769 pessoas e que, ainda, ficaram circunscritas as proximidades do núcleo urbano de Curitiba.

O período provincial (1853-1889) também foi marcado pela instabilidade na atividade condutora da economia paranaense, a erva-mate. A Argentina, principal comprador do produto, começou a beneficiar o mate ao contrário dos engenhos paranaenses que exportavam o produto não-preparado; em decorrência disso, a elite nas próximas décadas começou a interiorizar na produção a substituição de engenhos hidráulicos pelos engenhos a vapor para melhorar a aparência do produto e não necessitarem de tanta mão-de-obra, neste período também concluiu a ligação ferroviária de Curitiba à Paranaguá que fora construída para escoamento de mercadorias – sobretudo madeira¹⁴⁸ (Padis, 1981). Aqui se sinaliza essa mudança relacionada às ondas longas de Mandel, tratadas no capítulo anterior, no período em que as tecnologias produtivas disruptivas, já consolidadas nos países centrais, são implementadas nos países dependentes de forma tardia e exógena, adequando-se aos interesses do centro dinâmico do capitalismo.

As economias baseadas no café, no norte pioneiro, e na madeira — restritas a poucas regiões do Estado — não representavam, nesse período, um povoamento significativo do território além da faixa litorânea e da região metropolitana de Curitiba. Em 1890 e nos primeiros anos do século XX, temendo a desaceleração da imigração no Paraná, o governo estadual passou a disponibilizar lotes de terra rústicos para famílias dos núcleos coloniais, com pagamento previsto em seis anos. Como resultado dessa política, em 1904 já existiam 104 núcleos coloniais distribuídos pelo Estado (Lopes, 1982). Diante desse cenário, no início da Primeira República — com exceção de Curitiba, dos Campos Gerais, do litoral e dos lotes coloniais dispersos — as demais regiões do Paraná eram habitadas majoritariamente por indígenas, alguns escravizados fugitivos que trabalhavam de forma itinerante nas lavouras em troca de alimentos, posseiros (também chamados de caboclos), com pequenas propriedades de subsistência, além de poucos ex-escravizados e homens livres vivendo nas áreas urbanas.

As políticas de incentivo à imigração europeia nestes lotes aparecem como um dos componentes do processo de aburguesamento impulsionada por uma fração da elite paranaense.

¹⁴⁷ Ana Yara Lopes (1982) aponta este processo como de caboclicização; como o lote colonial não comportava o crescimento populacional, as gerações seguintes acabavam como mão de obra excedente nos minifúndios, tornavam-se posseiros ou migravam para o mercado de trabalho urbano.

¹⁴⁸ O café no norte pioneiro, embora já despontasse como importante produto na economia paranaense em 1880 e 1890, era escoado pelo Porto de Santos localizado no litoral paulista.

O ritmo da instauração da mudança da acumulação mercantil para a acumulação capitalista preservou o elemento do poder vinculado à terra: “Não podemos nos referir ao secular processo de transformação burguesa como uma "Revolução Burguesa" porque o paradigma principal é a permanência substancial de grupos sociais tradicionais no controle do poder político da República Velha e a modernização conservadora. A estrutura fundiária foi preservada, assim como os interesses agrários dominantes” (Oliveira, 2000, p. 61).

A intenção era que os núcleos coloniais de imigrantes desbravassem as florestas e desenvolvessem a agricultura com técnicas modernas, em troca de pequenas posses de terra, geralmente entre 20 e 25 hectares. Além disso, esperava-se que esses imigrantes substituíssem a mão de obra escrava nas fazendas ou fossem empregados como trabalhadores nas companhias ferroviárias em construção para escoamento das mercadorias. No entanto, essa política gerou um conflito entre trabalhadores nacionais e imigrantes europeus, uma vez que os imigrantes eram privilegiados na aquisição de lotes de terra (enquanto os nacionais só podiam arrendá-los) e eram preferencialmente contratados para trabalhar nas concessões e ferrovias. Essa distinção exacerbou tensões sociais e econômicas entre os grupos. (Lopes, 1982).

Das razões desta distinção para a contratação entre trabalhadores nacionais e imigrantes europeus que ocorreu no território paranaense, Ana Yara Lopes (1982) aponta que se relacionava com a forma de lidar com a terra e do disciplinamento para o trabalho assalariado. A autora evidencia que havia a expectativa¹⁴⁹ que colonos europeus introduzissem técnicas adequadas a nova etapa da economia nacional como cercamento de propriedades, a criação de animais e o cultivo intensivo em contrapartida a prática da agricultura “natural” dos caboclos nacionais. Enquanto a experiência prévia dos imigrantes com o regime de trabalho assalariado, esperava-se que estivessem subjetivamente alinhados ao disciplinamento necessário da mão-de-obra assalariada. Da nossa parte também relacionamos esta conduta ao racismo científico que institucionalizava a identidade nacional na Primeira República.

A mudança na política de terras para os caboclos só começou a ser conduzida pelo Governo paranaense a partir de 1912 diante do conflito de Contestado e a suspensão da imigração europeia na 1ª Guerra Mundial¹⁵⁰. Para conter as tensões suscitadas por Contestado, os governadores paranaenses tentaram enquadrar os direitos dos caboclos à terra como uma defesa da propriedade privada, equiparando-os nas mesmas condições dos imigrantes. Isso

¹⁴⁹ Ressalta que se tratava apenas de uma expectativa que o modo de trabalho dos imigrantes estivesse em conformidade com a política do Governo do Estado e das empresas colonizadoras. Ao longo do tempo, as tensões com os trabalhadores imigrantes por melhores condições e maiores salários evidenciaram os interesses adversos entre as partes.

¹⁵⁰ A partir de 1914 foi interrompido o uso de navios que transportavam imigrantes europeus.

significou que o entendimento de “cultura efetiva” – condição necessária para o reconhecimento da propriedade – estendido aos caboclos eram apenas reconhecidos se a posse realizasse as culturas específicas de café, algodão, qualquer cereal tratado com arado, pastos fechados cercados com arame, benfeitorias, colônias das fazendas, arroz e cana de açúcar. Estas práticas e produtos em nada condiziam com a realidade itinerante e natural das culturas de subsistência cabocla, além da imposição do pagamento para acessar o título o que levava os caboclos a vender sua força de trabalho ou vender seus produtos, pela força da dívida para pagar o terreno, o que conduziu que gradualmente estes caboclos se tornassem mais dependentes da economia de mercado (Lopes, 1982; Stedile, 2012a).

O fim da República Velha (1916-1930) foi marcado por concessões de terras ao capital estrangeiro. Segundo Lopes (1982), essa política atendia simultaneamente à necessidade do Estado em promover o povoamento sem dispor dos seus escassos recursos para isso e o avanço do capital estrangeiro de países industrializados em se expandir para áreas ainda não incorporadas ao mercado. A economia periférica paranaense se mostrava um *locus* privilegiado nesta conjectura de interesses do capital dos países de centro em conluio com os interesses do Estado dominado pelas elites agrárias.

Essa incorporação das terras paranaenses ao mercado internacional – isto é, a inserção do valor de troca neste território – se dava por diversos mecanismos, como exploração direta de matérias-primas para exportação, especulação ou o arrendamento em que ambos geravam rendas, projetos de transporte ferroviários que auferiam lucro¹⁵¹. À medida que este capital internacional ampliava o mercado decorrente dessa aplicação, necessário se fez uma rede de transporte correspondente, serviços públicos, como telefonia, telegrafia, iluminação pública e transporte público.

Além da concessão ao capital externo para a colonização do território, o Estado também neste período viabilizou a concessão de glebas de terras a concessionários nacionais. Geralmente latifundistas, na região norte do Estado essas concessões foram prioritariamente direcionadas aos fazendeiros paulistas que ora ocupavam para estender seus domínios e produzir café, ora usavam para especulação. Esse movimento já tinha originado em um período

¹⁵¹ Aqui é o caso da CTNP, como traz Tomazi (1997) o interesse imediato na aquisição de terras pelo capital inglês da *Parana Plantation* na região do norte novo era a construção de uma estrada de ferro transcontinental de Santos-SP até Antofagasta no Chile. Outro caso foi a concessão à empreiteira Breviaco (Companhia Brasileira de Viação e Comércio), subsidiária da empresa inglesa *Brazil Railway Company*, de capital americano que tinha interesse em construir estradas de ferros e transportes fluviais que controlassem o deslocamento de mercadorias em todo o continente, o capitalista Percival Farquhar além dos Estados do Paraná, Rio de Janeiro e do Pará no Brasil, também possuía propriedades em Cuba e na Guatemala para a exploração com os mesmos interesses.

anterior a abertura de novas zonas de (re)ocupação para o plantio do café na região do norte pioneiro do Paraná.

O processo de (re)ocupação do norte paranaense apresentou-se como um fenômeno dinâmico, atravessado por relações socioespaciais heterogêneas, que expressam as tensões quanto as estratégias de territorialização do estado-nacional em sua espacialidade nacional e estatal, bem como a imbricação entre essas duas na cotidianidade do período de formação. Nota-se neste ínterim a relação da região norte do Estado com São Paulo que mais do que a fronteira física, também foi um Estado que impulsionou o excedente populacional para o Paraná; este eixo de fluxos migratórios SP-PR se deu inicialmente através do Rio Itararé no Norte Pioneiro e, posteriormente, pelo rio Paranapanema. Esse movimento avançou até a fronteira com Presidente Prudente (SP), onde se estabeleceram dois polos que, mais tarde, dariam origem aos municípios de Sertanópolis e Primeiro de Maio, no chamado Norte Novo. Além da chegada desses trabalhadores sobretudo vindos das zonas rurais de São Paulo e – em menor escala – de Minas Gerais (Tomazi, 1997).

Além da chegada desses trabalhadores sobretudo vindos das zonas rurais de São Paulo e – em menor escala – de Minas Gerais, a região do norte também atraiu fazendeiros paulistas do café que adquiriram lotes de terra. Este avanço da fronteira agrícola cafeeira ganhou impulso com o fim da Primeira Guerra Mundial, em que houve um aumento do preço do café no mercado internacional, impulsionando a inserção de novas áreas produtoras. Três motivos são apontados por Padis (1981) para o Paraná ser uma área visada pelos fazendeiros paulistas: a “broca do café”¹⁵² que destruía boa parte das plantações em áreas tradicionais como Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos, o esgotamento do solo em algumas áreas que diminuía a produtividade e a exponencial urbanização que demandava a produção de outros alimentos. Fatores estes que tornavam o Paraná, Estado vizinho de São Paulo um lugar visado para apropriação para cultura cafeeira pelos fazendeiros paulistas.

De modo que não houve neste período um movimento efetivo, intenso de ocupação no norte novo. As terras foram primeiro incorporadas como propriedade destes fazendeiros-concessionários, mas não imediatamente ocupadas, mantidas como propriedades de reserva, destinadas à especulação o que já caracteriza a diferença entre a (re)ocupação da região do norte pioneiro efetivamente incorporado à reprodução ampliada de capital. Também por isso, Tomazi (1997) reforça que o discurso de que a (re)ocupação do norte do Paraná, constituída como uma extensão da cafeicultura paulista, deve ser ponderado, enquanto havia especulação no norte

¹⁵² Praga que assolou as fazendas cafeeiras na região de Campinas de 1924 a 1927.

novo, também há a presença direta de posseiros e caboclos que ocupam a região com economias de subsistência. Sobretudo, nas áreas às margens da propriedade da CTNP.

Entretanto, conquanto as terras roxas da região fossem conhecidas por sua grande fertilidade¹⁵³ e seu potencial produtivo, não havia meios de transporte como rodovias e linhas férreas que fizessem o traslado de mercadorias e de pessoas para o povoamento dirigido. A via de escoamento da produção do café era orientada para São Paulo:

“(...) a ferrovia Sorocabana chegava próximo à divisa com o Paraná; as condições de comercialização no porto de Santos eram mais satisfatórias e as casas comissárias de café lá estavam instaladas; havia muitos paulistas que tinham adquirido terras no Paraná e tinham ligações com as casas bancárias que financiavam a produção” (Tomazi, 1997, p. 177).

Estes diferentes movimentos, populações e a relação culturalmente vinculada com SP motivou diversos discursos ideológicos que instituíram uma unidade territorial do Estado pelo reforço de laços de identidade regional entre a elite e a população. Destacamos dois discursos: Paranismo e discurso Norte do Paraná. Os dois foram instrumentalizados para atender a necessidade de construir uma história regional que contemplasse os confins espaciais ainda em disputa do Estado e criasse uma unidade histórica do Paraná.

O paranista, segundo seu expoente Romário Martins, foi uma expressão criada por Domingos Nascimento em uma viagem ao norte do Estado em 1906 em que viu que nomeavam os habitantes da área como “paulistas” em referência à sua origem geográfica predominante, adaptou a mesma estrutura linguística, cunhando o neologismo “paranista” para ampliar a imagem de paraíso terrestre criado por Saint Hilaire para descrever a situação geograficamente privilegiada do Paraná canonizada pelos representantes das classes conservadoras em Curitiba; o vocábulo então passou a ser utilizado para designar o nativista paranaense, caracterizado por seu devotamento e pela defesa intransigente da terra.

O Discurso norte do Paraná, difundido sobretudo pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTPN) em que se pintou a região do norte novo como “Eldorado”, “Nova Canaã”, “Sertão de Tibagi” ao passo que construiu esse discurso para atrair compradores para seus lotes, definia uma cultura idílica para a “civilização paranaense” (Tomazi, 1997).

A questão agrária tornou-se a expressão latente da ideia de conformação de Nação, Estado Nacional, geopolítica territorial de desenvolvimento dos países. Nasciam assim com força as identidades nacionais e junto com elas

¹⁵³ Sobre o tema, recomenda-se a dissertação de Forigo (2017) a qual apresenta uma análise da interdependência dos fatores geoeconômicos e ambientais na valorização de terras da expansão agrícola norte paranaense.

seus verdadeiros produtores pátrios: os donos de terras, os donos de comércios, os donos do Estado (Traspadini, 2018b, p. 1704)

Estes discursos míticos de uma identidade regional vinculada à história nacional foram utilizados para forjar a história paranaense enterrando a pluralidade de histórias locais para reforçar a ideia que existia um interesse comum entre a elite e os populares:

A história dos dominadores, efetivamente descontinua, [que é] é apresentada pela tradição como contínua. Contínua em um tempo homogêneo e vazio. Para preenchê-lo o historiador historicista forja um conjunto de símbolos que, partindo da origem, constrói a imagem de uma identidade ideal à qual todos devem integrar-se, pois ela é garantidora das conquistas da civilização até então alcançadas e, possibilitadora de, graças à força do progresso, se atingir um perfeito estágio de civilização (Szvarça, 1993, p. 116)

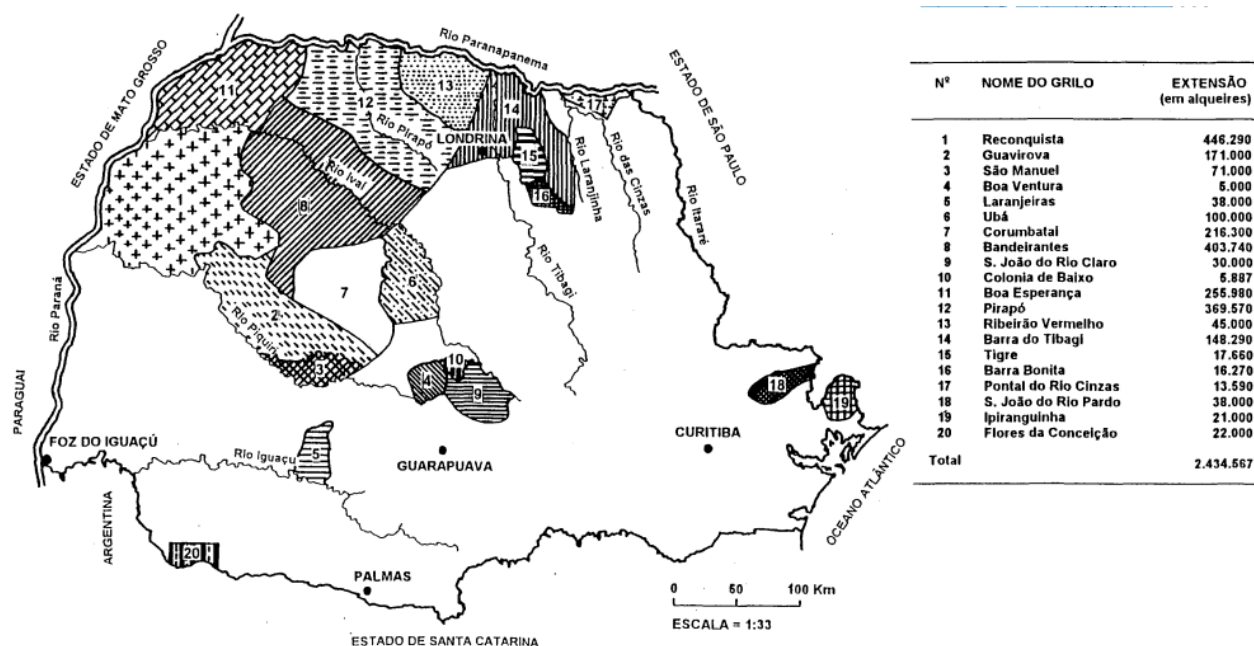
Pari passu a criação da narrativa civilizatória de uma unidade paranaense, a grilagem se tornava uma prática comum. A generalização do valor de troca na terra, passou a despertar interesse de grileiros. Os autores da prática consistiam em uma fração da classe dominante¹⁵⁴ e possuíam a complacência de autoridades cartoriais locais para a falsificação de documentos de propriedade, ao longo de todo o Estado praticavam a *intrusão*¹⁵⁵ através de fraude documental, introdução de sisa¹⁵⁶, suborno dos cartorários e artimanhas de conturbação judicial. A questão foi tamanha que em 1930, cerca de 1/3 do território do Estado se encontrava grilado, conforme se vê no **Mapa 2**.

¹⁵⁴ Como indica Priori (2000) existia um número grande de grileiros, mas apenas alguns ousavam ocupar ilegalmente as terras. O fato de um pequeno número de grileiros conseguir controlar grandes propriedades evidencia sua estreita conexão com os órgãos responsáveis pela regularização fundiária e cobrança de impostos territoriais – como ocorre com a Delegacia Fiscal do Tesouro do Estado.

¹⁵⁵ Termo utilizado na época para descrever o processo de falsificação de títulos de terra.

¹⁵⁶ Sisa era um imposto que incidia sobre a transmissão de propriedade no período colonial. Gradualmente foi abolida após a Independência em 1822

Mapa 2. "Grilos" no paraná em 1930



Fonte: via Tomazi (1997, p. 197)

Na região do conflito de Porecatu objeto de pesquisa que tratamos aqui, dois grilos possuíam áreas inseridas no território: o grilo Barra do Tibagi e o grilo Ribeirão Vermelho.

O primeiro, de número 14 no mapa, iniciado em 1852 com supostas transa oes entre José Joaquim da Luz, Manuel Machado da Silva e Antônio Teixeira Diniz (o "Barão do Campo Mystico"), todos com registros fiscais posteriormente comprovados como falsificados em 1923; a fraude foi perpetuada através de uma estratégia sucessória que incluiu o reconhecimento de Cícero Meirelles Teixeira Diniz como único herdeiro em 1920, e posteriormente contestada neste mesmo ano por novos pretendentes   propriedade – Luiz Antônio de Campos Mesquita, Francisco de Salles Capinam, Arthur Martins Franco e Ernesto Luiz de Oliveira Júnior. O caso – que permaneceu em litígio até pelo menos 1951 – exemplifica os sofisticados mecanismos de falsifica o documental envolvendo desde a inser o fraudulenta de páginas em livros fiscais até a elabora o de cadeias dominiais falsas que se pretendiam anteriores   Lei de Terras de 1850 (Priori, 2000)

Enquanto o grilo Ribeirão Vermelho, número 13 do mapa acima, situado no então município de Sertanópolis   ainda mais complexo, Felipe Nery de Jesus e Eduardo Ferreira Barbosa em 1892 pleitearam no Juízo de Direito da Comarca de Castro a Justifica o de Posse sob a alega o que eram posseiros há mais de 40 anos na localidade, justificaram a ausência de registro paroquial pela falta de conhecimento da lei de terras e do seu regulamento disposto no Decreto n. 1318/1854. A justifica o de posse foi validada em 30 de abril de 1892 e vendida

para os engenheiros Gervásio Pires Ferreira e José Philipowski pela escritura pública de compra e venda datada de 18 de maio de 1892. Os compradores requereram a homologação da divisão Juiz de Direito Substituto da Comarca de Tibagi. Essa demarcação da terra entre os dois compradores foi efetivada pela medição de outro engenheiro, Alfredo Monteiro que dias depois adquiriu a parte de José Philipowski. Alfredo Monteiro e Gervásio Pires Ferreira supostamente os novos proprietários não registram a gleba de terra conforme o artigo 19 da Lei 68/1892¹⁵⁷ do Estado do Paraná, de modo que em 1º de agosto de 1894 solicitaram o reconhecimento dos documentos e emissão de título definitivo sobre a gleba, que entretanto foi indeferida, sob o argumento da precariedade dos títulos dos pseudo-proprietários. Inclusive, ao longo do processo (folhas 116 e 117) os antigos posseiros Felipe Nery de Jesus e Eduardo Ferreira Barbosa relatam que nunca venderam estas glebas, que eram homens analfabetos, que foram iludidos e reconheciam esta gleba como propriedade do Estado. Este último ponto chama atenção, pois conforme Priori (2000) analisa dos autos, o Estado do Paraná havia iniciado uma ação de reivindicação desta área do Ribeirão Vermelho em 1893. Mesmo diante da sentença somente proferida em 6 de julho de 1921 que passou a área do Ribeirão Vermelho ao Estado do Paraná, as conturbações judiciais continuaram a ocorrer. Gervásio Pires Ferreira entra com um agravo cível no Supremo Tribunal Federal contra Alfredo Monteiro para marcar as divisas e contra o concessionário Antônio Alves de Almeida¹⁵⁸ que acusava de esbulho e da posse indevida.

Na mesma região da concessão de Antonio Alves de Almeida (a partir de 1920) e do grilo denominado Ribeirão Vermelho, localizava-se também a área requerida em 1891 por Elias da Costa Passos, conhecida como “Fazenda Floresta”. O requerente, em processo judicial na Comarca de Tibagi, alegava ter adquirido a área de Antonio da Silva Oliveira, o qual afirmava manter a posse da terra desde 1847. A propriedade passou por diversas transações até chegar a D. Escolástica Melchert da Fonseca, que, já em São Paulo, loteou várias glebas a fazendeiros paulistas. Apesar do prolongado litígio judicial decorrente da sobreposição de títulos de propriedade, Ferreira (1984) observa que, até 1940, a área permanecia sem qualquer ocupação ou cultivo por parte desses supostos proprietários. O interesse abrupto por parte destes

¹⁵⁷ Os serviços de registros, legitimação, revalidação, venda, aforamento ficaram nesta legislação a cargo da Secretaria do Estado dos Negócios e Obras Públicas e Colonização. O art. 19 organiza que os registros de terras seriam realizados pelos profissionais desta secretaria nos municípios em um prazo improrrogável e depois desta revalidação era necessário solicitar o título.

¹⁵⁸ O Estado do Paraná repassou em 1921 ao concessionário Antonio Alves de Almeida uma área da junção de seis outras concessões: Augusto Loureiro; James Loddy Terry; Percy James Allen; Jacob Petry e cia; José Hauer Júnior e do próprio Antônio Alves de Almeida, totalizando 300 mil hectares entre o Rio Pirapó, Tibagi e Paranapanema (Priori, 2000).

fazendeiros em explorar a partir de 1940 converge com a abertura da floresta por parte dos posseiros.

Em retrospecto, podemos avaliar que a grilagem no interior do Estado foi uma das dinâmicas conflituosas que permaneceram confinadas à esfera estatal no viés federalista que vigorou na República Velha¹⁵⁹. A relação entre União e Estados foi caracterizada pela fragmentação no período, o que limitava a capacidade de enfrentamento coordenado de problemas que incorriam em todo território nacional, questões como a grilagem de terras – fenômeno de alcance nacional – acabaram por ser tratadas de forma desarticulada. Tãmanha era a autonomia concedida constitucionalmente aos Estados que permitia, inclusive, que as unidades federais contraíssem empréstimos diretos com outros países¹⁶⁰ e que constituíssem exércitos próprios – Forças Públicas estatais (Horta, 1970).

Em paralelo às confusões judiciais das grilagens que seguiram por anos a fio e que marcaram a história agrária do Paraná e do Brasil, o terceiro momento de incorporação do território paranaense à reprodução ampliada de capital¹⁶¹ a partir da década de 1930 mudou significativamente a dinâmica de (re)ocupação territorial e a política de terras. Dois movimentos podem ser destacados para compreender essa mudança: a nível internacional com a Crise financeira global de 1929 que desestabilizou as bases econômicas e políticas do capitalismo mundial e no âmbito interno com a Revolução de 1930. Tratemos brevemente de cada um.

Como tratamos no capítulo primeiro, o período de declínio de uma onda larga nos países centrais do capitalismo abre uma possibilidade – ainda que limitada estruturalmente – de ascenso das economias dependentes. No período subsequente ao colapso da Bolsa de Valores de 1929, conhecida como a Grande Depressão, houve uma significativa restrição às importações por parte de países como Inglaterra e Estados Unidos, que eram os principais destinos das exportações de produtos primários da América Latina. Diante desse cenário, parte dos países latino-americanos enfrentaram a necessidade de reformular suas políticas econômicas,

¹⁵⁹ Embora a grilagem de terras configurasse um fenômeno de amplitude nacional, com particular incidência nos estados periféricos, o sistema federalista de representação proporcional baseado no critério demográfico impunha significativas limitações à pluralidade de atores sociais nos debates da Câmara dos Deputados. O reduzido contingente parlamentar destinado ao Paraná e à maioria das unidades federativas - majoritariamente ocupado por membros da elite agrária - restringia ainda mais a diversificação da representação política ou o tratamento adequado de temas como a grilagem.

¹⁶⁰ Um dos exemplos que podemos destacar é empréstimo do governo paranaense com bancos ingleses no valor de 7.200.000 dólares para a construção do porto de Paranaguá em 1926, dois anos depois, em 1928 vendeu 2 mil apólices do Porto aos ingleses (Tomazi, 1997).

¹⁶¹ Terceiro período descrito por Da Silva (1981) que apresentamos como perioditização da subsunção da terra à reprodução do capital.

abandonando, em certa medida, o modelo liberal baseado no livre-cambismo que até então orientava suas relações comerciais internacionais e instituiu o controle cambial elevando as tarifas de importação, sendo que, para isso, adotou-se ações protecionistas.

No caso brasileiro¹⁶² o setor agrícola ligado para a produção cafeeira em São Paulo foi duramente afetado, além de centenas de fábricas falidas e o aumento do desemprego. A abrupta desvalorização dos preços do café no cenário internacional acabou por minar o programa de estabilização econômica conduzido pelo governo. Isso influenciou a sucessão presidencial de Washington Luís para Júlio Prestes em 1929/1930, plataforma esta ligada à economia liberal agroexportadora e a política dos governadores¹⁶³.

A Revolução de 1930 emergiu como desfecho de um processo histórico marcado por quatro décadas de contenção estratégica dos conflitos regionais dentro das fronteiras estaduais – mecanismo essencial para preservar a unidade nacional frente às rivalidades oligárquicas e as disparidades econômicas entre os Estados –, catalisando a formação da Aliança Liberal (1929). Esta ampla coligação, articulada em torno de Getúlio Vargas (RS) e João Pessoa (PB), agregou desde oligarquias descontentes até setores urbanos médios e militares dissidentes, unificados sob o programa de "Representação e Justiça" que reivindicava uma justiça eleitoral autônoma, voto secreto e moralização política. A derrota para Júlio Prestes desencadeou uma dinâmica revolucionária que, após a breve experiência da Junta Provisória, culminou na ascensão do setor gaúcho e na posse de Vargas. Nos anos que se seguiram à política nacional-desenvolvimentista varguista, o centro dinâmico da economia nacional deslocou-se para a indústria e os centros urbanos, o que, conseqüentemente, alterou o padrão de acumulação brasileiro (Cano, 2015).

Esta nova ordem institucional do Estado Nacional após 1930, imprimiu novas medidas destinadas a sanear e reverter a política de terras do Paraná. Nomeou-se interventores federais para os governos dos Estados, Mario Tourinho foi o militar destacado para governar o Paraná. Embora Tourinho tenha permanecido pouco tempo na direção do Estado (até 1931), dispôs

¹⁶² Os países latino-americanos responderam de maneiras distintas à crise. Venezuela, Equador e países da América Central permaneceram economicamente retraídos por vários anos, com a expectativa que a política de um retorno do modelo liberal. Ao contrário de países como Brasil, Argentina, México e Chile que substituíram governos liberais implantando uma política econômica com grande intervenção do Estado Nacional (Cano, 2015). O que condiz com a tipificação bambirriana entre economias de tipo A, B e C que tratamos no capítulo 1º desta pesquisa.

¹⁶³ Política dos Governadores ou Política Café com Leite é como ficou conhecida a política da Primeira República (1889-1930) em que o federalismo inspirado no modelo estadunidense de sistema de representação proporcional ficou conhecido em terras tupiniquins. Os dois Estados mais influentes como se qualificavam São Paulo e Minas Gerais revezavam na presidência, enquanto o primeiro possuía maior expressão econômica devido à produção de café, Minas Gerais se destacava por sua elevada densidade demográfica e pela capacidade de articulação de suas elites políticas. Para legitimar este movimento, instrumentalizavam o sistema eleitoral pela compra de voto, coerção e aliança com elites locais – os coronéis que praticavam o “voto de Cabresto”.

através de dois Decretos¹⁶⁴ a caducidade das antigas concessões¹⁶⁵ que não haviam concretizado os termos para colonização do espaço, definia uma área máxima de posse para controlar a grilagem (3.000 hectares), determinou que as terras devolutas só poderiam ser adquiridas pela compra de quem se “comprometesse a morar e estabelecer cultura efetiva”, assim como a colonização passaria a ser executada pelo Estado em parceria com a iniciativa privada (Tomazi, 1997).

Neste período, a intervenção estatal passou a estimular o centro dinâmico industrial, tornando necessária tanto a criação de novas instituições como a reformulação de órgãos já existentes para atender às demandas desse novo cenário econômico. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) foram alguns órgãos novos, já um órgão reestruturado no âmbito do Estado do Paraná e que tem influência direta na política de terras foi o Departamento de Terras e Colonização (DTC). A reorientação deste último fica claro no relatório do diretor Acrísio Marques ao Secretário de Estado da Agricultura, Viação e Obras Públicas, Sr. Othon Maderem em 1935:

Tais concessões resultaram em verdadeiros fracassos para os serviços de colonização, havendo prevalecido por parte dos concessionários unicamente o interesse especulativo, a ambição de fazer fortuna rápida muito embora para tal se impusesse o sacrifício do objetivo altruístico da colonização. O governo, não obstante, interveio ainda a tempo de salvar pequena parte do seu rico patrimônio, por meio de moralizadores decretos de anulação dessas concessões, os quais nos eximimos de reproduzir porque já são sobejamente conhecidos e comentados (DEAP, 1935 *apud* Priori, 2000, p. 69)

Como se vê, essa crítica às concessões realizadas na República Velha, marcada por grande transmissão de terras a latifundiários nacionais e internacionais voltados à especulação e à produção de matérias-primas para exportação, foi alvo de duras críticas neste governo de matriz nacional desenvolvimentista. A reordenação fundiária se baseou na pequena e média propriedade. Essa nova política agrária, inspirada nos moldes dos núcleos coloniais, em que visava fomentar a produção de alimentos e matérias-primas para o mercado interno, atendendo às demandas de uma economia em processo de industrialização e urbanização crescente coordenadas pelo Estado Nacional forte e intervencionista agora como principal agente de fiscalização e colonização das terras (Priori, 2000).

¹⁶⁴ Trataremos acerca das legislações com mais acuidade no próximo item. Quanto à caducidade das concessões foi o Decreto 300 e a posse como requisito para a compra da terra foi o Decreto 800.

¹⁶⁵ Com exceção das empresas Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e a empresa do Engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão.

A unidade nacional tornou-se uma prioridade. A centralização política desmantelou o aparato bélico estatal (os “pequenos exércitos” que existiram de 1889-1930), proibiu empréstimos dos estados direto com o exterior. Eliminaram-se¹⁶⁶ impostos estaduais que funcionavam como espécies de “linhas de pedágio”, impedindo a livre circulação de mercadorias. Além disso, adotou-se, de forma mais intensa no fim da década de 1930 e início dos anos 1940, uma política de preenchimento de “vazios” demográficos, ocupação das fronteiras e expansão do povoamento ao longo do território, incorporando os “sertões” à economia nacional durante o Estado Novo (Cano, 2007).

A estratégia conhecida como "Marcha para o Oeste", destinada a interiorizar a economia de mercado por meio do povoamento, embora tenha sido mais direcionada ao Centro-Oeste e a região amazônica, também impactou outros estados, como o Paraná. Nesse contexto, incentivou-se fluxos migratórios nacionais para regiões até então não incorporadas, como o caso da região de Porecatu. Este empreendimento que associa nação, terra, território, modernização e identidade encontra na imagem da “marcha” uma construção ativa da nação brasileira que está à procura de si, de sua integração e seu acabamento. Em oposição aos regionalismos, Getúlio Vargas esboçava “O Brasil terá que ser povoado, desbravado e cultivado pelos brasileiros. Queremos homens válidos e laboriosos e repudiamos elementos indispensáveis [...] os desenraizados e incapazes de fixar-se [...] de amar a terra [...] e por ela sacrificar-se” (Getúlio Vargas *apud* Klauck, 2013, p. 260).

À vista disso, observa-se uma transformação substantiva nos padrões de (re)ocupação do território em estudo a partir do final da década de 1930. A implementação de medidas saneadoras para os problemas agrários, articuladas com a política intervencionista de Manoel Ribas (interventor/governador do Paraná entre 1932 a 1945) em consonância com o projeto nacional desenvolvimentista, resultou em um processo peculiar de ocupação baseado no sistema de posse. Esse modelo caracterizou-se pela atração de famílias nacionais ligadas à terra, encaminhavam-se a região sob a promessa que realizado os termos de colonização conseguiriam a regularização fundiária do seu lote (Ribas, 1939).

Nesta estruturação do estado-nação brasileiro, o Paraná era um Estado privilegiado para destinar o excedente populacional¹⁶⁷ das regiões litorâneas e metropolitanas, assim como

¹⁶⁶ Decreto nº 19.995 de 14 de Maio de 1931 "(...) considerando a necessidade de assegurar a unidade econômica do território brasileiro, afim de que todos os produtos nacionais ou já nacionalizados, sejam tratados com a mais absoluta igualdade e respeito ao trabalho nacional (...); Decreto 21.418 de 17 de maio de 1932, que dispõe: “Considerando que os impostos interestaduais e intermunicipais constituem um dos mais sérios embaraços ao desenvolvimento econômico do país; (...)Considerando que é da mais alta conveniência nacional erradicá-los (...)”.

¹⁶⁷ Na literatura marxiana denominado Exército industrial de reserva, tratado de forma minuciosa por Marx na Seção VII, capítulo 23 "A lei geral de acumulação capitalista", item 3 "Produção progressiva de uma

dispersar os trabalhadores rurais que reivindicavam terras nas regiões ocupadas, evitando assim um enfretamento direto com a burguesia agrária estruturada nessas regiões desde o período escravocrata e contrária a reforma agrária. Tratava-se de um Estado com uma área de 199.298,981km², com regiões pouco povoadas¹⁶⁸.

A estratégia era direcionar famílias a colonizar estas terras e ainda trabalhar para outrem para auferir a quantidade monetária necessária para comprar seu lote. O “comprador de terras devolutas” ou “posseiro” poderiam requerer a propriedade do seu lote de no máximo 200 hectares a um preço mínimo de 18 mil réis por hectare com acréscimo conforme localidade e fertilidade das terras. Este pedido deveria ser formalizado por um processo burocrático pré-definido ao Departamento de Terras, era necessário indicar a área e a localização. O retorno do Departamento deveria ocorrer no prazo de 30 dias em que o órgão publicava um edital que deveria se afixado na localidade correspondente; caso não houvesse protestos ou contestações, o processo era encaminhado ao Secretário de Estado para análise e decisão. Com o deferimento, o requerente dispunha de um prazo de quatro meses para efetuar o pagamento de um terço do valor da área pleiteada; caso contrário, o despacho perdia sua validade. Entretanto, não acaba por aí, para ter o direito definitivo o comprador deveria no prazo de dois anos apresentar documentação que comprovasse “morada habitual e cultura efetiva”, além da comprovação do pagamento integral do lote (Priori, 2000).

Além dessa modalidade de posseamento, outros autores como Da Silva (2013) apontam que os órgãos de divulgação publicaram nacionalmente o anúncio de terras “gratuitas” em Porecatu, sob a condição destas famílias derrubassem a mata, plantassem, produzissem pagassem impostos e nelas vivessem, por, no mínimo, seis anos. Contudo, esse anúncio não só atraiu sem-terras para fins de contrair uma posse na região, mas também muitos especuladores de terras.

De outra parte, havia a possibilidade de compra de “lotes coloniais do Estado” na região. A partir de 1939 por meio da Portaria n. 8.568/1939, o então governador do Paraná, interventor Manoel Ribas, determina a atuação mais incisiva do Estado na condução da colonização,

superpopulação relativa ou exército industrial de reserva" do Vol. 1 de O Capital: o processo de produção do capital: " (...) é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala de produção alcançada em outras esferas." (Marx, 2013, p. 463).

¹⁶⁸ Conforme dispõe o CENSO realizado pela Direção Geral de Estatística em 1920 o Paraná contava com 685 mil e 711 habitantes, sendo que a população estava concentrada no Primeiro Planalto (também designado Planalto de Curitiba) e no litoral; já o CENSO de 1940, realizado pelo IBGE, o Paraná apresentava 1 milhão 236 mil e 276 habitantes, com destaque a Londrina, próxima à Porecatu, na região norte do Estado que agora aparecia como a terceira cidade mais povoada com uma população de 75 mil 296 pessoas. Não houve Censo demográfico na década de 1930 (dados via IPARDES, 1872-2022).

responsabilizando pela organização de núcleos e colônias oficiais. Fundou-se no período as colônias de Içara, Jaguapitã, Centenário, Pagu e Paranaíba, no norte do Estado¹⁶⁹. As famílias que adquiriam estes lotes em vez de “comprador de terras devolutas” ou “posseiros” se tornavam “compradores de lotes”. Os procedimentos para a requisição da propriedade eram os mesmos dos posseiros acima descritos, assim como necessidade da moradia habitual e cultura efetiva.

A diferença consistia em ser uma área com infraestrutura básica e a formação de uma sede urbana próxima às glebas; os preços, por sua vez, eram significativamente mais altos e seu pagamento deveria ser realizado em seis parcelas anuais, o “comprador” com o pagamento da primeira parcela recebia o título provisório e com a quitação total deveria receber o título definitivo. Estes sujeitos também sofreram com a reorganização política, muitos não obtiveram o título definitivo de propriedade, inserindo-se no mesmo contexto dos posseiros acima descritos. Embora os posseiros-compradores de Jaguapitã e Centenário compusessem as fileiras da organização, estes eram a minoria (Priori, 2000).

Tomazi (1997) oferece uma análise crítica da política fundiária implementada durante o Estado Novo, demonstrando como esta se articulou com o novo eixo de acumulação, voltado para às cidades e a indústria. O autor argumenta que o Estado, diante das tensões no campo brasileiro desenvolveu uma estratégia dupla: por um lado, evitou confrontar diretamente o poder dos latifundiários através de uma reforma agrária; por outro, buscou controlar os movimentos dos povos agricultores pobres através do direcionamento de fluxos migratórios com objetivos políticos. O interesse era “cercar” os posseiros nas fronteiras agrícolas, inseri-los no sistema produtivo de forma “útil” ao desenvolvimento industrial em curso. Com isso, destituía-os do seu passado marcado pela tensão com os latifundiários, desenraizava-os, e reconfigurava-os como “trabalhadores rurais” disciplinados e ordeiros. Fals Borda (1979) em análise mais ampla sobre o que significou essa transformação de camponeses de “embrião revolucionário” em pequenos proprietários no curso histórico da América Latina, foi utilizada para distrair e calar as inquietações da população rural excluídas.

Ainda que esta estratégia apresentasse seus limites, ganhou força na ocupação de Porecatu entre 1939-1944. Ocorre que a promessa da titulação não se concretizou nos termos anunciados. Com o término da interventoria de Manoel Ribas e a instalação do novo governador do Estado do Paraná, Moysés Lupion, intensificou-se a desordem fundiária. As autoridades

¹⁶⁹ Além das colônias localizadas no norte do Estado, na região sudoeste do Estado também fundou as colônias de Jacutinga, Barro Preto, Covó, Mato Branco, Passa Quatro e Retiro do Pinhal (Priori, 2000).

passaram a doar terras de forma arbitrária a aliados políticos e correligionários, descumprindo os acordos estabelecidos pela administração anterior a qual garantiu a titulação dos posseiros (Da Silva, 2013).

A janela histórica do descenso da terceira onda do capitalismo internacional que possibilitou a industrialização brasileira – ainda que subordinada – e o crescimento da pequena propriedade em um local de expansão da fronteira agrícola¹⁷⁰ logo foi ceifado pela nova onda longa do capitalismo¹⁷¹ internacional denominada capitalismo tardio.

A contenção nacional desenvolvimentista não foi suficiente para reprimir a política imperialista dos Estados Unidos como nação hegemônica do capitalismo mundial que havia concentrado capital. O “novo anel da espiral” nos termos marínianos (Marini, 2022) significou na América Latina uma repactuação da dependência que recondicionou seus termos na divisão internacional do trabalho.

(...) enquanto durou a desorganização da economia mundial, desenvolveram-se bases industriais periféricas, que ofereciam — graças à superexploração do trabalho — possibilidades atrativas de lucro. (...) No curso do mesmo período, verificara-se um grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais. Isso levou, por um lado, a que os equipamentos ali produzidos, sempre mais sofisticados, tivessem de ser aplicados no setor secundário dos países periféricos; surge então, por parte das economias centrais, o interesse de impulsionar nestes o processo de industrialização, com o propósito de criar mercados para sua indústria pesada. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais o prazo de reposição do capital fixo praticamente à metade colocou-se para esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinário que já eram obsoletos antes de que tivessem sido amortizados totalmente (Marini, 2022, p. 208)

A exploração da mais-valia relativa foi intensificada, isso representou a desvalorização de bens-salário e também a expansão do domínio da reprodução ampliada de capital submetendo os povos agricultores – nos territórios até então conseguiam sustentar relações diversas – ao assalariamento. Enquanto a necessidade de escoar este maquinário desenvolvido nos países centrais para o setor secundário dos países periféricos, tratado acima, foi um dos fatores que desencadeou a modernização conservadora nas décadas seguintes no campo brasileiro¹⁷².

¹⁷⁰ Conforme tratamos no início deste capítulo sobre o ciclo da recriação/destruição da pequena propriedade e do latifúndio na ótica de Da Silva (1981).

¹⁷¹ Tratamos deste item no capítulo primeiro desta dissertação, a terceira onda longa do capitalismo internacional tem seu ciclo de ascenso nos Estados Unidos em 1940, acelerado em 1945 com o fim da segunda guerra mundial.

¹⁷² Não trataremos com afinco deste tópico que sucedeu a modernização conservadora do campo por conduzir a uma análise do processo posterior aos limites temporais estabelecidos neste objeto de pesquisa. Sobre o tema, recomenda-se a obra Tecnologia & agricultura familiar de Da Silva (1999).

A que nos interessa essa intensificação da exploração da mais-valia relativa no campo nesta na onda longa do capitalismo tardio incorreu de modo a interiorizar as formas capitalistas dependentes. Esta lógica de interiorização – que, levada a cabo, acarreta mais dependência¹⁷³ – foi peitada pela burguesia nacional latifundista e o Estado dependente concomitantemente a burguesia internacional favorecida pela troca desigual. O metabolismo decorrente desta operação foi a transformação subsequente da produção voltada para valores de uso em produção orientada para valores de troca, de modo que o efeito imediato é uma intensificação da exploração, uma vez que a burguesia nacional dependente tenta compensar a perda de valor na troca desigual entre nações de centro (Marini, 2022).

Estes territórios, fronteiras que na conjuntura estavam abertas, foram “fechadas” neste período. Interiorizou-se as formas de reprodução ampliada da dependência, o que significou na vida dos posseiros de Porecatu uma negativa de acesso à propriedade de sua terra, favorecendo sujeitos alinhados à renda da terra aos quais interessava tornar aquele território uma fonte de capital acumulável. Essa prática foi viabilizada pelo direito à propriedade, pela relação jurídica dependente que neste período ganhou força como práxis de aprisionamento do capital e começou a atuar em favor destes. A função social da terra apregoada no período anterior passou a ser a função social da propriedade (Marés, 2003).

Ao analisar este movimento sistematicamente, podemos perceber que a essência desta ofensiva representou uma nova etapa da dependência brasileira, em que suas formas deveriam ser interiorizadas, expandidas para os confins de todo o território nacional, onde as fronteiras ainda estavam abertas. A relação jurídica dependente foi elementar neste panorama de inserção da propriedade privada da terra. Podemos visualiza-la como um termômetro que acompanha os direcionamentos do estado dependente em seu sociometabolismo que possui em seus alicerces a questão agrária. Dedicemos o próximo item a tratar das legislações que versam sobre a terra para compreender plenamente este desenvolvimento da propriedade privada conjuntamente com a inserção do valor de troca nos territórios. Parte-se do âmbito fenomênico das legislações para capturar a essência destas neste panorama de interação com propriedade privada da terra e a dependência, práxis do capital.

¹⁷³ “A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (Marini, 2022, p. 171).

2.2 Políticas agrárias do Estado do Paraná (1850-1952)

Eles não conhecem de fato as coisas da floresta. Só contemplam sem descanso as peles de papel em que desenharam suas próprias palavras. Se não seguirem seu traçado, seu pensamento perde o rumo. Enche-se de esquecimento e eles ficam ignorantes.
A queda do céu: palavras de um xamã yanomami, Kopenawa e Albert, 2015, p. 75-76

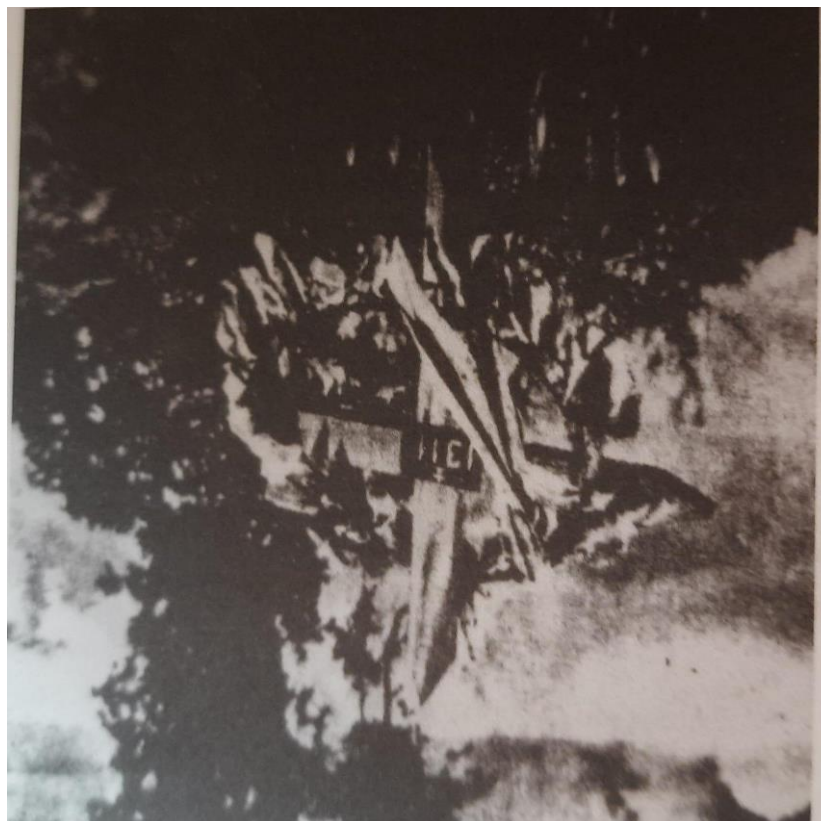
Conforme analisado no item 1 desta pesquisa, a práxis dos lutadores de Porecatu configurou-se como uma práxis insurgente e humanizante frente à práxis cercadora do capital. No primeiro capítulo, também tratamos como a renda da terra capitalista viabiliza a propriedade privada fundiária como cativo da terra e não mais a coerção direta do sujeito escravizado. Neste item, procuramos abordar a práxis do capital que carrega em si o aprisionamento do ser social ancorado em um dos seus alicerces a propriedade privada da terra¹⁷⁴. A ordem social imposta por essa práxis vincula-se à dominação, cujo conteúdo se manifesta por meio de múltiplas formas particulares. Entre essas, destaca-se a forma jurídica, que atua como mecanismo de legitimação e reprodução das violências expropriatórias decorrentes da inserção da propriedade privada da terra.

Para analisar a práxis de aprisionamento do capital materializada nas relações jurídicas, propõe-se um exame crítico das legislações que regulamentaram a ocupação do território paranaense desde sua emancipação política até 1952, com especial atenção aos seus efeitos concretos. Esse recorte justifica-se por três eixos articulados: (1) tais normativas institucionalizaram a propriedade privada da terra como relação social fundamental; (2) condicionaram o processo específico de (re)ocupação de Porecatu; e (3) redefiniram a atuação estatal frente aos posseiros no período pós-1945.

O objetivo de discorrer essas legislações é de ressaltar a dimensão política da práxis adotada pelo Estado para (re)ocupar o Paraná. Isto implica considerar como as relações jurídicas internas interagem com a forma mercantil, sua morfologia própria no contexto de territorialização do Paraná.

¹⁷⁴ (...) Como aprisionamento do ser social, alienado pelo trabalho assalariado livre, sob o controle da propriedade privada dos meios de produção em mãos do capitalista, a práxis se reveste de sentido de dominação. Como emancipação, materializada na contestação à ordem e produção de outro sentido não alienado para seu trabalho, a práxis apresenta-se como possibilidade de superação (Traspadini, 2016, p. 33-34).

Figura 4. Túmulos de Porecatu, em 1953 mais da metade das covas dos cemitérios da região eram de pessoas assassinadas



Fonte: Oiwaka, 2011, p. 297.

Estas legislações atuam como mediações concretas no processo de subsumção progressiva de formas camponesas de vida à reprodução ampliada de capital por meio da inserção do valor de troca no território. Além de mediação, as relações jurídicas estabelecidas a cada estágio do desenvolvimento do capitalismo – no caso aqui analisado da particularidade da universalidade da dependência do Estado-nação brasileiro no período que antecede e vigora no conflito de Porecatu – é apresentada como relação social que corresponde aos interesses predominantes da classe hegemônica do seu tempo histórico¹⁷⁵.

De modo que as normativas que expomos a seguir desempenharam um duplo papel: por um lado, criaram as condições jurídico-institucionais para a livre circulação de mercadoria – o que passa pela anexação total de modos de vida onde se privilegiava o valor de uso à economia de mercado e a instalação da propriedade privada da terra que a expropria meio de produção e de uso comum da terra; e, por outro lado, concedem uma igualdade universal formal de relações

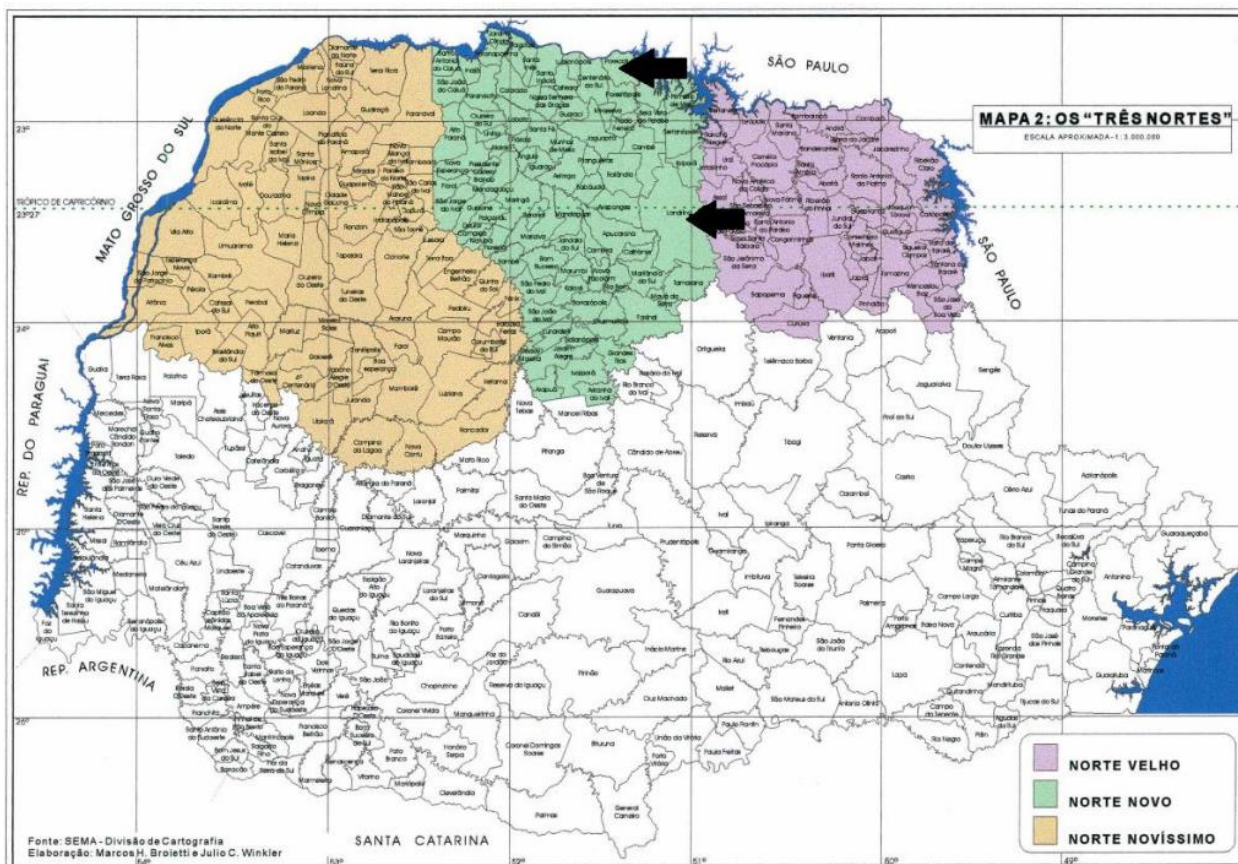
¹⁷⁵ “O camarada P. I. Stutchka, no nosso ponto de vista, colocou de maneira inteiramente correta o problema do di-reito como um problema das relações sociais. (...) Nessa fórmula, dada pelo Camarada Stutchka, o direito não se figura como relação social específica, mas como todas as relações sociais em geral, como sistema de relações que corresponde aos interesses da classe dominante e de sua garantia por meio de sua força organizada (Pachukanis, 2017, p. 108).

assimétricas reais de sujeitos hiperdesiguais (como dos posseiros e de grandes proprietários) sob o paradigma dos terratenentes (Pazello, 2016b). Logo, dialeticamente, são reflexos da força da classe hegemônica e convertem-se em dispositivos ativos na instauração da ordem social respectiva da práxis do capital.

Alguns apontamentos de cunho geográfico antes de avançar na análise propriamente expositiva e crítica. No que concerne à divisão territorial segundo a definição do IBGE (2017) a superfície de 199.324 km² do Estado do Paraná é dividida por 10 mesorregiões: Norte Pioneiro (Norte velho), Norte Central (Norte novo), Noroeste (Norte novíssimo), Centro-Ocidental, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste, Centro-Oriental, e a Metropolitana de Curitiba. Tratam-se de áreas individualizadas dimensionadas a partir do processo social como determinante e o geográfico como condicionante de modo a construir uma identidade regional que se formou ao longo da (re)ocupação e se realiza até os dias atuais. As características do desenvolvimento histórico e econômico como o movimento que impulsionou a colonização, as atividades produtivas, a forma em que se estruturou a relação com a capital são alguns elementos que se articulam a especificidade regional de cada mesorregião.

Merece um ponto de destaque na nossa pesquisa a presença de “três nortes”, sendo o norte novo o lugar onde se deslinda o conflito de Porecatu. Dentro do norte novo, antes de 1948 faziam parte do município de Sertanópolis, desmembrado em 1948, situação que perdurou até 1952 em que dividiu em outros cinco municípios Porecatu, Florestópolis, Alvorada do Sul, Centenário do Sul e Mirassolva. Pode-se visualizar melhor como estrutura-se este espaço pelo **Mapa 3**, a seta preta acima é onde se desenvolveu o conflito de Porecatu e a de baixo é o município de Londrina.

Mapa 3. “Os três nortes” do Paraná



Fonte: SEMA - Divisão de Cartografia, elaborado por Marcos H. Broietti e Julio C. Winkler via Forigo (2017, p. 78)

Com esta breve digressão do mapa, podemos nos orientar melhor espacialmente para trabalhar as diferentes incidências das legislações agrárias no espaço. Adentremos, pois, ao cerne analítico que constitui o objetivo precípua deste tópico: a análise crítica das legislações agrárias e como se desenvolveu a propriedade privada da terra na (re)ocupação paranaense.

Inicialmente, adoção da legislação fundiária nacional pelo Estado do Paraná refletiu a predominância de interesses exógenos à conjuntura do Estado. A promulgação da Lei de Terras (1850) foi anterior à emancipação política paranaense, desmembrado da província de São Paulo apenas em 1853; a legislação a qual estabelecia a compra como modalidade única para aquisição da terra teve incidência precária¹⁷⁶ neste primeiro momento na então Província paranaense, caracterizado por uma ocupação territorial restrita ao litoral e aos Campos Gerais, onde imperavam estruturas latifundiárias sustentadas pela mão de obra escravizada. Com o ascenso do café como produto de exportação depois de 1870, a região que hoje se denomina norte pioneiro começou a ser (re)ocupada, ainda que de forma incipiente, por fazendeiros de

¹⁷⁶ Como evidencia Ana Yara, a Lei de Terras de 1850 nas primeiras décadas existia apenas virtualmente, as terras tinham preço, mas não tinham compradores (Lopes, 1982).

café paulista que transplantavam familiares e agregados para esta nova localidade. Contudo, conforme demonstra Lopes (1982), a ocupação dessa área – delimitada entre os rios Itararé e Cinzas – foi marcada predominantemente pela ocupação posseira neste período.

Apenas em 1891 com a promulgação da Constituição Federal da Nova República que dispunha no artigo 64 sobre a transferência da jurisdição de terras devolutas da União para os Estados¹⁷⁷ que começou a delinear o ordenamento agrário do paranaense, regulamentado de fato com a primeira e a segunda Constituição do Estado do Paraná em 1891 e 1892, respectivamente. Na oportunidade reafirmou a exclusividade da compra para transferência das terras devolutas para o domínio privado, com exceção da transmissão do domínio útil sob a forma de aforamento¹⁷⁸ em conformidade com o disposto no art. 64 da Constituição Federal (Priori, 2012).

No ano seguinte, em 1892, o Presidente do Estado Francisco Xavier da Silva publicou a Lei n. 68/1892 que legislava sobre “*os serviços de registro, validação, legitimação, venda, aforamento e discriminação de terras, bem como definia os princípios básicos de colonização de novas áreas, por empresas nacionais ou estrangeiras*”. Havia na época uma discussão quanto à legitimidade das posses cedidas pelas sesmarias e outros tipos de concessões registradas pela igreja. Essa legislação reconhecia a legitimidade da posse das sesmarias e outras concessões, mas colocava como condição sua revalidação perante a Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização; essa revalidação longe de ser simples ensejou a publicação do Regulamento nº. 1-A mediante um Decreto em 8 de abril de 1893 (Priori, 2012).

Nesse sentido, três pontos estipulados pela Lei n. 68/1892 e pelo Regulamento chamam atenção:

1. Instaurava a necessidade de averiguação por parte da Secretaria para revalidar sesmarias e outras concessões anteriores à Constituição Estatal e ao Regulamento, devendo comprovar cultura efetiva e morada habitual;
2. A possibilidade do Estado alienar suas terras mediante torna-las úteis ou então fazer algum serviço que viesse beneficiar a comunidade;
3. Proibia o apossamento de terras devolutas do Estado para qualquer que fosse o fim, e caso ocorresse o posseante seria removido de forma coercitiva, sem direito à indenização correspondente às melhorias do espaço, como benfeitorias, sendo

¹⁷⁷ Com exceção de áreas de defesa das fronteiras, fortalezas, construções militares e estradas de ferros nacionais (Priori, 2012).

¹⁷⁸ Pagamento de um foro anual para utilização.

considerado invasor, sujeito ao pagamento de multa e às sanções previstas no Código Penal (Priori, 2000).

Tais pontos da legislação e o Regulamento foram substanciais na internalização por parte do Estado do Paraná da propriedade privada da terra. O item 1 da averiguação instaura um procedimento complexo que deveria ser realizado em um prazo improrrogável de tempo, cujos meandros permaneciam à época desconhecidos até mesmo por cartórios situados em regiões distantes da capital; deve-se considerar, sobretudo, que se tratava de uma população majoritariamente analfabeta – em 1890, a taxa de analfabetismo no Estado do Paraná era de 81,2%, e em 1900 ainda alcançava cerca de 76% da população total¹⁷⁹. De modo que a economia cartorial, diretamente vinculada à propriedade privada da terra, funcionava como um mecanismo de exclusão, operando por meio de burocracias notariais que eram, quando não desconhecidas, inacessíveis à imensa maioria da população paranaense.

O item 2, por sua vez, estabelecia que o Estado poderia alienar suas terras sob a condição de que beneficiassem a comunidade paranaense¹⁸⁰. Essa medida abriu um precedente que permitiu ao governo paranaense transferir terras públicas ao capital de empresas privadas. Priori (2000) ilustra essa prática ao citar a concessão de vastas glebas ao capital inglês que ocorreu no período, com a justificativa de construção da estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu, cujo objetivo era integrar o eixo Leste-Oeste do Paraná e promover a ocupação dos chamados “vazios demográficos” – expressão que despontava no discurso oficial da época.

Já o item 3, sobre a criminalização das formas de posseamento de terras devolutas, esta não apenas reafirmava a condição de propriedade da terra por meio da transação monetária – a compra –, como também enquadrava legalmente o modo de vida posseiro como passível de violências e expropriações¹⁸¹, bem como colocava a posse em uma condição antagônica à da propriedade.

O processo de exclusão ocorrerá gradativamente, iniciando-se com a exclusão do indígena, exclusão esta, que já vinha se processando há muito tempo, mas que a partir do século XIX se dá de uma forma sistemática.

[...]

O outro personagem a ser eliminado devia ser o sertanejo, o caboclo, pois sobre este também não se tinha nenhum controle, na medida em que não é

¹⁷⁹ Conforme os dados sistematizados por Ferreira e Carvalho (2014).

¹⁸⁰ Tomazi (1997) aponta que beneficiar a comunidade paranaense deste ponto de vista era basicamente aumentar a receita estadual pela arrecadação de impostos decorrentes da venda de terras e do aumento da produção agrícola.

¹⁸¹ “(...)o que ocorre no processo de classificação ou de seleção é a nomeação para efeito de identificação e de normatização para não dizer de eliminação” (Tomazi, 1997, p. 20).

proprietário, não tem lugar fixo onde possa ser encontrado (Tomazi, 1997, p. 20)

Já no início do século XX, outros dois atos normativos importantes que conduzem a análise do povoamento e formação socioespacial paranaense com a propriedade privada da terra foi o Decreto n. 218 de 1907 e a Lei Estadual n. 820 de 1908. O Decreto, ditava as “Bases regulamentares para o serviço de colonização no Estado do Paraná”¹⁸² em que demonstra uma ênfase a formação de núcleos coloniais formados por particulares destinados à imigrantes estrangeiros, sob a exigência que estes colonos tivessem “boa conduta e dedicação ao trabalho e à família”, além destes terrenos se localizarem em regiões de fácil escoamento da produção agrícola.

Outro ato relevante foi estabelecido pela Lei Estadual n.º 820, de 1908, que autorizava o governo a medir lotes em terras devolutas e a vendê-los aos antigos posseiros — portanto, cidadãos nacionais. Tratava-se de uma tentativa de enquadrar os direitos dos posseiros como forma de defesa da propriedade privada, o que, evidentemente, não teve êxito (Lopes, 1982). O fracasso dessa intenção pode ser depreendida da posição de Marins Alves de Camargo, então secretário de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação:

até esta data [os posseiros] não procuraram tirar os títulos de aforamento das terras medidas (...)
[a legislação] não resolve o problema de concessão de terras aos nossos sertanejos, porque estes absolutamente não se satisfazem com urna área de terras igual a que concedida aos colonos estrangeiros e, habituados a uma outra maneira de trabalho, não se submeteram à cultura intensiva em pequenos tratos de terras (RSVOPC, 1913, p. 44, *apud* LOPES, 1982, p. 34-35).

Malgradamente, essa tentativa de equiparar modos diversos de produzir ligados à terra em um ordenamento que apenas reconhece a relação com a terra como defesa da propriedade privada é uma característica constante da práxis do capital. Assentado por meio das legislações, portanto um imperativo estatal, inibe qualquer possibilidade de reconhecimento e legitimidade da posse que não se dê pela propriedade privada da terra.

O marco legislativo de maior impacto quanto à efetividade neste período no processo de (re)ocupação territorial paranaense, não obstante, foi constituído pelas Leis nº 1.642 de 1916 e nº 1.845 de 1919. Esses dispositivos legais transferiram para empresas particulares a responsabilidade pela colonização, mediante concessão de grandes extensões de terras. As

¹⁸² A nível estatal ela regularizou os termos do Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907 sobre "as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional" que define e estipula a promoção de núcleos coloniais promovidos pela I) União, II) Estados e III) Empresas de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações, e por particulares (art. 6º).

terras disponíveis passaram a ser procuradas por grandes fazendeiros que compravam a um preço muito baixo, em busca do “ouro verde” para gerar renda ou especular, de modo que muitos não se instalavam nelas de imediato (Tomazi, 1997). As motivações da publicação era de instituir uma política de colonização mais efetiva, uma vez que a Guerra do Contestado (1912-1916)¹⁸³ havia preocupado o governo do Paraná quanto à questão de terras e exaurido os recursos financeiros e militares do Estado dispendidos para contê-la.

Sem recursos financeiros, o Estado passou a negociar com empresas colonizadoras para que elas realizassem a colonização do espaço paranaense, “sem recursos financeiros para arcar com os custos de sua parte, o Estado recorre ao seu estoque de terras devolutas e passa a usar essas terras, de forma direta ou indireta, como se fossem moeda corrente” (Serra, 2019, p. 61).

As empresas colonizadoras receberiam do governo paranaense concessões de terras para que realizassem o loteamento e a venda ou construíssem obras de infraestrutura como estradas com o objetivo de implantar projetos de colonização para colonos nacionais e estrangeiros. Essas companhias teriam liberdade para comercializar os lotes, desde que garantissem a instalação de infraestrutura mínima nos núcleos de colonização. O contrato estabelecia um prazo de oito anos para a demarcação e alocação efetiva dos colonos nas terras. Caso esse requisito não fosse cumprido, a área retornaria ao domínio público do Estado do Paraná, revertendo à administração governamental. Todavia, já na assinatura do contrato as terras passavam a ser tituladas pelas empresas o que levou a áreas abandonadas pelas empresas continuarem a ter o título de propriedade (Tomazi, 1997; Serra, 2019).

Dos 11 contratos estabelecidos entre o governo paranaense e as empresas privadas realizadas em 1919, 5 se localizavam no Norte Novo: Corain e Cia. (também conhecida como Colônia Sertanópolis) e Coronel Leopoldo de Paula Vieira (também conhecida como Colônia 1º de Maio); e as de Augusto Loureiro, James Cody Terry e Percy James Alien, no município de Tibagi. Nos dois anos seguintes, 1920 e 1921, deram-se mais quatro concessões: Jacob Petry e Cia., José Hauer Junior, Geniplo dos Santos Pacheco e Antonio Alves de Almeida, todas no município de Tibagi. Não obstante, em 1922 muitas destas empresas se fundiram: Augusto Loureiro, James Cody Terry, Percy James Allen e José Hauer Junior foram anexadas a H. Hacker e Cia, que no ano seguinte, em 1923 foram incorporadas à concessão Antonio Alves de Almeida que passou a ter domínio de 300.000 hectares de terras no município de Tibagi (Lopes, 1982; Priori, 2000).

¹⁸³ Contestado foi uma disputa de terras ocorrida entre o Estado do Paraná e Santa Catarina em que esta última saiu vitoriosa, além das questões de terras e religiosas suscitadas, também se tratou de uma luta dos sertanejos/camponeses abandonados por uma República e Estado, assim como Canudos (Pereira, 1996).

Em que pese esta legislação ter sido mudada em 1922 por meio da Lei Estadual n. 2.125 a qual buscou restringir a atuação dos concessionários e ampliar o controle estatal e com a Lei Estadual 2.377/1925 que procurava estabelecer prazos e tamanho da área para a ação de colonização dos concessionários, o modelo de transferência de terras a empresas privadas para fins de (re)ocupação territorial persistiu como política dominante no Paraná durante a década de 1920. Essa continuidade se manifestou nas concessões que se seguiram: João Leite de Paula e Silva, a União Cooperativa Humanitária do Brasil (posteriormente transferida a Manoel Firmino de Almeida em São Jerônimo da Serra), a José Carvalho de Oliveira (repassada a Casimiro de Souza Lobo) e à Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio S.A. (entre Tibagi e São Jerônimo). Em 1924, é realizada a concessão de terras ao engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão como contrapartida pela construção da rodovia ligando Porto Vitória a Mangueirinha e Clevelândia, seguida em 1925 pela formação da Empresa Alvorada Colonizadora e Industrial Paraná-São Paulo Ltda., que absorveu parte das terras originalmente concedidas a Antônio Alves de Almeida. A concessão mais importante da década, entretanto, foi a realizada pela *holding* inglesa *Paraná Plantation Limited*, que criou a empresa Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)¹⁸⁴. De sorte que se pode observar que as regulamentações demonstravam ser imprecisas no cotidiano das (re)ocupações ao longo do Estado, o que favorecia a formação de relações marcadas por tensões (Lopes, 1982; Priori, 2000).

Ainda, com exceção da empresa Gutierrez Beltrão e, sobretudo, da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que dispunham de mecanismos próprios de controle territorial e expulsão de posseiros da região e que conseguiam se sobrepor aos grileiros¹⁸⁵, a maioria das concessionárias atuava segundo a lógica da renda fundiária, da especulação ou da exploração agrícola do café. No caso dos fazendeiros voltados à cafeicultura, estes adquiriam os lotes das concessionárias, mas não ocupavam diretamente o território; como membros de classes abastadas, não demonstravam interesse em fixar residência nessas áreas, caracterizadas tanto por densa cobertura vegetal (mata fechada) quanto por uma infraestrutura precária. Para viabilizar os empreendimentos, entretanto, recorriam à contratação de administradores e à instalação de colonos para a formação de suas fazendas. A relação estabelecida entre os fazendeiros e os colonos impunha a estes últimos a obrigação de implantar culturas e fixar morada em um curto período de tempo (Lopes, 1982).

¹⁸⁴ Empresa esta citada em inúmeras partes do nosso trabalho.

¹⁸⁵ Como aponta Serra (2019) até mesmo as áreas de concessões estavam infestadas de grileiros.

Não esquecendo das grilagens que compuseram a história paranaense que tratamos no item anterior desta pesquisa, Priori consegue sintetizar bem o que significou este período no que concerne à propriedade privada da terra e a (re)ocupação do território: “Para a história regional, as décadas de 10, 20 e 30 podem ser consideradas como o tempo das “negociatas de terras”, onde a especulação e as transações escusas foram tão correntes como a violência que se instaurou nessas áreas” (Priori, 2000, p. 67).

Além do Contestado, outro movimento no território paranaense que despertou a reação do governo para a integração estatal foi a Coluna Prestes (1924-1927)¹⁸⁶. Como teve repercussão nacional o abandono das populações localizadas nos rincões do Estado do Paraná, das grilagens e dos conflitos por terras, criou-se em 1928 o Departamento de Terras e Colonização (DTC)¹⁸⁷, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Viação e Obras Públicas. O órgão, entretanto, foi utilizado de forma fraudulenta, concedendo terras à empresas particulares com várias irregularidades e que não cumpriram com os termos de povoamento estipulados, como se avaliou da sindicância instaurada pelo Interventor Federal do Estado do Paraná no período que sucedeu com a Revolução de 1930.

A partir de 1930, com Getúlio Vargas na presidência do Brasil e os interventores estaduais, outros rumos políticos no tocante à (re)ocupação espacial e a propriedade da terra foram empreendidos. A estratégia para o campo consistiu em articular o campo ao projeto de nação. Essa incorporação, subordinada a modernização industrial e às cidades do novo centro acumulador, deparou-se com um ordenamento fundiário caótico e concentrador (Forigo, 2017). Em se tratando do Estado do Paraná, essa mudança isso significou combater as concessões feitas às empresas colonizadoras, ressaltando sua inoperância para o povoamento e exploração do território, e as grilagens que dominavam 1/3 da superfície paranaense.

Por meio do Decreto Estadual n. 800, de 08 de abril de 1931 estipulava a nova política de terras do Estado:

“(...) tendo em vista a urgente necessidade da normalização da venda de terras devolutas, bem como a das revalidações e legitimações das posses dentro do território do Estado e, considerando que as Leis, decretos, regulamentos vigentes não correspondem, em parte, aos grandes interesses coletivos, pois

¹⁸⁶ Em 1922 despontaram inúmeras conspirações dos jovens da oficialidade militar descontentes com a conjuntura política brasileira. Duas sublevações se destacaram: Levante na Escola Militar do Realengo e Levante do Forte de Copacabana. Após dois anos, iniciou uma nova resistência em São Paulo e que diante das dificuldades da contraofensiva marcharam em direção à Guaíra, oeste do Paraná, onde deveriam se encontrar com os rebeldes gaúchos. Ao longo de sete meses percorrendo o sudoeste e o oeste do Paraná puderam testemunhar o abandono da região oeste e a situação degradante em que os trabalhadores das obras eram expostos. As notícias sobre o descaso estatal e a desnacionalização da fronteira em Foz do Iguaçu correu o país (Xavier, 2014).

¹⁸⁷ Lei Estadual n. 2.501 de 25 de fevereiro de 1928.

que permitem e dão lugar a formação de latifúndios, sempre prejudiciais aos progressos do Paraná:

Considerando que a aquisição, por quaisquer títulos de grandes áreas, por parte de empresas ou particulares, tem por objetivo, na quasi totalidade, para afinal as revenderem, em tempo oportuno, por preços exagerados;

Considerando que tais processos, visando unicamente incofessáveis fins lucrativos, tem retardado o desenvolvimento agrícola do Estado, e, por tanto também o das demais indústrias, cujos trabalhos exigem fundamentalmente o fornecimento, por aquela matéria prima imprescindível;

Considerando que os supremos interesses do Estado, nesse sentido, quer sob o ponto de vista material, quer sobretudo sob o aspecto da moralidade administrativa, consistem em restringir as áreas legítimas e principalmente as concedidas a título de compra;

Considerando, de fato, que só assim, em breve espaço de tempo se poderá solucionar razoavelmente o problema da colonização, das nossas terras, tanto por famílias nacionais como estrangeiras que espontaneamente queiram conosco concorrer para progressos do Paraná (...) (Paraná, 1931, mantida a grafia original)

Desta legislação, podemos analisar que ela combate chama as formas anteriores de gestão das terras, por elas representarem um benefício ao latifúndio e prejudicarem o mito do progresso¹⁸⁸ que se construía; a crítica à aquisição de grandes áreas por parte de empresas e particulares que especularam as terras e não as utilizaram de forma produtiva e as novas condições que a agricultura deveria incorporar, de subserviência à indústria.

A proposição de um novo reordenamento agrário que seguiu essa avaliação crítica das formas de (re)ocupação anteriores no preâmbulo da legislação inaugurou um novo tratamento: Pela primeira vez, o dispositivo legal não previa a cessão de terras devolutas a particulares para fins de colonização. O concessionário passava a ser qualquer adquirente direto de terras devolutas do Estado, eliminando a figura intermediária de particulares e empresas colonizadoras. O texto normativo equiparava juridicamente três categorias: o comprador de terras devolutas, o adquirente de lotes coloniais e o posseiro. Além disso, fixava um valor mínimo por hectare progressivamente majorado conforme a qualidade do solo, limitava em 200 hectares a aquisição, exigia a comprovação de cultivo efetivo e moradia habitual como requisitos indispensáveis para a concessão. A requisição deveria ser feita por um processo

¹⁸⁸ Nos reputamos à crítica ao mito do progresso de Walter Benjamin, ao escovar a história a contrapelo, o autor em *Sobre o conceito da história* nos apresenta a catástrofe como fundamento do progresso. Não nos deteremos neste aspecto da crítica ao progresso e como ela está entrelaçada à história única dos opressores. No entanto, consideramos pertinente recuperar este excerto do autor: “Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso” (Benjamin, 1987, p. 226)

burocrático¹⁸⁹ que em média deveria durar dois anos, entretanto, o que se verificou foi que para os posseiros sitiantes “bem mais fácil que registrar terras em seu nome, era pô-las a produzir (Lopes, 1982, p. 92).

Vários decretos que seguiram no período anularam as concessões anteriores, Priori (2000) destaca três que consistiram nas maiores em hectares, que voltaram ao domínio do Estado milhões de hectares¹⁹⁰: Decreto nº 300, de 3 de outubro de 1930, revogou a concessão da Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco); o Decreto nº 1.495, de 1934, caducou a concessão de Antônio Alves de Almeida, envolvendo 300 mil hectares; e o Decreto nº 1.678, também de 1934, anulou a concessão de Meyer, Anes e Cia Ltda (posteriormente denominada Companhia de Colonização Espéria), compreendendo 240 mil hectares. Das maiores concessões, apenas a da Companhia de Terras Norte do Paraná e de Engenheiro Beltrão foram consideradas “idôneas” por terem assentado cerca de 5.000 famílias de colonos e continuaram a realizar seu serviço neste período (Priori, 2000).

Um ponto importante a ser destacado é que essas anulações não eram realizadas sem conflitos. Judicialmente, os concessionários pediam prorrogação do prazo para cumprimento do empreendimento. O de maior relevância no nosso estudo é a concessão de Antonio Alves de Almeida que se localizava na região de Porecatu. Como já trabalhamos no tópico anterior, além de parte da imensa extensão desta concessão ser alvo de grilagem, a caducidade instituída pelo Decreto nº 1.495/1934 estabelecia um prazo de dois anos para que o Estado procedesse à regularização ou revalidação dos títulos de terras já alienadas. Entre 1936 e 1937, houve tentativas de negociação com Antônio Alves de Almeida, resultando na prorrogação do prazo por mais um ano para o concessionário regularizar os títulos (Decreto Estadual 5.920/1937). Contudo, ainda em 1937, técnicos e políticos do Departamento Estadual de Agricultura e Pecuária (DEAP) denunciavam que o concessionário continuava a comercializar ilegalmente as terras, inclusive mediante anúncios veiculados no jornal Estado de S. Paulo. Conforme apuraram os funcionários do Departamento de Terras naquele período, a área em questão permanecia inculta, tendo o concessionário distribuído

¹⁸⁹ O interessado enviava um requerimento ao Governo, indicando a área desejada. O processo passava pelo Comissário de Terras, que publicava editais por 30 dias para eventuais contestações. Aprovado o pedido, o requerente tinha quatro meses para pagar a primeira parcela (1/3 do valor), sob risco de perder o direito à terra. Com o pagamento, recebia um título provisório, mas o definitivo exigia cultivo efetivo, moradia habitual e quitação das parcelas restantes. O não cumprimento dessas condições resultava na perda da concessão, sem indenização. Posseiros poderiam pagar em quatro vezes (Lopes, 1982).

¹⁹⁰ Ainda que as concessões tenham perdido a força como política agrária hegemônica na (re)ocupação, em 1940 há registros de uma nova concessão no norte novo: a de Moysés Lupion, com 10.000 hectares na Gleba Bandeirantes do norte, onde localizava as antigas colônias Zacarias de Goés e Nova Baía (Lopes, 1982).

“entre milionários, políticos e parentes, notáveis latifúndios, conseguindo até, em troca de uma promissória, que se encontra hoje protestada (...), que o Governo expedisse diretamente em seu nome, um título de propriedade sobre a área formidável de 1.209.735.575 metros quadros” (RDTC, 1937, *apud* Lopes, 1982, p. 94).

Para além das concepções das legislações, outros enfoques acompanham esta análise. Como a ênfase semiótica trazida por Zélia Lopes da Silva (2013). Para a autora fica claro estes diferentes tratamentos dados ao território e a terra nas imagens e fotografias como representações do ideário da época; a autora capta estes recursos discursivos com os operacionalizados pelas legislações que versam sobre as terras. Na primeira fase com a promulgação da lei de terras, que perdura até meados do século XIX, a natureza é retratada sob uma perspectiva exuberante e paradisíaca, em que prevalece a visão de viajantes estrangeiros e literatos os que a descreviam como o Brasil como um Éden tropical. No final do século XIX, surge uma segunda fase, na qual a natureza passa a ser associada ao ideário de progresso, sendo reinterpretada por engenheiros e técnicos como um meio natural passível de exploração econômica. A partir da década de 1930, consolida-se uma terceira fase, em que o território é concebido como espaço a ser integrado em prol do projeto nacional, sob orientação da camada urbana-industrial “monumentos” são construídos nos espaços urbanos para evocar um suposto passado comum entre os brasileiros e perpetuar a narrativa estatal vinculada a integração e um Estado Nacional forte.

Em 1939, em consonância com a política da Marcha para o Oeste do Estado Novo, o Interventor Manoel Ribas publica a Portaria n. 8.568 a qual determina uma ação mais centralizada por parte do Estado para empreender a colonização, “povoar racionalmente o país”. Além dos núcleos coloniais que se formaram nessa época, na nossa região de estudo as colônias de Jaguapitã e Centenário que se formaram, muitas migrações internas de povos agricultores sem-terra sobretudo de São Paulo e do próprio Estado se dirigiam a região sob a expectativa que, cumpridos os termos estipulados, conseguiriam a propriedade da terra. Diante deste movimento intenso de migração interna, em 1942 criou o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) para realizar o cadastramento destes posseiros.

(...) visando intensificar a produção e a diversificação agrícola no país, além de promover “sem violência”, na expressão do Interventor a extinção do latifúndio e de incrementar o povoamento de zonas rurais de fronteira e terras devolutas, mediante a pequena propriedade e o assentamento do trabalhador nacional, então transformado em proprietário de terras (Priori, 2012, p. 146)

Essa possibilidade de tornar os posseiros pequenos proprietários durou até 1945. Ainda que nos confins cartoriais do norte novo do Estado, havia a recusa do reconhecimento da

propriedade dos posseiros em razão das disputas judiciais que envolviam os grilos, como diretiva estatal apenas em 1946 ganhou corpo. No cenário internacional, com o fim da Segunda Guerra Mundial, há o ascenso dos Estados Unidos como potência hegemônica e o aumento do preço do café que desperta o interesse de fazendeiros grileiros ou não; nacionalmente com a deposição de Vargas e o retorno das eleições diretas a nível federal elegeu-se para presidente Eurico Gaspar Dutra (PSD/PTB) que assumiu em 1946, enquanto o fim da intervenção federal no Paraná, ensejou a eleição de Moysés Lupion¹⁹¹ que assumiu como governador em 1947. Inclusive, este último em sua plataforma eleitoral prometeu resolver a questão dos títulos de terras que se superpunham por vários donos legítimos ou ilegítimos, o que não se sabia na época era que Lupion possuía fortes ligações com os grileiros (Lopes, 1982; Serra, 2019).

Em 1945, técnicos como engenheiros e agrimensores chegaram ao local e iniciaram a divisão e marcação dos terrenos. Inicialmente, os posseiros se entusiasmaram quando viram uma área de 40 alqueires sendo parcelada, acreditando que finalmente receberiam o título de suas terras. No entanto, apenas cinco deles conseguiram obter seus lotes nessa fase, pois o processo de divisão foi interrompido e só foi retomado depois que Moysés Lupion assumiu o poder. Como Lupion havia passado pela região durante sua campanha, prometendo regularizar a situação dos posseiros, muitos acreditaram que suas reivindicações seriam atendidas. Porém, a esperança logo se transformou em desconfiança quando notaram que as novas propriedades demarcadas eram enormes, variando entre 200, 300 e 400 alqueires. Não obstante a latente tensão decorrente da sobreposição de títulos de propriedade – envolvendo grileiros, fazendeiros e posseiros em busca de legitimação fundiária na região de Porecatu –, diversos aliados políticos do governador Lupion requisitaram extensas porções de terras devolutas. Tais áreas, contudo, já se encontravam ocupadas e cultivadas por posseiros que aguardavam a regularização de sua posse com o título definitivo (Priori, 2000).

Assim que assumiu, Lupion criou a Fundação Paranaense para Colonização e Imigração (FPCI) com o objetivo de dividir com Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) a condução da (re)ocupação. O primeiro ato da Fundação visava o reassentamento de posseiros no oeste do Estado que haviam sido expulsos em áreas de conflito, no entanto acabou por viabilizar um retorno da força grileira disfarçadas de empresas colonizadoras apoiadas e quando não compostas pelo Estado. Pequenas empresas imobiliárias voltaram a circundar o norte novo do estado na segunda metade desta década como Boralli e Held (Alto Paraná),

¹⁹¹ Sobre o governador, este exerceu dois mandatos: O primeiro a que nos reputamos (1947-1951) e o segundo de 1956 a 1961. Os dois foram marcados pela conflagração na questão agrária paranaense, o primeiro com a Revolta de Porecatu e o segundo em 1957 com a Revolta dos Posseiros do Sudoeste.

Cobrinco (Santa Cruz do Monte Castelo), Leoncio de Oliveira Cunha (Paraíso do Norte) , Armando Chiamulera e sócios (Nova Londrina) , Tarquínio Ferreira e outros (Santa Isabel do Ivaí), Spinardi e Sebastião Delfino (Loanda), Gutierrez Beltrão (Tamboara), Organizações Ademar de Barros (Terra Rica), Imobiliária São Paulo-Paraná (Querência do Norte), Sivas Pioli (São Carlos do Paraná), Almeida Prado (Itaúna do Sul e Diamante do Norte) (Lopes, 1982; Serra, 2019).

Durante o governo de Moysés Lupion, verificou-se a transferência de 792.151 hectares de terras públicas para o domínio privado destinadas à revenda. A intensa cobiça diante do cenário internacional do café, levava os especuladores a vender mais de uma vez. Para legitimar esse esquema, modificavam leis, mapas, documentos, inclusive, cursos de rios e localização de acidentes geográficos (Tomazi, 1997). Evidente que:

(...) Se tinham poderes para transformar a geografia, imaginem os poderes que tinham contra os posseiros, legítimos proprietários que não queriam se sujeitar aos preços extorsivos que eles próprios valorizavam. O policiamento foi utilizado para expulsar famílias, queimar plantações, limpar o terreno da gente que ali trabalhava há anos e tinham direitos que deixaram de ser reconhecidos (Ferreira, 1976, *apud* Tomazi, 1997, p. 282)

Diante desta anuência política, com o beneplácito do executivo, os fazendeiros e grileiros começaram a forçar os posseiros a sair de suas terras. A violência como práxis expropriatória dos opressores se fez valer naquele território de Porecatu. Posseiros eram coagidos a deixar suas terras de diversas formas, seus “ranchos” eram invadidos por forças policiais e jagunços — estes últimos portando armas ostensivamente, como parte de sua indumentária, com o claro intuito de intimidar as famílias camponesas (**Figura 1**). Os métodos empregados apresentavam requintes de crueldade, com o objetivo de “economizar balas”, um dos mais emblemáticos era o uso da “porunga”¹⁹², em que se aniquilava o posseiro-camponês (Serra, 2019). Outras formas de pressionar o posseiro a sair do seu lote são trazidos por Priori (2000), como a ocorrência de abate dos animais de criação e tentativas de estupro contra filhas e esposas dos camponeses.

¹⁹² Duque Estrada (1961, p. 30, *apud* Serra, 2019, p. 66) descreve como era realizada a porunga “Amarravam os braços do “cabra” para trás, colocando, em seguida, as “porungas” (cabaças do mato) bem presas nos joelhos ou nos pés, que ficavam bem amarrados. Jogado n’água, a cabeça do “bicho” vai ao fundo, enquanto, as “porungas”, muito leves, flutuam juntamente com os pés, descrevendo, no começo, uma dança desesperada, macabros revolteiros. Depois, lânguida e vagarosamente, vão descendo pelo rio, dando adeus à terra, que vai ficando atrás. Por seu lado, submisso ao seu destino, o “cabra” deixou de respirar”.

Figura 5. Jornal Estado do Paraná, Reportagem Gazeta do Povo – 24.06.1951



Fonte: Arquivo DOPS/PR, pasta n. 599 (Via Oliveira, 2020, p. 87)

Essa brutalidade como uma das faces da práxis do capital dependente na conjuntura que se apresentou, intentava transformar as e os posseiros em indivíduos produtores de valor para inseri-los na economia de mercado. Nessa dinâmica, o Estado dependente e os latifundiários¹⁹³ como a família Lunardelli, os irmãos Costa, Antônio Ângelo e Neccar Accorsi¹⁹⁴, que compunham essa elite na região, também reconhecido como burguesia interna, demandavam

¹⁹³ O curioso é que essas duas figuras frequentemente se retroalimentam. No caso de Porecatu, Moysés Lupion, então governador do Paraná, além de doar terras a seus correligionários, também atuou como grileiro. A expressão “lupionismo grileiro”, alcunhada por Kolling (2019), descreve com esse fenômeno, que se espalhou por diversas regiões do Estado. Destacam-se, entre outras, a área onde hoje se localiza o município de Lupionópolis – batizado em sua homenagem e vizinho a Centenário do Sul, região marcada pelo conflito de Porecatu –; a apropriação das companhias Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e Colonizadora Apucarana Ltda., em 1957; além das ações no sudoeste do Estado, com o envolvimento do Grupo Lupion e da CITLA, abrangendo inclusive as glebas Missões e parte da gleba Chopim, onde eclodiu a Revolta dos Posseiros em 1957.

¹⁹⁴ Sobre as famílias burguesas que se envolveram no conflito de Porecatu, ver: Piori, 2000, p. 181 e Oiwaka, 2011, p. 56.

expropriar mais-valia relativa e absoluta para suprir a perda ocorrida na troca desigual, tanto a nível nacional para o setor industrial como a nível internacional com o intercâmbio desigual que apropria parte do valor para os países de centro na divisão internacional do trabalho. Diante dessa reestruturação da dependência após a segunda guerra mundial, dois caminhos se projetaram para interiorizar a lógica do desenvolvimento desigual no campo no cenário de Porecatu: os posseiros se subordinarem a mão-de-obra assalariada superexplorada nas fazendas ou expulsar estes posseiros e concentrar a terra.

Essa práxis de dominação do capital – aqui na figura dos latifundiários e do Estado dependente – é pactuada pela propriedade privada da terra e assegurada pelas relações jurídicas dependentes. As normativas que procuramos trazer aqui são expressões fenomênicas da relação social que se garante e se preserva por meio das normas. A universalização da propriedade da terra e do trabalho alheio e sua expansão territorial para integrar sujeitos ao mercado foi uma constante do Estado do Paraná, que incorpora e espelha a dependência real no âmbito das relações de produções para assegurar a reprodução ampliada da dependência¹⁹⁵ que se realiza nos territórios.

O que concluímos do exposto é que as práticas de (re)ocupação e colonização territorial do Paraná e, com especial atenção à região norte do Estado, não foram realizadas sem contradições. Ao se integrar ao Estado Nação desde sua emancipação de SP e de forma mais ativa com a República e transferência das terras devolutas para os Estados, o Paraná como ente federativo assume para si a missão de unificar o território paranaense. Essa unificação por decreto ainda que deem um tom imperioso nas normativas, são atravessadas por diferentes agentes interpelados pela propriedade privada da terra e demandas nacionais e internacionais, assim como diferentes modos de vida em cada espaço-tempo de fronteira com o capital em que se repousa a questão da terra instrumentalizada na propriedade privada.

A inserção do valor de troca nos interiores do Estado, a terra como mercadoria e a reprodução da relação periférica com São Paulo como metrópole e Paraná como satélite e a interiorização da dependência relacionada com a lei do valor em escalada mundial que se articula com as manifestações normativas são questões explicitadas neste capítulo. Entretanto, para além disso, há a revanche dos posseiros. Pesquisadores como Tomazi (1997, p. 177) chamam atenção acerca dos “silêncios” da historiografia dos povoamentos da região que não tem como fundamento o titular do capital. Histórias que não são sobre grandes feitos dos fazendeiros, dos concessionários ou das companhias que foram disseminadas no imaginário

¹⁹⁵ Marini, 2022.

para legitimizar suas espoliações. A necessidade de tensionar estas narrativas com as histórias que permitem que conheçamos “como viviam estes "outros" que estiveram presentes na (re)ocupação além dos homens detentores do capital”. E é precisamente neste silêncio da epopeia hegemônica que nos contrapomos no próximo capítulo, em que buscamos trazer a história da práxis insurgente dos posseiros e das posseiras da região de Porecatu.

CAPÍTULO 3. O CONFLITO DE PORECATU: REVANCHE E A HISTORICIDADE DO CONFLITO

*Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que esta tierra es de nosotros
Y no del que tenga más
A Desalambrar - Daniel Viglietti*

Para adentrarmos ao conteúdo concreto da práxis insurgente dos posseiros de Porecatu, nos apropriamos da situação que aqueles posseiros ocupavam dentro das relações materiais de produção hegemônicas e como elas determinavam a sociabilidade vigente quanto à propriedade da terra, que, a efeito, eleva a questão agrária como uma das essências sob a qual se sustenta o capitalismo dependente brasileiro. Essa análise das contradições imanentes à vida material – e da condição específica do posseiro porecatuense enquanto agente histórico imbricado nesse "complexo de complexos" do processo histórico real, retomemos alguns elementos para adentrar a exposição da organização posseira.

Podemos sintetizar cinco motivações da (re)ocupação territorial pelos povos agricultores de Porecatu: 1) Famílias descabocilizadas de várias regiões do Brasil, inclusive de outras partes do Estado; 2) Uma massa operária que se dirigiu à Londrina para trabalho e conforme iam sendo despedidos, não conseguiam arcar com os custos de morar na cidade, tampouco voltar à cidade de origem e acabavam por atravessar o rio Paranapanema e formar uma posse¹⁹⁶; 3) Famílias que vinham para a localidade pela propaganda da CTNP, mas não conseguiam arcar com os custos e iam para as margens do empreendimento do capital inglês; 4) Famílias que foram atraídas para trabalhar nas fazendas de café no norte pioneiro e nas fazendas da região norte central, mas não se adaptaram ao trabalho exaustivo para outrem e/ou queriam uma propriedade própria – majoritariamente camponeses; 5) Famílias atraídas à região em busca de uma propriedade de terra pelas políticas nacional-desenvolvimentistas do governo varguista de expansão territorial¹⁹⁷.

Não sem contradições, o espaço de Porecatu apresentava condições privilegiadas de reprodução social destes agricultores pobres. A fronteira aberta e a ainda não-plena incorporação de valor de troca no território permitiam que estes posseiros marginalizados

¹⁹⁶ Sobre estes, Nelson Galvão, antigo dirigente do PCB em Londrina recordará: “Nos anos 1920, quando a estrada de Ferro Sorocabana foi construída, toda a massa operária, que era muito grande – naquela época trabalhava-se com carrocinha, com burro, não havia trator, absolutamente nada disso – ia sendo despedida, sem lei social, e acabava ficando na região, formando família. Muita gente atravessou o rio, e nas terras do Paraná, terras roxas, se instalaram, criaram família, formaram pequenas fazendas, plantaram café” (Codato; Kieller, 2008, p. 214)

¹⁹⁷ Estes três últimos casos, podemos citar a ausência da reforma agrária em estados/regiões dominados por oligarquias latifundistas que expulsavam – ainda que indiretamente – o excedente populacional.

vivessem de forma mais autônoma¹⁹⁸. Sua ocupação territorial ainda não estava submetida por completo à renda da terra capitalista. O que possibilitou uma nova cultura produzida pelo rompimento – ou da fuga – de espaços agrários em que já incorria o cativo da terra. Esse rompimento provocou, como apregoa José de Souza Martins (1989), um espaço possível para a resistência camponesa. De modo que, ao se depararem com o sentido da terra legitimado apenas por sua compra e titulação em cartório, os posseiros buscaram o reconhecimento de outra forma de relação com aquele território, baseada em seu trabalho e ocupação, atribuindo um novo sentido à propriedade, que só pode ser significado se não a analisarmos apenas pela ótica do direito à propriedade.

(...) não tem sentido para quem acredita que a libertação dos pobres e marginalizados começa e acaba na sua transformação em proprietários (...) O acesso à terra por parte dos pobres e marginalizados é instrumento de libertação apenas na medida em que questiona e rompe o monopólio da propriedade por parte da burguesia latifundista, que tem na renda-da-terra a sustentação da sua dominação política (Martins, 1989, p. 13-14)

Na imagem que se segue, esses elementos dialogam com a resistência ao modelo hegemônico de propriedade da terra, que impõe a titulação formal como única via de acesso legítimo. Essa crítica se materializa na figura do posseiro Guimarães Nascimento, que, após desbravar e trabalhar a terra, reivindica o reconhecimento de seu direito à propriedade — não pelo papel, mas pelo trabalho e ocupação.

¹⁹⁸ Embora, conforme analisado anteriormente, esses camponeses eventualmente precisassem recorrer ao trabalho sob o regime de colonato para fazendeiro de café ou comercializar seus excedentes no comércio local, essas relações não representavam a totalidade da reprodução social posseira de Porecatu. Sobre este mecanismo, José de Souza Martins (2012) aponta ser uma prática comum do “campesinato de fronteira” que incorre em espaços que a incorporação capitalista no espaço agrário não se consolidou plenamente.

Figura 6. Guimarães, um dos posseiros da Fazenda Tabapuã.



Fonte: Oikawa (2011, p. 71)

Este espaço de resistência de Porecatu defrontou-se com o Estado, a polícia local, com os latifundiários e seus jagunços. Tratava-se de uma área descrita pelos posseiros como “sertão”, dada as condições de mata fechada e nenhuma estrada¹⁹⁹ que ligasse à zona urbana. Como se vê no depoimento do posseiro Hilário Gonçalves Padilha a Angelo Priori em 1999:

Meu pai era um aventureiro, coisa normal de um camponês trabalhador. Era analfabeto, mas era um homem com certo dinamismo. Então, nós, meu pai, resolveu conhecer. Embarcamos numa canoa, descemos rio abaixo uns quilômetros, fomos até a barra do rio Tenente, porque a informação era que no rio Tenente e no rio Centenário eram terras devolutas, com certeza. Aí fomos ali, acampamos no Rio Tenente e subimos rio acima, rio Tenente acima,

¹⁹⁹ Inclusive, a primeira estrada da região foi construída por posseiros. A estrada aberta pelos posseiros passou a ser conhecida como “Paralelo 38” e foi uma das áreas que desenrolou a guerrilha posteriormente. Inicialmente, essa via estabelecia a ligação entre os municípios de Porecatu e Centenário do Sul, estendendo-se posteriormente até Presidente Prudente, no estado de São Paulo.

até onde deu, 6 ou 7 quilômetros. Aquilo era mata, mata, mata, não havia nem sinal de facão, nem de ninguém. Meu pai escolheu uma nascente, um riozinho que caía no ribeirão Tenente e disse: pois é aqui, vamos fazer uma roça aqui. Vocês topam. Eu tinha uns dezesseis anos, falei, deixa comigo (Priori, 2000 p. 175)

Embora fosse uma área isolada nos fins da década de 1930 e houvesse na barranca do ribeirão Capim²⁰⁰ um marco indicando o início das terras devolutas do Estado, desde o século XIX já havia superposição de títulos de propriedade na área: os grilos Ribeirão Vermelho e Barra do Tibagi, a concessão Antônio Alves de Almeida (a partir de 1920) e o loteamento da área para fazendeiros paulistas por Dona Escolástica Melchert da Fonseca em São Paulo. Com a abertura do espaço pelos posseiros e a mudança conjuntural após 1945, outros grileiros e fazendeiros que nunca haviam pisado na região começaram a manifestar interesse na área. Isso modificou a práxis produtiva que se desenvolvia no território, à medida que instaurou não apenas a titulação da propriedade privada da terra como requisito *sine qua non* para a posse, como criava entraves para que essa titulação por parte dos posseiros não se efetivasse. O sentido ontológico dos valores de uso²⁰¹ produzidos por estes posseiros, sua lida com a terra, a expectativa do reconhecimento de sua posse como propriedade, foram subitamente mudados com as doações de grandes extensões de terras às pessoas próximas ao governador Moysés Lupion, os especuladores e grileiros voltaram seu interesse à região que agora estava “desbravada”, antigos concessionários que sequer conheciam as terras vislumbraram uma possibilidade de exploração direta agora que os posseiros haviam derrubado a mata, plantado e realizado benfeitorias.

Feita essas considerações iniciais, passamos à exposição que se segue, dedicada à história desses 'outros' marginalizados pela historiografia oficial: os posseiros de Porecatu.

3.1 A organização política dos posseiros

A ocupação da região de Porecatu, localizada entre os rios Paranapanema, Centenário e Ribeirão do Tenente, remonta a anos anteriores, quando agricultores pobres se estabeleceram na área como posseiros, na expectativa de obter o título de propriedade das terras. A partir de 1944, no entanto, reuniões passaram a organizar as demandas coletivas, revelando que a disputa por terras e a violência dos jagunços não eram casos isolados, mas um problema comum a todos

²⁰⁰ Cf. Oikawa, 2011.

²⁰¹ Valor de uso é universal, todas as sociedades dos mais diversos modos de produção precisam satisfazer as necessidades humanas; valor é particular da forma que estes valores de uso são sujeitados na sociedade capitalista, pela equivalência quantitativa no mercado. Discutimos este caro debate na literatura marxista no primeiro capítulo desta dissertação amparados pelas considerações de Bartra (2006).

os posseiros. Diante deste cenário e na falta de uma resposta do Estado, inicia-se um levante armado em que os posseiros em aliança com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), organizam-se em guerrilhas na mata e realizam atividades de defesa do território e de apossamento de fazendas griladas. Neste item, trataremos de como operacionalizou a práxis dos posseiros em sua dimensão concreta.

Oikawa (2011) relata que a abertura da mata por esses povos agricultores – que se tornaram posseiros – seguia seguiam preponderantemente em três momentos: (I) Investigação das áreas a serem ocupadas pelo pai da família, seguida da ida de membros masculinos da família para a primeira destoca e construção de ranchos e moradias, e depois a vinda das mulheres e das crianças; (II) Posseiros chegavam com a família e se hospedavam nas casas de pau-a-pique dos posseiros antigos até que conseguissem construir seu próprio rancho. A comida e a hospedagem eram pagas com trabalho no rancho do posseiro original ou em fazendas do entorno (colonato). Nesse momento, também se estabeleciam comerciantes locais que vendiam, sobretudo, porcos e aviamentos — muitas vezes “fiado”, com anotação em caderneta. Esses comerciantes também exerciam a função de prestar informações às famílias que chegavam; (III) As demarcações das posses eram feitas por família, de modo que ocorria uma demarcação autogerida no limite do cuidado que cada família conseguia dispender com a plantação, a grande parte para subsistências e algumas poucas famílias conseguiam produzir cereal excedente que vendiam para cerealistas de Caviúna – futura Rolândia.

Alguns posseiros, por sua vez, que trabalhavam nas fazendas de café²⁰² para auferir a renda necessária para a compra de sua terra, combinava diferentes formas de colonato: 1. Colono-carreador em que contrato que abrangia o cultivo de três mil pés de café que o preço de cada pé é dividido em 12 pagamentos (um para cada mês), podendo o colono produzir entre os vãos de cada fileira alimentos para subsistência; 2. Colono-desbravador com contrato de seis anos em que a mata deve ser derrubada, o rancho feito e o café plantado até a primeira colheita, podendo plantar outras culturas que serão suas – entretanto, o café formado depois de seis anos deveria ter 1,5 metros e de 3 a 5 plantas em cada cova para receber pelo pé, caso contrário o colono era multado e ficava devendo ao proprietário; 3. Colono-empregado em que durante quatro anos produz o café para o proprietário, também podendo utilizar os corredores para plantação própria, mas que ao fim dos quatro anos a última safra é sua (Oikawa, 2011).

²⁰² “Alguns, de triste destino, trabalhavam em fazendas da Família Lunardelli, a mesma que anos mais tarde vai requerer o direito de propriedade sobre aquelas terras apossadas por seus ex-empregados” (Priori, 2000, p. 177)

Vê-se que as práticas produtivas no território eram diversas, do colonato ao rancho para subsistência. A derrubada da mata, a construção de suas casas de madeira ou de pau-a-pique, os variados tipos de plantações como bananas, feijão, arroz, milho, as pastagens, as galinhas, os cafezais, a geração e criação de filhos. “Ninguém pode imaginar como éramos felizes, como vivemos despreocupados esses anos todos” como proferiu a posseira Antônia Billar para a reportagem da revista “O Cruzeiro” em 1951 (Priori, 2000, p. 178).

Diante das incertezas quanto à titulação de seus lotes e das informações desconhecidas que circulavam entre os moradores, diversos posseiros passaram a recorrer, de forma sistemática, à cartórios e à 4ª Inspeção de Terras do Paraná, sediada em Londrina, com o objetivo de regularizar suas situações fundiárias. Conforme aponta Oikawa (2011) e Priori (2000), tal persistência foi marcada por uma prolongada ausência de respostas institucionais, que se estendeu por vários anos; tamanha era a preocupação por parte dos posseiros, que mesmo diante destas ausências recolhiam os impostos. Inclusive, os recibos dessa arrecadação foram mais tarde utilizados pelos posseiros para comprovar a posse quando interpelados pelo processo de reintegração de posse na Comarca de Porecatu²⁰³.

Outros posseiros como José Billar e Antônio Pinheiro chegaram a contratar advogados: sendo que o primeiro encaminhou sua demanda diretamente ao Departamento de Terras, enquanto o segundo dirigiu-se à Secretaria de Agricultura e Obras Públicas. Ambos os esforços, contudo, não resultaram em nenhum retorno. O posseiro Manoel Marques da Cunha, frustrado com esse cenário, preferiu se deslocar ao Rio de Janeiro em vez de contratar um advogado. Tentou, sem sucesso, contato com o presidente Getúlio Vargas, recebendo apenas uma carta de recomendação para se comunicar com o interventor paranaense Manoel Ribas. Esperou por dois anos e acabou sendo recebido apenas quando o governador já era Moysés Lupion, que o atendeu sem demonstrar qualquer intenção de resolver a questão.

A primeira organização coletiva dos posseiros foi registrada em 1944. Alguns autores afirmam que se tratou das primeiras Ligas Camponesas do Brasil. No entanto, o nome da organização criada na região de Porecatu, nesse primeiro momento, era “Associação de Trabalhadores Rurais” ou ainda “Associação de Lavradores”²⁰⁴. Primeiramente a organização se deu na localidade de Ribeirão Tenente em que 270 famílias se reuniram e elegeram

²⁰³ Processos 228/50 e 241/50 do Cartório Cível do Fórum da Comarca de Porecatu.

²⁰⁴ O movimento passou a ser chamado de Liga Camponesa com a atuação do Partido Comunista (PC) no trabalho de base no campo. Manoel Jacinto, conforme relata em depoimento preservado por sua família, participou da criação de Ligas Camponesas em diversos municípios da região, como Água das Pelotas, Centenário do Sul e Guaraci. Segundo o levantamento de Marcelo Oikawa (2011, p. 103) durante o conflito de Porecatu na região norte do Paraná chegou a ter doze Ligas Camponesas. O nome propriamente de “Liga Camponesa” no sentido histórico das Ligas iniciadas no Estado de Pernambuco em 1955 será alvo de debates.

Herculano Alves de Barros, Hilário Gonçalves Padilha e José Billar como seus representantes. Em outro momento do mesmo ano, 268 famílias se reuniram em Guaraci e designaram o posseiro Manoel Marques da Cunha para representar os interesses dos posseiros (Priori, 2000).

(...) ainda em 1944, a Liga Camponesa de Ribeirão do Tenente contrata dois advogados para defender os seus interesses. Mario Giorgi, da capital paulista e, depois, Gabriel Figueiredo, de Paraguaçu Paulista. Os dois, contudo, foram demitidos por iniciativa dos próprios posseiros, já que não estavam atuando conforme as diretrizes e as necessidades dos mesmos (Priori, 2000, p. 185).

Em 1945, os posseiros continuavam desenvolvendo suas atividades no campo, sob o peso da incerteza quanto à titulação de suas terras. Passam-se o período de plantio e a estiagem. A Usina de Açúcar de Ricardo Lunardeli entra em funcionamento nesse mesmo ano. Também em 1945, Lunardeli comprou 812,23 alqueires que haviam sido requeridos por Mário Bastos Cruz, em São Paulo. Em outubro, a deposição de Vargas resultou na queda de seu interventor no Paraná, Manoel Ribas. Ainda não se sabia, mas as promessas de reconhecimento das terras dos posseiros se tornariam letra morta. Apesar disso, os posseiros ainda tinham esperanças e se animaram com a chegada de agrimensores e engenheiros que mediam cerca de mil alqueires, dividindo-os em lotes de quarenta alqueires. Entretanto, das 300 famílias posseiras, apenas cinco receberam a titulação desses lotes. O loteamento foi suspenso e retomado em 1947²⁰⁵, com a posse de Lupion, que passou a demarcar lotes de 200 a 400 alqueires. No entanto, em vez de disponibilizá-los aos posseiros, passaram a ser publicados editais nas prefeituras, o que atraiu ainda mais fazendeiros paulistas interessados em formar fazendas de café na região (Oikawa, 2011).

Diante da persistente negativa à titulação das terras, aliada ao agravamento da violência praticada pela polícia e por jagunços a serviço de fazendeiros e grileiros contra os posseiros, as Associações e Ligas de Ribeirão do Tenente, Centenário, Guaraci, Água da Pelotas, Cabeceira do Centenário, Água Tupi e Ribeirão do Capim organizaram, em 1946, uma manifestação que reuniu aproximadamente 1.500 pessoas no patrimônio de Guaraci. Durante o ato dos posseiros, a estrada que ligava Presidente Prudente a Londrina foi bloqueada. Segundo relato do posseiro Hilário Gonçalves Pinha, o bloqueio teve duração de quatro dias e só foi encerrado após a intervenção do prefeito de Jaguapitã e de um representante do Departamento de Terras e Colonização, que asseguraram que as terras ocupadas pelos posseiros seriam regularizadas (Priori, 2000).

²⁰⁵ Entre a queda do interventor Manoel Ribas e a posse de Moysés Lupion, houve um hiato de um ano e quatro meses marcado por intensa instabilidade política no governo do Paraná, período em que quatro interventores se sucederam no cargo.

As promessas não foram cumpridas, mas este movimento deu visibilidade a resistência posseira e contribuiu para a unidade a luta dos posseiros de toda região de Porecatu. Sensibilizou a população urbana e os comerciantes para a aflição que passava os posseiros. Em depoimento, o posseiro Hilário Gonçalves Pinha reflete:

(...) O comércio, é bom que se diga isso, olha que coisa interessante, os comerciantes da região apoiavam os posseiros porque eles sabiam que se entrassem o grande fazendeiro eles estavam “fritos”. E ficando a pequena propriedade eles iam ter movimento no mercado. Tínhamos o apoio, olha eu me lembro muito bem, aparecia sacos de arroz, de feijão, óleo, sal, açúcar, café à vontade, pra manter o pessoal ali na cidade. Então essa foi a grande concentração. Mas, em vez dessa promessa de resolverem o problema da legalização da terra. O que eles fizeram. Começaram atacar por região. Atacavam aqui, ali, queimavam uma casa. Mas aí com jagunços. Aí nós vimos. Aqui só tem uma solução: organizar a resistência (depoimento de Hilário à Priori em 1999, disponível em Priori 2000, p. 187).

Essa solidariedade seguiu todo o movimento²⁰⁶. Não obstante, a violência intensificou-se após a posse de Moysés Lupion. Em janeiro de 1947, por solicitação de Antônio Ângelo, suposto proprietário da fazenda Palmeira, e com a participação do então delegado de Porecatu, major Euzébio de Carvalho, foi perpetrada a invasão da posse de Francisco Lourenço Figueiredo, popularmente conhecido como “Quiabo”. O posseiro foi detido e conduzido a um curral na fazenda, onde permaneceu submetido a torturas durante todo o dia, com o intuito de compelir sua desistência da posse. Dois dias subsequentes, o major, acompanhado pelos jagunços identificados como Mineiro e Celestino, promoveu nova incursão em Porecatu. Nesse episódio, outros quatro posseiros foram vitimados: João, Mário e Arlindo Billar, residentes da área correspondente à fazenda Tabapuã, de propriedade de Ricardo Lunardelli, e Lázaro Bueno de Camargo (Lazão), cuja posse se localizava na fazenda Centenário, pertencente a Neccar Accorsi. Os posseiros foram espancados, detidos e encaminhados à cadeia de Porecatu, onde foram submetidos a ameaças de morte caso não assinassem “acordos” para deixar de suas posses (Priori, 2000; Forigo, 2017).

Ainda em janeiro de 1947, os episódios de tortura com o objetivo de forçar posseiros a assinarem acordos favoráveis a grileiros continuaram a ocorrer. Foi registrada a prisão arbitrária e a tortura de José Billar, que, sob coação, assinou um acordo em que receberia 28 mil cruzeiros como compensação pelas benfeitorias realizadas na área que ocupava, além do direito à colheita daquele ano. No mesmo dia da ocorrência, membros da família Billar, armados com carabinas,

²⁰⁶ Na época do combate da mata, mutirões eram realizados nas posses para conseguir manter as plantações. Alimentos eram doados pela população urbana de Porecatu e Londrina aos combatentes da mata, a comida era preparada pelas companheiras.

impediram a entrada de um grupo de homens enviados por Ricardo Lunardelli na área ocupada pela família (Priori, 2000).

Ações como sabotagens econômica, execuções sumárias, incineração das posses e cultivos, abate de animais de criação, tentativa de estupro transformaram-se em práticas recorrente dos jagunços e grileiros contra os posseiros no território²⁰⁷. Em 28 de agosto de 1947, ocorreu o primeiro confronto sangrento entre os posseiros e os grileiros/fazendeiros que marcaria a região: doze homens armados, sob o comando de Antônio Barboza, invadiram uma área de posse no município de Guaraci com a intenção de expulsar os posseiros. Os posseiros reagiram e o confronto resultou na morte de quatro pessoas (Priori, 2000).

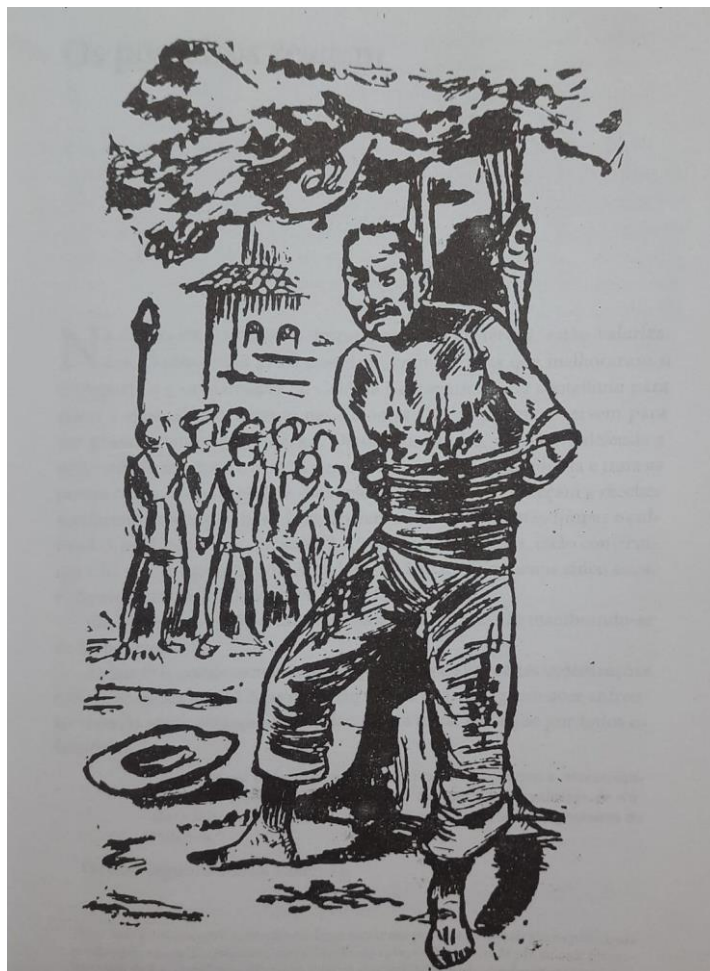
Não muito tempo depois dessa contenda direta, o jagunço Celestino fuzilou uma das lideranças posseiras, Francisco Bernardo. Priori (2000) explicita que “Bernardão”, como era conhecido, viajou para o Rio de Janeiro e Curitiba²⁰⁸ para tentar resolver o conflito por terras, mas, ao retornar, foi torturado e preso, inclusive tendo suas pernas quebradas. Ao transferirem a liderança para a Comarca de Jaguapitã, foi fuzilado nas proximidades de Centenário do Sul. Diante da revolta posseira com o assassinato e a tortura de Francisco Bernardo, as autoridades alegaram que Bernardão tentara fugir – versão desmentida pelas evidências. Além das pernas quebradas, Manoel Jacinto, em seu depoimento anos mais tarde, afirmou que o líder posseiro Bernardão fora castrado. O clima hostil se agravou, e os posseiros começaram a armar emboscadas e executar escaramuças (Oikawa, 2011, p. 80).

A repercussão dos casos chega a São Paulo onde a Comissão Piratininga de Auxílio aos Presos Políticos passa uma lista para arrecadar ajuda e suprimentos para a família de Francisco Bernardo e para os posseiros que estavam sendo perseguidos. O impresso ilustrou Francisco Bernardo sendo torturado:

²⁰⁷ Sobre essas ações perpetradas geralmente a mando dos fazendeiros por jagunços, em depoimento o posseiro Hilário Gonçalves Pinha concedido a Ângelo Priori em 7 de outubro de 1999: “Aí eles passaram a fazer banditismo. Botar fogo, matar criação, encher o caminhão de porcos, de novilho, de galinhas, de peru. Já era banditismo, era sacanagem. Isso, mesmo nas pessoas mais simples, sem nada na cabeça, criava uma revolta, pois o posseiro levou a vida inteira para montar aquela propriedade e quando via estava tudo destruído. Além de algum jagunço que abusaram ... abusaram do ponto de vista sexual.” (Priori, 2000, p. 183)

²⁰⁸ Oikawa (2011), de outro modo, fala que Francisco Bernardo vinha da região de Regente Feijó-SP e não afirma que o autor do fuzilamento foi o jagunço Celestino.

Figura 7. Impresso que ilustrava a “Lista de Contribuição às famílias camponesas assassinadas de Porecatu”



Fonte: Oikawa, 2011, p. 81

O cotidiano da região se tornava insustentável. Em face deste cenário crítico, Ângelo Gajardoni — farmacêutico e membro do Comitê do PC em Jaguapitã²⁰⁹ — entrou em contato com os camaradas de Londrina no início de 1948 e acompanhou o vereador comunista Manoel Jacinto Correia²¹⁰ (PTB) até a localidade para avaliar de perto os conflitos. O militante e vereador constatou o cenário de guerra que se encontrava Porecatu: Paióis de arroz incendiados, ranchos destruídos, famílias despejadas, muitos vivendo com a ajuda de vizinhos. Manoel Jacinto tentou apelar para as autoridades, fez uma visita ao juiz de Porecatu, Carlos Bezerra Valente, entretanto percebeu que o juiz atuava em favor dos grileiros, sendo um, inclusive. Ao

²⁰⁹ Inclusive, prestava socorro aos posseiros.

²¹⁰ Os registros históricos apresentam divergências quanto à grafia do sobrenome de Manoel Jacinto, oscilando entre as formas "Correia" e "Correa". Na pasta sistematizada com sua ficha e registros junto à polícia, consta a grafia "Correia" (Pasta nº 2684 – Manoel Jacinto Correia – DOPS, Secretaria de Estado da Segurança Pública – PR). Sua filha, Elza Correia, deputada estadual no Paraná (2002–2006) e vereadora em Londrina (2012–2016) pelo PMDB, também utiliza essa forma. Diante disso, opta-se pela grafia “Manoel Jacinto Correia” ao longo deste trabalho.

retornar a Londrina, Manoel Jacinto escreveu o artigo “Juiz Grileiro” e denunciou a situação de abandono dos posseiros, que lutam contra latifundiários, grileiros, jagunços sanguinários, a polícia e o juiz da Comarca (Priori, 2000; Oikawa, 2011; Oliveira, 2020).

Manoel Jacinto começou a preparar um relatório sobre a situação dos posseiros de Porecatu para enviar ao Comitê Estadual do Partido, em Curitiba e para o Comitê de Londrina para que o PCB se engajasse na luta. Enquanto isso, Miguel Gajardoni realizava conversas informais com os posseiros para discutir sobre os litígios. Ainda, sem uma determinação direta do Partido, a família Gajardoni decidiu vender a farmácia e adquirir 10 alqueires de mata virgem às margens do Ribeirão Tenente para atuar diretamente junto aos posseiros (Priori, 2000; Oikawa, 2011).

Os posseiros passaram a estreitar seus vínculos. Arildo Gajardoni e Hilário Gonçalves Pinha, ambos com cerca de 20 anos à época, organizavam atividades como partidas de futebol, pescarias, encontros e jogos de truco, as quais, além de fortalecerem os laços comunitários dos posseiros, os mobilizavam para compor a luta. “O trabalho de conscientização corria junto-terra para quem trabalha nela, resistência contra a expulsão, união para acumular forças” (via Oikawa, 2011, p. 102). Em contrapartida, aumentava a exasperação dos posseiros: na esteira da violência dos jagunços e da polícia, concomitante à omissão do Estado em fornecer os títulos, a sobreposição de documentos de propriedade se intensificava ainda mais com as doações de terras aos compadres de Lupion, fazendeiros que continuavam chegando à região.

Na época da cassação dos mandatos dos parlamentares pecebistas, cerca de 40 posseiros se reuniram. Em depoimento, Hilário Gonçalves Pinha diz sobre a reunião e as decisões que a seguiram:

(...) quando caçaram os deputados nós fizemos uma reunião. A reunião tinha uns 40, 50 posseiros. Esse pessoal deve ser bom. Caçaram esses caras porque eles queriam reforma agrária. Aí meu pai, com mais dois, tiraram uma comissão de três e foram para São Paulo e para o Rio de Janeiro. Naquele tempo o presidente era o Dutra. Isso foi em fim de 47 ou começo de 48. Então essa comissão foi a São Paulo, na casa de um tio, irmão do meu pai. Não era militante, mas era um cara ligado ao Partido e disse: “vocês procurem o deputado Pedro Pomar”. “Procurem o Pedro Pomar, porque é o único que não foi cassado [eleito pelo Partido de Adhemar de Barros - PSP]. Não caçaram ele, mas ele era comunista e da direção do Partido. Então embarcaram para o Rio e encontraram o deputado. E através do Pedro Pomar marcaram uma audiência com o Presidente da República e aí ele disse que ia resolver o problema, mandaram para o Paraná. Mas era tempo perdido! Depois dessa época nós já tínhamos ligação com o PCB. Mas foi depois dessa época que nós formamos a organização do Partido naquela região e aí nós ligamos com Jaguapitã que já tinha uma militância naquela região. (...) (Priori, 2000, p. 189).

Pedro Pomar levou Hilário Gonçalves Padilha²¹¹, José Billar e Herculano Alves de Barros ao encontro do advogado Rocha Faria, que, na ocasião, redigiu um memorial assinado pelos três posseiros como Comissão enviada ao Rio pelos Posseantes. Em um segundo encontro com os posseiros, marcou-se uma audiência, ocasião em que os membros da Comissão foram recebidos pelo deputado federal e secretário-geral da Câmara dos Deputados. Ainda, Rocha Faria recomendou que os posseiros da Comissão entregassem o memorial ao Ministério da Agricultura e redigiu uma carta ao advogado e ex-deputado estadual pelo PCB, José Rodrigues Vieira Netto, residente em Curitiba, relatando a situação. Herculano voltou para Porecatu, enquanto Hilário Padilha e José Billar encontraram José Rodrigues Vieira Netto em Curitiba (Oikawa, 2011).

Embora o objetivo de resolver a questão propriamente não tenha sido alcançado, o encontro com Pedro Pomar e José Rodrigues Vieira Netto contribuiu para a aproximação dos posseiros com o Partido Comunista. Integrantes do comitê de Londrina, entre eles Manoel Jacinto, o advogado Flávio Ribeiro e o médico Newton Câmara, passaram a fornecer suprimentos aos posseiros, como roupas, medicamentos e recursos financeiros. Além disso, o comitê estadual do partido, sediado em Curitiba, enviou emissários a Porecatu. Estes foram hospedados na casa do posseiro Hilário Gonçalves Padilha, situada na Fazenda Umuarama, que foi responsável por mobilizar os demais posseiros para se reunir com os emissários, mais tarde conhecidos como os “homens do Partidão”²¹².

Estes emissários do PCB retornaram todos os finais de semana de novembro de 1948 a janeiro de 1949. Sobre estes encontros e a decisão pela luta armada, pouco se tem registros. Do que se sabe,

a linha programática do Partido não influenciou na decisão de se recorrer às armas para lutar contra os latifundiários e jagunços - os camponeses já haviam decididos por isso antes da chegada do Partido - embora a presença e a infraestrutura desse partido tenha sido fundamental para a sustentação do movimento, o que independia da linha política adotada (Priori, 2000, p. 162).

Estabeleceu-se que os posseiros que já compunham a Associação deveriam tentar recrutar mais famílias. Ampliaram-se os espaços de lazer e de luta, onde passou a circular o estatuto para a formação de Ligas Camponesas, com o objetivo de incorporar as Associações

²¹¹ Hilário Gonçalves Padilha era o pai de Hilário Gonçalves Pinha.

²¹² Não há registros dos nomes dos militantes que foram deslocados. Priori (2000) avalia que é provável que tenha sido João Saldanha – que na época morava no Paraná, Joaquim Mochel e Maria Olímpia Carneiro Mochel, depois vereadora pelo PCB em Curitiba. Ainda, no período que se seguiu, Da Silva (2000) relata que João Saldanha que foi intermediador da situação porecatuense e o Comitê Central do Partido.

existentes e que mais posseiros aderissem. Os objetivos da Liga disposta na circular do estatuto, eram, em síntese: 1. Educação: criação de escolas rurais, bibliotecas circulantes com livros técnicos e a promoção de festas populares para manter viva as tradições; 2. Luta pela obtenção de créditos bancários; 3. Descontos em consultas médicas e medicamentos para trabalhadores rurais e suas famílias; 4. Salários dignos para os trabalhadores rurais nas atividades sazonais, como colheita de café e derrubada de matas; 5. Conseguir estradas (Priori, 2000; Oikawa, 2011).

A gente tinha argumentos. O argumento central era dizer que nós só podíamos vencer o capital, os grandes fazendeiros, os grileiros, porque eles compravam as autoridades, comprava tudo, só tinha uma maneira, era unido. Trabalhar unidos. Não tinha outra. Os pobres não tinha outra solução (Depoimento do posseiro Hilário Gonçalves Pinha a Angelo Priori; Priori, 2000, p. 193)

Paralelamente, o comitê de Londrina avoluma ações de solidariedade para levantar suprimentos aos combatentes e diligencia armas já que a polícia havia invadido os ranchos dos posseiros e apreendido suas espingardas²¹³. Iniciou-se a preparação para início da guerrilha com o deslocamento de José Ortiz, militante do PC e com experiência em táticas militares. Foi realizado um levantamento topográfico da área para identificar qual ponto servirá de base tática central (Quartel-General, siglas QG) e simultaneamente se iniciou o treinamento físico dos combatentes. Os posseiros da frente armada se dividem em três grupos: (1) Grupo liderado por Arildo Gajardoni; (2) Grupo liderado por Hilário Gonçalves Pinha e (3) Grupo liderado por André Rojo. Cada grupo ocupa acampamentos localizados na mata que abrangem as áreas de Porecatu, Centenário do Sul e Jaguapitã. Alguns posseiros tinham experiência no exército, o que se aliou a rígida disciplina do PCB que orientou as ações que se seguiram (Oikawa, 2011).

Antes de avançar nas ações, é preciso pontuar que a resistência havia sido organizada em duas frentes: a armada e a de apoio. A primeira era composta por um grupo reduzido de pessoas organizadas sob uma hierarquia militar; a segunda, de apoio, consistia em algumas centenas de camponeses que viviam nas posses e nas fazendas, além de moradores das cidades vizinhas, que desempenhavam ações pela via “legal”²¹⁴, assim como promoviam ações solidariedade e formação política (Priori, 2000).

Como registra o jornalista Marcelo Oikawa (2011), nos primeiros meses de treinamento, os posseiros não realizavam ataques; apenas defendiam as posses ameaçadas. Um dos primeiros confrontos ocorreu na posse de Lazão, que havia sido tomada por jagunços. Os posseiros se

²¹³ Inclusive, em depoimento, Manoel Jacinto afirma que os posseiros deixaram de comer carne de caça a que estavam habituados porque suas espingardas haviam sido apreendidas (Oikawa, 2011).

²¹⁴ Marcelo Oikawa (2011) expõe que ainda em 1949 cerca de 30 posseiros registraram uma queixa o contra o Delegado de Terras do Norte do Paraná, Manoel Alves do Amaral.

organizaram e conseguiram expulsá-los. A partir desse episódio, foi montado um esquema de vigilância nas estradas, com o objetivo de antecipar a movimentação da polícia e dos jagunços. Iniciaram-se também ações de paralisação do trabalho nas fazendas, com a intenção de impedir o plantio e a colheita nas propriedades em disputa. Com mais confiança, os posseiros passaram a controlar a estrada conhecida como Paralelo 38, onde ergueram barreiras com troncos de árvores, impedindo o tráfego de veículos.

Essa força organizada dos guerrilheiros que se constituía influenciou os trabalhadores assalariados de sete fazendas da região – Santa Lina, Santa Maria, Santa Terezinha, Flama, Quem Sabe, Palmeira e Centenário – a decidirem deflagrar uma greve em busca de melhores salários (Priori, 2000).

Da outra parte, Moysés Lupion adotou uma estratégia de negociação seletiva com os líderes rebeldes, enviando à região o Inspetor de Terras Odílon Borges de Carvalho. Este oferecia compensações financeiras insignificantes pelas terras ocupadas, acompanhadas da promessa de reassentamento em áreas devolutas. Entre os posseiros, Herculano Alves de Barros foi um dos combatentes que aceitou o acordo (Oikawa, 2011; Priori, 2000).

O delegado de Porecatu, João André Dias Paredes, enviou uma carta ao chefe de Polícia do Paraná, na qual anunciava uma suposta movimentação comunista entre os lavradores. O documento foi então encaminhado à delegacia regional de Londrina. Apenas sete meses depois, agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) se deslocaram ao norte do Paraná, onde realizaram atividades de investigação e vigilância. A recomendação dos agentes do DOPS foi o envio de tropas a Porecatu. O pedido foi atendido com o deslocamento de uma tropa composta por 100 jovens soldados recém-formados na Companhia Escola de Curitiba, com destino a Jaguapitã (Oikawa, 2011). A primeira inspeção já sinalizou a tática meticulosa dos posseiros:

Na ordem do dia do Capitão Walter Kost [comandante policial da ação] está escrito: recolher faca, canivete, revólver, espingarda de caça, tudo que sirva como arma. A primeira amostra do que os espera acontece já na primeira patrulha com 12 soldados. Viajando de pé, nas corrocérias dos caminhões, armados, mas indefesos, são surpreendidos por um ataque de metralhadoras [...]

Com o uso de dinamite, que tira o caminhão da estrada e o tomba, o pânico se alastra (Oikawa, 2011, p. 123)

Não há registros de como finalizou essa operação. Apesar disso, o ano de 1950 é marcado por uma acentuação do conflito. A atuação mais firme do PCB com Manifesto de Agosto e uma ofensiva da atuação da polícia marca este ano.

A atuação dos posseiros intensificou-se após a divulgação do Manifesto de Agosto pelo PCB. Os posseiros passaram a realizar uma série de incursões nas fazendas griladas, empregando duas táticas principais: A primeira consistia em aguardar o anoitecer para efetuar disparos contra baldes, janelas e paredes, com o intuito de intimidar os ocupantes e, assim, pressionar os trabalhadores contratados pelos fazendeiros a interromper suas atividades. A segunda envolvia uma ofensiva mais direta, visando paralisar as operações nas propriedades ocupadas, seja pela dissuasão dos empregados, seja pelo confronto aberto (Oikawa, 2011).

Em outubro de 1950, o juiz Carlos Bezerra Valente, atendendo a uma solicitação do grileiro Jerônimo Inácio da Costa, determinou a apreensão das terras ocupadas pelo posseiro José Billar. Para cumprir a ordem judicial, um oficial de justiça, acompanhado por soldados, dirigiu-se à posse localizada na Fazenda Tabapuã. Ao chegarem ao local, um grupo de posseiros combatentes cercaram o veículo e os expulsaram, de modo que não cumpriram a ordem judicial. Diante da resistência, o juiz ordenou que cumprissem a ordem e, na madrugada seguinte, enviou uma tropa fortemente armada, liderada por três jagunços – Luiz Menezes, João Faustino e Antônio Abílio da Silva –, com o objetivo de retomar tanto a posse de Billar quanto a dos irmãos Quiabo (Francisco e Cristóvão Lourenço Figueiredo). Ao amanhecer, os policiais e jagunços avançaram sobre a propriedade dos irmãos Quiabo, que estavam trabalhando com seus filhos. Ocorreu um confronto e em meio a troca de tiros, dois jagunços foram atingidos. Em represália, os agentes invadiram a casa dos irmãos. Houve uma troca de tiros da posse dos irmãos e o comando policial seguiu para a posse de José Billar. No trajeto, interceptaram o posseiro José Ribeiro, conhecido como "Zé Sem Medo", que foi coagido a acompanhá-los sob ameaça de execução. O avanço da tropa, contudo, foi dificultado pelo bloqueio dos troncos das estradas que levavam à posse de Billar. Ainda no percurso, houve novo embate armado, momento em que Zé Sem Medo saltou do caminhão policial e desapareceu²¹⁵. Como resultado do conflito ocorrido em 10 de outubro, registrou-se a morte de quatro posseiros, quatro soldados feridos e a deserção de aproximadamente vinte militares (Da Silva, 2006; Oikawa, 2011).

Ainda no mês de outubro, os posseiros organizaram uma emboscada contra o jagunço Celestino, figura conhecida pela violência empregada aos camponeses da região, acusado de executar os posseiros Francisco Bernardo e Salvador Ambrósio, além de casos de estupro e despejos forçados. A decisão não foi tomada pelo Partido e sim pelos posseiros. A morte de Celestino foi celebrada pela população camponesa, que vivia sob constante intimidação dos

²¹⁵ Este desaparecimento seguiu até 16 fevereiro de 1951, quando Zé Sem Medo reaparece no Rio de Janeiro com um abaixo-assinado dos posseiros ao presidente Dutra (Oikawa, 2011).

jagunços. Relatos da época destacam que o episódio foi inclusive ovacionado, saindo da imprensa do PCB “A justiça camponesa fazia sentir o peso de sua mão sumária e implacavelmente” no jornal *Voz Operária* (Priori, 2000).

No final de 1950, Celso Cabral de Melo, militante do Partido Comunista, recebeu da Direção Nacional, por intermédio de Apolônio de Carvalho, a incumbência de avaliar a situação dos posseiros e os conflitos fundiários no norte do Paraná. Ao chegar à região, elaborou um minucioso relatório que abrangia a composição dos grupos armados, a disposição dos posseiros, o arsenal disponível (armamentos e munições), bem como as perspectivas do movimento. Posteriormente, retornou ao Rio de Janeiro, onde apresentou o documento ao Comitê Central e recebeu a tarefa de voltar ao conflito de Porecatu para assumir a liderança política e logística da resistência, assim o Comitê Central do PCB começou a interferir mais na Revolta e enviou mais militantes à área (Priori, 2000).

Mudanças táticas seguiram a liderança de Celso Cabral de Melo, codinome “Capitão Carlos”²¹⁶, como o deslocamento entre os pontos da mata, recebimento de mais armamento e a mobilidade entre os combatentes. As famílias dos posseiros perseguidos também foram retiradas da área e se dirigiram para a casa de parentes e amigos em outras regiões. A imprensa nacional começou a dar mais notoriedade à Revolta de Porecatu (Priori, 2000; Felismino, 1985).

Para além das mudanças na estratégia militar, as condutas do Capitão Carlos suscitavam reservas tanto entre os militantes do PCB em Londrina quanto entre os combatentes. Em depoimento dado em 1985, Manoel Jacinto avalia:

a vinda de Celso Cabral de Mello obedecia à praxe do partido – o Comitê Estadual organizava a luta, mas o comandante político era enviado pelo comitê Central, no Rio, “eles achavam que nós, crioulos da região, os pernas de pau, não éramos capazes de nada, por isto mandaram aquele sujeito, que era o “tal”, completamente ignorante no trato com os camponeses e aqui fez a sua lei, indispondo-se, inclusive, contra nós que tínhamos outras intenções na luta (Felismino, 1985)

Ainda, Manoel Jacinto apontou que antes da presença do Capitão Carlos, as plantações dos posseiros eram cuidadas por mutirões organizados que respaldavam esquemas de segurança para não haver interferência dos jagunços e dos soldados no capinar, plantar e colher dos camponeses. Com a presença do quadro do CC, as plantações ficaram à mercê de pragas (Felismino, 1985)

²¹⁶ Angelo Priori (2000, p. 196-199) em sua tese traz informações relevantes sobre essa figura histórica, que se mostrou bastante contraditória no decorrer da Revolta.

Com o tempo que os posseiros ficavam de espreita na mata, também aparecia desavenças. Como trouxe Angelo Piori (2000, p. 201) “Hilário Gonçalves Pinha, em seu depoimento, fala diversas vezes desses “pequenos atritos” e que segundo ele, eram todos resolvidos à maneira que iam surgindo, “com muita conversa”. Em uma dessas divergências entre os posseiros, André Rojo (o líder do terceiro grupo) decidiu romper com a estratégia de resistência armada.

Em março de 1951, o governador formou uma Comissão Especial para negociar com os posseiros. Contudo, a Comissão era composta por fazendeiros e grileiros da região, enquanto o representante dos posseiros era Herculano Alves de Barros, um posseiro que havia renegado o movimento. Nas reuniões que se seguiram, a Comissão tentou estabelecer um valor para as indenizações aos posseiros e oferecer um documento que concedesse preferência na aquisição de terras devolutas em outras regiões do Paraná. Diante disso, o PCB recomendou que os posseiros não negociassem. Distribuiu um abaixo-assinado dirigido ao governador Bento Munhoz da Rocha, condicionando a aceitação da proposta ao atendimento de sete reivindicações: 1º a entrega imediata da posse e dos títulos aos primitivos ocupantes, bem como a distribuição gratuita de terras griladas ou devolutas aos camponeses sem terra; 2º indenização justa aos posseiros pelos prejuízos causados pela polícia e pelos jagunços; 3º anulação de processos ou de qualquer forma de perseguição contra os posseiros; 4º remoção da polícia e prisão dos jagunços que atuavam na área em litígio; 5º punição dos assassinos e de seus mandantes, entre eles os senhores Lupion e Lunardelli; 6º eleição de uma comissão de posseiros para a nova divisão do território; e 7º o direito de organizar livremente Ligas, Associações e Uniões com o objetivo de defender seus direitos (Oikawa, 2011). Em abril, este abaixo assinado é estendido com 12 pontos e distribuído em forma de volante:

Figura 8. Volante de denúncia a Comissão Especial, assinado pelo posseiro Itagiba - Hilário Padilha Pinha

**AOS POSSEANTES,
COLONOS E PEÕES DE
Porecatú, Jaguapitã e
Arapongas!**

COMPANHEIROS!

Ha seis meses que lutamos de armas na mão em defesa dos nossos direitos. A nossa luta, que está sendo apoiada por todos os camponeses e que está custando o sacrifício de vidas e o sangue dos nossos heróicos companheiros, obrigou o governo de Getúlio de Vargas a baixar um decreto reconhecendo que as terras pertencem aos posseantes.

No entretanto, o governo nomeou uma comissão de fazendeiros gretiros e integralistas com a intenção evidente de nos tapar, pois a sua situação tem sido no sentido de nos tirar das posses, isto é, anulando assim, o seu proprio decreto.

Mas não é só. O governo procura implantar a desunão em nosso meio prometendo pagar as posses, isto é, procura comprar alguns elementos para que eles atraíam o nosso movimento e a todos os camponeses. Depois de consumada a traição, o governo expulsará pela violência a todos os posseantes, não pagará nenhuma indenização e meterá na prisão todos aqueles que, como nós, lutamos pelo direito da posse, pela liberdade, pela distribuição das terras aos camponeses, por melhores contratos e melhores salarios e em defesa das nossas familias e por mais um pedaço de pão para os nossos filhos.

Por isso, companheiros, não devemos vender e nem sair das nossas posses e nem fazer nenhum acordo individual. Devemos organizar uma liga camponesa ou uma comissão de Reivindicação em cada agua ou fazenda e através das comissões de reivindicações e das ligas camponesas exigir do governo e dos fazendeiros o cumprimento dos nossos direitos e reivindicações, os quais, entre outros que não enumeramos, estão dentro do nosso programa e que são os seguintes:

- 1.º) Entrega imediata das posses aos seus primitivos ocupantes e entrega também imediata dos titulos. Distribuição gratuita das terras griladas — as chamadas fazendas — e das terras devolutas, aos camponeses pobres;
- 2.º) Indenização pelo justo valor aos posseantes, de todos os prejuizos causados pela policia e pelos jagunços a mando dos fazendeiros e do governo;
- 3.º) Anulação de qualquer processo ou perseguição contra os posseantes e trabalhadores que defendem de todas as maneiras as suas posses, os seus direitos, suas familias e suas vidas;
- 4.º) Remoção da policia e prisão dos jagunços dos municípios de Porecatú, Jaguapitã e Arapongas;
- 5.º) Punição dos assassinos e dos mandantes dos massacres dos posseantes, entre os quais, os snrs Lupion e Luardelli;
- 6.º) Eleição de uma comissão de posseantes para a nova divisão de terras;
- 7.º) Reconhecimento do direito dos trabalhadores do campo se organizarem em ligas, associações, uniões ou qualquer tipo de organização com o objetivo de defenderem os seus direitos e reivindicações;
- 8.º) Cr\$3.000,00 pelo trato de 1.000 pés de café, com direito a planta, Cr\$40,00 por sacco de 110 litros de café colhido, direito de vender os seus produtos a quem quizer e de ter pasto para os seus animais;
- 9.º) Pagamento em dinheiro todas as quinzenas;
- 10.º) Cr\$50,00, livres, por dia de 8 horas de trabalho para os volantes e colonos;
- 11.º) Pagamento das ferias, inclusive as atrasadas de acordo com os artigos 129 da Consolidação das leis do trabalho;
- 12.º) Cr\$2.000,00 para formação de 1.000 pés de café com direito de colheita até o 5.º ano, com direito de plantar, abolição das multas em geral.

Se o governo e os fazendeiros não cumprirem esses 12 pontos não cessaremos a luta armada, e os colonos e volantes devem paralisar o trabalho.

Posseantes, Colonos e Volantes!

Recupemos as nossas Posses!
Ocupemos as terras do Estado e das fazendas que são terras griladas!
Exijamos melhores contratos, melhores salarios e pagamento das ferias atuais e das atrasadas!
Organizemos em todas as aguas, fazendas e patrimônios, ligas camponesas e comissões de reivindicações!
Abaixo aos fazendeiros gretiros, jagunços e tridoreal

Viva a União dos Posseantes, Colonos e Volantes!

Porecatú, 23 de abril de 1951

Pelos Posseantes Resistentes do Porecatú
Itagiba

Fonte: Oikawa, 2011, p. 189

Em maio de 1951, a Comissão Especial do governo paranaense suspendeu suas atividades sob o argumento da impossibilidade de realizar vistorias nas propriedades e negociações com os posseiros. Para retomar os trabalhos, a Comissão estabeleceu condições como o reforço policial, nomeação de um delegado especial para "manter a ordem e reprimir as ações subversivas comunistas", a formação de uma comissão paralela composta por mateiros que conheceriam os "costumes e hábitos dos sertanejos", rapidez no loteamento de terras em outras regiões para remoção dos posseiros e a disponibilização de transporte para esse deslocamento (Oikawa, 2011, p. 204).

Neste mês também são executadas ações armadas de maior envergadura. No dia 23, como registra Priori (2000), a partir da reconstituição do episódio com base nos arquivos do DOPS e da Folha de Londrina, os combatentes ocuparam a fazenda Palmeira e levaram para o

interior da floresta o empreiteiro e outros 18 trabalhadores, com os quais permaneceram até o anoitecer. Durante a custódia, Arildo Gajardoni e Hilário Gonçalves Pinha tentaram “conscientizar” os trabalhadores sobre a luta. No dia 26, o grupo armado de posseiros dirigiu-se à fazenda Centenário e impediu 30 trabalhadores de continuar a derrubada da mata. As notícias nomeiam o conflito de “Coreinha brasileira”.

Nos meses seguintes, iniciou-se o período da colheita, o que gerou uma discordância interna entre os combatentes. Os membros do PCB defendiam a permanência na mata, enquanto os posseiros resistentes argumentavam que precisavam retomar o trabalho no roçado e realizar a colheita para quitar as dívidas com os comerciantes locais. Esse impasse levou ao enfraquecimento da disciplina e ao surgimento de deserções entre os resistentes. Alguns desistentes acabaram fornecendo informações à polícia sobre a localização do grupo. Paralelamente, o comandante Carlos tentou convencer os posseiros a assaltar um banco para arrecadar fundos, proposta rejeitada pelo comitê de Londrina. A ação não foi realizada, mas, a partir desse episódio, os posseiros começam a desconfiar de Celso Cabral (Oikawa, 2011).

Nesse contexto de enfraquecimento do movimento, ocorreu o que viria a ser a ofensiva final das forças repressivas. Na madrugada de 17 de julho de 1951, um contingente da Polícia Militar e agentes do DOPS cercou a região de Porecatu e invadiu as casas dos dirigentes do PC em Londrina. A operação resultou na captura de Celso Cabral de Melo que delatou a estrutura organizacional, a localização de armamentos e das bases e a quantidade de combatentes. Com as informações trazidas pelo informante, no dia 21 junho de 1951 ocorreu a derrocada final da Guerrilha de Porecatu com a operação disposta em doze viaturas e aproximadamente cem soldados na Vila Progresso, em Porecatu, onde efetuaram a prisão em massa dos posseiros remanescentes (Oliveira, 2020).

3.2 Relação dos posseiros e o Partido Comunista Brasileiro

Entre a inspiração dos partidos comunistas chinês e vietnamita, que promoviam uma revolução de base camponesa em seus respectivos países, havia, no cenário nacional, um crescente desencantamento com a política institucional por parte dos militantes comunistas brasileiros. Essa descrença ganhou força com a subserviência do governo Dutra à ofensiva imperialista estadunidense, que ganhava ímpeto no pós-guerra, e, no plano estadual, com o governo Lupion, no Paraná, que frustrou as promessas eleitorais de resolução dos conflitos fundiários de Porecatu e, de forma galopante, se aproximava da oligarquia latifundiária paranaense.

O revolucionário chinês Mao Zedong (1893- 1976) projetou em seu país o conceito de guerra de movimento em 1929, cinco anos depois o Exército Vermelho da China lança a Longa Marcha. Vitoriosa, em 1949 Mao Zedong chegou ao poder erigido em uma base camponesa. A experiência revolucionária chinesa exerceu profunda influência sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, entre 1945 e 1947, viveu um breve período de legalidade. Esse interregno coincidiu com a libertação de importantes dirigentes, como Luís Carlos Prestes e o capitão Agliberto Vieira de Azevedo, detidos após o levante de 1935, conhecido pela narrativa burguesa como a "Intentona Comunista" (Codato; Kieller, 2008).

No Paraná, durante este breve período de legalidade do PCB, diversos candidatos a deputados federais e estaduais concorreram, mas nenhum se elegeu²¹⁷. Entretanto, algumas proeminentes figuras conseguiram se eleger nas eleições municipais em 1947²¹⁸, sob outras em Londrina Manuel Jacinto Corrêa e Newton Leopoldo Câmara, ambos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Convém sublinhar que se tratava de dois expressivos quadros militantes, mais tarde envolvidos na formação do foco guerrilheiro de Porecatu (Codato; Kieller, 2008).

Neste período de 1945 a 1947 o Partido Comunista Brasileira começa a se aproximar mais com o campo²¹⁹. Essa nova linha política bastante relacionada com o fracasso das frentes populares de massa²²⁰, também conhecida como tática da União Nacional, proposta pelo VII Congresso da Internacional Comunista (*Komitern*), que significou uma aliança com setores da burguesia nacional e fora endossada na Conferência da Mantiquera pelo PCB em 1943. Tratava-se da atuação em prol de uma democracia nacional-burguesa, baseada em um “enunciado democrático sem adjetivações”, uma atuação ordeira norteada por um desenvolvimento pacífico, voltado para alianças, uma massificação. Este período contribuiu em certa medida

²¹⁷ Em 1945, os candidatos podiam concorrer a diferentes cargos em diversos estados, mas, se eleitos em mais de um, eram obrigados a optar por apenas um. No Paraná, nenhum filiado ao PCB foi eleito, e os resultados da votação foram os seguintes: José Rodrigues Vieira Netto obteve 1.469 votos; Newton Leopoldo Câmara, 1.173; Otávio da Silveira, 964; Luís Carlos Prestes, 658; Francisco Osvaldo Castelutti, 587; José Bezerra de Vasconcelos, 443; Claudemiro Batista, 344; Flávio Ribeiro, 333; e Walfrido Soares de Oliveira, 114 votos. Além disso, o partido recebeu 6.570 votos de legenda. Já nas eleições de janeiro de 1947, o advogado José Rodrigues Vieira Netto foi eleito deputado estadual (Resultados Eleitorais – Paraná – 1945/1982. Curitiba: Ipardes Fundação Edson Vieira via Codato; Kieller, 2008, p. 44).

²¹⁸ Sonia Adum analisa que há um certo lapso temporal entre os rumos do Comitê Central e sua agremiação em Londrina no período de 1945 a 1947. "Se, nacionalmente, na conjuntura deste apoio local, a facção comunista já se havia distanciado do movimento em torno da União Democrática Nacional, em Londrina, foi na proximidade desta sigla que os comunistas inicialmente se abrigaram" (Adum, 2002, p. 149).

²¹⁹ Em 1927 o PCB tinha tentando reproduzir a “aliança operário-camponesa” por meio do Bloco Operário Camponês (BOC), mas posteriormente fora criticado pela Internacional Comunista pela desconexão com as massas camponesas e o proletariado agrícola (Da Silva, 2006)

²²⁰ Como destaca Sena Júnior (2022), essa estratégia resultou em uma composição de governos de “União nacional” em alguns países europeus, enquanto no Brasil a interpretação pecebista era de luta pela efetivação da revolução democrático-burguesa.

para a difusão do Partido em áreas mais distantes de grandes centros históricos, como foi o caso de Londrina (Codato; Kieller, 2008; Da Silva, 2006).

Esse período da frente ampla que intercedeu pela formação do PC em Londrina pode ser observado no Manifesto do Povo do Norte do Paraná, lançado na cidade de Londrina em 24 de março de 1945 e que fora publicado com destaque nas páginas do jornal local *Paraná-Norte*. Formado e assinado por diversos profissionais liberais que integravam uma “Frente Única das Oposições”, o documento anunciava o interesse da região em participar ativamente da vida administrativa do Estado e manifestava oposição à candidatura de Getúlio Vargas e de seu interventor no Paraná, Manoel Ribas, como analisa Sonia Adum (2002). A autora ainda destaca que havia um forte sentimento de tomada de um protagonismo político por parte dos cidadãos da emergente cidade de Londrina, que até então se vinham acampados pela representação da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Todavia, no cenário internacional já sinalizava as intensas modificações decorrentes da nova onda, o capitalismo tardio. No ano seguinte ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1946, o discurso de Winston Churchill em Fulton, intitulado "A Cortina de Ferro", simbolizou o início da Guerra Fria. Essa transformação do cenário internacional acentuou o clima de hostilidade contra os comunistas no Brasil, o que resultou na cassação do registro do Partido Comunista pelo Tribunal Superior Eleitoral em maio de 1947 e a perda dos mandatos parlamentares em janeiro de 1948. Por outro lado, aumentavam as pressões por uma atuação mais direta dos próprios pecebistas, em razão das necessidades identificadas pelos trabalhadores no curso das greves históricas realizadas nesse período, somadas à latência das questões agrárias no Brasil²²¹, diante do descontentamento com o fato de que o governo nacional-desenvolvimentista de Vargas havia abandonado os trabalhadores do campo e o atual governo Dutra tinha um alinhamento automático aos interesses norte-americanos (Sena Junior, 2022; Da Silva, 2006).

No plano dos partidos comunistas, internacionalmente se debatia a questão camponesa atribuindo-lhe a centralidade para a revolução dos países “semicoloniais”. Ho Chi Minh (no Vietnã a partir de 1945) e Mao Zedong (que já despontava na China desde a década passada) são alguns dos notórios exemplos que estimularam a atuação que se seguiu do PCB. Em vista

²²¹ O cerco de 1946 que deu grande visibilidade a questão posseira de Porecatu, instigou Carlos Marighela que era deputado federal à época a denunciar as violências contra os posseiros e cobrar a instalação de uma CPI. Meses depois, uma série de três artigos foram publicados no jornal local de Londrina *Paraná-Norte* sobre o litígio de terras de Porecatu. O periódico, como apresenta Marcelo Oikawa (2011, p. 70) comentava três matérias publicadas anteriormente “A tragédia do camponês paranaense” no *Jornal Correio da Manhã* de difusão nacional, e outras duas que foram veiculadas nos jornais curitibanos *Imprensa Popular* e *Diário da Tarde* sobre a exploração camponesa em Jaguapitã, Porecatu e Sertanópolis, que tinham o propósito de “advertir os incautos” sobre a riqueza da região e evitar “cair na estupidez comunista”.

disso, ocorreu o redimensionamento político do Partidão, uma guinada à esquerda como apregoa Osvaldo Heller da Silva (2006). Em janeiro de 1948 é escrito e publicado o texto *Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista* de Luiz Carlos Prestes. O Manifesto de Janeiro, como ficou conhecido, criticava a posição anterior do Partido, ao passo que evidenciava os anseios e posições desta nova posição do PCB que embasa o início de seus contatos com Porecatu:

Essa tendência direitista se caracteriza ainda pela sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a «burguesia-progressista», assim como pela pouca atenção dada às lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio, o que significa a subestimação na prática da massa camponesa como principal aliado do proletariado (Prestes, 1948, p. 21)

Anti-imperialismo estadunidense e denúncia à condição semifeudal e semicolonial brasileira são a essência que balizam essa reconfiguração política do PCB. Do Manifesto de Janeiro, somado à cassação dos mandatos dos parlamentares pecebistas, decorreu um processo de distanciamento dos governos – federal e estaduais – denunciando sua relação com o imperialismo e com a elite latifundista, bem como a imprensa como suporte destes; ao passo que começaram a se aproximar e se envolver nas lutas concretas, como em greves²²² e na formação de comitês nas regionais rurais onde havia conflito por terra:

(...) todas as formas de lutas de massas são boas, justas e necessárias. Em vez de telegramas, abaixo-assinados e memoriais, precisamos apelar para formas de luta mais altas, para as ações e demonstrações de massas, para as greves de protesto, etc., afim de atingir nossos objetivos e, em vez de ilusões no parlamentarismo burguês, nossa tática comunista de ação de massas, de lutas das massas trabalhadoras por suas reivindicações e em defesa das liberdades democráticas, contra a agressão do imperialismo yanque e a traição de seus agentes brasileiro (Prestes, 1948, p. 33)

Maurício Grabois (1912-1973) é o militante destacado para conduzir as principais diretrizes do Partido para o campo neste período. A orientação que se elaborou era que o Partido concentrasse o trabalho nas zonas rurais em regiões de grandes massas camponesas como o Estado de São Paulo, o Triângulo Mineiro e o Norte do Paraná. Diante disso, sob o princípio do centralismo democrático, as diretivas começaram a ser internalizadas no interior do comitê de Londrina. Imprimiram uma proposta do Estatuto das Ligas Camponesas que circulou por

²²² Foi um período pulsante de greves em várias regiões do Brasil, das quais podemos citar a greve dos trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce nos Estados do Espírito Santos e em Minas Gerais e a greve dos trabalhadores da fábrica de tecidos São Braz na Bahia. Além da cassação do registro do PCB, o governo Dutra interferiu em sindicatos e fechou a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), anulou o direito de greve e perseguia grevistas.

toda região norte paranaense em que o PC orienta sua política, em que se destaca: lutar pela educação e cultura, criação de escolas primárias; criação de uma biblioteca circulante, contendo livros sobre agricultura e organização política; organização dos moradores da zona rural e dos demais trabalhadores; promoção de festas populares; conseguir salários compensadores para trabalhadores rurais na derrubada e apanha do café; construção de estradas (Oikawa, 2011).

A aproximação inicial do comitê com os posseiros de Porecatu ocorreu em dois momentos: primeiro, através do Comitê Municipal de Jaguapitã, dirigido pela família Gajardoni — composta pelos militantes comunistas Arildo²²³, Ângelo, Miguel e Mercedes — e, posteriormente, com o estabelecimento da guerrilha, estendida ao Comitê de Solidariedade de Londrina. O estabelecimento desse vínculo inicial mobilizou de militantes londrinenses, como Manoel Jacinto Correia, o advogado Flávio Ribeiro e o médico Newton Câmara, que passaram a visitar a região para conhecer as condições dos posseiros e a dinâmica do conflito. No final de 1948, com a consolidação da posição política favorável à resistência armada, momento em que o comitê de Londrina assumiu um papel central na organização do apoio logístico — incluindo o fornecimento de suprimentos — e na disputa pelo discurso público, buscando trazer a narrativa da luta dos posseiros na cobertura jornalística sobre o movimento. Como se registra na agenda do militante Flávio Ribeiro, depois achada pela polícia:

Fundamental viragem. Novos métodos de luta. Penetração profunda nas massas. O que e como faremos? (...) Levamos muito tempo para desmascarar Lupion (...) O papel da imprensa no desmascaramento dos politicoides. Análise aprofundada? A técnica de adivinhação. A política de organização. Queda de votação de eleição para eleição. Todo P pede crescimento. Trabalho. Interpretamos como voto qualitativo. As palavras de ordem postas mecanicamente. O golpismo udenista. As alianças eleitorais (Oikawa, 2011, p. 240-241)

O Comitê de Londrina até agosto de 1950 liderou as ações junto aos posseiros. Sua principal tática era sensibilizar os posseiros e trabalhadores rurais da região para a luta política por meio do Partido. Neste período, procurava identificar e reivindicar as demandas imediatas da população do campo da região. Entre essas reivindicações destacavam-se: a melhoria das condições de trabalho e de vida; a ampliação e flexibilização dos prazos nos contratos de arrendamento; a eliminação do sistema de vales praticado nos barracões e armazéns; a liberdade de comercialização da produção agrícola; o acesso ao crédito rural com taxas de juros compatíveis com a realidade do campo; a implementação de uma política de preços mínimos

²²³ Arildo, inclusive, posteriormente lutou na resistência da República Camponesa de Trombas e Formoso/GO na segunda metade da década de 1950.

garantidos para os produtos agrícolas; a melhoria das condições habitacionais; e o pagamento do salário mínimo aos trabalhadores assalariados do meio rural. A forma de organização da comunidade rural também era uma discussão em voga, preocupavam em organizar “entidades camponesas” ainda que fossem posseiros, sitiantes, colonos, caboclos, meeiros para congregar os camponeses em uma entidade unificada (Priori, 2000).

A publicação do *Manifesto de Agosto de 1950*, redigido por Luiz Carlos Prestes em nome do Comitê Nacional do Partido Comunista Brasileiro (PCB), representou um marco na reorientação política do partido ao diagnosticar a existência de uma situação revolucionária que exigia uma solução revolucionária, base da *aliança operário-camponesa* que se seguiu. Diferentemente do manifesto de janeiro de 1948, que apresentava uma tendência à luta associativa no campo, este amplia as formas de organização, incluindo a luta armada como uma possibilidade real de transformação rumo à libertação nacional. Propunha-se a criação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, fundamentada em um programa de nove pontos. Para a questão agrária, defendia-se uma reforma efetiva e radical, com a “entrega da terra a quem nela trabalha”²²⁴.

A guinada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à esquerda estimulou, em Londrina, um movimento veemente em prol da paz. Essa conjuntura possibilitou que os militantes do partido, contornando a ilegalidade, ampliassem sua atuação e consolidassem uma rede urbana de apoio aos posseiros de Porecatu. No ano seguinte, os militantes londrinenses buscaram representação institucional por meio das eleições e passaram a se envolver de forma mais direcionada em atividades voltadas ao meio rural na região sob a presença de militantes enviados pelo comitê central (Adum, 2002).

Em Porecatu, os desdobramentos deste Manifesto fizeram-se sentir nos meses seguintes, quando emissários do Comitê Central foram enviados à região com o objetivo de avaliar a situação dos posseiros. Entre os militantes destacados estavam Irineu Luís de Moraes e outro identificado apenas como “Machado”. No final do ano, Celso Cabral de Melo, conhecido como “Capitão Carlos”, também foi à região e elaborou um relatório para o Comitê Central. No entanto, somente em fevereiro de 1951 ele retornou com a missão de dirigir diretamente as ações dos posseiros, assumindo o comando do chamado Quartel-General da resistência. Após

²²⁴ Ponto 4º - Pela Entrega da Terra a Quem a Trabalha: “— Confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização, e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos, etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semifeudais de exploração da terra, abolição da «meia», da «terça», etc., abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, bancos, fazendeiros, comerciantes e usurários.” (Prestes, 1950)

ser capturado pelas forças repressoras, Capitão Carlos revelou os nomes dos combatentes envolvidos, bem como o esquema operacional e militar da organização (Priori, 2000).

A última manifestação de apoio aos posseiros organizada pelo Comitê de Londrina ocorreu em 14 de junho de 1951, durante o período da campanha eleitoral municipal. Nessa ocasião, foi programado o primeiro comício da campanha na Praça Rocha Pombo, em Londrina, com o objetivo de anunciar o apoio ao candidato à prefeitura Milton Ribeiro de Menezes (UDN/PRP)²²⁵, que concorria contra Aquiles Pimpão, representante do grupo político de Moysés Lupion. No comício, os militantes Flávio Ribeiro e Helena Pereira da Silva direcionaram seus discursos, desde os primeiros momentos, à defesa da reforma agrária, ao fim do latifúndio, à solidariedade aos camponeses da região de Porecatu, bem como à promoção da luta armada como instrumento para a revolução e transformação social do Brasil. Em seguida, trataram da campanha pela paz em oposição à guerra na Coreia e denunciaram a carestia que afetava a população. Durante os discursos, foram distribuídos o boletim do Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional. A manifestação foi considerada um sucesso do ponto de vista dos pecebistas, o que levou à organização de um novo comício em alguns dias, desta vez no bairro operário Vila Casone. Contudo, esse segundo evento foi impedido de ocorrer devido à intervenção do delegado especial Licínio Barbosa e de agentes do DOPS, que recorreram ao uso de armas de fogo e ficharam os comunistas (Oikawa, 2011; Da Silva, 2006; Priori, 2000).

A operação policial estendeu-se pelos dias subsequentes, culminando na prisão de militantes e na condução de buscas domiciliares nas residências dos dirigentes, onde foram apreendidos aproximadamente 800 quilos de material classificado pelas autoridades como propaganda comunista e conteúdo subversivo. Para reforçar o aparato repressivo, dois batalhões da Força Policial do Estado foram mobilizados por via aérea, ao passo que a Força Aérea Brasileira (FAB) destacou uma esquadrilha de aviões de combate em apoio às operações. Paralelamente, tropas do Estado de São Paulo foram deslocadas para as regiões fronteiriças com a finalidade de coibir qualquer tentativa de fuga por parte dos insurgentes (Adum, 2002). O jornal *Hoje*, de São Paulo, denunciou:

Sequestrados como reféns pela polícia Getúlio-Garcez-Munhoz. Residências invadidas de madrugada. Presos seus moradores. Implantado o terror em Londrina. Concentração de tiras, soldados e jagunços para atacar e expulsar os posseiros das terras que desbravaram e cultivaram com seu sangue. Urge

²²⁵ Embora fosse do Partido do governador Bento Munhoz da Rocha, diferentemente da seara estatal, na municipal o candidato tinha ligações com o PTN (Partido Trabalhista Nacional) que havia sido fundado em Londrina por comunistas desde a proscrição do PCB em 1947 (Oikawa, 2011).

os protestos e a solidariedade do povo paulistas aos residentes de Porecatu (Via Oikawa, 2011, p. 241).

Com as prisões dos militantes que apareceram inicialmente como “desaparecimentos”, pois não havia mandado judicial, os comunistas de Londrina²²⁶ permaneceram 15 dias sem saberem seu paradeiro - “vivendo como porcos”. O desaparecimento dos líderes contribuiu para o isolamento dos posseiros, que ficaram sem acesso a suprimentos e apoio. Esse enfraquecimento das ligações da resistência impulsionou as ações de repressão contra os posseiros em Porecatu, tornando-se ainda mais letal a operação militar realizada na Vila Progresso – que havia se tornado uma espécie de “república livre dos rebeldes” (Da Silva, 2006, p. 94; Adum, 2002).

A partir desta ofensiva, as forças da ordem passaram a controlar a situação, dirigindo-se rumo à Vila Progresso. Muitos combatentes fugiram para a mata, enquanto os homens idosos tiveram que ser arrastados e carregados nas costas – o que ocasionou que as armas fossem deixadas para trás. Alguns autores, como Felismino (1985), relatam que havia um plano militar de retirada preestabelecido, razão pela qual não se configurou um campo de batalha. Dentre todos os rebeldes, apenas dois – Alcides Ferreira da Silva e Mário Verone – se entregaram à delegacia de polícia e, sem que se saiba ao certo como, tornaram-se “informantes”. Ao todo, foram instaurados dezesseis inquéritos policiais em Porecatu e nove em Londrina. Na noite de 24 de agosto de 1951, em circunstâncias obscuras, o “Capitão Carlos” escapou da prisão de Porecatu, mesmo sob forte vigilância. As delações realizadas pelo chamado “homem do CC” provocaram grande indignação entre os militantes. Tomado pela ira, Manoel Jacinto tentou localizá-lo nas matas, mas o delator já havia fugido para o Rio de Janeiro, onde desapareceu e não mais foi reencontrado (Da Silva, 2006; Adum, 2002).

Muito se diverge sobre o “resultado” da luta armada. Para Angela Ferreira (1984, p. 74), com o fim da guerrilha, a Comissão continuou seu trabalho e reassentou a maior parte dos posseiros para os “Sertões de Paranaíba e Umuarama”. Para Priori (2000) depois dessa operação de “limpeza”, o governo acionou novamente a Comissão de Terras e distribuiu lotes para parte dos posseiros entre 5 e 15 alqueires na colônia de Centenário e 15 e 50 alqueires, nas regiões de Campo Mourão e Paranaíba (terras de menor qualidade), enquanto as de primeira qualidade da região porecatuense ficaram com os fazendeiros do café. O posseiro Hilário Gonçalves Pinha avaliou o movimento como parcialmente vitorioso por dois motivos: em primeiro lugar, o PCB

²²⁶ Newton Câmara, Flávio Ribeiro, Melcíades Pereira da Silva, Almo Saturnino, Gerson Monteiro de Lima, Bento Paiva, Manoel Jacinto Correia, Helena Pereira da Silva, Lazara Araujo Paiva e o Capitão “Carlos” que “por acaso” estava na casa de Newton Câmara (Da Silva, 2006).

consolidou sua expansão no norte do Paraná, passando a estabelecer e exercer influência sobre os sindicatos regionais; em segundo lugar, uma parcela significativa dos participantes do conflito obteve a titulação de terras - mesmo que em outras localidades do estado (Oikawa, 2011).

1.3.4 3.2.1 Porecatu e o PCB: memória e interpretações

A representação do conflito permaneceu marginalizada nos registros históricos até 1980. Começou a ser historicizada quando as novas instituições estatais de ensino superior do Paraná – especificamente a Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Estadual de Londrina – alçaram certa autonomia, juntamente com a imprensa, no contexto de abertura política do fim da Ditadura empresarial-militar. Esses movimentos possibilitaram a emergência das pesquisas sobre as dimensões imanentes do conflito, anteriormente relegadas. No período precedente, a compreensão dos eventos limitava-se aos relatos orais da população local que vivenciou diretamente os acontecimentos e as narrativas jornalísticas produzidas pelos correspondentes Rubem Braga e Arnaldo Pedroso d'Horta que tiveram grande difusão no Paraná. As impressões que os jornalistas²²⁷ endossaram por meio de uma série de crônicas publicadas no periódico Paraná-Norte em 1953 são decorrentes de sua participação na comitiva governamental chefiada por Bento Munhoz da Rocha Neto durante visita à região norte do estado:

(...) espírito fortemente materialista de uma zona pioneira, habitada principalmente por forasteiros que aqui vieram para fazer dinheiro. Qualquer preocupação estranha a isso - política, religião, filosofia, arte - só pode ser provisória ou superficial em uma sociedade móvel e imediatista que, (...), 'tomou a terra de assalto' (Braga, 1953, p.10, *apud* Adum, 2002, p. 91).

Se, desse lado, os posseiros foram retratados como "bárbaros", outros órgãos da imprensa nacional – numa tentativa de não subestimar a violência dos jagunços e o poder dos latifundiários que alimentaram o conflito – propagaram uma análise reducionista do movimento, limitando-o a uma equação simplista de "camponeses de boa-fé iludidos por aproveitadores comunistas". Os periódicos paranaenses, por sua vez, buscaram, no desfecho do conflito, instrumentalizar os acontecimentos no contexto da política estadual vigente, inserindo-os nas disputas entre Moysés Lupion (ex-governador e principal liderança do PSD no estado) e seu adversário político, Bento Munhoz da Rocha Neto, então governador eleito pelo Partido

²²⁷ Como coloca Da Silva (2006) a imprensa, bastante vinculada às elites rurais, contribuiu para a construção social da imagem da Guerrilha de Porecatu. O sensacionalismo promovido por esses agentes midiáticos tinha apelo comercial e gerava vendas nacionalmente. Como registra o autor, a revista nacional O Cruzeiro de difusão nacional vendia semanalmente cerca de 300.000 exemplares.

Republicano, "diluindo sua real dimensão no jogo das querelas políticas locais" (Adum, 2002, p. 31).

De outra parte, quanto à composição da Guerrilha de Porecatu na história do Partido Comunista Brasileiro (PCB)²²⁸, alguns autores argumentam que há um esquecimento intencionado por parte do PCB em reconhecer Porecatu como primeiro levante armado de camponeses no Brasil. Em 1960, o PCB realizou o V Congresso; na ocasião, condenou-se o Manifesto de Agosto por seu "esquerdismo sectário". Nas cadernetas de Prestes achadas pelos militares após o golpe de 1964 há uma anotação sobre a luta armada na América Latina: "Quando falamos em luta armada, falamos de luta de grandes massas e não de ações sectárias de alguns comunistas (...)". Em 1985, à Folha de Londrina, Prestes endossou essa análise "Porecatu foi um dos grandes erros do Partido, ainda não suficientemente avaliado e discutido" (Oikawa, 2011, p. 308-309).

Forigo (2017) observa que parte considerável desse esquecimento histórico deriva da conturbada atuação de Celso Cabral de Melo, conhecido como "Capitão Carlos". Este militar, originalmente um quadro de confiança e próximo de Luiz Carlos Prestes e integrante do núcleo dirigente do partido, transformou-se em elemento decisivo para o fracasso do movimento ao delatar toda a estrutura guerrilheira às autoridades.

Diógenes Arruda de Câmara e Manoel Jacinto, militantes do PC, também fizeram suas avaliações. Diógenes ao se pronunciar 28 anos depois, avalia sobre o Manifesto de 1950 e suas consequências:

(...) Esse Manifesto, na essência, já indica uma posição revolucionária. No entanto, cometemos aí um erro sério de esquerda que foi subordinar demasiadamente a tática do Partido à estratégia. Tática e estratégia ficaram fundidas. (...) Levava a subestimação dos conhecimentos táticos, de nos aproximarmos mais e mais das massas. Em fevereiro de 1951, seis meses depois, chegamos à conclusão de que havíamos, ao sair de uma posição reformista de direita, caído numa posição esquerdista (Oikawa, 2011, p. 309).

Manoel Jacinto Correia, por sua vez, sustentou que a estratégia era tomada de poder pela guerra popular, mas a tática alvitrava uma negociação com o Estado do Paraná, o que conduzia há uma contradição evidente. No fim de sua vida, o militante paranaense levou Porecatu como aprendizado e nos idos 1980 pronunciou:

Não tenho mágoas e também não sou um arrependido. Sou humano, com todos os altos e baixos. Sofri discriminações, críticas justas e injustas, mas eu também aprendi. Eu entrei porque quis e a bem da verdade essas coisas

²²⁸ Para uma avaliação da autocrítica do PCB sobre o levante de Porecatu, ver Priori (2000) p. 146 a 167; Oikawa (2011) capítulo "O som do silêncio" p. 303 a 315.

precisam ser ditas não tanto por mim que já estou no apagar das luzes, mas por muitas pessoas que tem a tarefa muito grande de lutar por uma ordem social mais justa neste país. **Tanto isso é verdade que a luta dos posseiros continua no Araguaia, no Brasil inteiro. Os latifúndios são os mesmos, mas com outros objetivos, como produzir lavoura para a exportação (...)** O Newton e eu tínhamos experiência e fé de que as coisas podiam ser resolvidas. Tantas pessoas que morreram lutando por esses objetivos e não é hoje que se vai abdicar, não é? Vamos lutar por isso; quem sabe outro dia dá certo? (Oikawa, 2011, p. 313, grifo nosso)²²⁹

O relevante depoimento de Manoel Jacinto Correia, pedreiro e militante, permite corroborar a tese central deste estudo, na medida em que a análise do movimento de Porecatu demonstra a impossibilidade de compreender sua práxis insurgente dissociada dos determinantes estruturais da questão agrária brasileira. Consolidada pela dependência que inscreveu ao Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, só se faz possível analisá-la em contexto com outros movimentos sociais populares no campo que constituem o passado-presente da história capitalista brasileira. Como evidencia do caso do Levante de Porecatu, a práxis dos posseiros emerge, em sua essência, em uma resposta dialética à expansão do capital dependente no interior do país, constituindo-se como resistência aos processos de expropriação fundiária e como expressão concreta da contradição do capital dependente em sua fase de interiorização. Deste modo, o movimento revela-se enquanto fenômeno histórico singular que se perfaz na historicidade de outros movimentos populares no campo, que, para além das dimensões contestatórias imediatas, explicitam as contradições estruturais do desenvolvimento capitalista periférico brasileiro que tem no campo, no latifúndio, uma das manifestações da dependência.

3.3 Legado de Porecatu e práxis nas relações internacionais: Porecatu e o sistema-mundo

Na dialética da dependência forjada ao longo destes séculos de espoliação o espaço rural influi e é influído pelos ditames produtivos da mercadoria. A despeito das críticas contidas em análises reducionistas dos conflitos que configuram a ocupação espacial rural e produtiva da América Latina e Caribe no século XX como meramente uma forma que nos conduziu aos problemas agrários que somos confrontados na atualidade²³⁰, negligenciando a práxis humana

²²⁹ Em 1983, Mané, como era conhecido, no crepúsculo de sua vida registrou um extenso depoimento onde reconstituiu sua trajetória como militante (Felismino, 1985).

²³⁰ Não menos responsáveis pelos problemas fundiários que nos deparamos hoje, entretanto se faz impossível compreender em sua totalidade estes conflitos atuais sem uma análise das práxis históricas que insurgiram à revelia da consolidação da forma-propriedade que nos deparamos hoje.

total²³¹ das ações com as particularidades históricas e do movimento da totalidade que as constituiu.

O encontro entre o passado-presente da questão agrária então se faz necessário para avançarmos em um futuro onde tais impasses sejam superados por um devir ontocriativo que se realiza também nos estudos rigorosos das práxis insurgentes dos desterrados esquecidos da história. Tentou-se nesta pesquisa, sedimentar o entendimento que não existe uma questão agrária que seja apartada das questões sociais do capitalismo e do movimento do capital-internacional. Trata-se de *questões*²³² como fome, insegurança alimentar, crises climáticas/ecologia, meio-ambiente, latifúndio improdutivo, concentração de terras, guerrilhas insurgentes, organização política, disputas por posse e propriedade da terra, expansão da agropecuária sobre territórios indígenas, entre inúmeras outras aflições que o campo carrega na sociedade capitalista dependente e que atravessam e são atravessadas pela configuração da terra e do trabalho na dinâmica da produção social da mercadoria.

A cada etapa de desenvolvimento do capitalismo foram necessárias transformações para adaptação da acumulação, podendo ser organizadas em periodizações. Essas periodizações, abordadas no capítulo 1 e denominadas ondas longas do capital por Mandel (1985), descrevem o movimento ondulatório de ascensão e declínio do capital global que se apresenta com diferentes mediações em cada território. Nos países dependentes, a fase de declínio de uma onda longa abre uma possibilidade – ainda que limitada – de industrialização e de maior acumulação em nível nacional. Como reflexo interno nesses países, observa-se a expansão dos mercados domésticos e a generalização das relações capitalistas de produção que, ambos, requerem para a realização a compra da força de trabalho mediante o pagamento de salário (trabalho abstrato). Neste processo, segundo enfatiza Bambirra (2019, p. 68) decorre uma restrição das áreas de subsistência, pois elas significam um “aprisionamento da mão de obra, através da vinculação dos produtores à terra”.

No âmbito doméstico do estado-nação esse processo de integração ao mercado internacional levou a necessidade de produção de mais riqueza, isto é, extração de mais matérias-primas por meio da mão-de-obra agora livre seja por relações de colonato, assalariamento ou de posse com o posseamento e da campenização com a família camponesa

²³¹ “Referimo-nos, portanto, à atividade prática social, transformadora, que responde a necessidades práticas e implica em certo grau de conhecimento da realidade que transforma e da necessidade que satisfaz (...). Como Marx observa em sua tese (VIII) sobre Feuerbach, existe a prática e a compreensão dessa prática. Sem a sua compreensão, a prática tem sua racionalidade, mas esta permanece oculta” (Vázquez, 2007, p. 257-258)

²³² Referência à fala de Roberta Traspadini na banca de defesa de Tatiane Basconi em 2024. Refere-se ao debate da “questão social no capitalismo” bastante presente nos debates e pesquisas do campo do Serviço Social do campo marxista, embora não restrita a este campo específico.

que ocorreu paralelamente a expansão espacial dessas populações ao longo do território. Esse movimento não foi linear, tratou-se de um percurso histórico de descontinuação simultânea da interiorização dos mecanismos de reprodução capitalista de capital de relações não capitalistas de produção²³³ como definiu Martins (2010) e Luxemburgo (2021 [1913]).

Do ponto de vista histórico, as populações que destoam da subsunção à lógica mercantil capitalista são progressivamente deslocadas para as fronteiras de expansão do sistema – quando estas ainda se apresentam – como é o caso dos povos agricultores de Porecatu. Essa dialética entre incorporação e exclusão se assenta na tese de José de Souza Martins (1990, p. 17) "Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é um desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação (...)" em que se movem em direção a fronteira aberta onde não se encontra ainda a plena incorporação do valor: não precisam trabalhar para outrem e/ou auferir a quantia monetária média²³⁴ para a compra da propriedade privada da terra.

Quando não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para “fora” da fronteira econômica, ou para “dentro” como assalariados sazonais. Se encontram terras livres mais adiante, continuam a tendência migratória, mesmo que para pontos mais distantes (Martins, 2012, p. 150)

Nesta estruturação do estado-nação brasileiro, o Paraná era um estado privilegiado para destinar o excedente populacional²³⁵ das regiões litorâneas e metropolitanas, assim como dispersar os trabalhadores rurais que reivindicavam terras nas regiões do interior ocupadas, evitando assim um enfretamento direto com a burguesia agrária estruturada nessas regiões desde o período escravocrata e era contrária a reforma agrária. Tratava-se de um Estado com uma área de 199.298,981km², com regiões pouco povoadas²³⁶, com poucas vias de acesso/transporte que interligavam essas regiões dentro do Estado, desmembrado da Província de São Paulo em 1853 e com fluxos migratórios bastante distintos.

²³³ Cabe a consideração de Gorender (2013) que embora bastante empregado nesta pesquisa tem discordâncias com esta acepção, para o autor o fazendeiro não era um capitalista, pois sua finalidade neste período não era o lucro e sim a renda.

²³⁴ Usa-se a média, pois, como no caso de **alguns** posseiros de Porecatu, ocorre a compra da terra, mas por um valor de troca inferior à média das terras, destoante da renda da terra, devido à ausência de estradas e de ligações com os circuitos mercantis da época.

²³⁵ Na literatura marxiana denominado Exército industrial de reserva, tratado de forma minuciosa por Marx na Seção VII, capítulo 23 "A lei geral de acumulação capitalista", item 3 "Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva" do Vol. 1 de O Capital: o processo de produção do capital: " (...) é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala de produção alcançada em outras esferas." (Marx, 2013, p. 463).

²³⁶ Conforme dispõe o CENSO realizado pela Direção Geral de Estatística em 1920 o Paraná contava com 685 mil e 711 habitantes, sendo que a população estava concentrada no Primeiro Planalto (também designado Planalto de Curitiba) e no litoral; já o CENSO de 1940, realizado pelo IBGE, o Paraná apresentava 1 milhão 236 mil e 276 habitantes, com destaque a Londrina, próxima à Porecatu, na região norte do Estado que agora aparecia como a terceira cidade mais povoada com uma população de 75 mil 296 pessoas. Não houve Censo demográfico na década de 1930 (dados via IPARDES, 2024).

A questão agrária tornou-se a expressão latente da ideia de conformação de Nação, Estado Nacional, geopolítica territorial de desenvolvimento dos países. Nasceram assim com força as identidades nacionais e junto com elas seus verdadeiros produtores pátrios: os donos de terras, os donos de comércios, os donos do Estado (Traspadini, 2018b, p. 1704)

De modo que, nesta fronteira ainda aberta, manifesta-se práxis produtivas destoantes da do capital, localizadas em uma temporalidade diversa. Como ocorreu com os posseiros de Porecatu, a ausência de titulação de terra – ou seja, economia diversa da economia cartorial do capital que juridicida a relação, os lotes pequenos em formato de ranchos, a subsistência e o colonato, a circulação de informações²³⁷, a relação entre vizinhos, a ajuda mútua, colocavam os posseiros na fronteira da plena inserção do valor de troca.

Essa possibilidade de (re)criação da pequena propriedade na fronteira econômica durante o período de descenso da onda do capital mundial e que de certa forma norteia essa ocupação de Porecatu no período do final dos anos 1930 a um pouco antes da metade da década de 1940, é consideravelmente modificada com o ascenso da quarta onda após a segunda guerra mundial. As promessas de titulação feitas pelo governo getulista e seu interventor no Paraná Manoel Ribas, não são cumpridas pelos governos que se seguiram. O presidente que se seguiu, Dutra, alinhado ao imperialismo norte americano que se agigantava agora como potência hegemônica capitalista e o governador Lupion como representante e encarnação do latifundiário grileiro.

(...) há razões econômicas que também são políticas. São projetos de classe de determinados setores do capital aqueles que se convertem em eixos de acumulação em cada caso, e são projetos de classe de outros setores do capital aqueles que ocupam lugares subordinados ou perdem (Osório, 2012, p. 50)

Se, no cenário nacional o período getulista orienta a acumulação brasileira à substituição das importações e a indústria, a partir de 1945 há uma reorganização do eixo de acumulação do capital brasileiro que se volta gradativamente ao latifúndio agroexportador.

Essa dinâmica cíclica de ascenso e descenso de cada onda, que modifica a manifestação da dependência origina padrões de reprodução: como certo ramo é privilegiado em relação a outros pelo Estado dependente, como recebe investimentos e incorpora determinada tecnologia, a produção de valor de uso e sua conversão em valor de troca e se seu destino ao mercado interno ou externo (Osório, 2012). Além da mudança de ondas que ocorre no caso aqui estudado

²³⁷ Os pequenos comerciantes de Porecatu eram responsáveis por difundir informações, como onde havia lotes disponíveis, como se dava a posse, além de indicar o posseiro que auxiliaria com informações sobre qual família ajudaria a construir o rancho. Eles também vendiam alimentos, cujo pagamento só ocorria quando o posseiro recebia sua remuneração (no caso dos colonos e meeiros) ou aqueles que vendiam o excedente do seu plantio (Oikawa, 2011).

(descenso da terceira onda e ascenso da quarta), também se muda os padrões de reprodução. De um período voltado à grande indústria e a produção de valor de uso para as necessidades do mercado interno, decorre o ascenso da quarta onda em que se volta à acumulação para a produção agroexportadora de produtos primários, valores de uso que se realizam externamente, como café, algodão e cacau.

O fundamental, no caso concreto de Porecatu, é que essa transição entre ondas longas e de padrão de reprodução implicou que a pequena propriedade/posse²³⁸ se expandisse na fase de descenso com um padrão de reprodução voltado ao mercado interno e à generalização da mão de obra assalariada, de forma que os povos agricultores que não fossem incorporados a economia de mercado se deslocavam para a fronteira aberta que se encontrava na região. Adiante, na fase de ascenso da quarta onda, após a Segunda Guerra Mundial, há uma reestruturação da dependência; esse novo cenário se efetivou com uma expansão do setor exportador e da especialização no Brasil, os quais demandaram um aumento da área produtiva²³⁹ que se realiza no latifúndio.

Essa reconfiguração da dependência, decorrente da quarta onda longa do capitalismo tardio, é marcada pela penetração do capital de forma mais massiva e profunda no interior dos territórios, o que amplia sua área de produção de valor, ou seja, a extração de mais-valia, e intensifica a integração da capacidade social do trabalho²⁴⁰. Como um todo articulado, essa interação metabólica atua no marco das leis do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista em geral e com sua posição dependente na Divisão Internacional do Trabalho, que se reproduz a cada ciclo²⁴¹

O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la

(...)

O simples fato da vinculação ao mercado mundial, e a conversão conseguinte da produção de valores de uso em produção de valores de troca que isso acarreta, tem como resultado imediato desatar um afã por lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente (Marini, 2022, p. 184;187)

²³⁸ Esta dinâmica cíclica da pequena propriedade/posse se expandir na fase de descenso econômica e se retrair na fase de ascensão com a expansão do latifúndio é tratada por Graziano da Silva (1981) e apresentada nesta pesquisa no capítulo 2.

²³⁹ “Tende a ser crescente porque o setor exportador se expande e se especializa, levando à absorção da mão de obra disponível e levando também ao aumento de sua área produtiva, o que termina por limitar, no interior da fazenda ou da zona de mineração, as áreas de economia de subsistência, restringindo as possibilidades de subsistência do trabalho artesanal no campo e da produção vinculada à economia de autoconsumo.” (Bambirra, 2013, p.71-72).

²⁴⁰ “(...) o capitalismo tardio, é justamente caracterizado, em termos gerais, por aquele processo de integração da capacidade social de trabalho (Mandel, p. 137)

²⁴¹ Tratamos do ciclo da economia dependente no capítulo 1, item 1.3.2 *Ondas longas e padrão de reprodução do capital* desta pesquisa, em que trabalhamos o movimento que o dinheiro assume a forma de mercadorias (circulação) e fase de valorização, criação de novo valor (fase de produção).

Atrasado, nestes termos, refere-se aos países subordinados na Divisão Internacional do Trabalho, que são desfavorecidos na troca desigual e ainda possuem territórios não incorporados à lógica mercantil. O problema a ser levantado é que esse afã por lucro da burguesia nacional dependente, atrelada ao Estado, busca não apenas intensificar seus lucros ou repor suas perdas de imediato, mas também expandir o domínio do valor de troca, processo que se intensifica no capitalismo tardio.

Decorre disso o aumento da procura por terras em Porecatu para exploração depois de 1945, seja pela via do grilo, a compra facilitada dos latifundiários, seja por antigos concessionários que sequer conheciam as terras, ocorre uma sobreposição de títulos cartoriais que excluía aqueles não subsumidos à renda da terra. A violência dos jagunços, da polícia e do cartório (que se negavam a registrar os títulos, eliminando o posseamento dentro da propriedade privada da legalidade burguesa), ao mesmo tempo que facilitava seu acesso por meio de *compras frias*²⁴², como no caso das áreas vendidas por D. Escolástica Melchert da Fonseca localizadas na Fazenda Floresta.

Dessa totalidade do capitalismo tardio e de sua investida na dependência – que amplifica o latifúndio como um dos vetores promotores da valorização do valor na economia brasileira dependente, cuja dinâmica se concentra na renda da terra e na superexploração – eis que terra e trabalho constituem suas fontes. Como condicionante, exige-se a interiorização das formas de dominação no campo. Pois bem, a nosso ver, a particularidade histórica da ofensiva latifundiária em Porecatu encerra em sua essência o germe da interiorização da dependência.

Também por isso, mas não só por isso, o movimento de Porecatu se constitui como uma práxis insurgente. As Batalhas camponesas de Porecatu se apresentam como revanche a essa interiorização do capitalismo dependente – práxis dominante do capital –, na qual sujeitos sociais se uniram para denunciar a violência privada dos jagunços, a mando dos grileiros, e a violência estatal, exercida pela polícia e pelo cartório que negavam seus títulos. Além disso, os posseiros possuíam uma práxis produtiva baseada no trabalho vivo e nas relações de companheirismo; ainda que não estivessem apartados em sua integralidade da economia de mercado, a mercadoria não se constituía como centro de suas vidas e relações. Mas é sobretudo quando essas duas determinações se encontram na luta social – atividade coletiva orientada para a superação do aprisionamento da terra, em um movimento subversivo que anuncia uma ordem outra para a terra – que se constitui a concretude de sua práxis insurgente.

²⁴² Expressão popular usada para descrever transações comerciais que possuem operações ilícitas e/ou fraudulentas.

Como práxis insurgente, a Guerrilha de Porecatu não está sozinha. A terra e o território no capitalismo, embora postos neste espaço contraditório da acumulação de capital, também são um lugar de disputa e de cotidianidade da vida. Há algo de comum para além da violência da inserção do valor de troca, da *lex mercatória*, nestes territórios com seus diferentes modos de vida. Constituem por um lado a resistência a este imperativo do valor de troca enquanto nas práxis insurgentes se forjam como sujeitos históricos protagonistas do devir emancipado. As práxis insurgentes dos desterrados, comprovam este enunciado: a guerrilha de Porecatu (BR), Aliança dos Povos da Floresta (BR), Confederação Camponesa do Peru (PE), Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC/ CO) Movimento indígena Mapuche (CL), as Ligas Camponesas (BR), o Katarismo (BO) e, mais recentemente, com o Movimento Sem Terra (BR) e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (MX) são alguns dos exemplos das organizações das populações ligadas ao modo de vida camponês e indígena (povos da floresta) que, em última instância, reivindicam o valor de uso sobre o valor de troca e que a estrutura comunitária organiza a vida social²⁴³.

O conhecimento científico se situa também neste lugar contraditório, além de dialógico-humanizante. Foi preciso, pois, historicizá-lo como consciência do mundo que nos circunda através da elaboração crítica e consciente, “dizendo seu mundo” (Freire, 2011). Mas também evidenciar uma tentativa de revanche histórica: a ação libertadora dos posseiros. Esses sujeitos concretos protagonizaram um processo de resistência que, em última instância, se opôs à consolidação da forma de propriedade dominante, sustentada pela práxis do capital, orquestrada pelos latifundiários e pelo Estado dependente. Para além do debate científico, superar a razão ornamental envolve a recuperação das histórias destruídas pelo memoricídio impetrado na América-Latina como estratégica de dominação e controle “(...) o futuro não se constrói a partir de um passado arbitrariamente fixado, mas do questionamento do passado” (Gomes, 1990, p. 105). Tentamos trazer a Guerrilha de Porecatu a partir deste redimensionamento.

A defesa intransigente da propriedade privada da terra, a necessidade precípua da compra e da venda como instrumento disciplinador do acesso à propriedade que acompanha toda a história a práxis de dominação agrária do Estado do Paraná, assim como o compasso entre as mudanças na divisão internacional do trabalho e a expansão da pequena propriedade dos povos agricultores no período de descenso da onda longa, na década de 1930 e início da década de 1940, seguido da ofensiva contra os posseiros após o fim da Segunda Guerra

²⁴³ No prólogo à obra de Bartra (2006), David Moreno Soto descreve os camponeses e, estende esta análise aos povos da floresta, em que “forma de reproducción arraigada en el valor de uso y la estructura comunitaria de la vida social” (p. 17).

Mundial, encarnam a interação do conflito de terras de Porecatu com a lei do valor em escala mundial. Colocam, também, a terra como elemento imprescindível que se estrutura a dependência:

(...) a terra não é uma mercadoria qualquer. Ela é a substância desde a qual o ser humano em sua relação com a natureza e os demais seres cria e recria vida, em movimento substantivo de reestruturação significativa de si mesmo. Portanto, acumular terra vai muito além da acumulação de capital. É acumular a substância viva de manutenção da existência social. A propriedade privada da terra, centrada na lógica de produção capitalista, encarna um questionamento à existência da humanidade, exigindo lutar para consolidar um projeto que supere a dinâmica bárbara do capitalismo. Nenhuma necessidade socialmente produzida parte de uma materialidade concreta fora da terra. Nesse sentido, há terra para além do capitalismo, mas não há capitalismo sem propriedade privada da terra (Traspadini, 2014, p. 34)

O estudo sobre Porecatu, inserido no marco da reprodução ampliada da dependência, das heranças da escravidão indígena e negra, da expansão do capital nacional e das transformações nos regimes de acumulação a cada nova onda de reprodução do capital internacional, não se limita a uma análise regional. Assim como José de Souza Martins (2010) tratou o colonato cafeeiro em São Paulo, destacando que “suas determinações singulares, no entanto, o tornam objeto privilegiado de conhecimento e a rica referência dessa contribuição a uma teoria das transformações sociais” (p. 10), assim se faz Porecatu. A experiência de Porecatu também se apresenta como um objeto denso de significantes, a práxis insurgente dos posseiros e posseiras contrários ao modo imperante do capital permite analisar não apenas a força aniquiladora do capital internacional e sua diferença a cada onda longa, mas também a tensão que significou a interiorização das formas de dependência a partir da luta de classes dos posseiros e das posseiras na práxis insurgente de luta pela terra de Porecatu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Glória à todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esquecemos jamais (...)
(João Bosco e Aldir Blanc – homenagem a João Cândido um dos líderes da
Revolta da Chibata)*

A interpretação da questão agrária de Porecatu (1940-1951) que sugerimos neste trabalho se baseou no fato de que o cerne deste espaço-tempo demonstra ser um lugar privilegiado para o estudo das condições que operam a chegada do capital dependente na agricultura brasileira. Pode-se evidenciar dois motivos: a expansão da fronteira agrícola que internalizou mecanismos de atuação do capital dependente internacionalmente e periférico nacionalmente no período e a distinção de uma práxis insurgente de combate a essas formas – dado o contexto em que se desenvolveram. Estes dois temas que possuem vários trabalhos de aprofundamento independentes, mas nenhum que articulava e conectava os dois movimentos entre si.

Para amarrar estes dois temas foi necessário decompor este desenlace conforme o método de Marx, do mais abstrato ao mais concreto. Tencionar a justaposição entre a organização política dos posseiros e o cenário internacional significou caminhar de início a partir do estatuto mínimo em que se assenta um movimento de revanche ao capital: a práxis insurgente, caracterizá-la assim permitiu ampliar o entendimento da atividade emancipadora que foi empreendida na região de Porecatu para além da disputa por uma titulação de terras. Em seguida foi necessário elevar o nível de abstração para trazer sentido a forma social e histórica que se manifesta o capitalismo dependente brasileiro e a centralidade ocupada pela questão agrária como determinação essencial que se assenta a terra nas diferentes ondas históricas que manifestam o conteúdo da dependência desde a independência formal do Estado brasileiro.

A forma em que conduzimos essa exposição, centrada na investigação do movimento de Porecatu como uma organização no campo contrária ao avanço do latifúndio decorrente da interiorização da dependência, que o capitalismo brasileiro rumou após a segunda guerra mundial forma o mote desta dissertação, mas é evidente que a prática dos posseiros não se reduz a uma mera reação. Ao abstrair a práxis insurgente como célula mínima da revanche posseira, conseguimos responder as questões que nortearam este trabalho: como se desenvolveu o processo de interiorização capitalista em sua forma dependente no campo brasileiro e o que representou o conflito por terras da Guerrilha de Porecatu (1940-1951)? O que Porecatu nos ensina sobre o violento processo de formação do Estado-nação? Dotar, assim, de elementos que

excedem a mera descrição do conflito em seu caráter reativo – que, por óbvio, compõe sua manifestação – mas anunciativo como prática coletiva prefigurada e orientada para modificar a imposição hegemônica do latifúndio. Ao tecermos este movimento, rompemos com a análise da aparência do conflito e avançamos nas determinantes da forma social e histórica da questão agrária brasileira²⁴⁴.

A atenção volta-se então as raízes que engendram a questão agrária como totalidade da particularidade do capitalismo dependente. Em que pese o predomínio dado neste trabalho as condições posteriores a independência formal, os fundamentos históricos da acumulação originária do escravismo colonial não se configuram como colaterais. A colonização e suas violências expropriatórias são a subordinação primal em que se assenta a acumulação dos países centrais e a *desacumulação* dos países dependentes. O modo de produção emergido da colonização brasileira, a plantagem colonial escravista, constitui nossa mediação com a totalidade histórica de desenvolvimento do capitalismo no geral e nossa posição dependente em particular.

No vai e vem entre a particularidade e da universalidade, ainda neste nível de abstração, trouxemos elementos que constituem mediações para a compreensão da centralidade da questão agrária para a conformação da dependência latino-americana como valor – predomínio do valor de troca, luta de classes, renda da terra, padrão de reprodução do capital, formação social brasileira, desenvolvimento desigual e combinado na lógica do Estado Nacional e na lógica internacional com a Divisão Internacional do Trabalho. Estas são algumas das múltiplas determinações para compreender a posição periférica como forma que se afigura a universalidade do capitalismo na particularidade dependente. Esse tratamento evidenciou que os mecanismos de subtração internacional do valor no passado e no presente passou pela imposição de formas que viabilizassem a circulação de mercadorias nos territórios, operação esta que se decorreu mediante expropriações as quais possui como fundamento-gênese a inserção do valor de troca e a propriedade privada da terra.

Nosso intuito como se sabe não é historicizar as categorias – ainda que seja um trabalho de extrema importância para compreendermos os significantes delas nos movimentos do capital em cada territorialidade – entende-las em sua dialética passado-presente. Como no caso da

²⁴⁴ “Em níveis de menor abstração, tais relações e processos vão se tornando mais complexos e passam a apresentar novas características históricas, porque sua essência se expressa sob novas e diversas formas e particularidades. O capital se apresenta como muitos capitais; o trabalho, como muitos trabalhadores; o valor se apresenta como preços; a mais-valia, como lucro. Quanto maior a concretude, mais variada se torna a realidade e, devido à fetichização dominante, com uma elevada capacidade de ocultar as relações sociais que a constituem” (Osório, 2012, p. 42)

renda da terra e do desenvolvimento desigual e combinado este estudo possui especial relevância para evitar idealismos que naturalizam categorias ou as encerram em um todo fechado e fetichizado, que não as consideram como formulações de um projeto que levam adiante a crítica do capitalismo. Transforma-as em coisas para si²⁴⁵ para apropriar como categoria possível para a via de acesso de compreensão da realidade a qual nos debruçamos.

Diante dessa tentativa de apropriação do conteúdo que constitui a essência da dependência, aproximamo-nos da concretude do objeto: o Paraná como Estado. Como o conflito de Porecatu sobreveio neste estado, procurou na historicidade da formação social paranaense em sua dimensão espacial, sucumbida ao soberano nacional e como se operacionalizou a inserção da propriedade privada da terra atrelada à (re)ocupação. Observou-se que possui uma posição periférica em relação a São Paulo, sobretudo na região norte do Estado, em que o desenvolvimento desigual e combinado se conforma também no interior do território. Ademais, no último tópico, procurou trazer a dimensão generalizante da norma, como manifestação da práxis do capital em sua intercessão pela propriedade privada da terra, que relega outros modos de vida às fronteiras da circulação mercantil e quando se demanda a expansão os expropria. Assim, a práxis dominante do capital manifestado na norma confere um sentido único à terra, universaliza a propriedade privada, excluindo, portanto, as dimensões propriamente humanas que ancoram e lidam com a terra como a produção de alimentos, comunitária, de convívio social e, muitas vezes, cosmológica.

Dotados desse elemento, o concreto pensado que refletiu na reconstrução do movimento insurgente de Porecatu no terceiro capítulo desbrava a historicidade da origem e cotidianidade dos posseiros, as negativas de acesso ao título de suas terras e a organização coletiva que se iniciou em 1944, assim como a opção pela guerrilha em 1948, além das violências cometidas pelos terratenentes e seus jagunços no período até 1951. Procurou-se também trazer as mudanças políticas com a entrada de Lupion no executivo paranaense, que foi eleito sob a plataforma de resolução do conflito já existente, mas acabou por reforçar o paradigma dos proprietários e grileiros. Nesse ínterim, identificou-se a relação dos posseiros com o PCB, a importância dos militantes de Londrina e a malsucedida relação com o Comitê Central. Por fim, sob o prisma da teoria marxista da dependência, trouxe-se a práxis insurgente dos posseiros

²⁴⁵ “(...) a dialética da atividade e da passividade do conhecimento humano manifesta-se sobretudo no fato de que o homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si; para conhecer as coisas como são independentemente de si, tem primeiro de submetê-las à própria práxis: para poder constatar como são elas quando não estão em contacto consigo, tem primeiro de entrar em contacto com elas. O conhecimento não é contemplação.” (Kosik, 1969, p. 22).

como uma revanche à interiorização das formas capitalistas dependentes no interior do território.

Acerca desse movimento de ofensiva do latifúndio contra os posseiros de Porecatu, relacionamos, no último item, tal processo à força centrípeta do capital, que se articula espacialmente. No contexto de ascensão da quarta onda longa, os países centrais rearticulam seus domínios, seja por meio da expansão territorial, seja pela intensificação da exploração; em síntese, buscam ampliar a produção de mais-valor. O que é internalizado pelo estado-nação brasileiro como uma tendência à ampliação do latifúndio. Isso ocorre porque a burguesia latifundista brasileira²⁴⁶, dada sua particular condição dependente, necessita repor o mais-valor perdido na troca desigual. Importa destacar que essa troca desigual não se restringe a uma dimensão meramente comercial circunscrita à circulação, mas organiza a própria produção interna, condicionando-a às demandas dos países hegemônicos. No caso de Porecatu, tal dinâmica desta totalidade relacionada ao capital-terra-trabalho engendra violências perpetradas tanto pelo Estado quanto pelos senhores de terra, por meio de seus jagunços, os quais, em essência, articulam a subsunção de diferentes sujeitos à *homo economicus*. Contra esta ofensiva, a luta dos posseiros contrária a forma-latifúndio se configura como uma práxis insurgente e seu conteúdo eminentemente libertador.

Com este final da dissertação que se avizinha, não é possível falar em conclusão. No ano em que esta pesquisa é defendida, completam-se 73 anos do fim da Guerrilha de Porecatu. É possível afirmar que houve o aniquilamento da Guerrilha, mas não o fim das condições que a originaram. A questão agrária, inclusive na região onde os conflitos ocorreram, não desapareceu; pelo contrário, ganhou novos contornos e se complexificou com as novas ondas longas do capitalismo internacional que se concebe na dependência dos países periféricos e no campo marginalizado uma das faces da totalidade que o constitui.

Assim como a práxis de aprisionamento do capital exerce novas formas de expropriação e os problemas decorrentes deste sistema hegemônico manifestam com mais avidez no atual tempo histórico, os lutadores e lutadoras sociais constroem práxis insurgentes que miram caminhos outros. A contenção da emergência climática e a luta pela soberania alimentar, são impulsionadas pelas práticas agroecológicas defendidas pelos trabalhadores do Movimento Sem Terra que hoje habitam a região de Porecatu, são exemplos disso. Desta feita, o passado e o presente se entrelaçam, indicando que as práxis insurgentes à questão agrária social continuam a ecoar como horizontes possíveis de emancipação.

²⁴⁶ “Dominantes-dominadas” como designa Vânia Bambilra (1986).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. **A subversão no paraíso: o comunismo em Londrina - 1945/1951**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ARRUDA, Pedro Fassoni. Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930). **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 1, 2007.
- ARUTO, Pietro Calderini. **Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões espaciais**. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019.
- BÁEZ, Fernando. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: **Editora Nova Fronteira**, 2010.
- BAMBIRRA, Vania. **La revolucion cubana: una reinterpretacion**. 2. ed. Santiago de Chile: Editorial Nuestro Tiempo, 1973.
- BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2019. (Coleção Pátria Grande: 2)
- BARTRA, Armando. El capital en su labirinto. De la renta de la tierra a la renta de la vida. México: UAM Xochimilco, 2006.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. Em: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura – obras escolhidas, volume I**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BITTENCOURT, Naiara Andreoli. O milho entre o alimento-cultura e a mercadoria commodity: relações jurídicas dependentes e o cercamento das práticas dos povos agricultores no Brasil. 2023. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
- BORDA, Fals. **As revoluções inacabadas na América Latina (1809-1968)**. São Paulo: Global Editora, 1979. (Coleção Passado e Presente: 3).
- BORGES, Emmanuel Santana. Padrão de reprodução do capital: potenciais e contribuições à categoria. Em: 2018, Niterói, RJ. **Anais do II Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: “200 anos de Karl Marx e pensamento latino-americano”**. Niterói: UFF, 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 21.418, de 17 de maio de 1932**. Dispõe sobre a proibição dos impostos interestaduais e intermunicipais e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, [1932]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21418-17-maio-1932-514766-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, RJ: [1850]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 7 mai. 2024.
- CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v.

35, n. 3, p. 444-460, 2015.

CANO, Wilson. Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional. *Desenvolvimento Regional e Local: novas e velhas questões*. Aracaju: Editora UFS, p. 33-54, 2007.

CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. **Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. (Clásicos recuperados)

CARCANHOLO, Reinaldo (org.). **Capital: essência e aparência**, vol. I. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo A. Renda da terra: uma concreção teórica necessária. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 4, n. 4, 1984.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio fee**, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Prefácio A Divisão Internacional do Trabalho como categoria central da análise de Ruy Mauro Marini. Em: NEVES, Lafaiete Santos (org.), **DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el Colonialismo**. Madrid: Akal, 2006.

CHASIN, José. O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CODATO, Adriano; KIELLER, Márcio (Orgs.). **Velhos vermelhos: história dos dirigentes comunistas do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

CUEVA, Augustin. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 1983.

DA SILVA, Joaquim Carvalho da Silva. **Terra Roxa de sangue: a guerra de Porecatu**. 2. ed. Londrina: Eduel, 2013.

DA SILVA, José Graziano. Estrutura fundiária e relações de produção no campo brasileiro. **Ensaio FEE**, v. 1, n. 2, p. 333-366, 1981.

DA SILVA, Maicon Cláudio; TRASPADINI, Roberta Sperandio. Independências formais e dependências reais: a constituição dos estados nacionais na América Latina à luz da teoria marxista da dependência. Em: PAIVA, Beatriz Augusto de.; SAMPAIO, Simone Sobral (orgs.). **Serviço Social: questão social e direitos humanos**. Florianópolis: EDUFSC, 2021.

DA SILVA, Osvaldo Heller. A foice a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Tradução da tese original em francês. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

DA SILVA, Zélia Lopes. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para seu uso. Em: ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2013.

DE LIMA, Rafael Teixeira. El nuevo anillo de la espiral Latinoamericana: dependencia e inte-gración en los patrones de reproducción del capital en Brasil y México. 2024. Tese (Doutorado em Estudios Latinoamericanos) - Universidad Nacional Autónoma de México,

Ciudad de México, 2024.

DE OLIVEIRA, Márcio. Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2007. DOI: 10.4000/cal.1409.

DE PAULA, Patrick Galba. **Valor como trabalho vivo e renda fundiária: uma releitura da crítica da economia política**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

DOS SANTOS, Theotonio. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 1, n. 30, 2011.

DOS SANTOS, Theotonio. **Conceito de classes sociais**. Trad. Orlando dos Reis. Petrópolis: Vozes, 1982.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

DUSSEL, Enrique Domingo. As quatro redações de O capital (1857-1880): rumo a uma nova interpretação do pensamento dialético de Marx. Tradução de Bertrand Borgo. Em: ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula (orgs.). **Marxismo: teoria, história e política**. São Paulo: Alameda, 2011.

DUSSEL, Enrique Domingo. El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana: un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de “El capital”. México: Siglo Veintiuno Editores; UAM-Iztapalapa, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/otros/20120225042913/marx.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

DUSSEL, Enrique. Democracia en el centro y crítica democrática global. Em: DUSSEL, Enrique. **Hacia una política de la liberación**. Buenos Aires: Docencia, 2013. p. 301-317 (Obras Selectas: 23).

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. Tradução de Luiz João Gaio. Piracicaba (SP): Edições Loyola, 1977.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Ligia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campo. São Paulo: Zahar, 2022.

FELISMINO, Pedro Paulo. **A Guerra de Porecatu**: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50. Folha de Londrina, 14-28 de julho de 1985. Acervo do CDPH/UEL.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique. Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). **Encontro de pesquisa em educação do centro-oeste**, v. 12, p. 30-45, 2014.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná região de Porecatu (1940-1952)**. 1984. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. EPSJV/UFRJ, 2010.

FORIGO, Adriano de Almeida. **Litígio da terra, litígio da memória**: a questão agrária em

- Porecatu/PR a partir das narrativas locais (dos conflitos de 1948-51 até o presente). 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- FOSTER, John. **A ecologia em Marx: materialismo e natureza**. Trad. Maria Terese Machado. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005.
- FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Editora brasiliense, 1980.
- FRANK, André Gunder. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. Santiago: Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME), 2015. Disponível em: <https://elsudamericano.wordpress.com/2015/10/27/capitalismo-y-subdesarrollo-en-america-latina-andre-gunder-frank/>. Acesso em: 2 jan. 2025. (Colección Socialismo y Libertad, n. 39).
- FRANK, André Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. S.l., 1966. Disponível em: <https://editorialampiao.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/06/7-andrc3a9-gunder-frank-o-desenvolvimento-do-subdesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2024.
- FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. O mercado mundial no pensamento de Karl Marx. **Economia-Ensaio**, Uberlândia, v. 32, n. 1, p. 131-158, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GOMES, Roberto. **Crítica da Razão Tupiniquim**. 10. ed. São Paulo: FTD, 1990. (Coleção prazer em conhecer).
- GOENDER, Jacob. Apresentação. Em: MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- GOENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Em: STEDI-LE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013b. Vol. 6.
- GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular- Perseu Abramo, 2016.
- HARVEY, David. **The New Imperialism**. New York: The Oxford University Press, 2003.
- HELM, Cecília Maria Vieira. **A Integração do índio na estrutura agrária do Paraná**. 1974. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Antropologia. Universidade Federal do Paraná Curitiba, 1974.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 6. ed. Trad.: Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HORTA, Raul. Tendências do federalismo brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Nº 28. Belo Horizonte: UFMG, 1970.
- IANNI, Octávio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n.4, p.

397-416, 2011.

IBGE, Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IPARDES. **Censos Demográficos no Paraná**. 1872-2022. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Censos-Demograficos>. Acesso em: 30 abr. 2024.

KAPLAN, Marcos. **Formación del Estado Nacional en América Latina**. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1983.

KATZ, Claudio. Ernest Mandel e a teoria das ondas longas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 74-103, 2000.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968 (Clássicos do socialismo, vol. II).

KAUTSKY, Karl. La cuestión agraria: Análisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia. 9. ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

KLAUCK, Samuel. A fronteira do oeste do Paraná: narrativas de desbravamento, imaginários e representações. Em: ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2013.

KOLING, Paulo José. Os líderes Farrapos na Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: abordagens e revisões. **Dialogos**, v. 24, n. 3, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEITE, Leonardo de Magalhães. **O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx**. 2017. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. *Confins*. **Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 14, 2012.

LENIN, Vladimir Ilyich Ulianov. **Uma Grande Iniciativa**. S.l.: Edições "Avante!", tomo III, 1979.

LENIN, Vladimir Ilyich. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo [1917]**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEOCÁDIO, Leandro César. **Disputas territoriais e divergências conceituais: os conflitos pela terra nos arredores de Porecatu/PR – guerra, guerrilha ou revolta?** 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina (PPGHS), Londrina, 2015.

LOPES, Ana Yara Dania Paulino. **Pioneiros do capital: a colonização do Norte novo do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, v. 6, p. 73-

80, 1998.

LUKÁCS, Georg. **A Destruição da razão**. Trad. Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes; revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020. p. 37-113. (Coleção Fundamentos)

LUKÁCS, Giorgy. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 41-354.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do capital**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Trad.: Luiz Alberto Moniz Bandeira. 2021.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio A. Fabris, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. **Geopolítica latino-americana**. 1985. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1422>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. **Outubro**, v. 20, p. 27-70, 2012a.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: Dependência e integração**. 1. ed. São Paulo: Página Aberta Ltda, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência e outros escritos**. Em: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.) 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. O Ciclo do capital na economia dependente. Em: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as Ciências Sociais. Em: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel [1843]**. Trad. e Rubens Enderle;

- Leonardo de Deus. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Trad. João Maia, Revisão Alexandre Addor. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do senhor Proudhon**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital - Livro III- crítica da economia política**: O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **Sobre a questão do livre-câmbio**. Discurso pronunciado na Associação Democrática de Bruxelas, na reunião pública de 7 de janeiro de 1848. Reproduzido da brochura original publicada em Bruxelas, em 1848. Trad. Miguel Macedo. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/01/07.htm>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico (livro IV de O Capital, vol. III). Trad. Reginaldo Sant'anna. São Paulo: DIFEL, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas [1845-1846]. Trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MEDEIROS, Leonilde. **Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1995.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad.: Paulo Cezar Castenheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. As condições naturais e a estruturação do espaço agrário. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 1, p. 99-104, 1982.
- MOURA, Clovis. Da insurgência negra ao escravismo tardio. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 17, n. Especial, p. 37-59, 1987.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OIKAWA, Marcelo. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, Daniel Carvalho de. **A Guerrilha de Porecatu-PR: uma experiência de organização política no campo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.
- OLIVARES, Reynaldo. **El maíz**. [S.l.]: Taller de Gráfica Popular, [s.d.]. Obra pertencente

ao acervo do Museo CJV – Guadalajara, México.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930)**. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

OSORIO, Jaime. **O estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 2. ed. Trad. Fernando Côrrea Prado. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OSÓRIO, Jaime. PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL: UMA PROPOSTA TEÓRICA. Em: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, Jaime. **Sistema mundial, intercambio desigual y renta de la tierra**. México: UAM; Ítaca, 2017.

PACHUKANIS, Evgeni. **A teoria geral do direito e o marxismo: ensaios escolhidos (1921-1929)**. Trad. Lucas Simone. São Paulo: Sundermann, 2017.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ. **Decreto nº 800, de abril de 1931**. Curitiba: Arquivo Público do Paraná. Documento digitalizado. Disponível em: Projeto Memória Rondonense. Acesso em: 23 fev. 2025.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2015.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Acumulação originária do capital e direito. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 2, n. 1, p. 66-116, 2016a.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Contribuições metodológicas da teoria marxista da dependência para a crítica marxista ao direito. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 13, p. 540-574, 2016b.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito Insurgente e Movimentos Populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**. 2014. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PEREIRA, Luiz Fernando Lopes. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da Iª república**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

PIZARNIK, Alejandra. **Árbol de Diana**. S.l.: Sur, 1962.

PORTO, Maria Stela Grossi. A fórmula trinitária e a modernização da agricultura no Brasil: uma interpretação. **Sociedade e Estado**, v. 3, n. 01 e 02, p. 5-15, 1988.

PRADELLA, Lucia. **Globalisation and the critique of political economy: new insights from Marx's writings**. London: Routledge, 2015.

PRESTES, Luiz Carlos. **Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-Imperialista**. 1948. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/ano/mes/enfrentar.htm>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PRESTES, Luiz Carlos. **Nossa Política: Prestes Aponta Aos Brasileiros o Caminho da**

- Libertação.** Marxists Internet Archive. 1950. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm#i5>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- PRIORI, Ângelo Aparecido. **A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)**. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2000.
- PRIORI, Angelo. Legislação e política fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). **Seculum–Revista de História**, v. 26, p. 133-147, 2012.
- PRIORI, Ângelo. Possesores e conflitos de terras em Porecatu: história e historiografia. Em: PRIORI, Ângelo; GRUNER, Clóvis (orgs.). **Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim**. Curitiba: ANPUH-PR, 2016. p. 107-129
- RANIERI, Jesus. **A câmera escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- RIBAS, Manoel. **Relatório apresentado ao Presidente da República, Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal no Estado do Paraná, Manoel Ribas**. Exercício de 1932 a 1939. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1939, p. 24. Relatório depositado no Arquivo Público do Paraná.
- ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SADER, Emir. Apresentação. Em: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas [1845-1846]**. Trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SCRIBANO, Adrián Oscar. O. **El proceso de investigación social cualitativo**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. **Comentário final à guisa de conclusão**. Em: Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifacismo, e a revolução burguesa no Brasil: 1936- 1948 [online]. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2022.
- SERRA, Elpidio. GRILAGENS DE TERRA E CONFLITOS RURAIS: O LADO PERVERSO DA COLONIZAÇÃO NO PARANÁ. **Ra'e Ga**, v. 46, n. 1, 2019.
- SILVA, Ligia Osorio. Políticas de terras e fronteira. Anais do I Seminário Desenvolvimento Econômico e Governança de Terras, 2016.
- SILVA, Ludovico. **O Estilo Literário de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- SOTO, William Héctor Gómez. A Sociologia do “mundo rural” de José de Souza Martins. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2003. p. 175-198.
- SOUZA, Nilson Araújo de. **Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e "ciclo longo"**. Em: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.
- STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.
- STÉDILE, João Pedro. Verbete Questão Agrária. Em: CALDART, Roseli Salete, *et al.*

Dicionário de Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012b.

SZVARÇA, Décio Roberto. **O forjador ruínas de um mito, Romário Martins (1893 - 1944).** 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

TOMAZI, Nelson Dacio. **"Norte do Paraná" história e fantasmagorias.** 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da CTNP.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1989.

TORRES-RIVAS, Edelberto. La nación: problemas teóricos e históricos (1981). Em: ROVIRA MAS, Jorge (org.). **Centroamérica: entre revoluciones y democracia.** Ciudad de Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 71-124.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. A acumulação por espoliação como fundamento do caráter contínuo da transferência de valor do capitalismo dependente para o capitalismo hegemônico. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2018a.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ADQHWL>. Acesso em: 22 abr. 2023.

TRASPADINI, Roberta. Dependência e luta de classes na América Latina. **Argumentum**, v. 6, n. 2, p. 29-43, 2014.

TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente.** Revista Direito e Práxis, v. 9, p. 1694-1713, 2018b.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIGLIETTI, Daniel. **A Desalambrar.** Uruguay, Canciones para Mi América. Cuba: Edigsa, 1973.

WOOD, Ellen. As origens agrárias do capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, nº 10. São Paulo: Boitempo, 2000.

XAVIER, Mateus Fernandes. A Coluna Prestes e seus Impactos nas Relações Internacionais do Brasil. **Revista Crítica Histórica**, v. 5, n. 9, 2014.